



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MÍLVIO DA SILVA RIBEIRO

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: DA RELAÇÃO ENTRE
PLANEJAMENTO REGIONAL E ESPAÇO AGRÁRIO À PECUÁRIA BOVINA EM
NOVO REPARTIMENTO-PA**

**Belém-PA
2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MÍLVIO DA SILVA RIBEIRO

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: DA RELAÇÃO ENTRE
PLANEJAMENTO REGIONAL E ESPAÇO AGRÁRIO À PECUÁRIA BOVINA EM
NOVO REPARTIMENTO-PA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão Territorial.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum.

Belém-PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

R484d Ribeiro, Mílvio da Silva.
Dinâmicas territoriais na Amazônia paraense : da relação
entre planejamento regional e espaço agrário à pecuária
bovina em Novo Repartimento-PA / Mílvio da Silva Ribeiro. —
2022.
291 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Santos Nahum
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Espaço agrário. 2. Planejamento Regional na
Amazônia. 3. Dinâmica espacial da pecuária bovina. 4.
Novo Repartimento-PA. I. Título.

CDD 910.1333

MÍLVIO DA SILVA RIBEIRO

DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE: DA RELAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO REGIONAL E ESPAÇO AGRÁRIO À PECUÁRIA BOVINA EM NOVO REPARTIMENTO-PA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. João Santos Nahum. Orientador (PPGEO/UFPA)

Examinador Externo: Professor Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (PPGG-UNIR)

Examinador Interno: Professor Dr. Gilberto Miranda Rocha (PPGEO/UFPA)

Examinador Interno: Professor Dr. José Antônio Herrera (PPGEO/UFPA)

Examinador Interno: Professor Dr. Gabriel Alves Veloso (PPGEO/UFPA)

Examinador Externo: Professor Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (PPGG-UEPA)
(Suplente)

Data: 26 de agosto de 2022.

*Com honras a Jesus Cristo, dedico esta pesquisa à
minha esposa, aos meus filhos, aos pais e irmãos.*

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO

A Deus, meu redentor, a vida e as eternas bênçãos.

Ao meu orientador, Professor Dr. João Santos Nahum, o comprometimento, honestidade e lealdade desenvolvida em todo processo de orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA.

Ao Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia (GDEA), ambiente no qual (junto com meus colegas) discutimos os rumos da pesquisa. Em todos os diálogos era como se ali tivesse achado a mina de ouro para elucidar a pesquisa.

À minha banca de qualificação, na qual foram dadas as lentes necessárias para enxergar os caminhos para que eu pudesse prosseguir na pesquisa. Agradecimentos a eles: Professor Dr. João Santos Nahum (Orientador, PPGEO/UFPA), Professor Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (PPGG-UEPA), Professor Dr. Gilberto Miranda Rocha (PPGEO/UFPA), Professor Dr. José Antônio Herrera (PPGEO/UFPA), e ao Professor Dr. Gabriel Alves Veloso (PPGEO/UFPA).

A cada familiar e amigo que ergueu orações aos céus. As orações foram atendidas por Deus e minhas lamentações e angústias foram sanadas. Deste modo, registro alguns nomes: Floriete Assunção Ribeiro (esposa), Marívia, Maitê, Marcos Davi, Alina e Vitória (filhos), Miguel e Marilsa (meus pais), Mengálvio, Mauro Sérgio, Marília, Marcone, Miguel Tancredo e Melquisedeque (irmãos).

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Tucuruí, pela concessão de licença aprimoramento que me foi dada, sem a qual seria impossível realizar a pesquisa.

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (FATEFIG), o ambiente de estudo e trabalho que me foi útil durante a pesquisa.

Aos meus colaboradores, as informações prestadas nos trabalhos de campo e que a partir delas percebi as pistas dos caminhos para seguir. Agradeço a todos com os olhos erguidos aos céus, pois, toda palavra, todo gesto e todo silêncio se tornaram conteúdos e elucidaram a tese.

Aos autores citados, porque as suas elaborações foram meus retrovisores na condução da tese.

Àqueles que não me deram informações, nem sequer uma palavra. Especialmente um que me disse: “jovem, você pode até pesquisar, mas olha lá o que vais falar daqui”.

Diante de tão grande necessidade de agradecimento pelas benevolentes ajudas, em Nome de Jesus Cristo eu agradeço. Agradeço a oportunidade de ter estado no PPGEIO/UFPA, onde ouvi meu orientador dizer certa feita o seguinte: “o Doutorado é apenas o início”. Então, agora estou iniciando a vida acadêmica no sentido de cada vez mais saber menos coisas.

Muito obrigado.

“O proveito da terra é para todos; até o rei se
serve do campo.”
(Eclesiastes 5:9)

RIBEIRO, Mílvio da Silva. **Dinâmicas territoriais na Amazônia paraense: da relação entre planejamento regional e espaço agrário à pecuária bovina em Novo Repartimento-PA**. Tese de doutorado em Geografia. PPGEO/UFGA. Mílvio da Silva Ribeiro. Orientador: João Santos Nahum. Belém-PA, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa defende a tese de que a dinâmica agrária da Amazônia Paraense resulta da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. Verificou-se esta relação na dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento-PA. O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre o planejamento regional e o espaço agrário no município de Novo Repartimento, considerando a dinâmica da criação de gado bovino a pasto. Metodologicamente, a pesquisa se estrutura em dois momentos: no primeiro momento elaborou-se uma retrospectiva contextual que evidencia políticas, planos e programas forjados para a Amazônia paraense, especificamente a partir da década de 1960 até 1980. No segundo momento, a pesquisa configurou-se em uma perspectiva, na qual se considera a pecuária bovina determinada a partir da relação entre espaço agrário e planejamento regional, examinada no período de 1990 a 2020. As variáveis centrais da pesquisa relacionadas à dinâmica da pecuária bovina foram: áreas (desmatamento nas propriedades rurais) e unidade de paisagem (pastagens). A pesquisa aponta que a relação entre planejamento regional e o espaço agrário na Amazônia Oriental, objetivamente no município, promove processos espaciais, tendo como lógica a pecuária bovina como mercadoria e relação social. As formas de apropriação da terra não apenas são elementos de produção da pecuária, mas geram outras formas de usos. A expansão da atividade no município desqualifica as características e ações culturais dos atores que residiam antes da chegada da pecuária na área. O balizamento estatal, os programas, os projetos e as leis se configuram no espaço agrário em forma de créditos e de incentivos fiscais, a partir dos quais é favorecida a expansão da pecuária. Desta forma, a dinâmica espacial da pecuária se dá como um continuum floresta-política-pasto-gado-mercado-consumo. As fazendas e os bois são as expressões físicas da relação entre espaço e política, mas é apenas a ponta de um *iceberg*, pois, existem outros problemas oriundos do contexto de produção de *commodities* na Amazônia. A pesquisa está organizada da seguinte forma: Introdução e quatro capítulos (o primeiro, trata de Planejamento e Espaço Agrário, como termos conceituais e as situações contextuais da pesquisa; o segundo apresenta o Planejamento Regional e a pecuária no médio Rio Tocantins entre 1960 e 1980; o terceiro aborda a Conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento-PA; e no quarto discutiu-se o Planejamento Estatal e a pecuária em Novo Repartimento-PA); por fim, apresenta-se as considerações finais da pesquisa.

Palavras-chave: Espaço agrário. Planejamento Regional na Amazônia. Dinâmica espacial da pecuária bovina. Novo Repartimento-PA.

RIBEIRO, Mílvio da Silva. **Territorial dynamics in Pará's Amazon: from the relationship between regional planning and agrarian space to cattle ranching in Novo Repartimento-PA**. Doctoral Thesis in Geography. PP GEO / UFPA. Mílvio da Silva Ribeiro. Advisor: João Santos Nahum. Belém-PA, 2022.

ABSTRACT

The present research defends the thesis that the agrarian dynamic of the Paraense Amazon results from the relationship between agrarian space and state planning. This relationship was verified in the dynamics of cattle ranching in Novo Repartimento-PA. The objective of the research was to analyze the relationship between regional planning and agrarian space, in the municipality of Novo Repartimento, considering the dynamics of cattle ranching on pasture. Methodologically, the research is structured in two moments: in the first moment, a contextual retrospective was elaborated that shows policies, plans and programs forged for the Paraense Amazon, specifically from the 1960s until 1980. In the second moment, the research was configured in a perspective in which cattle ranching is considered as determined from the relationship between agrarian space and regional planning, examined in the period from 1990 to 2020. The central variables of the research related to the dynamics of cattle ranching were areas (deforestation in rural properties) and landscape unit (pastures). The research points out that the relationship between regional planning and agrarian space in the Eastern Amazon, objectively in the municipality promotes spatial processes, having as its logic, cattle ranching as a commodity and social relation. The forms of land appropriation are not only elements of the production of cattle ranching, but they generate other forms of uses. The expansion of the activity in the municipality disqualifies the characteristics and cultural actions of the players, who resided before the arrival of cattle ranching in the area. The state, programs, projects and laws are configured in the agrarian space in the form of credits and tax incentives, which favor the expansion of cattle ranching. In this way, the spatial dynamics of cattle ranching occurs as a forest-policy-pasture-grown-market-consumption continuum. The ranches and the oxen are the physical expressions of the relationship between space and politics, but it is only the tip of the iceberg, because there are other problems arising from the context of commodity production in the Amazon. The research is organized as follows: Introduction and four chapters (the first, deals with Planning and Agrarian Space, as conceptual terms and the contextual situations of the research; the second, presents Regional Planning and ranching in the middle Tocantins River between 1960 and 1980; the third, addresses the Conversion of forests into pastures in Novo Repartimento-PA; and in the fourth, State Planning and ranching in Novo Repartimento-PA were discussed); finally, the final considerations of the research are presented.

Keywords: Agrarian space. Regional Planning in the Amazon. Spatial dynamics of cattle ranching. Novo Repartimento-PA.

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Esquema metodológico da pesquisa	28
Organograma 2 – Marcos do planejamento regional no Brasil a partir de 1986	42

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da vegetação da área Novo Repartimento até 1974.....	72
Mapa 2 – Proposta de mapa temporal de Novo Repartimento entre 1960 e 1991 ...	75
Mapa 3 – Processos espaciais ocorridos em Tucuruí-PA entre 1960-1991.....	78
Mapa 4 – Polos de Desenvolvimento - POLAMAZÔNIA	100
Mapa 5 – Áreas de pastagens no Estado do Pará entre 1985 e 2020.....	113
Mapa 6 – Floresta e pastagem na RILT de 1985 e 2017.....	123
Mapa 7 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento entre 1985 e 2019...	126
Mapa 8 – Uso de cobertura da terra na área de Repartimento entre 1985 e 2020 .	128
Mapa 9 – Mapa de alertas de desmatamento até julho de 2021	132
Mapa 10 – Imóveis rurais no CAR em Novo Repartimento (2019)	151
Mapa 11 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento, 2004	162
Mapa 12 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento, 2008	166
Mapa 13 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento, 2010.....	168
Mapa 14 – Uso e cobertura da Terra em Novo Repartimento, 2012	170
Mapa 15 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento, 2014.....	172
Mapa 16 – Os Corredores do Desenvolvimento no PPA 1996 a 1999	184
Mapa 17 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no PPA 2000-2003	186
Mapa 18 – Mapa coroplético do Rank mundial de produção de bovino/1000.....	217
Mapa 19 – Assentamentos do INCRA em Novo Repartimento	222
Mapa 20 – Desmatamento em Novo Repartimento – Programa Boi Guardião entre 2010 e 2011	241

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estabelecimento agropecuário por área na Região Norte do Brasil entre 1960 a 2006.....	90
Gráfico 2 – Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie entre 1970 a 2006.....	91
Gráfico 3 – Comparativo entre área com e sem pastos plantados	115
Gráfico 4 – Terras (há) recenseadas em Novo Repartimento – 1995.....	116
Gráfico 5 – Desflorestamento em Novo Repartimento-PA entre 2000 a 2019.....	119
Gráfico 6 – Novo Repartimento e Tucuruí – condição do produtor em relação às terras – 1995.....	122
Gráfico 7 – Planos plurianuais e desmatamento	129
Gráfico 8 – Exportação de gado vivo em US\$ Peso (kg) Quantidade (2017)	141
Gráfico 9 – Relação entre desmatamento e pastagens.....	146
Gráfico 10 – Atividade econômica PIB – (Unidade: R\$ x1000).....	149
Gráfico 11 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 1986 a 2020	157
Gráfico 12 – Crescimento de bovino em Repartimento entre 1996 a 2004.....	158
Gráfico 13 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2000 e 2002	159
Gráfico 14 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2003 e 2005	161
Gráfico 15 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2006 e 2009	165
Gráfico 16 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2010 e 2013	167
Gráfico 17 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2014 e 2017	175
Gráfico 18 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2018 e 2020	176
Gráfico 19 – Floresta natural, desmatamento e bovinos entre 2000 e 2020	177
Gráfico 20 – Contrado de crédito rural por Região do Brasil, em R\$ entre 2013 e 2022.....	198
Gráfico 21 – Crédito Rural no Brasil com investimento em pastagens e área entre 2013 e 2022.....	198
Gráfico 22 – Valores de contratos de crédito na região Norte de 2002 a 2021	206
Gráfico 23 – Programas de Crédito do Brasil	210
Gráfico 24 – Crédito para pecuária para Novo Repartimento entre 2013 e 2022 ...	212
Gráfico 25 – Total de crédito pecuário para municípios da Amazônia Legal	215
Gráfico 26 – Rank de países de maiores produções em 1000 cabeças de gado ...	215
Gráfico 27 – Área de pastagens em Novo Repartimento-PA.....	220
Gráfico 28 – Exportação de gado (KG) (2017)	227
Gráfico 29 – Relação entre desmatamento, pastagem e pecuária	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abrangência espacial dos incentivos fiscais do PGC	104
Quadro 2 – Decreto-lei 1.904/1980 do PGC: instrumentos de institucionalização ..	104
Quadro 3 – Entrevistados em trabalho de Campo.....	156
Quadro 4 – Os 28 macros-objetivos do Programa Avança Brasil (PAB)	187
Quadro 5 – Os estudos dos eixos e distribuição espacial dos investimentos	200
Quadro 6 – Municípios com maior captação de crédito rural do Brasil	214
Quadro 7 – Projeto de Assentamentos em Novo Repartimento	224
Quadro 8 – Imigração do produtores de gado no assentamento do INCRA	232

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrada de Ferro Tucuruí (1970)	85
Figura 2 – Destino da carne bovina fresca no ano de 2021	143
Figura 3 – Destino de animais vivos em 2021	144
Figura 4 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento entre 2004 e 2014	176
Figura 5 – Desmatamento em Novo Repartimento entre 2000 e 2003	189
Figura 6 – Pastagem, floresta natural, em 2020	225

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Uma casa de ex-assentado em meio a fazenda de gado	148
Imagem 2 – Predomínio de pastagem em Novo Repartimento	219
Imagem 3 – Imagens de pastos no assentamento Tuerê	225
Imagem 4 – Paisagens de trabalho de campo nos assentamentos do INCRA	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimento rurais e de animais nos anos 1960 na Zona Tocantina	.80
Tabela 2 – Estabelecimentos rurais da Zona fisiográfica Tocantina em 1960	81
Tabela 3 – Estabelecimento na Zona fisiográfica Tocantina	82
Tabela 4 – Estabelecimento e área com utilização das terras para a lavouras	83
Tabela 5 – Imóveis e área, quanto a utilização das terras para pastagem em 1960	84
Tabela 6 – Estabelecimento, área e utilização das terras	84
Tabela 7 – Uso da terra e atividade Econômica, no Pará - 1970	89
Tabela 8 – Utilização da terra para criação de gado a pasto no Pará (1970)	91
Tabela 9 – Utilização da terra para criação de gado a pasto em Tucuruí - 1970	93
Tabela 10 – Bovinos na microrregião de Marabá na década de 1970	93
Tabela 11 – Distribuição de bovino por idade (1970)	94
Tabela 12 – Utilização da terra em Novo Repartimento – 1995	114
Tabela 13 – Ranqueamento de produção de bovino na microrregião de Tucuruí em 1995	116
Tabela 14 – Desmatamento em Novo Repartimento (PRODES)	117
Tabela 15 – Número de bovino registrados entre 1995 e 2019	122
Tabela 16 – Estabelecimentos com pecuária	125
Tabela 17 – Políticas de financiamento para a pecuária em 2015	129
Tabela 18 – Estabelecimentos agropecuários e financiamentos no Brasil em 1996	130
Tabela 19 – Crédito pecuário, PRONAF em Novo Repartimento	146
Tabela 20 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2000 a 2004	160
Tabela 21 – Efetivo bovino de Novo Repartimento-PA entre 2004 a 2007	163
Tabela 22 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2008 a 2011	167
Tabela 23 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2011 e 2016	169
Tabela 24 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento entre 2004 e 2014	173
Tabela 25 – Efetivo bovino de Novo Repartimento-PA entre 2017 e 2018	175
Tabela 26 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2002	201
Tabela 27 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2003	201
Tabela 28 – Financiamentos concedidos em 2004	204
Tabela 29 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em 2008	204
Tabela 30 – Quantidade e Valor (R\$) dos Contratos por Região e Brasil, 2018	205
Tabela 31 – Quantidade e Valor (R\$) dos Contratos por Região e Brasil, 2021	205
Tabela 32 – Distribuição de crédito na região Norte de 2002 a 2021	206
Tabela 33 – Contrato de crédito rural para Novo Repartimento entre 2012-2015	207
Tabela 34 – Contrato de crédito rural – Novo Repartimemo entre 2016-2019	208
Tabela 35 – Contrato de crédito rural – Novo Repartimemo entre 2020-2022	208
Tabela 36 – Estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades), 2006	216
Tabela 37 – Desmatamento em Novo Repartimento (PRODES)	228

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABN	Banco Amro S. A.
ABRACAVE	Associação Brasileira de Carvão Vegetal
ALCOA	Aluminium Company of America
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
APA	Área de Preservação Ambiental
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BT	Banco da Terra
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMM	Companhia Meridional de Mineração
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DPSIR	Driving Forces, Pressures, State, Impact, responses
DPEA	Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias
EEA	European Environmental Agency
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
FPSIR	Força, Pressão, Estado, Impacto, Resposta
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GDEA	Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia
HAT	Hidrovia Araguaia Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLORBIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
IPEAN	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte
LMSA	Light Metals Smelters Association
MA	Ministério da Agricultura
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Novo Repartimento
OECD	Environmental Indicator Development, Measurement and use (Indicadores ambientais Desenvolvimento, Medição e Uso)
OP	Operação Amazônia
PA	Plano Anual
PAB	Programa Avança Brasil
PBA	Programa Brasil em Ação
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PCN	Projeto Calha Norte
PCT	Programa Cédula da Terra
PGC	Programa Grande Carajás
PIC	Programa Integração de Colonização
PIN	Programa para a Integração Nacional
PNMR	Programa Novo Mundo Rural
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Regularização Fundiária
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONANP CUSTEIO	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
RILT	Região de Integração Lago de Tucuruí
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
UHE	Usina Hidrelétrica
VALE	Companhia Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO I – O PLANEJAMENTO E O ESPAÇO AGRÁRIO.....	31
1.1 SITUAÇÕES CONTEXTUAIS.....	32
1.2 ESPAÇO AGRÁRIO E PLANEJAMENTO REGIONAL	49
CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO REGIONAL E PECUÁRIA NO MÉDIO RIO TOCANTINS ENTRE 1960 E 1980.....	72
2.1 DINÂMICA TERRITORIAL NO MÉDIO RIO TOCANTINS A PARTIR DE 1960.....	73
2.2 OS CONTEXTOS POLÍTICOS E PECUÁRIA NOS ANOS DE 1970 E 1980.....	88
2.3 SÍNTESE DO TEMPO INICIAL	108
CAPÍTULO III - CONVERSÃO DE FLORESTAS EM PASTAGENS EM NOVO REPARTIMENTO ..	111
3.1 OS USOS DA TERRA.....	112
3.2 A AÇÃO POLÍTICA E PECUÁRIA	134
3.3 FLORESTA, DESMATAMENTO, PASTAGEM E GADO	157
CAPÍTULO IV – PLANEJAMENTO ESTATAL E A PECUÁRIA EM NOVO REPARTIMENTO	180
4.1 PLANOS PLURIANUAIS.....	181
4.2 POLÍTICA DE CRÉDITO	196
4.3 APROPRIAÇÃO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO INCRA.....	218
4.4 SÍNTESE DO TEMPO DOIS	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	269

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a Amazônia paraense ensejam o debate sobre os planejamentos regionais e o espaço agrário. Para o desenvolvimento da tese leva-se em conta as formas e os conteúdos dos planejamentos destinados à Amazônia, a partir do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (Lei n.º 1.806/1953). Neste contexto foi elaborado o primeiro plano quinquenal em resposta ao crescente interesse internacional nos recursos da Amazônia e à pressão interna para tratar do crônico subdesenvolvimento da região (MOUGEY, 2018).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 no seu Art. 165 instituiu o Plano Plurianual (PPA). O PPA, enquanto diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e os investimentos em programas de duração continuada, se deu de forma regionalizada. Era uma nova postura do planejamento estatal no Brasil. Assim, em meados da década de 1990 consolidou-se na “administração gerencial”, marcada pelo controle de resultados, pela flexibilização e desestatização. Eis que no tempo-espaço se via uma face da globalização e emergência do neoliberalismo, segundo o qual a premissa era reduzir a intervenção estatal nos âmbitos nacional e mundial (BRASIL, 1995; PEREIRA, 1997; SILVA, 2014).

Nestas premissas o Estado elaborou e executou os planejamentos regionais. Assim, na Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) e no município de Novo Repartimento é possível relacionar o planejamento estatal e o espaço agrário. Nesta relação, a terra é usada para produzir uma atividade específica, a pecuária. A partir desta observação destaca-se que a relação entre planejamento regional e espaço agrário tem a pecuária bovina como desfecho em Novo Repartimento.

Sustenta-se a tese de que a dinâmica agrária da Amazônia paraense resulta da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. É possível verificar esta relação na dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento.

Para desenvolver esta tese no entendimento de espaço agrário e o planejamento regional na área de estudo, as fontes são: Laraia e Matta (1967), Velho (1972), Rocha (1998; 2005; 2008), Valverde (1989), Magalhães (1992) e Silva (2014; 2017; 2019).

Para discutir as políticas de estado e seus desdobramentos em dinâmicas territoriais na Amazônia¹ e na área de estudo, as fontes são: Brasil (Dec. n.º 1.813/1980, Art. 3.º), Becker (1988; 2000; 2001), Castro (2010) e Nahum (1999; 2006; 2012; 2018; 2019).

Para entender espaço agrário quanto ao uso da terra, as elaborações utilizadas foram: Santos (1979; 1998; 2001; 2004; 2009; 2014), Vergopoulos (1977), Ianni (1979), Furtado (1954; 1973), Amin (1977), Graziano da Silva (1997; 2002), Veiga (2001; 2002; 2004) e Oliveira (2007; 2016).

A partir deles e de outros autores engendra-se um diálogo analítico da relação entre espaço e planejamento regional e pecuária bovina na região de Integração do Lago de Tucuruí. Para tanto, situa-se o município de Novo Repartimento e recorre-se às categorias de análise, planejamento regional, espaço agrário, áreas e pastagem, a fim de sustentar a tese.

Para analisar as dinâmicas territoriais em Novo Repartimento considera-se a sua localização na microrregião de Tucuruí (IBGE, 2010). Deste modo, toma-se como elementos de interpretação a construção da Rodovia BR-230 na década de 1970, e a edificação da UHE-Tucuruí no médio Rio Tocantins na década de 1980. A partir disto, verifica-se os seus desdobramentos nos usos desta porção de Amazônia sob várias possibilidades.

Em Novo Repartimento, os desdobramentos de usos da terra fazem parte de um processo de transformação de florestas em pastos. As variáveis da pesquisa são: áreas (desmatamento nas propriedades rurais); unidade de paisagem (pastagens) relacionando-as à dinâmica da pecuária bovina no município de Novo Repartimento. Elas estão intrinsecamente relacionadas ao objeto de estudo, por terem propriedades

¹ Compreende-se a dinâmica territorial como uma noção da geografia, na ideia de movimento da sociedade, com suas marcas de transformação significativas impressas no lugar. As dinâmicas territoriais na Amazônia Paraense, encontra-se no espaço geográfico como uma totalidade (SANTOS, 2014[1985]). Entretanto não trabalho na tese as dinâmicas territoriais, apenas as relações entre espaço agrário e políticas territoriais, com destaque para a pecuária como a dinâmica que consideramos com um dos desdobramentos da relação mencionada. As dinâmicas do espaço agrário em Novo Repartimento estão relacionadas com as políticas estatais realizadas na região. Esta porção da Amazônia se constitui como um lugar de experiências espaciais de políticas públicas aliadas aos processos econômicos. Em Novo Repartimento, à medida que as políticas públicas se efetivam no lugar, as dinâmicas vão ganhando dimensão. E no caso da Amazônia, em áreas de intensas dinâmicas territoriais, são exibidos problemas centrais como conflitos fundiários e pobreza. Os usos do território se deram em forma de dinâmicas territoriais agrárias como: agropecuária, assentamento rural, terras indígenas, pesca, dentre outros.

a serem observadas e medidas, e nos ajudam a explicar a tese. E são importantes também por seu valor científico. Assim, ressalta-se que é possível relacioná-las entre si e com outras variáveis, o que permite ver a “diferença entre a escala da ação e a escala do resultado” (SANTOS, 2009, p. 225).

As variáveis (áreas e pastagens) são aspectos essenciais, nas quais se tem as características da pecuária no espaço agrário de Novo Repartimento. Tais variáveis nos ajudam a entender como a terra é usada em virtude da criação de gado. Esta, como a principal atividade econômica, influencia os usos acirrados dos recursos naturais (terra, floresta, força de trabalho humano), demandando por mais áreas rurais para a pecuária bovina. O alicerce desta atividade pecuária está no âmbito dos planejamentos de desenvolvimento econômico que responde efetivamente aos anseios do capital (BRASIL, 2018).

Tem-se claro que (de modo geral) apenas com estas variáveis não é possível elucidar a pesquisa. Entretanto, considera-se justificada a escolha, visto que na medida em que trabalhando-se com elas se acessa outras não mencionadas. Sustenta-se que algumas variáveis internas (como condições e disponibilidades naturais, rios, igarapés, terras), assim como as externas, que no âmbito de interesse do capital e em aliança com o Estado, usam os recursos disponíveis e produzidos na região.

As exigências são oriundas dos centros urbanos que demandam a produção de energia, alimento e minério. Diante disto, explica-se como é produzido o espaço agrário com novas estruturas, processos, formas e funções, dando novos significados no município.

Novo Repartimento pertence à mesorregião sudeste paraense formada por seis microrregiões que são: Tucuruí; Paragominas; São Félix do Xingu; Parauapebas; Marabá; Redenção e Conceição do Araguaia. A microrregião de Tucuruí compõe-se de seis municípios: Breu Branco; Itupiranga; Jacundá; Nova Ipixuna; Novo Repartimento e Tucuruí (IBGE, 2017).

Quando se trata de municípios no entorno do lago da UHE de Tucuruí, as informações são da região administrativa do Governo do estado do Pará. Nesta, está a Região de Integração Lago de Tucuruí (RILT) que é composta por sete municípios que são: Breu Branco; Goianésia do Pará; Jacundá; Nova Ipixuna; Itupiranga; Novo Repartimento e Tucuruí (FAPESPA, 2020).

Novo Repartimento está localizado na área de influência do Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento Araguaia-Tocantins. Este nome dado pelo governo brasileiro serve para situar a área de uso compreendida pela bacia hidrográfica dos dois rios, Tocantins e Araguaia. Neste eixo foram elaborados projetos do governo federal, no âmbito do programa Brasil em Ação de 1996-1999. Destes, identificam-se as infraestruturas da Eclusa da UHE de Tucuruí e a ampliação da UHE, desencadeados na RILT a partir de 1999. A ênfase destes projetos era a de integração das diversas economias regionais brasileiras, ao mesmo tempo em que dava dinamismo ao esforço de articular as regiões aos mercados internacionais (CARDOSO, 2008).

A escolha de Novo Repartimento como recorte da pesquisa se deu pelo fato de que no âmbito dos planos de governos, a pecuária no município articula-se às economias nacional e internacional. Os reflexos dos Planos Plurianuais (PPAs) do governo do Brasil são notados na bovinocultura, visto que no período de 1996 a 2020 a pecuária se expandiu no município, colocando-o como segundo (2º) maior produtor de gado do estado do Pará e nono (9º) do Brasil (IBGE, 2018). Mas isto não gerou os propalados desenvolvimentos do município, teve sim a função de produtor de *commodities*.

A produção de gado em Novo Repartimento não está alheia ao plano da política de Estado no Brasil, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC). O Estado e o capital privado apropriaram-se da RILT em virtude das suas condições naturais. Nela apresentava-se a disponibilidade do curso d'água do rio Tocantins para a produção de energia, onde foi construída a UHE-Tucuruí na década de 1980.

Em seguida, o Governo Federal construiu a eclusa na mesma UHE para permitir a navegação e o transporte de minérios, entre outras riquezas naturais do sul e sudeste paraense. Os rios e as estradas estaduais e federais na região foram e são as vias que permitem acesso às grandes extensões de terra e a sua apropriação pela pecuária. Nestas áreas, em nome do propalado desenvolvimento, os planejamentos estatais favorecem os usos do território.

Tais informações são encontradas nos Planos Plurianuais do Brasil, compreendidos entre 1996 e 2019. Desta maneira, partimos do Programa Brasil em Ação (1996-1999) e do Programa Avança Brasil (2000-2003) para entendermos como o planejamento estatal favorece a inserção e produção da pecuária em Novo Repartimento. Becker (2000) afirma que o Plano Plurianual de 2000-2003 representou

a retomada do planejamento econômico e territorial no país. Recomeço pautado em corredores de desenvolvimento para acelerar a circulação no território e apoiado na ideia de Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENID). E apresentado como crucial no cenário de curto prazo para a Amazônia, como estratégia decisiva ao desenvolvimento regional.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a relação entre o planejamento regional e o espaço agrário no município de Novo Repartimento, no âmbito da dinâmica da criação de gado bovino.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: compreender as ações transformadoras no espaço agrário na Amazônia paraense para explicar a relação da dinâmica espacial da pecuária em Novo Repartimento, a partir da década de 1960; identificar se houve conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento; analisar como o planejamento regional impulsionou a pecuária em Novo Repartimento.

Metodologicamente, a pesquisa foi exposta em dois momentos. Nela considerou-se área e pastagem como variáveis, pois, elas são insumos indispensáveis para a pecuária bovina. Assim como considerou-se o crédito como uma terceira variável que impulsionou a pecuária no município de Novo Repartimento.

O primeiro momento é compreendido entre 1960 e 1985. O propósito foi mostrar a quantidade de propriedades, pastagens e gado no médio rio Tocantins. Localiza-se no médio rio Tocantins porque na época não havia o município de Novo Repartimento com a dimensão areal e jurídica atual, porque pertencia à área de Tucuruí-PA. Para isto, levou-se em conta o contexto histórico da projeção da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí) e da BR-230 (Transamazônica).

A UHE e a BR-230 foram projeções de plano de desenvolvimento destinado à Amazônia, a partir das quais se mostra como era a área de estudo. Outro elemento contextual de explicação do primeiro momento é o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual tinha o fundamento de colonizar e fazer a reforma agrária. Com este programa se deu início à elaboração e à execução de estudos e à implantação de projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia paraense (Decreto-Lei n.º 1.106/1970).

O segundo momento da pesquisa abrangeu o recorte temporal de 1996 a 2021 e levou-se em conta o contexto político da elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs)

do Brasil do período e os dados dos censos agropecuários do IBGE de 1996, 2006 e 2016. Com isto, foi analisada a relação de planejamento regional e espaço agrário na RILT e seu desdobramento na dinâmica espacial da bovinocultura em Novo Repartimento.

Para a interpretação de como se deu a lógica e a contradição da relação entre política estatal e espaço agrário foi necessário realizar trabalhos de campo com a utilização de entrevistas aplicadas a 51 sujeitos. A coleta de informações orais foi possível a partir de diálogos. Deles intentou-se saber: quando e de onde o sujeito migrou para o assentamento; se a pessoa era assentada; sendo assentamento, se permanece no lote/terreno; qual a atividade atual; e qual era sua expectativa ao vir para o assentamento.

Além de diálogos, primamos pelas observações in lócus. Na ideia de que “a primeira atividade científica é a observação de fatos” (SEVERINO, 2007, p. 103). A observação conduz à reflexão, de modo que é o estágio final do processo de conhecimento, momento em que sujeito e objeto fundem-se (VITTE, 2007).

Christofoletti (1985) afirma que a observação é instrumento de análise. Ela se produz na forma de saberes e se fundamenta por reflexão e reinspeção das coisas antes observadas. E que por via da experiência adquirida da intimidade destas observações vem a comparação e a síntese.

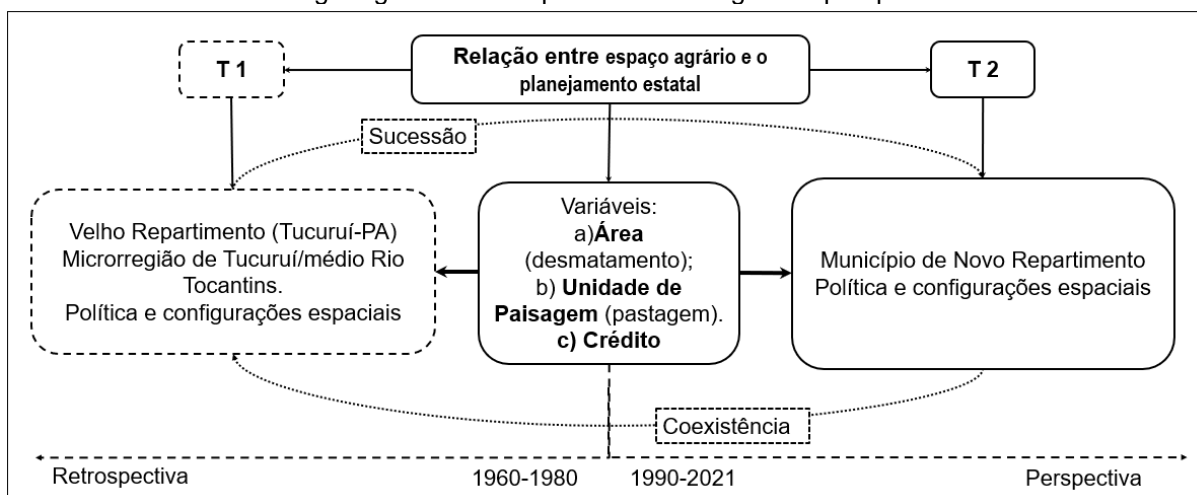
As entrevistas e as observações em campo aparecem no capítulo quatro. Os fragmentos textuais das informações orais concedidas à tese foram as transcrições verbais. Nos trabalhos de campo foram necessários alguns cuidados. Entre eles, encontrou-se as falas de um entrevistado que considerou o seguinte: “você pode pesquisar à vontade, mas tenha cuidado com o que vai falar”. Esta foi recepcionada aos ouvidos como alertas imprescindíveis para a realização da pesquisa e preservação da vida. Por isto, não se usa nomes dos entrevistados, apenas indicou-se número de sequências deles.

A pesquisa está organizada no organograma a seguir. No Organograma 1, a organização se deu considerando os conceitos centrais da tese: espaço agrário e planejamento estatal.

O tempo um (T1) do organograma acima buscou examinar como ocorreram as configurações espaciais no médio rio Tocantins, quando o Velho Repartimento se encontrava localizado à margem esquerda. Nele desenvolve-se a tese tendo como fragmento temporal os anos de 1960 a 1985. É o período no qual se mostram os

processos que antecedem a chegada da pecuária como atividade econômica na região. Enquanto tempo dois (T2), compreendido dos anos de 1985 a 2020, é o período em que são percebidos vários processos espaciais de apropriação de áreas voltadas mais para a pecuária bovina.

Organograma 1 – Esquema metodológico da pesquisa



Fonte: Adaptado de GDEA (2017) e Nahum (2019).

Para a apreensão das variáveis da pesquisa (área e pastagens) utilizam-se as imagens do <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>, do Projeto TerraClass, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Outras fontes são os censos agropecuários do IBGE e o auxílio do software QGIS, disponível em www.qgis.org, para a elaboração da representação cartográfica. Nos mapas elaborados a partir do Projeto TerraClass foram usados a mesma metodologia do projeto preservando a grafia originária nos mapas.

Concernente aos Planos Plurianuais (PPAs), neles se encontram as políticas de planejamentos do território nacional para atender aos interesses do mercado e consumo. E para dar dinamicidade à produção de *commodities* cria-se as linhas de créditos para grandes e pequenos produtores (BRASIL, 2017; 2022). Neste aspecto, o crédito é compreendido como uma variável que favorece a ampliação da pecuária. Deste pressuposto é possível pensar que a relação entre espaço agrário e planejamento passa pela lógica do financiamento para pecuária em Novo Repartimento.

Portanto, a exposição da tese foi organizada com esta introdução, seguida de quatro capítulos. No tempo 1 temos o primeiro capítulo, *O Planejamento e o Espaço Agrário*, onde se situam o âmbito conceitual/normativo e o contextual para refletirmos a pesquisa. No segundo capítulo, *Planejamento Regional e pecuária no médio rio Tocantins entre 1960 e 1980*, mostra-se a pecuária e política a partir de 1960. Para tal, considerou-se os programas e políticas na Amazônia paraense que incidiram na microrregião de Tucuruí (a qual faz parte o município de Novo Repartimento), desdobrados como objetos geográficos, a hidrelétrica de Tucuruí e as estradas. Tais infraestruturas edificadas favoreceram a inserção da pecuária na região. Algumas delas relacionadas ao Programa para a Integração Nacional (PIN), primeira metade dos anos 1970, outras resultantes da projeção espacial do Programa Polamazônia de 1974 a 1980; os objetos geográficos institucionalizados nos anos 1980, com o Programa Grande Carajás, situando a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e uma breve retrospectiva do uso da terra para pecuária em Tucuruí.

O tempo 2 da pesquisa focou a relação entre espaço e planejamento territorial para mostrar as mudanças e permanências. Para tanto, identifica-se as variáveis área (desmatamento nas propriedades) e unidade de paisagem (pastagens) a partir das políticas anteriores e atuais. No terceiro capítulo, *Conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento-PA*, a elaboração analítica se deu por meio das variáveis escolhidas: florestas, desmatamento e pastagens. No quarto capítulo, *Planejamento estatal e a pecuária em Novo Repartimento-PA*, organizou-se as subseções: planos plurianuais; políticas de créditos; apropriação da terra nos assentamentos do INCRA em Novo Repartimento. Neste percorreu-se sobre a situação atual do objeto, a partir dos PPAs de 1996 a 2020. Para as análises levou-se em conta as variáveis empíricas da pesquisa: áreas (desmatamento nas propriedades rurais); Unidade de Paisagem (pastagens); no que concerne à representação cartográfica, os dados dos programas e fontes de crédito destinado à pecuária; bem como observou-se a ação dos atores (grandes e pequenos produtores, nestes incluem-se os assentados pela política de ocupação planejada da terra) no processo de produção do espaço agrário em Novo Repartimento; identificou-se como estes veem a pecuária no que se refere ao crédito concedido à agropecuária e como isto produz o espaço agrário em Novo Repartimento. Finalmente, retornou-se à ideia central e às noções trabalhadas em cada capítulo, observando como elucidou-se a

tese. E considerou-se que a partir da tese é possível construir uma agenda de pesquisa em Geografia que permitirá a continuidade de estudos.

CAPÍTULO I – O PLANEJAMENTO E O ESPAÇO AGRÁRIO

Neste capítulo situa-se a pesquisa em âmbitos contextuais e conceituais como ponto de partida da reflexão. Em primeiro plano mostra-se contextos em que a Amazônia paraense é objeto de uso e apropriação de projetos estatais. Do ponto de vista dos fundamentos conceituais tem-se uma primeira noção de que o espaço agrário é constituído de relações sociais, estas ocorrem em forma de experiências consolidadas e de nova experiências que se apresentam no lugar.

Os fundamentos sobre espaço agrário, elaborados nesta tese, estão na compreensão de Ianni (1979), Oliveira (2007), Amin (1977), Vergopoulos (1977), Veiga (2004) e Vainer e Araújo (1992), em que observamos que espaço agrário está relacionado às menções de desenvolvimento de capitalismo no campo, com suas materializações na forma de que “aquele que desmatou é reconhecido como o dono da terra, inclusive, é comumente beneficiado por políticas públicas criadas recentemente, com amplas brechas para a legitimação da grilagem” (TORRES, 2017, p. 1).

Embora este e outros autores aqui mencionados não estejam afirmando o conceito de espaço agrário, eles são o ponto de partida para a reflexão. Nesta mesma perspectiva, as formulações de Santos (2009[1996]; 2014[1988]) de sucessão e coexistência foram usadas para o entendimento de espaço agrário quanto ao uso e apropriação da terra.

No que se refere ao planejamento estatal, identificam-se na Constituição do Brasil de 1946, Art. 199, as primeiras ideias de planejamento destinadas para a Amazônia. Depois disto houve a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por meio da Lei 1.806 de 1953. Em seguida, literaturas como Pandolfo/SUDAM (1996), Silva (2014; 2017) foram importantes para o entendimento de planejamento na Amazônia.

O texto deste capítulo foi organizado em duas seções. Na primeira dá-se ênfase aos contextos que perpassaram na Amazônia e incidem na área de pesquisa da tese. Na segunda seção desenvolvem-se os conceitos fundamentais da pesquisa, expostos a seguir.

1.1 SITUAÇÕES CONTEXTUAIS

A dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento é a principal situação de pesquisa. Criar gado no município é uma atividade na qual se dá a relação social de maior destaque e seu desenvolvimento ocorre a partir da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. A pecuária é desempenhada como uma prática pelos pequenos produtores, que têm nela a possibilidade de uma espécie de poupança ou liquidez, à medida de suas necessidades. Mas, pelos grandes pecuaristas, o entendimento é que a pecuária é prática como commodities. Disto advém as transformações de florestas em pastos.

Mostra-se nesta seção como a pecuária se encontra na área da Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) e a quais contextos dos planejamentos estatais se relaciona. As elaborações dos programas e os planos plurianuais subsidiaram a inserção da pecuária e região. E assim constituem-se como elementos de formação da RILT.

Matta e Laraia (1978) destacam que na região sudeste paraense, na incidência de Tucuruí, Novo Repartimento e adjacências, o uso da terra se deu primeiro por indígenas. Posteriormente, os colonos a ocuparam. A partir da década de 1960, no âmbito dos planejamentos regionais destinados à Amazônia, usou-se da área com outras formas de ocupações. Naquele momento foram consolidadas as ações de produção de energia e de extração dos recursos naturais; e no estágio atual pela pecuária.

Em largos traços, desde a década de 1960, os usos da terra se deram a partir do “Plano de Valorização da Amazônia”, seguido do “Plano de Integração Nacional”, depois nos planos plurianuais (PPAs). Estes últimos denominados de “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”. Na Amazônia teve-se o “Plano da Amazônia Sustentável”, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PACS) I e II.

Um dos exemplos que sustentam a relação entre espaço agrário e planejamento territorial é o primeiro Plano Quinquenal. Sua procedência é o art. 199 da Constituição Federal de 1946, e sua elaboração consta na Lei n.º 1.806/1953. O referido Plano na literatura entusiasmou a extração dos recursos da Amazônia paraense. Ação que ocorreu em forma de pressão ao ambiente, em favor do progresso capitalista-industrial. Sobre isto, Mougey (2018, p. 377) afirma que se realizaram ações por “projetos titânicos [...] como a transformação de imensas extensões de

florestas em campos agrícolas intensivos”. Assim, como a inoperância da SPVEA, em termos de insuficiência financeira, que fez sucumbir o primeiro Plano Quinquenal e levou à sua extinção.

No primeiro Plano Quinquenal, o desenvolvimento agrícola deveria ocorrer em áreas selecionadas, identificadas no total de 28 zonas economicamente recuperáveis. Uma destas áreas é Tucuruí-Jatobal, esta marginal à Estrada de Ferro Tocantins (MATTA; LARAIA, 1972).

Em 1966, o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR) considerou a região sudeste do estado do Pará como “Amazônia Periférica” (BRASIL, 1966, p. 10). No texto ministerial, a área que se situa na direção dos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, e incide nas bacias dos rios Araguaia e Tocantins, é onde se localiza atualmente o sudeste paraense. O MECOR designou a área para o investimento de capital privado. E a partir da criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e do primeiro Plano Quinquenal ocorreu “a transformação de imensas extensões de florestas em campos agrícolas intensivos” (MOUGEY, 2018, p. 377).

Conforme Silva (2017), a SPVEA foi inoperante em termos de insuficiência financeira. Como consequências disto teve-se baixa qualidade técnica e presente ingerência política, o suficiente para sucumbir o primeiro Plano Quinquenal e para a extinção da SPVEA. Neste contexto criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Lei n.º 5.173 de 27 de outubro de 1966. A partir daí, a SUDAM foi o órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia. O modelo de desenvolvimento seria o orientado para o crescimento econômico, em forma de desenvolvimento construído para beneficiar quem não está no lugar.

Tem-se como exemplo de desenvolvimento orquestrado para os que não são do lugar duas ações fundamentais. Uma foi a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), na qual a Zona Franca de Manaus se constituiu como um enclave tecnológico no meio da floresta, propiciado por grandes incentivos fiscais. A outra é a configuração do padrão primário-exportador nos estados do Pará e de Mato Grosso. Isto “em termos bastante agudos, muito pouco preocupado com a preservação de biomas ou com a elevação da qualidade de vida das populações autóctones” (TRINDADE; DE OLIVEIRA, 2016, p. 300).

Locatelli (2009) pontua que o desenvolvimento da Amazônia entre anos de 1950 e 2000 é concepção apropriada a partir das denominações dadas pelos planos

destinados para a região. As denominações de desenvolvimento da Amazônia são feitas sob as adaptações de abordagem discursiva para responder aos interesses pretendidos pelos sujeitos de fora da região.

Um dos fundamentos é a noção de valorização econômica da Amazônia. Este em caráter permanente em termos de investimentos estatais para favorecer a iniciativa privada, dada pela constituição Federal de 1946. O que é contraditório, pois, a chamada valorização econômica é, na prática, extração das riquezas em forma de *commodities* para sustentar as economias de fora da região.

Godim (1994, p. 77) ressalta a nacionalidade de quem escreve sobre a Amazônia, “os séculos podem variar e os cronistas, [mas] o rio e a mata amazônicos, quase genericamente, nenhum se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial”. Mas no âmbito do planejamento estatal, estes aspectos ficaram de fora. O que houve foi uma relativização destes relatos, ora inferiorizando a região, ora enaltecendo a fauna, a flora e o homem da região.

Ribeiro (1987, p. 149) rememora que durante os últimos três séculos e até metade do século XX, o homem viveu na Região, com atividades entre rio e a floresta.

Onde o rio foi sua principal fonte de produção alimentar, através do pescado. Em seguida o homem avançou pela floresta para dela colher os frutos de que precisava; nela fez o seu refúgio, abrigo e proteção, e em grande parte, com ela tornou-se auto-suficiente, econômica e psicologicamente, isolando-se do resto do mundo, como um estranho eremita, não mais refugiado no mundo em regiões desérticas, mas no próprio trópico úmido: a floresta (RIBEIRO: 1987, p.149).

À medida que as políticas de planejamentos são destinadas à Amazônia, “[ela] tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação da infra-estrutura econômica, pelo governo” (MARTINS, 1989, p. 79).

Assim, as políticas de desenvolvimento da Amazônia têm como forma, enquanto conteúdo e interesse exógenos, os mecanismos de persuadir e dominar a população local. Elas ignoram as diferenças entre os que têm sua relação tradicional com a terra e rio, daqueles que buscam a expansão do capital (ESTERCI, 1978).

Castro (1989) lembra que no Programa Grande Carajás (PGC), o discurso desenvolvimentista dos anos 1970 marcou a intervenção em todas as esferas da vida econômica, política e social da região. A política do Estado no âmbito do PGC foi

“elaborada sob claras intenções de articular o quadro de intervenções do poder público na região-programa” (CASTRO, 1989, p. 127).

Para Castro (2017), o modelo de ocupação da terra na Amazônia é:

incentivado pela SUDAM dos anos 1970 em diante, de grandes fazendas com financiamento público, e de intervenção maciça na exploração mineral, a exemplo do Programa Grande Carajás, ou de incentivo ao extrativismo de madeiras, associado ao modelo de polos de desenvolvimento, acabou revelando ao mundo outra Amazônia, a da floresta em chamas, de chacinas e mortes de índios e camponeses, de conflitos, de acirramento das disputas na fronteira. [O estado do] Pará está associado a uma história de violência colonial — coronelista e patrimonialista — relacionada ao território e às tensões sobre populações ali residentes, sobretudo no que diz respeito aos processos de colonização e abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília, nos anos 1960. Conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros, marcam as imagens e tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade (CASTRO, 2017, p. 10).

Neste sentido, Martins (1989) usa o termo “Amazônia Legal” como sinônimo de “Amazônia: lugar de impasses políticos dos movimentos sociais”. O autor considera que os conflitos na região amazônica travados entre policiais, grileiros e latifundiários em face dos posseiros, em que:

a Amazônia [...] é uma sociedade nacional em que a reprodução do capitalismo constitui cada vez mais um processo tenso que se expressa na proliferação de conflitos no campo e na cidade. [...] a região amazônica se destaca como área diretamente subordinada por esse processo conflituoso, como uma espécie de região problemática (MARTINS, 1980, p. 67).

A partir destas abordagens, a concepção de desenvolvimento da Amazônia está balizada sob a noção de um modelo antidemocrático. Outrossim, como pacto político costurado durante a ditadura militar que uniu latifundiários e capitalistas, o desenvolvimento da Amazônia fez parte da “democracia” instalada no Brasil que submeteu os oprimidos do campo e da cidade a todo tipo de violência da ditadura (LOCATELLI, 2009).

Martins (1989) relembra que o *modus operandi* dos capitalistas do sudeste do Brasil fez a expropriação de sujeitos dos lugares e operacionalizou a exploração da terra. Eis o exemplo, em São Paulo, um grupo econômico, nacional ou multinacional,

que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho do operário [...] utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas (MARTINS, 1989, p. 16).

A concentração fundiária se deu da seguinte forma: de um lado houve a diminuição do número de propriedades. De outro ocorreu o aumento de área de terras adquiridas através de incentivos e condições favoráveis às grandes empresas nacionais e internacionais e aos banqueiros do Centro-sul. Desta política de subsídios resultam as concessões de privilégios, criando-se as frentes pioneiras de penetração e ocupação da terra. Ribeiro (1987) afirma que com isto promoveu-se a devastação de suas fronteiras e o aparecimento do conflito com posseiros que vinham de outras regiões do País.

No que se refere à área de pesquisa, na noção de fronteira, no médio rio Tocantins, lembra-se que à sua margem localizava-se o povoamento de nome Repartimento. Ele não começa a partir de um vazio, visto que havia na área populações indígenas. Estas sofreram os primeiros confrontos pela extração da castanha-do-pará e pela implantação da estrada de Ferro Tocantins. E, por influência disto, “aos poucos surgiria uma pequena agricultura de beira de rio (igarapé) ou de lago e nas ilhas, isto é, em territórios menos cobiçados para outras atividades” (MAGALHÃES, 1982, p. 34).

Acselrad (1991) afirma que as culturas desenvolvidas pelas pessoas nas áreas de Tucuruí e proximidades eram o extrativismo e a lavoura de subsistência. As terras nas áreas eram classificadas como: devolutas da União; terras de propriedade do Ministério da Aeronáutica; terras arrecadadas e matriculadas em nome do Incra; terras de propriedade da Eletronorte, advindas da liquidação da extinta Estrada de Ferro Tocantins; além de terras tituladas a particulares mediante procedimentos de regularização fundiária; e terra em parcelas do Programa Integrado de Colonização (PIC) – Marabá, projeto de colonização implantado pelo Incra em 1973-1974, ao longo da BR-230 (rodovia Transamazônica).

Acselrad (1991, p. 56) identifica que na área:

milhares de famílias rurais e urbanas tiveram suas condições de existência alteradas, tanto pelas medidas preparatórias do enchimento do reservatório, desencadeadas a partir de 1979, como pela subsequente inundação de seus espaços tradicionais de trabalho e seu deslocamento compulsório para novas áreas.

A população rural afetada, constituída por ribeirinhos dedicados ao extrativismo e à lavoura de subsistência, foi realocada para terras devolutas da União (localizado para o cruzamento das BRs 230 e 422). Das áreas acima mencionadas, os seus donos ou posseiros foram sendo expropriados por grandes fazendeiros. Loureiro e

Guimarães (2007, p. 231) afirmam que “na Amazônia rural, especialmente nas áreas de existência da pistolagem, em razão de sua natureza *sui generis* de fronteira, a violência tem um nítido caráter instrumental — serve à disputa pela apropriação da natureza”.

Acselrad (1991) reitera que as formas de planejamentos na área que compreende Tucuruí e seu entorno foram autoritárias. Elas promoveram uma desqualificação política e descaracterização cultural das populações atingidas por empreendimentos na área. A noção que nos foi dada é de um espaço agrário disruptivo, quando os processos de permanência e existência metamorfoseiam as relações sociais em benefício do propalado desenvolvimento da região.

Está-se diante de uma metamorfose das relações sociais na região, feita numa coexistência tipicamente orquestrada por um comando exógeno ao ambiente de produção do espaço agrário. Disto desdobra-se em uso do território, que se dá no âmbito da pecuária bovina em Novo Repartimento. O contexto da atividade pecuária, na forma extensiva como ela é realizada, exige a cada ano maior uso da terra para a sua expansão.

Uso da terra no qual, em toda a Amazônia, o capital é o agente que promove a expropriação e a exploração a um só tempo. Para extrair as riquezas naturais da região as multinacionais fizeram o processo de expropriação e proletarianização. Isto se deu graças à transferência maciça de recurso de dinheiros estatais, que as consequências não foram absorvidas nem mesmo pelo próprio capital (LOCATELLI, 2009).

A terra é objeto do empreendimento do capital e transformada em dinheiro. As formas como o Estado baliza o uso da terra na Amazônia para os investimentos privados promovem o desenvolvimento das riquezas para fora da região. Ações que não deram retorno positivo aos sujeitos do lugar como posseiros, indígenas, caboclos, extrativistas e outros. Locatelli (2009) relembra que os incentivos apresentados pelo Estado revelaram que a prioridade das políticas era a sociedade capitalista, em detrimento do pequeno produtor, ou morador do lugar. Como nos escreveu Martins (1980, p. 49), “[...] esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua”.

O Estado atua em favor do capital. Tem-se o exemplo do primeiro Código Florestal brasileiro de 1937, em que se efetivaram as medidas de uso de recursos

florestais e estabelecidas as primeiras reservas florestais no Brasil. Ioris (2008) pontua que tais medidas estavam relacionadas aos contextos políticos e econômicos do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas. O Código Florestal de 1934 reconheceu as florestas como tema de interesse público. Assim, atribuiu ao Estado a responsabilidade em manejar e proteger os recursos florestais. Em termos conceituais, o Código classificou as florestas em quatro categorias e função: “Floresta Protetora”, “Floresta Remanescente”, “Floresta Modelo” e “Floresta de rendimento” (BRASIL, 1937; IORIS, 2008).

No governo militar inaugurou-se um programa de reservas florestais estabelecido para a Amazônia com a Flona Tapajós. A partir da qual, o planejamento do Estado era amplo enquanto atividade florestal. O planejamento favorecia a expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais e da sua integração à economia política nacional. Ioris (2008) chama atenção ao fato que o governo brasileiro realizou significativos investimentos na produção de conhecimento científico e estabeleceu-se controle sobre vastas áreas de florestas. Controle pactuado por um sistema de reservas florestais para impulsionar e disciplinar a atividade madeireira nos parâmetros científicos do manejo florestal.

Ioris (2008) relembra-nos que é do Código Florestal de 1934 de onde vem a ideia de manejo florestal que se tem atualmente:

Na categoria ‘Floresta Protetora’ incluía todas as florestas localizadas ao longo das nascentes e dos cursos de água, e as que ajudavam a conter a erosão dos solos, a fixar dunas, a proteger sítios de rara beleza natural, que abrigavam espécies raras da fauna nativa ou, ainda, que contribuíam para a defesa das fronteiras nacionais. A segunda categoria, ‘Floresta Remanescente’, incluía áreas de florestas nativas remanescentes consideradas necessárias à preservação por seus valores biológicos e estéticos, e que poderiam compreender os parques nacionais, estaduais ou municipais. A terceira categoria, ‘Floresta Modelo’, incluía florestas cultivadas pela iniciativa privada com propósitos econômicos. A quarta categoria, ‘Floresta de Rendimento’, compreendia todas as demais florestas (IORIS, 2008, p. 294).

Diante de ações como as mencionadas acima, as formulações da política não estavam preocupadas em preservar o bioma amazônico. Assim, Pandolfo/SUDAM (1996) reafirma a denominação Amazônia como “floresta de rendimento”, prenúncio da ideia de manejo florestal² e disto foi elaborada a Política Florestal Regionalizada

² Uma definição moderna de manejo se encontra no próprio decreto que regulamentou a exploração das florestas da Bacia Amazônica — Decreto nº 2 1.282, de 19.10.95. Neste documento, o termo manejo florestal sustentável é definido como administração de floresta para a obtenção de benefícios

para a Amazônia e o segundo Programa de Integração Nacional (II PND). A “floresta de rendimento”, ao ser entendida como “manejo florestal”, foi operacionalizada como atividade econômica. A partir daí serviu para justificar os usos da terra com a criação do II PND, no qual criou-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) na década de 1970 (PANDOLFO, 1996).

Na concepção de manejo florestal reafirma-se a estratégia de desenvolvimento intensivo e extensivo da pecuária no Brasil. E na Amazônia, o pretexto da “vocação do Brasil”   o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo (IANNI, 1979).

Monteiro e Coelho (2008) destacam o Polamazônia como um programa de implanta o de polos de desenvolvimento. Os autores esclarecem que as formas de uso dos recursos estavam na perspectiva de aumentar as exporta es de recursos naturais por meio da amplia o das vantagens corporativas. Por isto foram criadas infraestruturas no campo da energia, da comunica o e dos transportes. Esta forma de uso reverberou na região de Tucuruí, na constru o de infraestruturas como a UHE de Tucuruí e importantes estradas, como as BRs 230 e 422.

Estas infraestruturas na região s o advindas da influ ncia de planejamento estatal que considera a voca o no seu sentido denotativo, como o ato de determinar uma fun o ou a o sobre algo. No caso do Brasil, a voca o procede da rela o externa que produz (no país) a memora o histórica de subordina o e aus ncia de autonomia. A subordina o se d  de forma sist mica, por isto incide na produ o do espaço agrário brasileiro.

Nesta assimila o   que o planejamento estatal associa o espaço da Amazônia paraense   “voca o” pecuária para produzir *commodities*. Isto adv m, sobretudo, da a o do planejamento regional em associa o com o capital e o mercado. Nestas associa es d -se o avanço do modo capitalista de produ o no campo, marcado inicialmente pelas políticas públicas que usam os territórios e dizem que os desenvolvem.

Na letra da Constitui o Federal do Brasil de 1988, no art. 165, instituiu-se o Plano Plurianual (PPA). Nele estabeleceu-se, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administra o pública federal para as despesas de capital, como

econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustent o do ecossistema. Esta defini o deixa claro que para ser sustentável, o manejo deve ser economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo (SILVA, 1996, p. 11).

nova postura do planejamento estatal no país. Brasil (1995), Pereira (1997) e Silva (2014) afirmam que se estava diante da “administração gerencial” no país, marcada pela globalização e emergência do neoliberalismo, cuja premissa era reduzir a intervenção estatal nos âmbitos nacional e mundial.

Nos Planos Plurianuais do Brasil da década de 1980 reiteraram-se as intenções políticas dos anos 1970 à região, de que a área — atual de incidência da pecuária na mesorregião sudeste paraense — era periférica, porque destinada ao capital privado. Assim, na década de 1980 se inseriu a bovinocultura na mesorregião sudeste paraense, no município de São Félix do Xingu, do qual o município de Novo Repartimento é limítrofe na porção sul, onde foi iniciado o programa-pecuário de criação de gado (BRASIL, 1980, p. 28).

Com este pressuposto, a partir de 1980 no sudeste paraense, as áreas de florestas foram transformadas em pastos; que antes, denominadas pelo Estado como periféricas em comparação às demais regiões desenvolvidas do país, enfim destinada a ser apropriada pela iniciativa privada.

Com o Decreto n.º 1.813/1980, Art. 3.º, a apropriação da terra da mesorregião sul e sudeste ocorre em “regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás [...]”. Neste apontou-se o aproveitamento hidrelétrico nas bacias hidrográficas da região, assim como de agricultura, de pecuária, de beneficiamento e industrialização de madeira. Para Brasil (1980), as atividades da pecuária, particularmente a bovinocultura de corte, foram favorecidas pelas condições ecológicas da região do programa.

Com a constituição Federal de 1988, os Planos Plurianuais (PPA) se tornaram instrumentos políticos colocados nas mãos de uma autoridade, a fim de atingir metas econômicas determinadas (BOUDEVILLE, 1973, p. 17). Esta é a possibilidade de elaboração encontrada e não tem a intenção de exaurir a literatura sobre planejamento territorial e espaço agrário, mas a partir delas pensar estes conceitos.

Atinentes aos processos de uso e ocupação da terra em Novo Repartimento, surgem as novas experiências de apropriação da terra. Mas, permaneceram os velhos problemas no espaço agrário, como conflito, pistolagem, precárias relações de trabalho, dentre outras formas. E tudo isto faz suceder e coexistir práticas que têm no desmatamento um de seus fins, e no crescimento da pecuária o seu resultado.

O desmatamento, como um processo que tem causas diretas associadas ao uso do solo, tem subjacentes ligadas ao ambiente institucional e às expectativas de

rentabilidade dos investimentos dos agentes. Este conjunto complexo de causas acaba por resultar em dinâmicas agregadas de larga escala que têm, muitas vezes, características comuns para toda a Amazônia Legal (RIVERO *et al.*, 2009).

Assim, tem-se um espaço agrário estritamente relacionado com os planejamentos estatais, em que a ampliação da pecuária na região se deu via circuitos comerciais dos limítrofes municípios desta porção da Amazônia paraense. De tal modo, a inserção da criação de gado na região se deu como elemento de apropriação da terra e ao mesmo tempo para produção de proteína — ao passo que é matéria-prima e instrumento de produção de derivados, que gera trabalho e reprodução capitalista que se apropria da vida das pessoas e da natureza.

Acerca disto, Torres (2017) aponta que o gado é vetor de desmatamento na Amazônia, dentro de uma conexão entre grilagem e desmatamento em um processo de apropriação ilegal das terras públicas brasileiras, iniciado com vigor no meio do século XIX e em plena continuidade na Amazônia brasileira nestas duas primeiras décadas do século XXI.

Outro enfoque está na origem da desigualdade, podendo ser explicitada pela forma como capital e mercado indiretamente promovem a concentração fundiária. A concentração fundiária se torna um elemento, a partir do qual é elaborada a política de planejamento para “desenvolver” o espaço agrário.

A ação de “desenvolver” a região a partir de política estatal aliançada com o capital, na concepção de Nahum (2012, p. 20) é:

uma espécie de esquizofrenia do desenvolvimento e do território, posto que na forma como chegam empreendimentos minerais, energéticos e agropecuários constituem verdadeiros eventos que desorganizam o lugar, remexendo-o, desequilibrando-o, em suma desenvolvendo-o.

No caso da pecuária, de maneira direta, o Estado fomenta o desmatamento e a criação de pastos e outras formas de uso da terra. Ações como flexibilização do Código Florestal brasileiro e incentivos fiscais favorecem a agroexportação. São ações que promovem a aquisição de créditos financeiros e tecnológicos, e dentre as consequências disto ocorre a marginalização do campesinato.

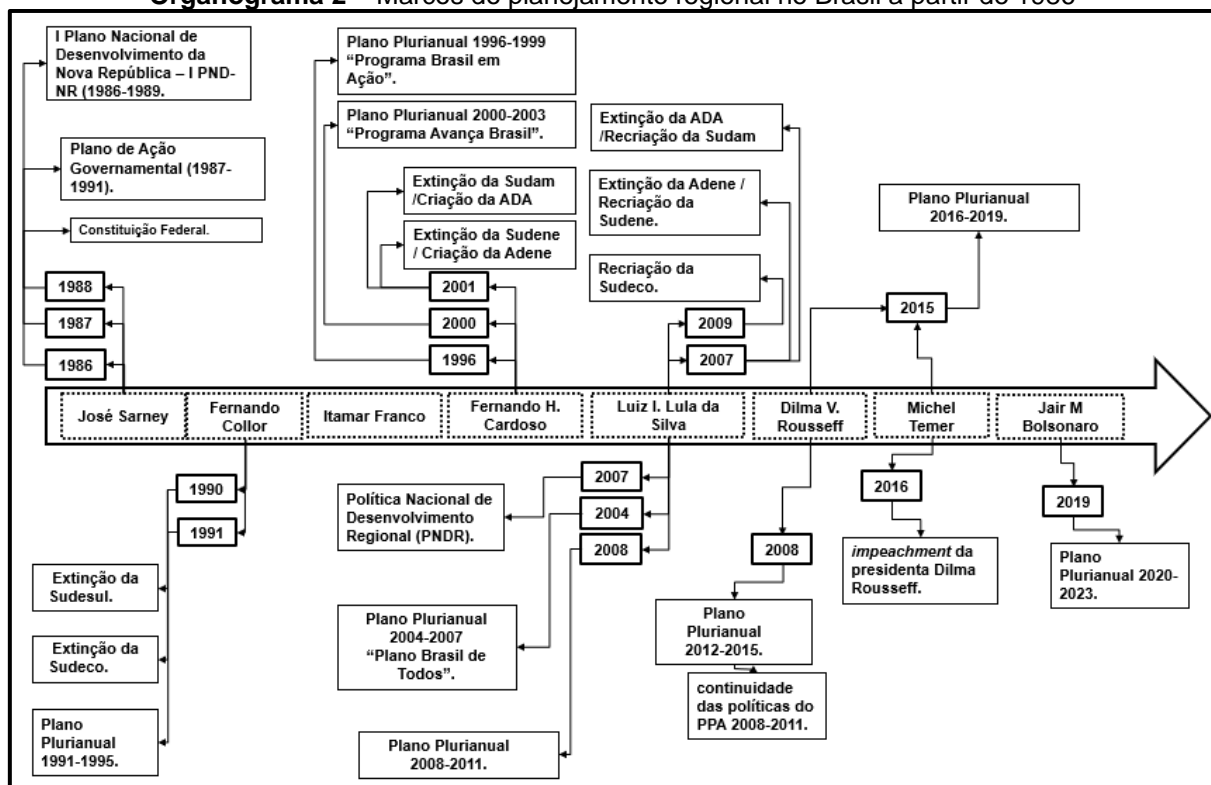
Brasil (2021) registra que em Novo Repartimento houve decisão administrativa de procedência de irrecorribilidade entre os anos de 2003 e 2014, em 46 casos de trabalho escravo envolvendo 185 trabalhadores. Os números confirmam a existência de um modelo de desenvolvimento predatório e de acumulação da riqueza. Além

disto, utilizam-se de mão de obra de migrantes pobres e vulneráveis é realizada em nome de um suposto progresso e da integração da Amazônia ao circuito do capital nacional e internacional.

O espaço agrário se encontrava vinculado e dependente do movimento do mercado. Como também comandado pelos interesses do grande capital e cada vez menos permite alternativas viáveis para a sobrevivência dos pequenos produtores. O espaço agrário está envolto nas formulações atualmente aos planos plurianuais.

Quanto aos Planos Plurianuais (PPAs), eles tiveram início no governo do presidente Fernando Collor de Mello, 1991 a 1995. Em seguida, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi elaborado o Plano Plurianual de 1996 a 1999, denominado de Programa Brasil em Ação (PBA). Conforme Manzoni Neto (2007), as ações destes planos giravam em torno de articulação com planejamento descentralizado, mobilização e capacitação. Ainda assim, os Planos Plurianuais são marcos do planejamento regional no Brasil.

Organograma 2 – Marcos do planejamento regional no Brasil a partir de 1986



Fonte: Brasil (1988; 2020) e Silva (2014; 2019). Elaborado pelo autor.

Sobre estes marcos desdobra-se atenção a partir do PPA 1996-1999, no qual se elaborou o “Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)”³ no ano de 1997. Ele se deu por meio do Edital PBA/CN-01197, em caráter de licitação, para a contratação do Consórcio Brasiliana, constituído pelas firmas Booz-Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda., Bechtel International Inc. e Banco ABN AMRO S.A. A finalidade do edital era a realização do Estudo, sob a supervisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O referido estudo foi realizado no período de 1998 a 1999.

O Consórcio Brasiliana foi constituído pela filial brasileira de uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a Booz-Allen & Hamilton Consulting, pela Bechtel International Inc. Tais empresas reconhecidas entre as principais no ramo de construção civil do mundo, e por um grande banco internacional, o Banco ABN Amro S. A. (BRASIL, 1998).

O referido consórcio produziu um estudo intitulado “identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados”, genericamente conhecido como “Estudo dos Eixos”. O Consórcio Brasiliana valeu-se da Proposta de Conceito de Eixo contida no Edital de licitação (lançado pelo BNDES em 1997). Neste sentido, promoveu-se a equivalência entre os eixos e a noção de região de planejamento definida por Boudeville na década de 1970.

No ano 2000, por meio da Lei n.º 9.989, de 21 de julho de 2000, estabeleceu-se o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003, e recebeu o nome político de “Programa Avança Brasil (PAB)”. Tal como o anterior, o Programa Brasil em Ação (PBA) é interpretado por Tavares (2016) como fruto de um hibridismo de conceito. Mas, sobretudo, de posturas teórico-metodológicas de períodos distintos assumidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Os planos plurianuais do período 2000 a 2013 trouxeram as mesmas noções de planejamento das décadas de 1950 e 1960 que classificava o país como subdesenvolvidos (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1954). A região entendida pela política de estado como homogênea, é caracterizada como área contínua e, ao mesmo tempo, ela foi vista como polarizada. Além disto, formada por áreas heterogêneas em que as partes são complementares entre si. E, finalmente, como região plano ou programa, apreendida pelo Estado como confinantes de uma mesma

³ Disponível em: www.planejamento.gov.br.

decisão, dentro de um caráter operacional que expressa um espaço submetido a uma mesma decisão (BOUDEVILLE, 1973; BREITBACH, 1986).

A partir de 1996, a região de integração do Lago de Tucuruí (RILT) foi parte das intencionalidades dos Programas Brasil em Ação e Avança Brasil. Concernente aos programas, a RILT está dentro do eixo norte, com destaque para o eixo Araguaia-Tocantins. Sua formação se dá pelas hidrovias do Araguaia e do Tocantins, ferrovias Carajás e Norte-Sul, complexo portuário de São Luís. Esta infraestrutura foi prevista como fator de integração intermodal entre os sistemas do Centro-Oeste e do Norte. E (assim) permitiria o escoamento da produção agropecuária e agroindustrial dos cerrados e minero-metalúrgicos da Amazônia Oriental através do Porto de Itaquí (BECKER, 2001).

Fearnside e Laurance (2002) registram outros projetos relacionados ao Avança Brasil, totalizando 338 que foram distribuídos por todo o país. Dentre eles, a realização da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e outros usos do território na região.

Apesar da elaboração e execução de objetivos geográficos oriundos dos PPAs 1996-1999 e 2000-2003, do grupo no poder (Fernando Henrique Cardoso – FHC), os problemas de desenvolvimento do Brasil continuaram nos outros PPAs. A permanência dos problemas se deu em virtude de no grupo no poder (Luís Inácio Lula da Silva – Lula), mudar as projeções. De um lado, nos PPAs de FHC, as políticas não tinham perspectivas de crescimento com inclusão social. FHC validou a administração gerencial. Por outro lado, Lula recepcionou todos os estudos feitos anteriormente, que fundamentam ainda mais a administração gerencial e crescimento com inclusão social.

Segundo Amorim (2016) e Pares (2016), o PPA 2000-2003 não tinha um projeto de crescimento claro. Diferente do projeto de 2004-2007, em que o crescimento era inclusivo, e a inclusão era fator de dinamismo econômico, no modelo 2000-2003 não havia esta vinculação. A seguir vê-se, a partir dos objetivos do PPA 2004-2007, que o investimento estava intrinsecamente ligado à demanda.

O PPA 2004-2007, designado Plano Brasil de Todos (PBT), foi estruturado em três grandes objetivos: 1) Inclusão social e redução das desigualdades sociais; 2) Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e 3) Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003, p. 8).

No que concerne ao objetivo dois tem-se o seguinte:

Um grande esforço de coordenação e mobilização financeira e empresarial para impulsionar os investimentos, **nas atividades agropecuárias**, minerais, industriais e de serviços. A ênfase será colocada nos investimentos destinados à ampliação da geração de divisas estrangeiras, seja pela via da expansão e diversificação das exportações, seja pela via da produção substitutiva de importações. Trata-se de fórmula indispensável para superar a vulnerabilidade externa da economia nacional. Também serão concentrados esforços na recuperação dos hoje deprimidos níveis de investimentos em infraestrutura (BRASIL, 2003, p. 53, grifo nosso).

Conforme Silva (2014, p. 196), o PPA 2004-2007 divergia do “modelo top-Downs, as chamadas políticas públicas impostas de cima para baixo”. Porém, persistiu o favorecimento da agropecuária na Amazônia. Deste modo, continuou a concepção de que a região é periférica, e ainda se desconsiderou a existência de seres humanos residindo na área.

Como muito bem é lembrado em Brasil (2003, p. 87):

Nas regiões da fronteira de expansão das atividades econômicas, esses segmentos sofrem, por sua vez, as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas tradicionais de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às florestas e aos rios, sendo expulsos por grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madeireiros, entre outros.

Isto corrobora com nosso entendimento que na Amazônia paraense, onde estão situados os grandes objetos geográficos empreendidos, a UHE de Tucuruí, a BR-230 são resultantes de normas exógenas. Sobre normas, pensa-se com Santos (2009[1996], p. 231, grifo nosso) cuja afirmação é: “o território como um todo se torna **um dado de harmonia forçada** entre lugares e agentes nele instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação”.

Aquilo que é apontado por Santos (2009) como harmonia forçada é observado na tese como pressões. Estas são, a execução das edificações dos objetos geográficos, a UHE de Tucuruí, estradas federais (BR-230 e BR-422) em Novo Repartimento, como primeiras formas (pressões) de uso da natureza. A segunda pressão foi a extração de madeira que, direta ou indiretamente, é o que contribuiu para o desmatamento e sucessão de outras atividades na área. A pecuária bovina é atual pressão que metamorfoseou a floresta em pasto, que se observa como unidade de paisagem predominante no espaço agrário. Assim, no município de Novo Repartimento, o espaço agrário e a política estatal fazem a pecuária como a maior dinâmica territorial no município.

No PPA 2004-2007 assinalou-se a ação do governo em direcionar investimentos para a infraestrutura a fim de atingir o aumento da competitividade da economia brasileira no cenário internacional. No interior do PPA 2004-2007 havia o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Este, segundo Silva (2014), contou com a contribuição de professores pesquisadores, sobretudo geógrafos e economistas.

O governo preferiu operacionalizar o PAS atendendo aos caprichos da politicagem. Nesta, a finalidade era de maiores “impactos”, por conta da efervescência política e da mobilização para a inauguração do plano. Por outro lado, planos técnicos deixaram de ser implementados por falta de apoio político. Porém, Silva (2014, p. 88) observa que “relativo aos resultados das políticas abrangidas através de planos, aqueles com superior teor técnico comumente apresentam melhores resultados”.

Do exposto acima, tem-se que o *modus operandi* no âmbito do planejamento deveria ter um caráter político de Estado, contudo tem o sentido de governo, o que condiciona os recursos para os blocos políticos mais fortes. A exemplo disto, está em razão:

da elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS), em sua primeira versão havia os seguintes eixos: 1) Inclusão Social e Cidadania, 2) Ordenamento Territorial, 3) Infraestrutura, 4) Financiamento do Desenvolvimento e 5) Produção Sustentável e Inovação Tecnológica. No entanto, quando o relatório foi lançado oficialmente, **o eixo sobre Financiamento do Desenvolvimento foi suprimido em decorrência de uma escolha política** (SILVA, 2014, p. 227, grifo nosso).

Para Silva (2014), o eixo de financiamento do desenvolvimento estava envolto às decisões de caráter político de governo. Por isto restaram as consequências que nenhuma das ações identificadas no plano apareceram no PPA 2008-2011. Desta forma, não houve mais qualquer compromisso em executar o que havia sido proposto para o PAS.

Situações dicotômicas estão arraigadas no planejamento:

se o técnico predominar sobre o político trata-se de uma abordagem positivista; por outro lado, se o político não estiver pautado na técnica, as políticas públicas viram apenas compensações partidárias e eleitorais. Assim sendo, as decisões políticas devem subordinar as decisões técnicas, ou seja, a Administração Pública deve estar preparada tecnicamente para avaliar a viabilidade das decisões políticas e propor políticas condizentes; por outro lado, os políticos devem explicitar os objetivos governamentais para nortear os estudos técnicos (SILVA, 2014, p. 228).

Na Amazônia dos planejamentos regionais é recorrente a sucessão de apropriação da terra e a coexistência dos velhos problemas no espaço agrário. Ambos

na concepção de desenvolvimento para a região, em que em um dado momento lhe é destinado a projeção do “Plano de Valorização da Amazônia”. Noutro instante ela é objeto do “Plano de Integração Nacional”. Em seguida, na Amazônia, são os PPAs como o “Brasil em Ação”, o “Avança Brasil”, o “Plano de Amazônia Sustentável”, este no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PACS) I e II.

Estes planos e políticas são sinônimos de intervenção do Estado na região. A partir de 2007 com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa de desenvolvimento do Brasil e da Amazônia, o Estado deu prioridade aos investimentos públicos nas áreas de infraestrutura física. Além de estabelecer medidas de incentivo ao investimento privado por meio da divisão do país em duas frações.

Período mencionado no qual identificamos a construção da segunda etapa da UHE-Tucuruí e a Hidrelétrica de Belo Monte. Estas são infraestruturas que respondem aos interesses exógenos à região, que recebe a pressão da construção destes objetos geográficos.

A sucessão e a coexistência de uso do território na Amazônia não ocorrem como rupturas drásticas com o modo de pensar o desenvolvimento industrial, apenas ocorrem adaptações discursivas. Nesta ideia, Santos (2009[1996], p. 315) escreve: “há distinção de uma atividade racional visando a um fim prático e uma atividade comunicacional, mediada por símbolos. [...] uma ação humana sobre o meio e, de outro, uma ação simbólica sobre o ser humano”.

Silva (2019) descreve que o Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira (PAS) trouxe influências de dois planos: um é o Plano Plurianual 2008-2011; e o outro é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Sem, contudo, preservar proposições de outros setores da sociedade (BRASIL, 2008; SILVA, 2019).

Por isso, o PAS:

traz críticas contundentes sobre a atuação governamental na região e avança no sentido de criar novos paradigmas para o seu desenvolvimento, buscando, inclusive, inserir a dimensão ambiental nas proposições do PPA 2008-2011 e nas políticas setoriais voltadas à Amazônia (SILVA, 2019, p. 196).

Neste ínterim, conforme Brasil (2008, p. 7-8), para o PAS as alegações estavam na argumentação de uma possível superação da atual exploração predatória dos recursos naturais. Ações oriundas das explorações foram os desflorestamentos, agricultura e pecuária, praticadas com frequência na Amazônia em cumprimento das

decisões nacionais. Ações em que os benefícios não se identificam no país. O PAS contrapôs-se às velhas práticas de uso dos recursos naturais da Amazônia. Ele se propôs como uma elaboração de um novo modelo de ocupação e desenvolvimento. Modelo que incorporou a inclusão social, a estabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades regionais.

Consoante o exposto anterior, problemáticas exógenas deviam ser dirimidas com o objetivo de harmonizar as soluções das questões da economia nacional com as exigências da economia global. Desta maneira, se a inclusão era a novidade, obtinha-se uma solução do par dialético, endógeno versus o exógeno, que resultasse em melhoria efetiva da qualidade de vida dos habitantes da região.

A solução veio em forma de objetivações e isto foi posto em Brasil (2008, p. 54):

Promover o ordenamento territorial e a gestão ambiental, de modo a possibilitar (i) o combate à grilagem; (ii) a resolução de conflitos fundiários e destinação das terras públicas; (iii) o controle sobre a exploração ilegal e predatória de recursos naturais; e (iv) a proteção dos ecossistemas regionais. Fomentar atividades econômicas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais com inovação tecnológica, agregação de valor e valorização da biodiversidade, da geodiversidade e dos conhecimentos de populações locais, de modo a estimular a geração de emprego e renda, o fortalecimento da segurança alimentar e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais.

Subsidiar o planejamento, a execução e a manutenção das obras de infraestrutura nos setores de energia, transportes, comunicações e na instalação de equipamentos urbanos, visando a maximização dos benefícios socioeconômicos e minimização e mitigação dos impactos negativos dessas intervenções na região.

Fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas e de garantias do acesso da população regional a políticas universais de educação, saúde, segurança pública e previdência social.

Embasar a construção de um novo modelo de financiamento na Amazônia, voltado para a redução das desigualdades sociais e regionais, geração de emprego e renda, uso sustentável dos recursos naturais.

Para Locatelli (2009), o PAS sugere objetivos de abranger a transversalidade ambiental na influência política, enfrentar a grilagem de terras, a transgressão dos direitos humanos. Entretanto, o Estado brasileiro não deu legitimidade ao PAS. O governo brasileiro não conseguiu retirar o PAS da categoria teórica de instrumental metodológico, do plano do diálogo, das consultas/audiências públicas entre os níveis de governo.

O planejamento de desenvolvimento sustentável para o grupo no poder do período trouxe em si a subordinação dos planos e programas de crescimento. As

heranças dos planos anteriores estavam presentes, no que se refere a âmbitos econômicos e sociais. Isto conclui o fato de que “o PAS e o MacroZEE não rompem com a concentração dos grandes empreendimentos produtivos em poucos espaços, selecionados conforme as estratégias de alguns grupos capitalistas” (MADEIRA, 2014, p. 25).

Desta forma, de maneira mais direta com os objetivos da tese, tem-se no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Ele se encontra organizado em duas partes, a dimensão estratégica, composta pela visão de futuro, por quatro eixos estratégicos, por 28 diretrizes estratégicas; e a dimensão tática que apresenta os 54 programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado (BRASIL, 2016).

Neste período identificou-se as informações do Plano de Desenvolvimento da Agropecuária (PDA) de 2015 a 2020, estruturado em seis eixos principais: modernização e desburocratização, marco regulatório, conhecimento e suporte estratégico, sustentabilidade institucional e financeira, programas e projetos técnicos e monitoramento e avaliação. Entre as prioridades do PDA estão a atualização do marco regulatório de defesa agropecuária, padronizando legislações conflitantes em diferentes instâncias, e a redução do tempo de trâmite dos processos (BRASIL, 2018).

Portanto, a concepção da seção foi suscitar os contextos de planejamentos e políticas estatais. Estes, ao longo do tempo, subsidiaram a inserção da pecuária bovina sobre áreas que foram transformadas em pastos. A pecuária é produto gerado nos marcos do planejamento estatal. Os termos centrais da pesquisa, como espaço agrário, planejamento territorial e a dinâmica territorial, são fundamentos que possibilitam demonstrar a tese no plano analítico conceitual.

1.2 ESPAÇO AGRÁRIO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Considerando os contextos descritos acima, os termos centrais para elucidar a tese são o espaço agrário e o planejamento regional. Estes serão trabalhados a seguir com o intuito de clarificar sua devida utilidade no desenvolvimento da tese.

Conceitua-se o espaço agrário como permanências (realidades consolidadas) e mudanças (novas experiências), em virtude de uma ou mais atividade social e o uso da terra numa área. Usa-se este conceito na descrição e análise das realidades consolidadas que são todas as ações que compõem a retrospectiva dos usos e ocupação da terra. As novas experiências aparecem como formas e conteúdos

diferentes dos usos anteriores e fazem suceder a apropriação da terra a partir da pecuária em Novo Repartimento.

Na tese, as realidades consolidadas e novas experiências no/do espaço agrário são elaboradas em dois tempos, como colocadas no plano metodológico e desdobradas nos capítulos II, III e IV. O espaço agrário não é estático e nem uma área limitada. Ele é produto das relações sociais estabelecidas no lugar, mas seus alicerces estão em outras escalas de relações, dentre elas no mercado de *commodities* e nos planos da macroeconomia.

Conceitua-se planejamento territorial como uma maneira institucional do Estado persuadir a sociedade a considerar o uso, apropriação da terra e seus recursos como algo bom. E compreende-se como atuação do Estado que extrapola a escala do lugar e da região.

Usa-se este conceito para pensar a concepção de permanências e mudanças no uso do território. O planejamento territorial será mostrado na tese nos dois tempos de elaboração, nos capítulos II, III e IV, e sempre correlacionado ao conceito de espaço agrário e visto na dinâmica da pecuária.

Parte-se da concepção que para discernir a relação entre espaço agrário e planejamento territorial na Amazônia Paraense é imprescindível tratar sobre a área onde incide o desmatamento nas propriedades e as pastagens, no processo de produção da pecuária.

Como já anunciado na introdução, as áreas desmatadas (extensão) e as de pastagem (manifestação) são concebidas como variáveis da tese. As áreas das propriedades rurais são valores de medida em hectares. Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA), são módulos fiscais (considerando a atividade econômica predominante desenvolvida) com medida, no caso da Amazônia, que varia em torno de 5-110ha. Assim, as compreensões dadas sobre área centram-se na concepção dos usos das terras que são transformadas em pastos nas propriedades rurais.

A pastagem é um dos insumos indispensáveis para a prática da pecuária no Brasil. Para a EMBRAPA (2014, p. 9), criar gado a pasto “se constitui na forma mais econômica e prática de produzir e oferecer alimentos para os bovinos”. A EMBRAPA (2014) elenca alguns fatores: o Brasil é vocacionado para desenvolver a pecuária devido às características climáticas. Assim como, sua extensão territorial e por ter um dos menores custos de produção de carne do mundo.

Oliveira Filho (2015) afirma que o número de animais criados por hectare, tecnicamente, poder ser próximo a três (3) cabeças de gado com condições favoráveis de crescimento e engorda. Nestas premissas, a EMBRAPA (2014) considera a pecuária como vocação para a Amazônia e em Novo Repartimento ela ocupa a maior parte da área dos seus 15.432 km² de extensão areal.

A pecuária vem se realizando no município e para tal há um conjunto de fatos, entre os quais identificam-se os planejamentos regionais destinados à Amazônia Paraense a partir da década de 1960. Neste caso, o germe disto foi o balizamento institucional previsto na Constituição Federal de 1946, que instituiu a “execução do plano de valorização econômica da Amazônia” (BRASIL, 1946, Art. 199).

No Brasil (1946), na Constituição Federal do 1946, no seu Art. 199, estava determinando o seguinte: “Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, **durante, pelo menos, vinte anos consecutivos**, a quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária”. Em vinte anos não ocorreu a valorização da Amazônia. O Art. 199 sofreu mudança na sua redação dada pela Emenda Constitucional n.º 21 de 30 de novembro de 1966. Nela tem-se: “na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, **em caráter permanente**, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária (BRASIL, 1966, grifo nosso).

A referida constituição menciona apenas uma vez o nome Amazônia, mas o suficiente para manifestar no médio rio Tocantins o que viria ser dele, um espaço agrário, como o tempo das “diversas ações e dos diversos atores [...] concomitantes, inseridas nos eixos das coexistências” (SANTOS, 2009[1996], p. 159). Isto nos permitiu entender a atual região de integração do Lago de Tucuruí (ou microrregião de Tucuruí), da qual faz parte o município de Novo Repartimento, e sua relação com a dinâmica da pecuária bovina, a partir da noção de “sucessão e coexistência” (SANTOS, 2009[1996]).

Pensa-se a partir das contribuições de Santos (2009) e Nahum (2019) para a elaboração da noção de espaço agrário. Nosso pressuposto é que no fenômeno geográfico que denominamos de “espaço agrário” é possível observar sucessões e coexistências. Ele pode ser visto como processos não lineares, marcados por materialidade e imaterialidade, o que o torna singular, sobretudo em relação aos modos e mecanismos de apropriação da terra.

Assim, considera-se que o espaço agrário se dá no âmbito das relações sociais atravessadas por permanências (realidades consolidadas), assim como por mudanças (novas experiências), onde os usos, as formas de territorialização e os sujeitos/objetos/ instituições envolvem-se em uma atividade econômica. No caso de Novo Repartimento, o espaço agrário é produzido pela solidariedade que consiste na produção da pecuária bovina que se liga aos sistemas de relações capitalistas. Neste sentido, Acselrad (1991, p. 53) interpreta o espaço agrário como processos de “disrupção social associada à natureza dos procedimentos adotados na operação de programa de relocação [de pessoas para área]”.

O espaço agrário, na condição de experiências consolidadas, produz uma conformação entre os sujeitos: o sitiante, o posseiro, o fazendeiro, o Estado. Nesta conformação fazem parte a violência e a pobreza. As novas experiências são condições materiais de existências atuais, onde a política e o espaço agrário normatizam ou legitimam um comando onde as coisas se ajustam.

O espaço agrário ao qual nos reportamos tem como peculiaridades os usos da terra, os processos de territorialização, os mecanismos de apropriação territorial. Além disto, ele traz especificidades relacionadas ao modo de vida rural. Nele, em particular, há a presença de rios, florestas, sistemas ambientais típicos de nossa região e povos que trouxeram contribuições para esta realidade ambiental.

Andrade (1989; 2002) explicita o espaço agrário pela formação sociopolítica, na qual a sociedade transforma-se por interesses econômicos, em que a população é afetada diretamente. Atinentes a esta perspectiva, o espaço agrário não é linear. Ele enquanto realidade social operacionaliza-se em avanços e recuos nas maneiras de se realizar. Nisto, o processo de novas adaptações se enriquece, tanto pelas inovações como pelas ressurgências que ocorrem, de tendências tradicionais que aparecem no espaço agrário.

Andrade (1989) relembra as características do espaço agrário brasileiro sendo de grande extensão territorial, grande produtor de grãos e de outros produtos quase sempre destinados à exportação. É um país de economia muito expressiva — 8.º lugar do mundo —, mas com um IDH muito baixo, de 0,747, ocupando o 74.º lugar do mundo. Estas características nutrem relações sociais, ainda na velha forma de ocupação do território nacional, que atualmente vai se estendendo para as áreas de fronteiras. Sobre as velhas formas:

Na realidade, o processo de colonização deu origem a sistemas de apropriação da terra onde ela era dividida em grandes lotes — as sesmarias — que eram dadas a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las, utilizando a força de trabalho, sob coação — indígenas e negros africanos; este sistema permitiu a formação de grandes latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação (ANDRADE, 1989, p. 13).

A ocupação da terra, na década de 2020, não tem o mesmo formato apontado por Andrade (1989), porém, se aproxima no fato de que as áreas de grandes fazendas de gado relembram os grandes latifúndios. As forças de trabalho são formadas de pessoas que outrora eram proprietárias das terras, mas por alguma razão tiveram que vendê-las.

Nesta perspectiva de sucessão, compreende-se o espaço agrário de Novo Repartimento por relações sociais de produção. Estas indicam que muitos dos sujeitos que residem no lugar usam a terra para a principal atividade econômica, a pecuária. As relações entre Estado e capital indicam que a terra já se destina para a iniciativa privada. A peculiaridade deste espaço agrário está relacionada à atividade da pecuária, na qual, a terra é apropriada. E o ponto de partida para isto é o planejamento regional elaborado pelo Estado.

Neste sentido, conceitua-se o planejamento regional como a forma institucional de o Estado persuadir a sociedade a considerar o uso, apropriação da terra e seus recursos como algo bom. Mas é uma determinação antecipada, aliançada com o capital para usar o território. Segundo Santos e Silveira (2011, p. 17), “o território é compreendido como unidade e diversidade, é sempre uma questão central da história humana. Em que cada país, constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”.

Território é a dimensão do espaço identificada por relações de poder. Nele ocorre a alienação do espaço agrário pelos sistemas de relações e se explicitam através do uso das ações humanas. Onde “o território usado [é] sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 17).

Para elucidar a conceituação de espaço agrário considera-se duas possibilidades: sucessão e coexistência (SANTOS, 2009). Quanto à noção de sucessão, o espaço agrário está em constante construção e a estratégia disto produz entendimento entre as pessoas do lugar, por meio de uma pragmática de muitas normas. As normas comunicam qual seja o processo de apropriação da terra. Os processos de apropriação são realizados por meio da posse, legitimação do estado (em forma de assentamento), compra, grilagem, expulsão dos que estavam na terra.

Assim, a terra é o substrato do espaço agrário sobre o qual é possível a sua produção, vista nesta pesquisa a partir da dinâmica da pecuária bovina. A segunda possibilidade se refere à coexistência no espaço agrário, o uso do território que se observa na conformação entre os sujeitos instalados e influenciadores na sua produção. Coexistem nele, o sitiante, o posseiro, a pobreza, a violência, o Estado. E as normas de liberdade de ir e vir, mas sem dizer nada. Há, pois, um silêncio entre os agentes, no qual a operacionalidade técnica do capital, em forma de produção de *commodities*, determina o *modus operandi* no e para o espaço agrário.

O espaço agrário é produzido na adaptação da convivência. Assim, mesmo que pequenos proprietários sejam expulsos, estes são convocados a ficar nas áreas como necessários serviços para o avanço da pecuária bovina na área de uso. As coexistências são condições materiais de existência, onde a política e o espaço agrário normatizam ou legitimam um comando para deixar coisas como estão, e por si só elas se ajustam.

Do mesmo modo, quando se diz que as categorias de análise da pesquisa surgem da compreensão da noção de sucessão e de coexistência, nisto está se entendendo que desmatamento e pastagem resultam da relação entre espaço agrário e planejamento territorial. A dimensão da política, no seu sentido originário, teria a concepção de incluir, cuidar, planejar, instituir, fazer com que pessoas sejam reconhecidas.

A política poderia possibilitar as formas de existência das pessoas, asseguradas com a posse da terra. Entretanto, os seus efeitos expressam-se em desmatamento e pastagem, e estas são as paisagens predominantes na dimensão areal do município de Novo Repartimento. O espaço agrário se configura como uma categoria política e distingue-se de meio rural ou campo. Ele se realiza por permanência e existência de ações oriundas de múltiplas determinações em virtude da pecuária bovina. Assim, se expressa de forma singular pelas relações sociais estabelecidas em virtude da posse da terra. Apropriação feita por quem detém o capital e tem maior facilidade de acesso a ela, com a finalidade de vários usos e extrair dela a renda da terra.

O espaço agrário é singularizado, primeiro na desigualdade do campo, acirrada numa relação entre agropecuaristas familiares e agropecuária patronal. Entretanto, é uma relação que se apresenta combinada. Trata-se da maneira pela qual uma forma de produção dominante exerce a sua hegemonia sobre as outras.

Neste sentido, é possível pensar numa terceira singularidade do espaço agrário que está no âmbito do agronegócio. Neste favorece-se o mercado externo, significando mais usos do território. O Estado promove as benesses ao agronegócio, linhas de crédito relacionadas à aquisição de insumo, como maquinários, agroquímicos e biotecnologia. Estas aquisições servem à produção de *commodities* e à agroindústria que agrega valor sobre a produção.

O espaço agrário é construído por práticas e ações sociais concretas e conscientes que se constituem em responsabilidade e solidariedade e se expressam contraditórias. A dimensão espacial do desenvolvimento resgata a natureza transformada pelas relações sociais. Souza (2005, p. 99) afirma que “o espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais e um condicionador dessas mesmas relações”.

Em Novo Repartimento, o espaço agrário é uma construção de práticas e ações sociais concretas que produzem uma solidariedade que propicia a ampliação da pecuária bovina. A característica deste espaço agrário consiste na forma de apropriação da terra, em que a pecuária é motora das relações sociais. O planejamento regional é a estrutura política em forma de benesses que favorece o capital e por isto se dá a ampliação da pecuária no município.

A elaboração de uso do território de Milton Santos (2009) permite a interpretação de que os planejamentos territoriais são elaborados distantes do lugar. Eles ocorrem em sistemas técnicos do mundo, para impor o uso do território como racionalidade instrumental. Assim, os sujeitos que residem no município e os que planejam o espaço agrário cooperam para a extração da renda da terra que se realiza com a frente de expansão da pecuária. Esta faz suceder apropriações da terra pela sua compra e outros meios. Uma forma é a expulsão de camponeses e assentados da terra, mas os retirados dela permanecem nas áreas como trabalhadores braçais das fazendas.

Amin (1977), tendo estudado a relação da agricultura com o capitalismo, deixou pistas importantes acerca do modo de produção sobre a agricultura e capitalismo agrário. Escreveu o autor que “a unidade de produção na agricultura será capitalista, por analogia, se puser em funcionamento equipamentos importantes e mão de obra assalariada” (p. 11).

O espaço agrário de Novo Repartimento é produto de relações sociais que são estabelecidas para a promoção da pecuária enquanto dinâmica econômica. Nos lotes

de terra do pequeno produtor, é ele quem operacionaliza o trabalho, mas nas grandes fazendas há trabalhadores a serviço dela.

A partir da formulação de Amin (1977), considera-se que o modo de produção das fazendas é capitalista por haver nelas assalariamento dos trabalhadores. Este é um aspecto que dá característica ao espaço agrário. Dados oficiais do Governo Federal referentes a Novo Repartimento, disponíveis no Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), informam decisões administrativas de procedências de irregularidades de trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo e que foram resolvidas com inclusão no cadastro de empregadores no MTP (BRASIL, 2021). Isto confirma que há relações sociais no espaço agrário de mão de obra assalariada.

Esta é uma das características do espaço agrário de Novo Repartimento, permeado por relações no âmbito da pecuária. É um espaço agrário distinto por mudanças e permanência de uso. E mesmo que haja isto em outros espaços, é marcado pelo antagonismo produzido sobre um substrato natural, a terra.

De acordo com Amin (1977), o modo de produção capitalista é destinado ao comércio. E no mesmo universo a força de trabalho torna-se mercadoria e ambos, capital e trabalho, são móveis.

Quanto ao modo capitalista, a primeira dificuldade que surge no estado de suas relações com a agricultura provém do conceito de modo capitalista que ignora 'o controle' do solo, isto é: o acesso à disposição de forças da 'natureza'. Conhece-se, na verdade, apenas duas classes no modo de capitalista: burgueses e proletários: dois 'rendimentos' lucro e salários que em outras palavras são na linguagem da economia convencional dois fatores de produção' capital e trabalho (AMIN, 1977, p. 12).

Neste seguimento, tem-se na força da natureza (neste caso a terra) o acesso para a produção do capital fundiário, a excepcionalidade que distingue o espaço agrário de qualquer outro espaço. Terra e trabalho são o manancial de toda a riqueza. A terra é um instrumento de produção que produz renda fundiária, proveniente da força disposta na natureza do trabalho humano. Vergopoulos (1977, p. 58) já havia formulado a interpretação neste sentido de que "a propriedade fundiária moderna é a personificação da terra no Modo de Produção Capitalista (MPC), como a propriedade capitalista é personificação do capital".

O espaço agrário conformado para atender ao MPC não é um processo natural. No espaço agrário há um processo no qual as coisas se convertem em relações sociais. E neste caso ele difere de outras formulações de espaço, pois, aqui se encontra a sua singularidade.

Vergopoulos (1977, p. 58), utilizando da expressão de Marx, dá dicas de que o espaço agrário “é um universo enfeitado, pervertido, um mundo sem pé nem cabeça, onde o senhor Capital e a dona Terra, personagens sociais ao mesmo tempo que simples coisas, executam a sua dança macabra”. Assim, está intrínseco ao espaço agrário que a renda fundiária cobrada pelo uso da terra pelo proprietário é parte do mais-valor gerado na produção. O mais-valor é apropriado à medida que ocorre a circulação do capital em forma de mercadoria.

De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é o seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro (MARX, 1983, p. 130).

Interpreta-se que o mais-valor é uma espécie de tributo que provém da terra aos agropecuaristas e aos demais sujeitos que lucram com a atividade. Os efeitos sistêmicos são para os grandes e pequenos produtores de bovinos, para os bancos que financiam a pecuária, fazendo-a circular como mercadoria. Assim, todos os atores captam a renda da terra dentro de uma aliança de classe, e esta tendo por fiador o Estado.

A propriedade da terra é um obstáculo à expansão das relações capitalistas de produção, não porque o proprietário deva necessariamente converter-se em burguês, em capitalista, mas porque, como dizia Marx, a propriedade da terra, na figura do proprietário, ergue-se diante do capital para cobrar um tributo, para cobrar uma renda, sem o que esse capital não poderá expandir-se na agricultura e dominar o trabalho no campo. O proprietário da terra não é uma figura **de fora** do capitalismo, mas de **dentro**. (MARTINS, 1981, p. 170, grifo do autor)

Razão pela qual a bovinocultura está relacionada à apropriação territorial, com um objeto de maior interesse para a renda da terra. Isto permite considerar que a dinâmica espacial é um mecanismo econômico-político do capitalismo, caracterizado pelos usos da força de trabalho e da natureza, que absorve a lucratividade por meio do capital fixo incorporado à terra ou pela expansão geográfica da pecuária.

Em síntese, a teoria da renda da terra resolve o problema de como a terra, que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. A renda da terra, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o valor da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o título da renda da terra gerado por ele. O dinheiro disposto é equivalente a um investimento que produza juros. O comprador adquire um direito sobre receitas futuras antecipadas, um direito sobre os

frutos futuros do trabalho. Direito à terra se torna, em suma, uma forma de capital fictício. (RIBEIRO JUNIOR, 2016, p. 125).

Oliveira (2007, p. 66) diz que:

o processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra.

Neste aspecto, em que se trata a terra como meio, Marx citado por Harvey (1995) afirma que:

‘A renda agrícola real [...] é aquela que é paga pela permissão de investir capital [...] no elemento terra. Aqui a terra é o elemento da produção’. Como tal, ela pode ser encarada como uma forma de capital constante (seja ele, fixo ou circulante). ‘As forças da natureza que são pagas’, no caso do arrendamento de prédios, quedas d’água etc., ‘entram na produção como uma condição, seja como poder produtivo ou como *sine qua non* [pelo que Marx evidentemente se refere ao espaço puro e simples], mas não são o elemento em que esse ramo particular da produção é realizado (HARVEY, 1995, p. 433).

Harvey (1995) endossa a elaboração feita por Marx, em que a terra é o reservatório, de cujas entranhas os valores de uso serão abocanhados. Renda da terra, denominada por Moreira (2007, p. 27) de “renda da natureza e territorialização do capital”, como apropriação do conhecimento sobre a natureza. Neste caso, o conhecimento científico e tecnológico torna-se o lócus privilegiado da inovação e a propriedade do conhecimento torna-se um elemento-chave de sua dinâmica econômica, social e cultural.

A apropriação do conhecimento da natureza e da informação científica é de interesse do pesquisador para um fim específico. A informação é estratificada em cinco níveis de capturas: o estatístico, a concepção das relações de concordância, o conhecimento da natureza, a pragmática das normas e o resultado que se espera.

O primeiro é o nível estatístico em que a cognição aponta, localiza onde há disponibilidade de terras e condições favoráveis dadas por políticas de governos no espaço. Trata-se dos levantamentos das demandas como já realizados no Brasil, um exemplo são os estudos dos eixos de desenvolvimentos do país. Este ocorreu no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Um nível que se concentra em identificar os lugares de oportunidade para uso do território. O segundo nível está na concepção das suas relações de concordância, de subordinação e de ordem desigual combinada. Estas, ao mesmo tempo promovem “o

açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos, [como uma] reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1962, p. 20-21)⁴. As chaves de entendimento da lei e dos planejamentos destinados para a Amazônia estão nas ideias de desenvolvimento como uma concordância desigual que determina as relações formais. Delas constrói-se a sentença, e por fim configura-se a estrutura subordinada pretendida para o uso da terra. Neste caso, a organização do espaço agrário de Novo Repartimento foi e continua sendo em função de produzir *commodities*. O terceiro nível da informação da natureza do espaço agrário está na relação de significado que sucede e coexiste à interpretação das sentenças. Em que mais uma vez a sentença é a apropriação da terra para pecuária, envolta na ideia de desenvolver a Amazônia. O quarto nível está na pragmática das normas — que em vez de ajudar na organização do espaço agrário, a Lei (pragmática) padece no tempo para a sua regulamentação e por isto favorece apenas alguns. Um exemplo disto é o Marco Regulatório do meio ambiente de 2008, regulamentado somente em 2012. Ele trouxe recomendação de que todas as áreas já antropizadas fossem consideradas como áreas consolidadas (Portaria nº 28 de 2008 e Lei nº 12.651 de 2012). O quinto nível da informação da natureza está na ideia do propósito, no resultado que se espera, quando se trata da relação entre planejamento territorial e espaço agrário. Neste caso, a singularidade reafirmada está na apropriação da terra para produzir *commodities*. E isto foi possível pela informação que o planejador teve do espaço agrário, de modo que a informação é construída porque existe um propósito e este é a extração da renda da terra.

De certa forma, o debate do conhecimento da informação da área de Novo Repartimento e as relações sociais ali existentes faz superar a dicotomia urbano-rural. As evidências empíricas do que era rural, campo, na atual fase da globalização permite-nos pensar na ideia de espaço agrário como a mais recente conformação de apropriação da terra e suas finalidades.

Desta maneira, explica-se que o espaço agrário é diferente de área rural, espaço rural, campo, analisados por tipologias como rurais, e/ou urbanas, com a metodologia seguinte: regiões “x” + nº de habitantes e km² em dimensão areal, isto é, dimensão da área e da densidade demográfica da região. No caso brasileiro, para

⁴ Texto traduzido por Michel Löwy (1995).

Veiga (2004), aproximadamente um terço da população brasileira poderia ser considerada residente em regiões de características rurais (os campos e suas pequenas cidades).

O espaço agrário não é considerado pela caracterização de urbano, espelhado nas alterações dos ecossistemas, provocadas pelos humanos. Bem como não é na ideia de rural como lugar cujo ecossistema esteja quase inalterado. Assim, nada de mais urbano do que os ecossistemas que se encontram bastante artificializados, como aqueles usados pelas fazendas de gado.

O espaço agrário não é linear. Ao contrário, a sua evolução elabora-se de forma circular ou com avanços e recuos. Trata-se de um processo enriquecido, tanto pelas inovações como pelas ressurgências de tendências tradicionais que ocorrem, que aparecem durante o processo de construção.

O espaço agrário não deve ser entendido pela dimensão areal de uma região, nem pelo domínio exclusivo da pecuária. Assim como são os produtores de gado, os criadores, mantenedores e garantidores das relações sociais. É da relação entre espaço agrário e planejamento estatal que surgem as experiências consolidadas, como as infraestruturas de estradas e sistemas de transportes elaborados em uma área. Bem como as novas experiências que usam a terra, a exemplo da pecuária.

O que se compreende como permanências e mudanças no uso da terra na região são observadas por Rocha (2008) como operacionalidade técnica tornada capaz de utilização da realidade em movimento. Realidades (permanências) e movimentos (novas experiências), que passaram existir enquanto eixos de penetração nas áreas de floresta. Eixos na forma de grandes projetos minero-industriais, agropecuários e hidrelétricos. Estes promoveram o rompimento das barreiras que caracterizam o seu isolamento e ensejaram a reestruturação da espacialidade regional nesta porção da Amazônia Paraense.

Nesta perspectiva usa-se o termo espaço agrário para entender a totalidade de processos desencadeados socialmente na área de Novo Repartimento. E, assim, identifica-se que a produção da pecuária não se resume ao setor primário. A pecuária vai além disto, é uma dinâmica econômica resultante da relação entre espaço e planejamento territorial.

Assim, a paisagem das fazendas de gado é uma “forma [que] nos apresenta a coisa, o objeto geográfico. Sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem

e este (o processo) nos conduz à totalidade social, à estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social” (SANTOS, 1989, p. 5).

As paisagens das fazendas de gado a pastos extensivos indicam que a pecuária é a atividade de maior dinâmica no município de Novo Repartimento. A pecuária é resultado da relação entre o espaço agrário e o planejamento estatal. No município desenvolvem-se práticas agrárias e não agrárias.

Por exemplo, há as práticas econômicas (as que se relacionam à produção da agropecuária, da agricultura e de produção de energia) e as práticas sociais (uma totalidade que abarca o modo como os homens se organizam para produzir suas vidas, expresso nas instituições sociais do trabalho, da família, da escola, da Igreja, dos sindicatos, dos meios de comunicação social, dos partidos políticos, dos assentamentos rurais etc.), como as lutas, entendidas no geral como conflitos, que não se resumem apenas com o setor primário, sejam elas agrícolas, pecuárias ou extrativistas.

Quando se observa a unidade de paisagem pastagem em Novo Repartimento, é possível dizer que representa a síntese das relações feitas por elementos naturais e humanos. Entretanto, destacam-se as áreas florestais das terras indígenas e as áreas transformadas pelas atividades humanas. Desta última, aquelas relacionadas à produção de gado bovino, através da qual o município é registrado como o segundo maior produtor de bovinos do estado do Pará.

Novo Repartimento aparece no *ranking* nacional e regional como uns dos maiores produtores de gado do Brasil (Perfil da Pecuária no Brasil, Relatório Anual 2016). Por outro lado, conforme a FAPESPA (2016), o município ocupa a 117ª posição no IDHM do estado do Pará, o que é indicativo de produção de pobreza e desigualdade.

Não se pode interpretar o espaço agrário apenas do ponto de vista econômico. Nele há coexistências, em que os elementos centrais dão a sua definição como espaço geográfico “resultado da conjugação de sistemas de objetos e sistemas de ações, que permite transitar do passado, mediante a consideração do presente” (SANTOS, 2009[1996], p. 100).

Enfim, o espaço agrário é composto por permanência e mudanças de uso da terra para a atividade da pecuária e outros usos. É um espaço agrário complexo, permeado por tensões, disputas e conflitos. Uma área usada pelos agentes, como proprietários de terras, posseiros, empresas rurais, sindicatos, associações

cooperativas e o Estado, na personificação dos seus planejamentos regionais, onde estes promovem direta ou indiretamente as dinâmicas territoriais ali existentes.

O Estado é representado com seus planejamentos na produção do espaço agrário. Para Friedmann (1960, p. 7), o planejamento regional “é uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através das manipulações do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados”.

Com esta definição não é possível abarcar toda a complexidade de um processo de planejamento, mas, pelo menos, sublinha alguns dos aspectos essenciais deste processo. Para Friedmann (1960), a definição oferecida é baseada em certos postulados de natureza filosófica, como:

O ambiente influi significativamente no destino do homem. O homem pode determinar seu destino coletivo (história) atuando sobre o ambiente social e natural que o cerca. O homem é um ser racional, capaz de agir racionalmente. O homem é um ser social, capaz de entrar em acordo com outros homens quanto aos objetivos que orientam a conduta coletiva. O homem é um ser cooperativo capaz de esforços de conjunto, no interesse do progresso social (FRIEDMANN, 1960, p. 8).

Primeiro é possível pensar que estes postulados também nos ajudam quanto à noção de espaço agrário, porque são nestas perspectivas que ocorrem as relações sociais de produção. O planejamento é uma atividade universal do homem. Ele é uma ação processual, que no caso da Amazônia, desdobram-se como os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) no século XX. Estes consideram as populações locais e suas atividades como setor atrasado da economia e que deveriam ser removidas para realização dos projetos pensados de fora da região (NAHUM, 2013). O planejamento controla e manipula os homens de determinado lugar para atender aos acordos exógenos que antes havia combinado. Considerou-se que o Estado é o balizador dos planejamentos territoriais.

a Constituição Federal de 1946 consagra definitivamente a idéia do planejamento governamental. É, por assim dizer uma constituição planejamentista. Implacavelmente preconiza o planejamento em várias de suas disposições, como nos artigos 169 (educação) e 205 (Conselho Nacional de Economia). Explicitamente prescreve o planejamento regional, em doses maciças para a solução ou mitigamento de problema, de grande envergadura, com ‘a fixação do homem no campo’ (art. 156), ‘a defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste’ (art. 198), ‘a valorização econômica da Amazônia (art. 199) e o ‘aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes’ (art. 29 das Disposições Transitórias) (FRIEDMANN, 1960, p. 7).

As políticas de estado estão no plano dos balizamentos institucionais. Política de estado é aqui entendida como sinônimo de planejamento territorial porque não se trata da atuação do Estado em um só local, mas em outros também. E porque nem sempre as políticas atendem aos interesses de uma área específica, mas respondem aos interesses de mercado e consumo, o que extrapola a escala do lugar e da região.

No que concerne ao conceito planejamento regional, lembra-se que é um termo já bastante discutido. Considera-se no caso brasileiro, alguns aspectos, como expostos na citação de Friedmann acima. Este autor observa um momento em que o Brasil começava a pensar no desenvolvimento regional pautado na presença do Estado como agente condutor e planejador. Planejamento regional é a forma localizada do exercício da ação do estado. Mas que sempre promove o uso do território.

Neste seguimento, relembra-se a presença do Estado na chamada “Operação da Amazônia”, que tinha como propósito transformar a economia da região e fortalecer suas áreas de fronteiras. Pesquisadores como Lira (2005), em seus estudos, mostra a decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. Brito (2001) rememora o papel da SUDAM enquanto crise de uma modernização forçada.

A Amazônia dos Planos de desenvolvimento era objetivada pelo planejador como um espaço vazio (NAHUM, 1999; 2012). Uma região revelada em que “a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e pari passu, uma reformulação progressiva dos setores produtivos” (NAHUM, 2012, p. 2).

O planejamento territorial como conceituado no início desta seção é uma maneira institucional do Estado persuadir a sociedade a considerar o uso, apropriação da terra e seus recursos como algo bom. Mas é uma determinação antecipada, aliançada com o capital para usar o território.

Adota-se o termo planejamento territorial na tese como sinônimo de política estatal e como planejamento regional. O conceito planejamento territorial usado para pensar a concepção de permanências e mudanças no uso do território. Do ponto de vista da permanência, usa-se este termo na noção de condução que conserva a forma de planejar o território e responder aos interesses exógenos. Do ponto de vista da palavra mudança, sinônimo de experiência de uso do território. Isso no âmbito do planejamento territorial visto em exemplos que o território é acionado pelo

planejamento. Como afirma Nahum (2012, p. 19), como “dinâmica esquizofrênica de desenvolvimento econômico” ocorrido na Amazônia Paraense.

As experiências dos planejamentos na região são formuladas no plano dos discursos apenas para dar solução aos problemas identificados na região. No entanto, as ações são contrárias, elas aprofundam as desigualdades. Assim, para se elaborar compreensões de planejamento regional levou-se em consideração o espaço agrário, sendo um tema tratado na literatura como uma manifestação da desigualdade ou desequilíbrio entre diferentes espaços do território nacional. Razão pela qual o espaço agrário expressa uma manifestação ou projeção espacial da divisão social do trabalho e sua incessante transformação sob o capitalismo (VAINER; ARAÚJO, 1992).

Graziano da Silva (1997) assinala que é um espaço de pluriatividade de um “novo agricultor”. Marcado por fenômenos: o “desmonte” das unidades produtivas, a especialização produtiva, formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços e etc. Além de crescimento do emprego qualificado no meio rural, melhoria da infraestrutura social e de lazer e de uma melhora substancial na qualidade de vida dos que moram nas zonas rurais.

Neste entendimento está-se diante de um espaço agrário complexo que espelha a diversidade do Brasil como país-continente. E no caso da Amazônia, em áreas de intensas dinâmicas territoriais, onde são exibidos problemas centrais como conflitos fundiários e pobreza.

O espaço agrário no município de Novo Repartimento relaciona-se ao planejamento estatal. Ele tem um caráter político que revela as contradições entre capital e trabalho. Por um lado, amortece o papel dos movimentos sociais, por outro lado aflora conflitos sociais (LEFEBVRE, 2009). Segundo Milton Santos (2014, p. 25), “é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las”, assim espaço por sua vez é entendido como a instância da sociedade (SANTOS, 2008).

O pensamento de Lefebvre (2009) sobre o espaço e sua relação intrínseca com o político dá-nos o discernimento de pensar no espaço relacionando-o às contradições e à transformação social nele. Estas decorridas da mediação espaço-temporal da relação homem-natureza como ação concreta, pura e simples. Mas como uma prática política que se nutre e alimenta da teoria e os instrumentos da ação, que transformam as condições gerais e os homens na perspectiva da transformação social.

Na complexidade do espaço agrário, em suas formas de pobreza e conflitos, justificou-se o planejamento regional adotado pelo governo brasileiro para a Amazônia Paraense. Planejamento explicitado nos eixos de circulação, com a noção de região de planejamento. Boudeville (1973, p. 17) discernia isto como “[...] espaço contíguo de uma mesma decisão [...] um instrumento político colocado nas mãos de uma autoridade, sediada ou não na região, a fim de que seja atingida por uma meta econômica determinada”. Assim, “o conceito de ‘região plano’ tem um caráter operacional que expressa um espaço submetido a uma decisão” (BREITBACH, 1988, p. 38).

Considera-se que os planejamentos territoriais colocados em prática na Amazônia Paraense promoveram as dinâmicas territoriais da pecuária bovina na Região de Integração do Lago de Tucuruí. Entende-se as dinâmicas como um movimento da sociedade registrada no território. Um elemento portador de mudanças significativas, bem como estruturais, apresentando-se como uma generalidade estrutural (SILVA, 2007).

Neste sentido, compreende-se a dinâmica territorial como uma noção da Geografia, na ideia de movimento da sociedade, com suas marcas de transformação significativas impressas no lugar. Nesta perspectiva, Herrera (2019) considera espaço agrário na noção de um conjunto de fatos e fenômenos, sistema de diferentes meios e processos que se complementam e concorrem entre si como partes indissociáveis.

Nesta apreensão considera-se a noção de espaço agrário como:

um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...] Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.

Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização (SANTOS, 2009[1996], p. 22).

A partir desta abordagem miltoniana, as dinâmicas territoriais na Amazônia Paraense encontram-se no espaço geográfico como uma totalidade (SANTOS, 2014[1985])⁵, com a dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento como

⁵ Primeira edição da obra.

recorte espacial sendo uma forma de fragmentação do todo, e reconstituída racionalmente como espaço agrário produzido, sendo explicado pelas variáveis internas (terra e pastagens) e variáveis externas, no âmbito de interesse do capital, e em aliança com o Estado, de modo a usar os recursos disponíveis e produzidos na região, exigidos pelos centros urbanos que demandam a produção de energia, alimento e minério.

Neste seguimento, conforme Santos (2014[1985]), o Estado e o capital são elementos centrais, como instituições que “por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações”. Em Novo Repartimento isto se dá através da dinâmica da pecuária bovina. A partir disto usam-se o território e produzem o espaço agrário como um meio, que articula todos os modos de saberes e fazeres do e no universo agrário do município.

Os elementos do espaço geográfico são íntimos e extensos (SANTOS, 2014[1985]). No município de Novo Repartimento, a associação entre espaço agrário e planejamento está perceptível no amplo uso da terra para pecuária bovina. Mas, por isto aparecem os problemas sociais, como pobreza e injustiça social/territorial. Por outro lado, há as relações extensas circunscritas na conexão do município às outras escalas do país e do mundo, como produtor de gado. Trata-se de uma metamorfose do espaço (SANTOS, 2014[1988]), cujo delineamento é esclarecido em Novo Repartimento à luz de uma situação geográfica que perpassa a Amazônia do médio rio Tocantins.

O espaço agrário de Novo Repartimento, de maneira análoga, continua sendo objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Nele encontra-se a UHE de Tucuruí, e sem que se considere os danos causados por sua implantação, ainda persiste o ideário de desenvolvimento no lugar. Porém, as permanências de políticas e as experiências advindas delas ampliam as dinâmicas das contradições que resultam nas transformações do espaço (SANTOS, 2014[1988]).

As experiências de planejamentos são resultadas das sucessivas formas de políticas que modificam o modo de vida dos lugares também. Santos (2014[1978], p. 46) alude ao fato que “as mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. [...] A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo”.

Conforme Santos (2014[1978], p. 79), a paisagem está vinculada à ideia de que o “trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O

trabalho morto seria a paisagem, o espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo o conceito social". Para Santos (2008[1978], p. 162-163), o espaço é "a natureza como realidade social, e não exclusivamente natural, [i.e.] o espaço é um fato social, um fator e uma instância. Seria a conformação atual da paisagem".

As pastagens das fazendas de gado bovino em Novo Repartimento demandam novas compreensões relacionadas aos planejamentos regionais e sua relação intrínseca com o espaço agrário produzido. A dinâmica da pecuária bovina tem relação originária nos arquétipos da UHE de Tucuruí e da abertura de estradas federais e estaduais. São estes objetos geográficos instaurados e sustentados por dispositivos normativos que balizam institucional e juridicamente as ações políticas para o uso do território.

Um aspecto mais expressivo que resulta da relação entre o espaço agrário e o planejamento regional do município é a pecuária bovina, para a qual se destina maior uso da terra. Esta atividade impulsiona a dinâmica econômica e configura o município no cenário nacional como um dos grandes produtores de gado bovino.

Estamos diante da experiência atual no espaço agrário de Novo Repartimento, em decorrência do aperfeiçoamento do capitalismo. Neste, as alterações vão desde a substituição das práticas obsoletas de uso da terra pelas técnicas inovadoras e tecnologias disponíveis. O espaço agrário ganha elementos explicativos porque a natureza socializada é induzida por relação das forças políticas (SANTOS, 1978).

Neste raciocínio, a permanência no espaço agrário de Novo Repartimento, que antes estava simplesmente como espaço e natureza, foi apreendida pela política. A natureza passou a ser socializada, visto que "é na esfera política e nas relações de poder que encontrou-se o sentido da distribuição dos sistemas de energia, transporte, comunicação, informação, abastecimento, dentre outros que assumem a forma de objetos geográficos pelo espaço" (NAHUM, 2019, p. 27).

Por isto, as "determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas preexistentes. Um modo de produção novo, ou um novo momento de um mesmo modo de produção, não pode fazer tabula rasa das condições preexistentes" (SANTOS, 2008[1978], p. 183).

Souza (1988, p. 23) escreveu que

espaço social [...]. Simplificadamente traduzível pelo binômio terra + benfeitorias sob a moldura das localizações específicas e da regionalização

da produção, do consumo, do poder e das idéias, ambiente hominizado e culturalizado através do trabalho, ele é um suporte para as sociedades concretas, ou, para usar uma metáfora muito badalada entre estudiosos do Social, o 'palco'. [...] ele é também fator da evolução social.

Em Novo Repartimento, a relação do espaço agrário com o planejamento territorial, na ideia de permanências e mudanças, retrata o uso do território a partir da pecuária bovina. Conforme Santos (2008, p. 185), o “espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social que depende unicamente da economia”. Nisto, as dinâmicas no espaço agrário do município, não se comparam a um produto terminado. Para Santos (2014[1989], p. 188), “o enfoque histórico supõe que se caminhe do passado para o presente, aquilo que se mostra sob os nossos olhos em interação e funcionamento”. E, neste sentido, o espaço agrário de Novo Repartimento pode ser percebido como uma situação geográfica e atual instância da sociedade.

A partir das formulações de Santos (2014), considerou-se que o espaço agrário é uma estrutura social, na qual a pecuária é o elemento empírico que transforma e dinamiza o espaço agrário. É uma estrutura subordinada, porque está organizada para o capital através do planejamento regional e como função do processo produtivo da pecuária. O espaço agrário tem sua especificidade na relação social de produção na pecuária bovina. É um espaço como história e estrutura, e está como devir da sociedade em forma de sucessão e coexistência, produzido no plano da totalidade.

Deste modo, nesta porção da Amazônia Paraense, a relação entre espaço agrário e planejamento resulta na sucessão e coexistência da apropriação da terra e dinamizadas atividades como a pecuária. As dinâmicas territoriais podem ser vistas empiricamente a partir da construção da barragem de Tucuruí que é uma criação política, humana e material. Sua configuração correu a partir dos planos do desenvolvimento estatal na região para atender ao capital, tanto dentro da região como em outras espacialidades do país e do mundo.

À luz das formulações de Santos (1987[2008]), o espaço agrário de Novo Repartimento — em termos de desmatamento para a criação de gado e em seguida a sua recomposição vegetal feita com pastos — é elaboração humana dentro da totalidade de mundo, parecendo acordos, isto é, combinações das relações sociais da reprodução material da realidade social, em que a pecuária é uma totalidade concreta, que emerge da constatação de que o todo é constituído ao constituir-se por partes

complexamente inter-relacionadas que se dissipam de uma verdadeira apreensão como conjunto, unidade e síntese.

Para Kosík (1969, p. 12), a unidade e síntese é “captar o fenômeno de determinada coisa [que] significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”. O que não é uma tarefa simples, visto que a pecuária como fenômeno aparente, em forma de pastagem e gado, é a dimensão meramente sensível da realidade. Ela está inacabada. Sua essência está na totalidade concreta que supera e escapa ao que é apenas imediatamente dado e observado, seu conteúdo está em constante movimento de sucessão e coexistência. É uma formação envolta em contradições, conflitos, acordos. E se reproduz sob a égide das expressões históricas do sistema de relações sociais, da reprodução material da realidade social.

A relação entre espaço agrário e planejamento territorial nos permite a compreensão de uma estrutura social, que se encontra relacionada com a pecuária bovina, em torno da qual a sociedade se organiza em suas formas e funções definidas, sucessivamente reorganizada. Entretanto, continua lugar e morada do homem, é observada como elemento que transforma e dinamiza o espaço agrário.

Para o espaço agrário organizado principalmente por relações complexas, de acordo com Santos (2009), como instância da sociedade, sua organização se dá em virtude do planejamento regional que está subordinado ao capital e ao mercado. O capital é o primeiro fundamento da promoção do desmatamento, da realização das pastagens e da produção de gado.

Na área de estudo se destacam algumas formas de uso da terra, como a construção da UHE de Tucuruí e a produção da pecuária bovina. Ambas as formas de uso da terra têm como premissa atender às demandas da indústria e da população (atreladas às políticas globais, nacionais e regionais).

Neste seguimento, a relação entre espaço agrário e planejamento pode ser definida como uma ação contínua. Esta se desenvolve em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Por exemplo, a ampliação de UHE de Tucuruí e da pecuária bovina é mecanismo e ação favorecida pelo Estado, com concepções e decisões que se verificam em múltiplas escalas. O espaço agrário se movimenta (na inter-relação de todas as partes de um todo) como elemento contido nos planejamentos regionais.

Diante da exposição acerca das situações contextuais e conceitual da tese, a seguir trabalha-se o tempo um da pesquisa. Nele a concepção é fazer uma retrospectiva do objeto de estudo, no intervalo de tempo entre 1960 e 1984/1985, a fim de mostrar como o Planejamento Regional e o Espaço agrário no médio rio Tocantins estão embricados e salientar que o planejamento estatal favorecia a abertura da área para a pecuária bovina.

TEMPO 1 DA PESQUISA

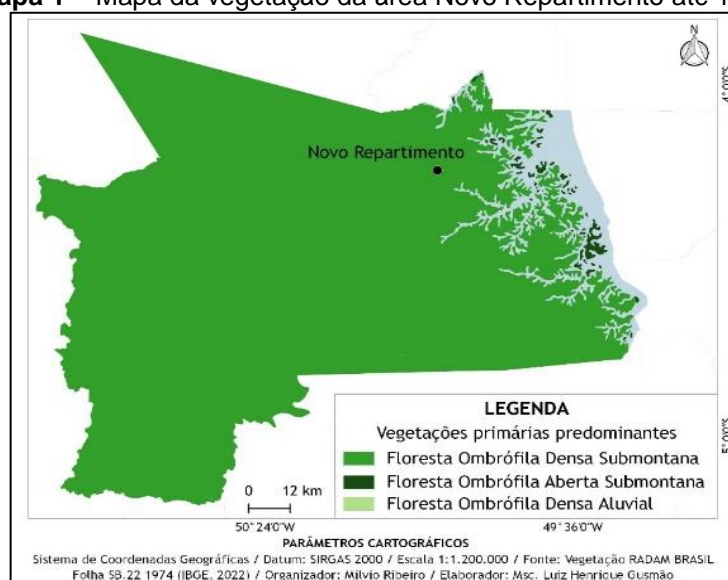
CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO REGIONAL E PECUÁRIA NO MÉDIO RIO TOCANTINS ENTRE 1960 E 1980

O presente capítulo está relacionado ao objetivo específico da tese, identificar as ações transformadoras no espaço agrário, ocorridas na Amazônia Paraense, para explicar a relação da dinâmica espacial da pecuária em Novo Repartimento a partir da década de 1960. Para tanto, a premissa é mostrar o planejamento e sua reverberação na pecuária na área do médio rio Tocantins.

Considera-se o Planejamento Regional na Amazônia a partir da SPVEA em 1953. Assim como a sua relação com o espaço agrário na mesorregião sudeste do estado do Pará. E, a presença da pecuária bovina no médio rio Tocantins entre o período de 1960 e 1980. No plano metodológico esta reflexão se faz importante no interior da pesquisa ao mostrar os contextos em que a área é vista no âmbito dos propalados desenvolvimentos destinados à região.

Deste modo, elaborou-se duas seções que discutem o planejamento e espaço agrário, para compreensão da retrospectiva da pesquisa (Tempo 1). As discussões giram em torno dos planejamentos na Amazônia como ações transformadoras no espaço agrário. As variáveis, área (desmatamento) como extensão e pastagem (unidade de paisagem) como conversão de florestas em pastos não serão precisamente apresentadas nesse capítulo. Até 1974, a área do atual município de Novo Repartimento era preenchida totalmente por florestas densas. Conforme pode ser visto no mapa a seguir.

Mapa 1 – Mapa da vegetação da área Novo Repartimento até 1974



Fonte: RADAMBRASIL (1974) e IBGE (2022).

Nesse período entre 1960 e 1974 ainda prevaleciam a cobertura da terra de vegetação natural⁶. De acordo com o Relatório Ministerial (BRASIL, 1966) no âmbito da Operação Amazônica, a porção chamada de Amazônia Periférica (situada na direção dos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão). Nessa chamada Amazônia periférica, é nomeada a zona recuperável Tucuruí-Jatobal. Nas características de região periférica, sua recuperação se deu como uso do território. O principal agente que usou o território foi o Estado. Por outro lado, o uso se deu pela penetração de sujeitos de outras regiões do Brasil a fim de se apropriarem da terra na área.

O texto está organizado em três seções que focam nas ações estatais destinadas à Amazônia e que incidem na área de pesquisa. Descreve-se como a pecuária se encontrava no médio rio Tocantins nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Na primeira, expõe-se, a pecuária e política no médio rio Tocantins a partir de 1960. Na segunda, escreveu-se sobre os contextos políticos e pecuária no de 1970 e 1980, na terceira, faz-se uma síntese do tempo inicial da pesquisa.

2.1 DINÂMICA TERRITORIAL NO MÉDIO RIO TOCANTINS A PARTIR DE 1960.

O ponto de partida desta seção é mostrar a localização da área de estudo, denominada pelo IBGE como zona fisiográfica Tocantina e de Marabá (da qual Tucuruí fazia parte, conforme classificação da regionalização do IBGE na década de 1960), e no mesmo período como a pecuária se encontrava na região. Para isto, propomos mapas temporais de Tucuruí a partir de 1960 a 1991. Este período é indicado o ano de 1991, porque nele ocorreu a emancipação política de Novo Repartimento, desmembrando-se de Tucuruí.

Na década de 1960, Novo Repartimento pertencia ao município de Tucuruí, na área e em seu entorno já havia dois municípios que são Tucuruí e Jacundá, o que indica que o espaço não era vazio. Tucuruí tinha uma população de 5.788 habitantes (IBGE, 1960). Jacundá não registrou habitantes no censo do mesmo ano porque a sua fundação ocorreu um ano depois do recenseamento populacional, em 1961 (PARÁ, 1961).

⁶ RadamBrasil:

https://metadadosgeo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/md.format.html?xsl=full_view&id=19626.

Na mesma década os planejamentos estatais foram apresentados como ações que seriam realizadas em toda a Amazônia. Conforme Huertas (2007), a SPVEA foi um ensaio de planejamento regional destinado à região. A proposta de desenvolvimento do Estado traduzia a região: em desenvolvimento agrícola nas áreas selecionadas. Nelas pretendia-se o aumento do extrativismo vegetal, fomento à produção pecuária, aproveitamento de recursos minerais. No que concerne à dimensão espacial e ao plano cartográfico da SPVEA, tratava-se da mesma área correspondente à Amazônia Legal, criada pela Lei n.º 1.806/1953. Atualmente, a área de atuação da SUDAM foi delimitada com o art. 2º da Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007⁷.

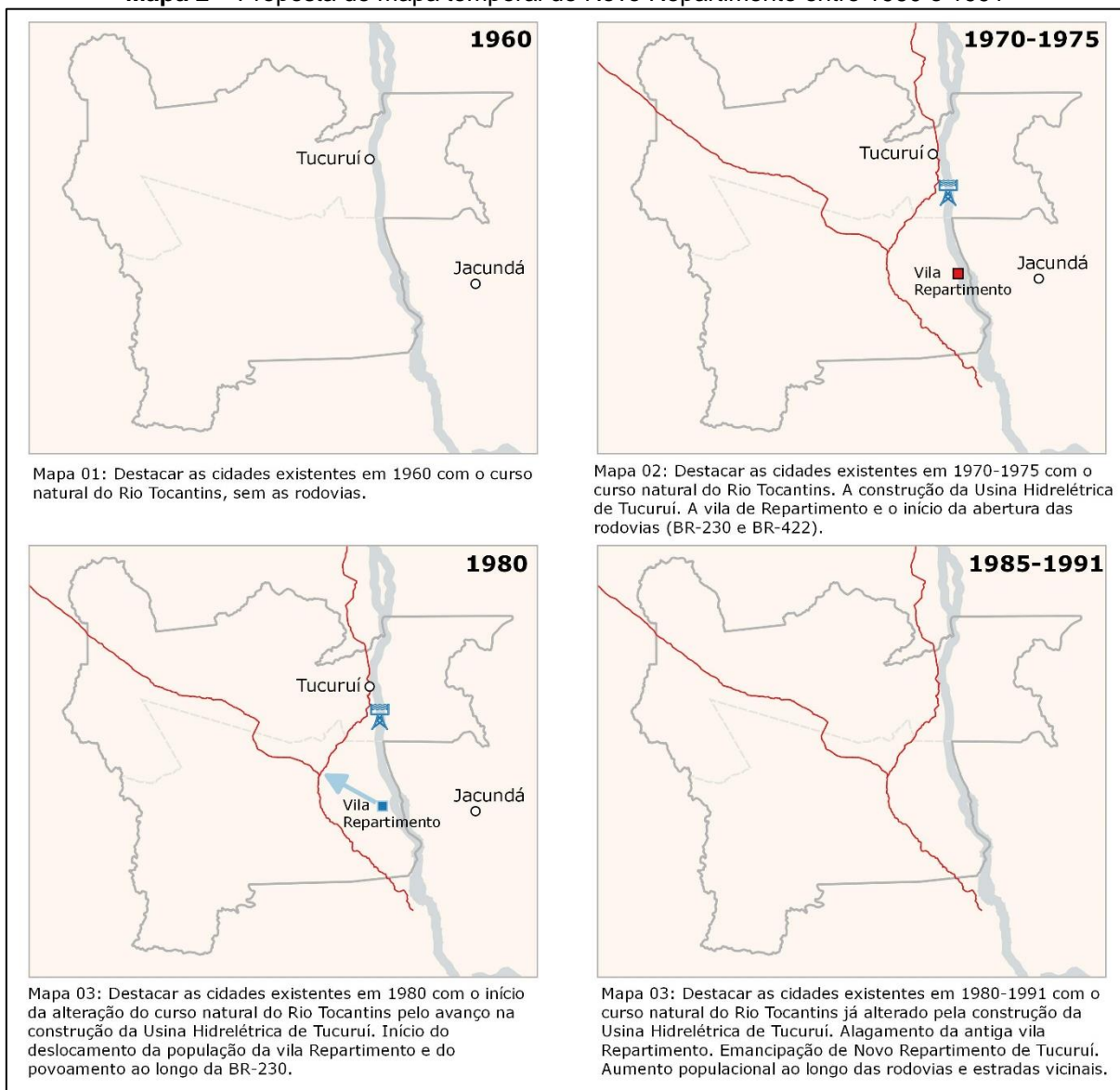
No caso do médio rio Tocantins o planejamento ainda estava por vir, nele o acesso se dava apenas pelo rio. A seguir os mapas temporais de Tucuruí a partir de 1960 a 1991. Na década de 1970 (Mapa 2), representa-se o início de alguns processos, no período entre 1970 e 1975: a abertura da BR-230 e da BR-422. E, dos primeiros trabalhos de construção da Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí). A Vila de Repartimento é localizada no mapa, pois, o seu endereço repercutiria profundas mudanças como o alagamento da represa da UHE de Tucuruí anos depois.

Na década de 1980 houve as alterações do curso do rio Tocantins com a barragem das águas e formação do lago para a produção de energia. Em 1984, ocorreu o processo de migração compulsória dos habitantes da vila de Repartimento para as margens da BR-230, provocado pelo alagamento da área do reservatório da UHE-Tucuruí. Com a formação do lago da UHE ocorreu mudanças definitivas no modo de vida da população.

Assim, o período de 1985 e 1991 é marcado pela alteração do curso do rio; pelo desaparecimento da vila Repartimento. Esta foi alagada pelas águas represadas da UHE. Ocorreu também a migração da população da vila para as margens das BRs 230 e 422, onde se fixou a sede municipal de Novo Repartimento.

⁷ Amazônia Legal, criada pela Lei nº 1.806/1953 com área 4.982,000 km², compreendia: Estado do Pará, Estado do Amazonas, Território Federal do Acre, Território Federal do Amapá, Território Federal do Guaporé, Território Federal do Rio Branco, Estado de Mato Grosso, Estado de Goiás, Oeste do estado do Maranhão. A Amazônia Legal, delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007, compreende: Estado do Pará, Estado do Amazonas, Estado do Acre, Estado do Amapá, Estado Rondônia, Estado Roraima, Estado do Mato Grosso, Estado de Tocantins, Municípios do Estado do Maranhão situados ao Oeste do Meridiano 44º. Área superficial de 5 217 423 km², 61% do território brasileiro.

Mapa 2 – Proposta de mapa temporal de Novo Repartimento entre 1960 e 1991



Fonte: Elaborado pelo autor.

No exposto acima identificamos, na área, alguns processos espaciais oriundos de planejamentos estatais, principalmente, a partir de 1970. De modo geral, as ações estatais direcionadas à Amazônia Paraense, reverberaram em uso da terra. Para explicar a ações estatais na Amazônia Paraense, recuperou-se as informações da Constituição Federal brasileira de 1946. No art. 199, referida constituição, foi prevista a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A ideia de valorização da região já traz em si a questão econômica, com reflexos de exploração dos recursos disponíveis na Amazônia. A regulamentação do artigo 199 se deu sete anos depois através da Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Na Lei 1.806/1953 se criou a

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que entre as responsabilidades, uma era a de elaborar um plano quinquenal. Na elaboração foram postos os seguintes objetivos:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que fosse capaz de prover a execução de suas tarefas sociais com seus próprios recursos; e c) se desenvolver num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (BRASIL, 1953, p. 4).

Os objetivos da SPVEA giraram em torno de: ocupação territorial, construção de sociedade econômica. E que esta se desenvolvesse para cumprir a função de fornecer matéria prima às demais regiões do Brasil. Tais argumentos são elaborados a fim de assegurar a ocupação e uso territorial da Amazônia como se fosse espaço sem gente. Nela, os planos de desenvolvimento da Amazônia, como sempre, refletem a personificação da ideia de que a região tão somente oculta os interesses que presidem, sustentam e estruturam (NAHUM, 2012).

No que concerne ao médio rio Tocantins, identificou-se a noção de valorização econômica da Amazônia prevista na Constituição Federal de 1946, a criação da SPVEA em 1953. As discussões giram em torno das proposições dos programas e políticas na Amazônia Paraense. Assim, verificar como é a reverberação das políticas na Zona Fisiográfica de Tucuruí relacionada ao primeiro Plano Quinquenal.

A reflexão sobre pecuária na Zona Fisiográfica Tocantina (formada pelos municípios de Baião, Cametá, Mocajuba e Tucuruí) é elaborada em virtude de que era como o IBGE regionalizava a área na época de 1960. O primeiro Plano Quinquenal, estabelece que o desenvolvimento agrícola deveria ocorrer em áreas selecionadas (pelo menos 28 zonas economicamente recuperáveis, das quais Tucuruí-Jatobal era uma marginal à Estrada de Ferro Tocantins).

O Plano Quinquenal trouxe a noção de zonas recuperáveis, pois, levava em conta o homem do lugar, materializado com a construção da estrada de ferro Tocantins, a qual facilitaria o transporte do que fosse produzido no entorno da ferrovia. Porém, a ferrovia, no âmbito do Plano Quinquenal se traduziu em um caráter de “ocupação política da terra”, em que a ideia de zonas recuperáveis foi mais uma forma de uso do território, por ser um objeto geográfico inserido à margem esquerda do médio rio Tocantins, e permitiu uma relação interétnica com a população das etnias localizadas nesta porção da Amazônia (MATTA; LARAIA, 1972).

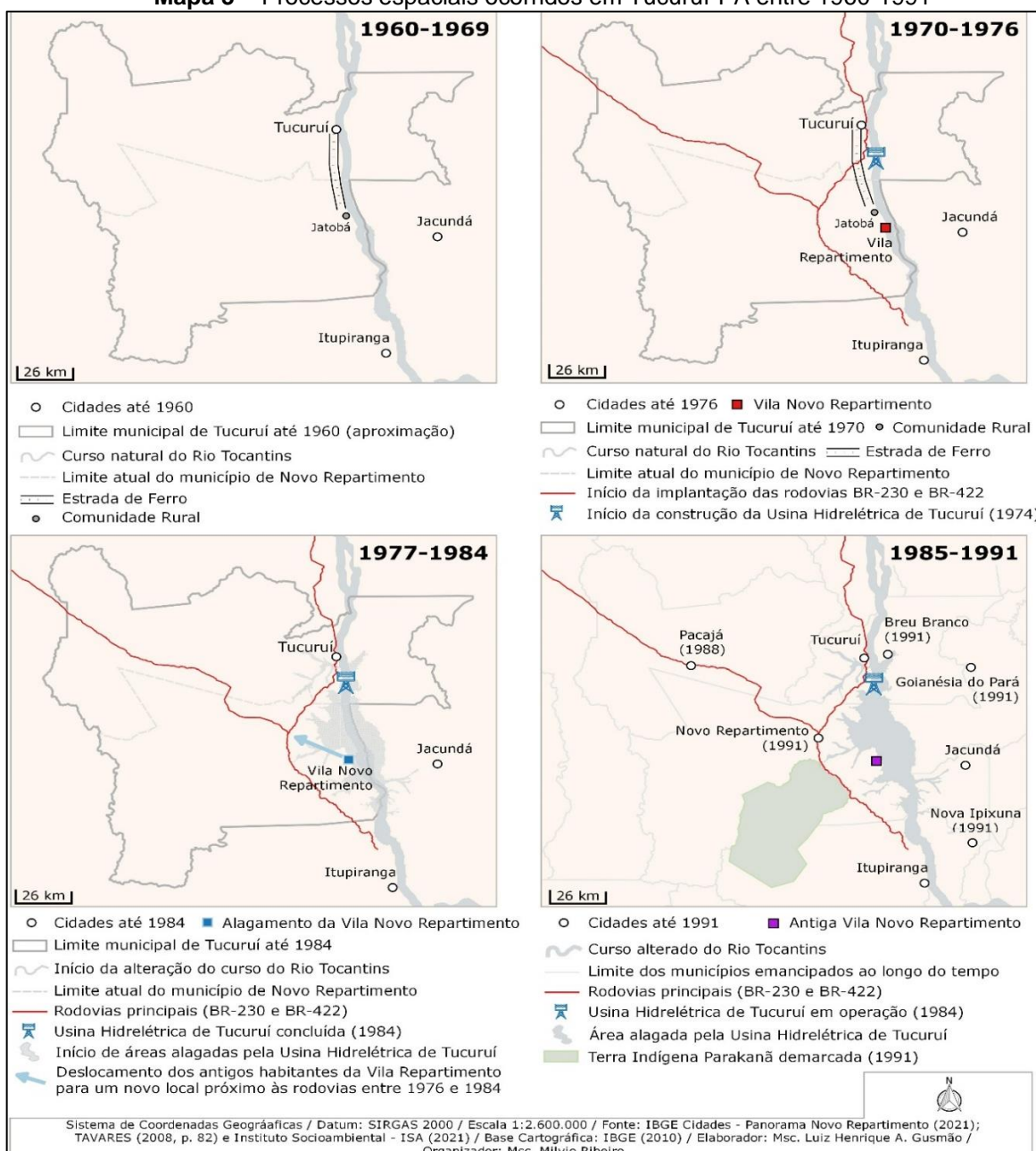
A ação política estatal é um elemento indispensável para entender os processos de apropriação da Amazônia paraense. O Estado com a ação política constrói as possibilidades de uso dos recursos disponíveis na área. Conforme Mougey (2018, p. 376), a SPVEA foi uma “resposta ao crescente interesse internacional pelos recursos da Amazônia e à pressão interna para tratar do crônico subdesenvolvimento da região”. A relação entre a política de planejamento da SPVEA e os lugares na Amazônia se estruturou no ato de persuadir e determinar a transformação da região. Essa relação colocou a região como uma grande fornecedora de matéria-prima para os mercados globais. Nesta perspectiva, houve a formação de uma cultura quando as atividades humanas tão generalizadas e profundas que promoveram as acelerações de usos dos recursos naturais. E, disso resultam as degradações ambientais que podem se igualar às grandes forças da natureza, quando o homem se torna um dos principais agentes geológicos da terra na Amazônia.

No médio rio Tocantins na década de 1960, a pecuária ainda era realizada de modo artesanal (criação de gado nas ilhas, onde há campos de pastos naturais). Conforme dados do censo agrícola da década de 1960, a situação da pecuária no médio rio Tocantins a partir dos elementos: número de estabelecimentos rurais e a quantidade de animais nas respectivas áreas registradas. Para tanto, demonstra-se que os números dão pistas do uso da terra por proprietários no município de Tucuruí e em municípios vizinhos. Informa-se que à época, o IBGE classificou a área composta por Cametá, Mocajuba, Baião e Tucuruí como Zona Fisiográfica Tocantina. Atualmente esta área refere-se à microrregião do baixo Tocantins, da qual Tucuruí fazia parte por jurisdição de Baião, de onde foi emancipado politicamente em 1947.

A partir de 1966, tem-se que no Relatório Ministerial (BRASIL, 1966, p. 10) é registrado o grande objetivo da Operação Amazônica, com o tema do desenvolvimento e da segurança da Amazônia brasileira. As macros áreas de planejamento foram: a Amazônia Litorânea (próximo ao litoral atlântico); a Amazônia Central (nas proximidades do estado do Amazonas e outras áreas); a Amazônia Fronteira (áreas fronteiriças aos países latino-americanos) e a Amazônia Periférica (situada na direção dos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão). Estes quatro desdobramentos foram considerados como de efeito ilustrativo de Amazônia no âmbito da Operação Amazônica. No que se refere à intitulada Amazônia periférica, suas áreas de incidência são as bacias do Rio Araguaia e do Tocantins, na qual localizamos atualmente a região sudeste do estado do Pará. A chamada Amazônia

Periférica, onde se localizava o município de Tucuruí, na época é observada como uma zona recuperável denominada Tucuruí-Jatobal. Tucuruí-Jatobal situava-se no perímetro da Estrada de Ferro Tocantins. Esta área é, no período de 1960, o objeto do planejamento no âmbito do primeiro Plano Quinquenal da SPVEA. Para ilustrar os processos na área, usa-se a mesma projeção cartográfica anterior, acrescentando informações entre 1960 e 1991.

Mapa 3 – Processos espaciais ocorridos em Tucuruí-PA entre 1960-1991



Fonte: IBGE (2010), Tavares (2008), Repartimento (2021) e ISA (2021).

No Mapa 3 (período 1960-1969) a estrada de Ferro Tocantins ainda existia no município de Tucuruí. Nesse período, conforme o censo da pecuária dos anos de 1960 do IBGE identificam-se os números de estabelecimentos rurais cadastrados na área, quanto ao tamanho da área e número de animais, na Zona Tocantina. Nela, se incluía Tucuruí, com dimensão areal de maior porção, de onde se formou o município de Novo Repartimento, décadas depois, somando-se as porções areais de Pacajá e de Jacundá.

Em 1960 ao estado do Pará “foi acrescido apenas 1 município e 1 distrito entre 1950 e 1960, que possuía na data do último censo 12 zonas fisiográficas, 60 municípios, 160 distritos, 60 cidades e 100 vilas” (IBGE, 1960, p. 6). No referido censo, pela primeira vez, divulgou-se a classificação dos estabelecimentos rurais, segundo grupos de cabeças de bovinos.

O documento do censo agropecuário do IBGE de 1960 registra que na Zona fisiográfica Tocantina havia 346 propriedades de terras no município de Tucuruí. Estas propriedades não expressavam uma grande dinâmica agropecuária. Velho (1972) aponta que, naquele momento, a pecuária não tinha expressão econômica na região em virtude da fase extrativista da Castanha do Pará. Mas, é a partir de 1961, no médio rio Tocantins, que as atividades econômicas como a criação de gado se iniciam.

O espaço agrário da região de Tucuruí, é relacionado aos planejamentos regionais a partir da década de 1960. Segundo Brasil (1966), no âmbito da operação Amazônia, este a definiu como Amazônia periférica. Esta porção da Amazônia paraense é a área correspondente ao sul e sudeste do estado do Pará.

Nesta definição o Ministério Extraordinário para a coordenação dos Organismos Regionais — MERCOR (1966) dava os primeiros delineamentos de destino da área para os investimentos privados. Assim, antes mesmo da dinâmica atual da região, a área já estava assegurada para apropriação e uso da terra para a pecuária.

Na década de 1960, os quantitativos da pecuária na Zona Fisiográfica Tocantina era pequeno e não representava a atividade econômica principal. Na tabela 1, encontra-se os números dos estabelecimentos rurais e de animais existentes. A política de ocupação da área era a Operação Amazônica, que, sob o governo de Castelo Branco, o slogan “integrar para não entregar”. Na referida política, estimulou um movimento de ocupação da Amazônia, a partir de grandes projetos para a mineração, agropecuária e extração de madeira.

Tabela 1 – Estabelecimento rurais e de animais nos anos 1960 na Zona Tocantina

ZONA FISOGRAFICA TOCANTINA	Estabelecimentos e animais	
	Estabelecimentos com declaração	Animais
Baião	963	8.690
Cametá	6.459	11.875
Mocajuba	1.422	165
Tucuruí	346	5.650

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020).

Na Tabela 1, os registros da Zona Tocantina, na década de 1960, em Baião havia 963 estabelecimentos registrados, equivalente a 10,47%; 8.690 animais, equivalente a 32,95%. Cametá tinha o maior quantitativo de 6.459 de estabelecimentos, com percentual de 70,26%; e 11.875 animais, representando 45,03%. Mocajuba tinha na época 1.422 estabelecimentos registrados, com 15,46%; 165 unidades de animais, correspondendo a apenas 0,62%. Tucuruí tinha 364 estabelecimentos agrícolas, correspondendo apenas 3,76%. Quanto ao número de animais havia em Tucuruí 5.650 unidades, representava à época 21,42% do total de animais de toda a Zona Tocantina.

Conforme a Tabela 1, o município de Cametá tinha a maior rebanho de animais e de áreas cadastradas. Por outro lado, Tucuruí apresentou na época o menor número de registro de áreas cadastradas, mas com maior rebanho de animais. A criação dos animais ocorria nas ilhas onde havia campos de pastos naturais. Mocajuba tinha menos animais em virtude de que em sua área territorial ter poucas ilhas para a criação de animais.

A apropriação da terra em Baião, Cametá, Mocajuba e Tucuruí, na década de 1960, apresenta uma história de formação. Nesses municípios, o rio é elemento central quanto à economia, sociedade, e principal meio de ligação destas cidades com seu entorno imediato. Quanto à sua formação, os municípios de Baião, Cametá sofreram um processo de colonização por força político-administrativa e militar do Estado português. Assim, organizados aos moldes das ordens religiosas, com a ocupação dispersa da floresta através da coleta das drogas do sertão. A forma de uso da área é resultado da relação entre Estado e religião, node foi se estruturando numa política de incentivo à agricultura e à pecuária.

As informações de estabelecimento e área são expostas a seguir na Tabela 2.

Tabela 2 – Estabelecimentos rurais da Zona fisiográfica Tocantina em 1960

Zonas fisiográficas Tocantina	Estabelecimento e área, segundo a propriedade das terras											
	Total		Individual		Com domínio à sociedade de pessoas		Sociedade anônima e limitada e cooperativa		Instituição religiosa		Entidade pública	
	I*	Á**	I*	Á**	I*	Á**	I*	Á**	I*	Á**	I*	Á**
Baião	1.152	40.336	711	27.321	129	6.136	3	12	2	55	307	6.812
Cametá	6.490	52.905	6.294	50.269	137	1.621	-	-	2	65	57	950
Mocajuba	1.545	171.387	1.526	164.016	19	7.371	-	-	-	-	-	-
Tucuruí	344	29.403	41	7.822	2	3.626	1	0	-	-	300	15.955
Total	9.531	294.031	8.572	249.428	287	20.754	4	12	4	120	644	23.717

*Imóvel

**Área em hectares

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020).

Conforme a Tabela 2, no município de Baião estão registrados 1.152 imóveis, os quais à época ocupavam 40.336ha. A distribuição dos imóveis era de: 711 de apropriação individual, 129 (com área de 6.136ha) para sociedade de pessoas, 3 (com área de 12ha) para sociedade anônima e limitada, e cooperativa. Assim como, 2 imóveis com 55ha para instituições religiosas, e um total de 307 com área de 6.812ha registrados para imóveis públicos.

Os dados de Cametá os eram de 6.490 imóveis (com área de 52.905ha), distribuídos em: 6.294 de apropriação individual; 137 para sociedade de pessoas (1.621ha). Na época, não foram registradas sociedade anônima e limitada, e cooperativa, mas com registro de 2 de propriedade de instituições religiosas (65ha), 57 imóveis públicos (950ha).

Os registros de Mocajuba são de 1.545 imóveis, (com área de 171.387ha). A distribuição registrada de 1.526 para apropriação individual, para sociedade de pessoas eram 19 imóveis em 7.371ha e não há registros de outras formas de ocupação. Quanto aos registros de Tucuruí, o total de imóveis era de 344 imóveis, distribuídos em 29.403ha, e em apropriação individual 41 imóveis com uso de 7.822ha, para sociedade de pessoas eram 2 imóveis em 3.626ha, havia 1 registro de ocupação por sociedade anônima limitada e cooperativa, mas sem a informação da área usada, e os registros de entidades públicas constavam 300 com área de 15.993ha.

Nestas descrições da Tabela 2, na zona fisiográfica Tocantina, Baião tem o maior número de imóveis destinados a associações de pessoas e de entidades públicas. E junto com Cametá apresentam as áreas destinadas a entidades religiosas,

dado ao fato de construções históricas dos dois municípios. Cametá registra o maior número de imóveis, com destaque para os individuais. Mocajuba, por sua vez, apesar de ser um município territorialmente menor que os demais, a área em hectares usados é maior. Os dados de Tucuruí na Tabela 2 dão conta que o município tinha o menor número de imóveis registrados, porém, com a maior área destinada a entidades públicas.

O quantitativo de estabelecimentos e suas áreas indicadas na Tabela 2, como no exemplo do município de Tucuruí. Este tinha 344 imóveis em 1960, é fracionado em terras próprias, arrendadas e ocupadas, e apresentadas na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Estabelecimento na Zona fisiográfica Tocantina

Zona fisiográfica Tocantina	Estabelecimento e área, segundo a condição legal das terras											
	Próprias		Arrendada		Ocupadas		Próprias e Arrendadas		Próprias e ocupadas		Arrendadas e ocupadas	
	Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)
Baião	429	21.021	263	10.133	458	9.123	2	68	-	-	-	-
Cametá	5.284	41.447	1.087	10.176	118	1.176			1	106		
Mocajuba	1.464	150.693	74	20.479	3	26	1	5	3	184		
Tucuruí	39	13.491	21	14.400	283	1.152	1	360				
Total	7216	226.643	1.445	55.188	882	11.477	4	433	4	290		

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020).

Na Tabela 3, os seguimentos de estabelecimentos próprios, arrendados e ocupados são conceituados na época na descrição de terra própria. No mesmo conceito, incluía-se aquelas de usufruto, foro e enfiteuse (termo jurídico que significa direito real em contrato perpétuo). A posse legal e documentação ficava em nome do proprietário. Algumas porções de terras eram ocupadas de forma gratuita ou sem o consentimento do proprietário. A ocupação sem consentimento se assemelha à compreensão de grilagem de terras. Quanto à compreensão de terras arrendatárias, eram áreas que excediam as ocupadas além da área de propriedade, mas mediante pagamento de quantia fixa, em dinheiro ou quota-parte da produção.

Para o IBGE no censo de 1960 os conceitos de estabelecimento e área em condição legal eram traduzidos como condição legal de uso da terra. Estas terras apresentadas na Tabela 3 eram encontradas registradas nos municípios da zona Tocantina e a soma de todos os imóveis recenseados eram de 9.551 unidades e totalizando 294.032ha.

Quanto ao município de Tucuruí, os números indicam a existência na época de apenas 344 unidades, distribuídas em 29.304 hectares de terra. Neste sentido,

estava-se diante de uma situação de uso e apropriação da terra que não expressava o uso de grandes áreas em Tucuruí.

Na década de 1960 identifica-se que o uso da terra em Tucuruí é marcado pela pequena propriedade. Estas eram ocupadas por ribeirinhos, com padrão de ocupação e localização nas margens do rio Tocantins (CASTRO, 2010). Era predominantemente o que ocorria nos demais municípios da região, pois, os ribeirinhos utilizavam-se da terra para a produção do sustento básico familiar. Na Tabela 4 demonstra-se o número de estabelecimento e suas áreas de lavouras.

Tabela 4 – Estabelecimento e área com utilização das terras para a lavouras

Zona fisiográfica Tocantina	Estabelecimento e área, segundo a uso das terras					
	Imóvel	Área total (ha)	Lavoura			
			Permanentes		Temporárias	
			Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)
Baião	1.152	40.338	262	899	744	1.858
Cametá	6.490	52.905	3.664	12.176	1.850	4.648
Mocajuba	1.545	171.387	1.097	2.997	455	11.526
Tucuruí	344	29.403	65	163	289	915
(ha) Zona	9.531	295.031	5.088	16.235	3.138	18.945
(ha) estado	83.180	5.253.272	22.978	69.343	65.534	225.227

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020).

A lavoura na Zona fisiográfica Tocantina era do tipo branca, caracterizada pelo plantio de maniva (para a colheita de mandioca), de milho, de arroz e de pastagens naturais. Nesta época, esta era a atividade com a qual se cultivavam a terra e daí a movimentação econômica da área (IBGE, 1957, p. 478).

Os usos da terra da Zona Tocantina em relação ao estado do Pará em 1960 se davam com lavouras permanentes que correspondiam a 23,42% (16.235ha). E, com as lavouras temporárias representavam 8,41% (18.945ha). O uso da terra ocorria também com as pastagens já eram registradas na área, como se pode verificar na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Imóveis e área, quanto a utilização das terras para pastagem em 1960

Zona fisiográfica Tocantina	Estabelecimento e área, segundo a utilização das terras					
	Imóvel	Área total (ha)	Pastagem			
			Naturais		Temporárias	
			Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)
Baião	1.152	40.338	115	1.929	56	1.150
Cametá	6.490	52.905	6	71	33	611
Mocajuba	1.545	171.387	1	9	10	28
Tucuruí	344	29.403	7	52	3	72
(ha)Zona	9.531	295.031	129	2.061	10	439
(ha) estado	83.180	5.253.272	10.865	890.417	5.016	102.114

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020).

As pastagens naturais eram constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem que tenham sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido tratamento (IBGE, 1960). Entre 1950 e 1960, as áreas destinadas para a criação de gado a pasto eram pequenas. No que se refere a Tucuruí, observa-se apenas a soma de 52ha de pastagens naturais, mais 72ha de pastagens temporárias, totalizavam 124ha de área de terras usadas como pastagem.

As informações da Tabela 5, considerando os demais municípios, os usos da terra/ha de pastagem estavam relacionados às pastagens naturais. Em Baião, com relação à Zona o número (1.929ha) usados com pastos naturais representava 93,59% do total da terra na Zona Tocantina. A criação de gado era realizada de forma artesanal, caracterizada pela criação de animais soltos nas ilhas. Segundo os dados do censo agropecuário do IBGE de 1960, a progressão de uso de mais áreas naturais tendia a aumentar como é informado na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Estabelecimento, área e utilização das terras

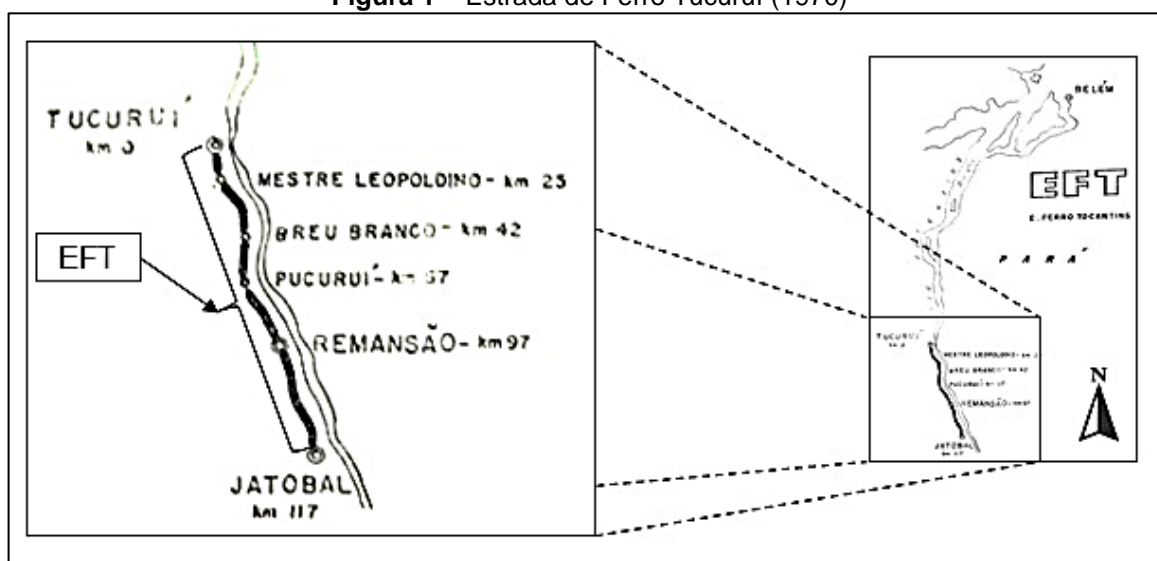
Zona fisiográfica Tocantina	Estabelecimento e área, segundo a utilização das terras					
	Imóvel	Área total (ha)	Metas			
			Naturais		Reflorestamento	
			Imóvel	Área (ha)	Imóvel	Área (ha)
Baião	1.152	40.338	6.395	199.992	53	99
Cametá	6.490	52.905	788	26.043	48	76
Mocajuba	1.545	171.387	4.515	29.200	5	23
Tucuruí	344	29.403	131	186	-	-
(ha)Zona	9.531	295.031	9	13.563	-	-
(ha) estado	83.180	5.253.272	36.414	2.636.865	1.732	31.560

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor (2020)⁸.

⁸ As tabelas acima não representam as áreas totais dos municípios. Há que se considerar a existência das terras devolutas da União, as quais passaram a ser “arrecadadas e matriculadas em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A finalidade de uso das terras devolutas

Outro dado da Tabela 6 são as metas para reflorestamento, cujos números eram baixos. Em Tucuruí, não havia reflorestamento. A área a partir de Tucuruí, no sentido sul e sudeste, em comparação à sede municipal era pouco usada e aos olhos do Estado fazia parte de uma área que precisava ser conectada ao restante do país. Assim, a região era vislumbrada pelo planejador como aquela que dizia ser área de vocação para pecuária bovina. Prevalcia, na década de 1960, no médio rio Tocantins, como mostrado no Mapa 3 — Processos espaciais ocorridos em Tucuruí-PA entre 1960-1991. Destes o processo mais intenso era a dinâmica da estrada de ferro que tinha seu início na sede do município de Tucuruí, indo até Jatobal a 117 km de distância, conforme figura a seguir.

Figura 1 – Estrada de Ferro Tucuruí (1970)



Fonte: Adaptado de Ferrovias do Brasil (1970)⁹.

Na época a estrada de Ferro Tocantins não representava uma via de acesso ao município, era apenas uma estrutura para favorecer a navegação do rio Tocantins no trecho correspondente à dimensão da estrada, pois, tratava-se um perímetro onde havia cachoeiras e rochas que inviabilizavam a navegação. E em virtude da construção da barragem de Tucuruí, no ano de 1973 a estrada foi interrompida.

era para a regularização fundiária a que foram destinadas oficialmente com o Decreto-lei nº. 1.164/71 ao projeto Integrado de Colonização (PIC – Marabá), ambas ao longo da Rodovia BR-230 (transamazônica) (CASTRO *et al.*, 2010).

⁹ Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970efTocantins.shtml>. Acesso em: 22 de set. 2021.

Em 17 nov. 1973 correu o último trem, com uma cerimônia de despedida da ferrovia. Iria começar a construção da represa da usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, que alagaria as cachoeiras e a própria ferrovia projetada para contorná-las. Previa-se a construção de eclusas para transposição da represa por embarcações fluviais, ligando assim de forma direta a navegação dos trechos acima e abaixo do lago artificial (CAVALCANTI, 2011, s.p.).

Do Mapa 3, o segundo período (1970-1976) marca o fim da operacionalização da estrada em 1973, o início da construção da barragem que representou a maior mudança no curso do médio rio Tocantins. Como já mencionado, é quando se inicia a abertura da BR-230 e da BR-422. Assim, a construção da UHE-Tucuruí condicionou profundas mudanças para todos os lugares e vilas ao longo curso do rio que passaram a ser o lago artificial da barragem.

Os processos ocorridos representados no Mapa 3 (período 1977-1984) resultam da construção da UHE-Tucuruí. Com ela teve início das alterações do curso do rio Tocantins e nas comunidades localizadas às margens do rio. Outro fato como já dito é a abertura da BR-230 que se encontrava num estágio mais consolidado. Em 1984, com o alagamento definitivo do reservatório da UHE-Tucuruí, ocorreu o deslocamento dos habitantes do Velho Repartimento para as margens da BR-230.

As mudanças produzidas na área resultam do continuum favorecimento que o Estado preside e estrutura para presentear a iniciativa privada. Pois, a construção da UHE-Tucuruí não solucionou os problemas sociais, políticos e econômicos da região. Assim, estes processos envoltos aos elementos geográficos (UHE-Tucuruí e BRs) promoveram mudanças no modo de vida das populações locais. Entre as interferências na área de Tucuruí/Velho Repartimento, desde a estrada de ferro até a construção de hidrelétrica, o modo de vida da população de algumas etnias indígenas foi afetado. Situam-se as etnias Assurinís (localizada no município de Tucuruí, às margens da BR-422) e a Parakanã (localizada entre os municípios de Novo Repartimento e Itupiranga).

No Mapa 3 (período 1985 e 1991) é possível indicarmos outros elementos no espaço, o único polígono com preservação densa da vegetação natural. A área compreendida pelo então município de Novo Repartimento compõe-se da terra indígena Parakanã. Assim, se considera que a área atual de Novo Repartimento é representativa de uma relação umbilical entre espaço e política.

Deste modo, tem-se que no contexto da Operação Amazônia, a porção considerada periférica destinou-se à iniciativa privada. Conforme Brasil (1966, p. 10),

“para a penetração aos interesses privados de investimentos do Sul e de outras origens, [que] vem se fazendo ativa e sistematicamente”. A penetração nela se deu pelas “estradas pioneiras existentes situadas na Amazônia Periférica, enquanto em seus contornos, a colonização, parcialmente desordenada, é consolidada a ocupação e o aproveitamento regional de recursos descobertos” (BRASIL, 1966, p. 13).

Os investimentos da Operação Amazônia foram oriundos de:

Receita proveniente de impostos federais, exceto os destinados a fundos especiais; Investimentos diretos do Governo Federal, exceto os destinados a fundos especiais; Fundo de Valorização da Amazônia, sendo estimado os recursos federais para 1967, em 120 bilhões de cruzeiros; Investimentos diretos do Governo Federal, através dos Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, da Agricultura, das Minas e Energia, da Viação e Obras Públicas e Militares, da Comissão do Plano de Ação Nacional e do Conselho Nacional de Pesquisa; Fundos especiais, destacando-se o Rodoviário nacional, o Portuário Federal, o de Marinha Mercante, o Federal de Eletrificação, o Nacional de Habitação e o de Reforma Agrária (BRASIL, 1966, p. 24).

Com isto a ação estatal promoveu as condições de atração de investidores privados, dada pela Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966 (BRASIL, 1966). O Art. da Lei foi dispor sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dar outras providências.

A Lei n.º 5.174 era marcada pela liberalidade que conferia às pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras (SUDAM, 2019).

Segundo Marques (2007), os incentivos fiscais destinados à região — limitados à indústria, como a Zona Franca de Manaus, assim como à agropecuária. Eles serviam para angariar apoio da oligarquia local ao governo militar, a fim de negociar um projeto mais amplo, em que a burguesia local cumpriria o papel marginal. A Operação Amazônia promoveu infraestrutura em projetos de colonização rural e a redução de impostos (a indústria da Zona Franca de Manaus, as atividades agrícolas, pecuárias, extrativa vegetal e mineração).

As infraestruturas foram vetores de ocupação da área e baseadas em planejamento de eixos de desenvolvimento. Construiu-se estradas federais (BRs) de longa distância, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. Estradas pioneiras que serviram de roteiros de migração para a Amazônia. Foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”. Mas as suas

construções causaram sérios impactos ambientais (KOHLHEPP, 2002 apud GOODLAND; IRWIN, 1975). Em relação aos projetos de colonização, estabeleceu-se corredores de 200 quilômetros de extensão ao longo das estradas para colonização estatal. Entretanto, na Rodovia Transamazônica foi um fracasso (idem).

O Estado ao reduzir os impostos dos investimentos na região favoreceu os setores econômicos de produção de energia, do agronegócio e da mineração. No Sudeste paraense os capitais de investimentos foram destinados principalmente à criação de gado e projetos de mineração.

Observou-se que até a década de 1960 a pecuária no médio rio Tocantins ocorria nas ilhas e se usava de pastagens naturais. Na referida década, no plano geral, estavam ocorrendo planejamentos que se destinavam a toda a Amazônia paraense. Os planejamentos já incluíam a área de Tucuruí região periférica e zona recuperável. Assim, ela foi incorporada as demais regiões do Brasil e mais tarde vocacionada para a implantação da pecuária.

Na década 1970, a apropriação da terra na área que compreende a Tucuruí-PA seria objeto de planejamento do governo brasileiro. Entretanto, verificamos que a partir da década de 1970, as ações estatais, no âmbito do Programa para a Integração Nacional (PIN) passaram a ocorrer na área. A seguir exposto.

2.2 OS CONTEXTOS POLÍTICOS E PECUÁRIA NOS ANOS DE 1970 E 1980

Nesta seção, mostra-se contextos políticos de planejamentos estatais desempenhados na Amazônia paraense e como a pecuária se encontrava na microrregião entre 1970 e 1974. A partir de 1974 e 1980 tem-se a relação do planejamento e a espaço agrário na área. O Estado pavimentou o uso a partir das políticas estatais e diretamente a ocupação da terra se dá primeiro com as infraestruturas de estrada e de usina hidrelétrica. Estes objetos geográficos foram a forma que o Estado passou a ocupar a área. Em seguida, outras formas de apropriação da terra foram sendo realizados, dentre elas a pecuária tem sido a atividade que ganhou destaque.

No censo agropecuário de 1970 do IBGE (conforme a Tabela 7 que exhibe os números da atividade econômica no estado do Pará na década de 1970), a criação de bovinos apresentava-se como a de maior expressão. Os registros dos números de

estabelecimentos e hectares de terras usadas são das margens das estradas. Isto indica uma primeira relação da pecuária com os planejamentos estatais.

Para mostrar como era a política na década de 1970, conforme regionalização do IBGE de 1970, o município de Tucuruí deixou de pertencer à zona fisiográfica Tocatina e passou a fazer parte da microrregião de Marabá. A lógica da regionalização da área tem como influência a abertura da BR-230 e do Programa de Integração Nacional-PIN de 1970. Nesta área a pecuária bovina tem seu ponto de partida como a atividade econômica. Na Tabela 7 são anotados os números da bovinocultura no estado do Pará.

Tabela 7 – Uso da terra e atividade Econômica, no Pará - 1970

ATIVIDADE ECONÔMICA	TOTAL		UTILIZAÇÃO DAS TERRAS			
	ESTABELE- CIMENTO	ÁREA (Ha)	LAVOURAS			
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS	
			(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**
Pecuária	8.718,3	3.649,195	1.133	2.358	2.198	8.233
Bovinos	6.269	3.352,594	635	1.133	1.944	7.484
Ovinos	10	4 590	4	44	2	8
Suínos	2.104	120,307	481	1.154	235	669
Animais de outras espécies	335	171,704	13	28	17	73

* informantes

**hectares

Fonte: IBGE (1970). Adaptado pelo autor (2020).

Na Tabela 7, a atividade econômica é aquela que proporciona maior fonte de renda ao produtor e o fundamento é a exploração da terra. A pecuária que na época de 1970 se apresentava com maior força na região, e, “por extensão, os estabelecimentos que não tivessem desenvolvido qualquer atividade econômica durante o ano de 1970 foram classificados pelas atividades tradicionalmente desenvolvidas, ou para as quais estivessem sendo organizados” (IBGE, 1970, p. 20).

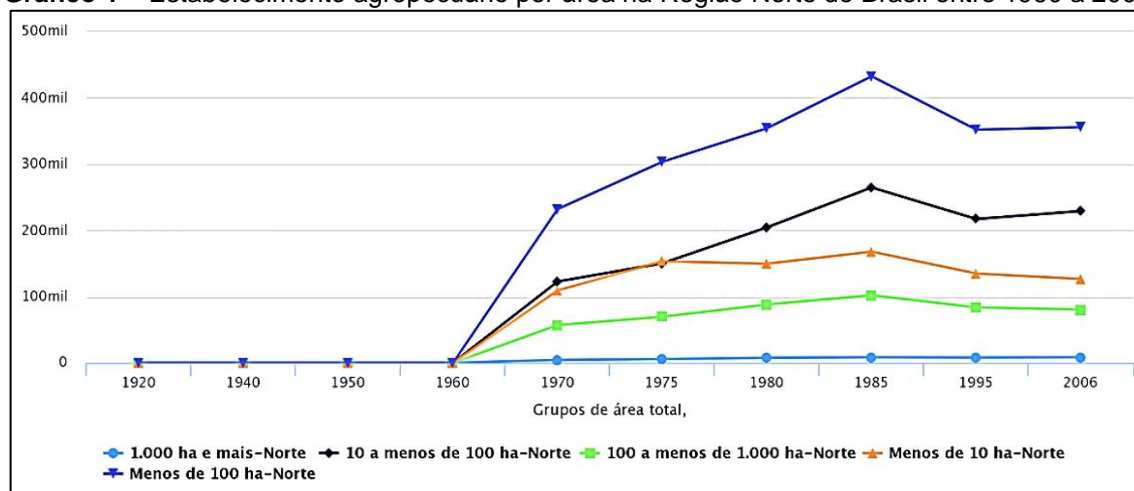
É possível compreender que havia na área uma coexistência da pecuária que se apresentava como nova atividade, mas permanecia as demais atividades tradicionais típicas da região. Deste modo, a utilização da terra, quanto aos parâmetros do IBGE no censo agropecuário de 1970, foi estabelecida nas seguintes categorias: a) lavouras permanentes; b) lavouras temporárias; c) pastagens naturais; d) pastagens artificiais; e) matas naturais; f) matas plantadas g) terras em descanso; h) terras produtivas não utilizadas; i) terras inaproveitáveis.

A utilização da terra pelo produtor, seja ela pessoa física ou jurídica, se caracterizava pela posse e responsabilidade da exploração do estabelecimento. Ainda

que constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros. Os produtores foram classificados como: proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante (nos casos de terras públicas, devolutas ou de terceiros), com ou sem consentimento do proprietário, nada pagando o produtor pelo seu uso, e outra condição, quando a exploração se processasse sob qualquer outra forma não referida anteriormente (IBGE, 1970).

De modo específico, os dados da Tabela 7 demonstram que os produtores usavam maiores áreas de terra com a pecuária bovina, comparada com as demais atividades econômicas. Na pecuária usava-se 3.649.195ha. Deste total, com a bovinocultura, usava-se 3.352,594ha, correspondentes a 91,87% do uso das áreas. Foram utilizadas com as lavouras permanentes 2.358ha correspondeu a 64,62% da área. Nestas compreensões são formadas as projeções para a Amazônia e se desdobram no uso da terra na região. Conforme o IBGE (2017) o uso da terra por região no Brasil a partir de 1960, registram-se os seguintes números no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estabelecimento agropecuário por área na Região Norte do Brasil entre 1960 a 2006



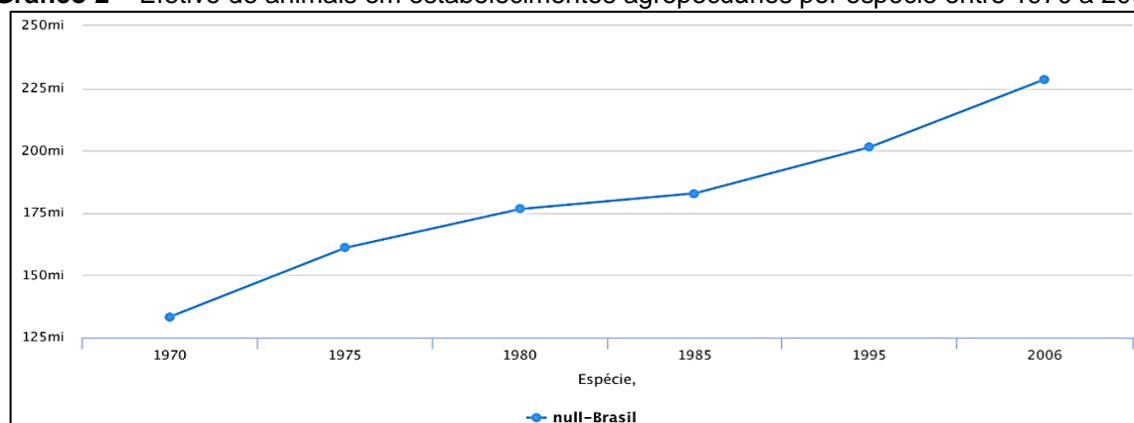
Fonte: IBGE (2017).

Conforme o Gráfico 1, dois grupos de áreas são registrados nas décadas de 1920, 1940, 1950 e 1960. As de tamanho menor que 100ha e menor que 10ha, período no qual os estabelecimentos não apresentavam significativo uso. Porém, a partir de 1960, os dados do IBGE indicam acrescidos os registros de tamanho de áreas usadas na região Norte. Assim, indica que a relação entre uso da terra e políticas estatais na Amazônia de 1960 se iniciaram mais vigorosamente com o plano de valorização da Amazônia.

A partir de 1970 em diante aparecem os registros de áreas ocupadas com tamanho de menos de 100ha. Em 1970 e nos anos posteriores até 2006 aumentou o

registro de área com tamanho até 100ha. Do mesmo modo cresceram os números de registros das áreas de 100ha e de menos de 1.000ha na região Norte. A ocupação da terra relaciona-se à criação de animais, como se verifica no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie entre 1970 a 2006



Fonte: IBGE (2017).

O registro da área e seus usos apontam a agropecuária como a atividade que mais avançou no registro de áreas. No estado do Pará, no que se refere às culturas temporárias, a pecuária ocupava 90,90% das áreas. Isto expressa que as condições de criação ainda não incidiam com grande impacto sobre floresta. A criação ocorria em maior quantidade em pastos naturais como ilustrado na Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Utilização da terra para criação de gado a pasto no Pará (1970)

ATIVIDADE ECONÔMICA	Utilização das terras									
	Pastagens				Matas e florestas				Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas	
	Naturais		Plantadas		Naturais		Plantadas		(Inf)*	(Ha)**
(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**			
Pecuária	5.622	1.605.146	2.460	306.134	4.748	1.087,546	98	2.162	4.429	410.742
Bovinos	5.023	1.484.084	2,226	299.344	2838	967.206	55	1292	3443	396,150
Ovinos	7	227	4	65	3	3.962	-	-	6	152
Suínos	290	10.390	181	1.422	1.736	88304	41	770	880	8320
Animais de outras espécies	302	110.437	49	5.303	171	28074	2	100	100	6120

* informantes

**hectares

Fonte: IBGE (1970).

Na Tabela 8, no estado do Pará, os usos das terras ocupadas pela pecuária foram registrados das seguintes formas: com pastagens naturais 1.605.146ha; com

pastagens plantadas de 306.134ha; de florestas naturais de 1.087,546ha; de florestas plantadas de 2.162ha. Quanto à área de terras em descanso, no estado do Pará havia 410.742ha.

Da descrição acima, o uso da terra com bovinos no estado do Para: pastagens naturais 1.484.084ha, (92,45%) do total da área usada; com pastagens plantadas totalizam 299.344ha, (97,78%); com florestas eram de 967.206, (88,93%); com florestas plantadas 1.292ha, (59,57%); e, finalmente, as terras em descanso, o total registrado era de 396,150, que com relação às áreas do estado do Pará correspondia a 95.72%. O cenário de uso da terra em 1970 indicava tendência de apropriação para a pecuária.

De modo específico os desdobramentos das políticas estatais no médio rio Tocantins apareceram com o Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970. Neste decreto, criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN) com seu ponto central na colonização e de reforma agrária. A partir disto deu-se início à elaboração e execução de estudos para a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia Paraense. O PIN se constitui como uma política projetada de ocupação de vastas áreas de terras às margens das estradas, equivalentes a dez (10) quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém para a colonização e para a reforma agrária (BRASIL, 1972).

Na década de 1970, as relações sociais e o uso da terra em Tucuruí e no seu entorno ganharam novos contornos a partir do que o Estado projetou para a área. Tem-se como exemplo o PIC Marabá, no qual foram desempenhadas com ações voltadas a ajustar os deslocamentos de pessoas, em virtude do lago da UHE de Tucuruí. Acselrad (1991) diz que esta situação promoveu uma dinâmica nunca vista na região por conta do planejamento tecno burocrático. Este vigorou durante os anos do regime autoritário brasileiro e deu suficientes demonstrações de desestruturação do espaço socioambiental amazônico.

Esta perspectiva na microrregião do estado do Pará, o uso da terra pela pecuária teve a distribuição exposta na Tabela 9. Nos municípios da microrregião de Marabá, apenas Tucuruí não apresenta pastos plantados, pois, se criava gado nas ilhas. Nos demais municípios já são registrados pastos cultivados e, portanto, superiores às áreas de pastagens naturais.

Tabela 9 – Utilização da terra para criação de gado a pasto em Tucuruí - 1970

Microrregião de marabá	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS									
	Pastagens				Matas e florestas				Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas	
	Naturais		Plantadas		Naturais		Plantadas		(Inf)*	(Ha)**
	(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**	(Inf)*	(Ha)**		
Tucuruí	15	13	-	-	13	129	-	-	199	2.005
Marabá	2	171	470	45.792	181	613.542	-	-	8	94
Itupiranga	1	60	138	7.922	116	118,990	1	91	3	1.591
São João do Araguaia	2	131	752	21.952	832	133.403	-	-	159	1.088
Jacundá	-	33	1.485	17	51.117	-	-	-	-	-

* informantes

**hectares

Fonte: IBGE (1970). Elaborado pelo autor.

Como se observa na Tabela 9, Marabá já despontava como a maior produção, seguido de São João do Araguaia. As unidades de bovinos na microrregião de Marabá destacam os informantes da tabela compreendidos como propriedades que criavam gado na referida década. Dentre os dados, Tucuruí apresenta um número de 56 propriedades que criavam bovinos, totalizando 3.249 unidades.

Tabela 10 – Bovinos na microrregião de Marabá na década de 1970

Microrregião de Marabá	Informante	Total de bovinos adultos	Bovinos menores de um ano		
			Total	machos	fêmeas
			Total da microrregião	471	63.687
Jacundá	18	687	140	62	78
Marabá	163	41.183	10.289	4.959	5.330
São João do Araguaia	205	16.256	3.383	1.653	1.730
Tucuruí	56	3.412	1.179	473	706
Itupiranga	29	2.149	429	210	219

Fonte: IBGE (1970).

Na Tabela 10 tem-se o número total da microrregião de Marabá de 63.687 unidades de bovinos, das quais Jacundá correspondia a 1,07%; Marabá 64,66%; São João do Araguaia 25,52%; Tucuruí 5,35% e Itupiranga 3,37%. É possível notar que Tucuruí ainda não apresentava a pecuária como atividade econômica.

A Tabela 11, a seguir, especifica os animais por idade e destino comercial para corte e para o trabalho. No que concerne à atividade econômica da pecuária, ainda

não era expressiva. Os dados indicam que apenas 180 unidades de bovinos em Tucuruí foram destinadas para o abate e corte

Tabela 11 – Distribuição de bovino por idade (1970)

MICRORREGIÃO DE MARABÁ	Bovino								
	De 1 a menos de 2 anos			De 2 anos a mais					
	Total	Machos	Fêmeas	Total	Vacas	Touros	Novilhos	Bois e garrotes	
Para corte								Para trabalho	
Jacundá	298	140	158	1.422	573	49	364	407	29
Marabá	4.963	2.577	2.386	25.911	13.908	958	4.294	6.125	646
São João do Araguaia	1.616	905	711	11.257	4.771	384	2.477	3.437	188
Tucuruí	618	366	252	1.615	991	72	355	180	17
Itupiranga	115	26	89	432	241	24	87	68	12
Totais	7.610	4.014	3.596	40.637	20.484	1.487	7.577	10.217	892

Fonte: IBGE (1970). Elaborado pelo autor.

Os números da Tabela 11, têm os totais 7.610 de animais entre uma a dois anos, mais 40.484 com mais de dois anos, totalizando 48.247 unidades de animais na microrregião de Marabá pelo IBGE/1970. Nesta classificação, conforme idade de animais, as somas dos municípios em relação ao total da microrregião são as seguintes: a) Jacundá tinha 1.720 unidades (3,56%); b) Marabá tinha 30.874(63,99%); c) São João do Araguaia com 12.973 (26,88%); d)Tucuruí com 1.933 animais (4,00%); e d) Itupiranga com 547 (1,13%).

O município de Marabá exercia liderança na produção de animais em 1970 em virtude da tradição que município desde de décadas passadas, tendo saído da coleta de castanha-do-pará e iniciado o processo de criação de gado. Marabá é limítrofe de Itupiranga e este limítrofe de Tucuruí, e passariam também a incrementar mais tarde a pecuária. Tucuruí ainda na década de 1970 a pecuária era relativamente pequena, como mostrado na Tabela 11, mas já estava vocacionado para a pecuária.

A pecuária não estava alheia aos olhos do planejador, pois era objeto de forte expansão da fronteira destinada à produção do gado. Assim, a relação entre espaço agrário e planejamento já se fazia presente nas formulações de políticas. Isso indica que a área não estava de fora de uma destinação para a pecuária. Deste modo, considera-se as estradas abertas e edificações que estavam em curso, como UHE de Tucuruí, foram meios que contribuíram para a inserção da bovinocultura na área. Para Acseirad (1991, p. 53), faziam parte de um “planejamento autoritário aplicado aos

empreendimentos hidrelétricos responsáveis pela desqualificação política e descaracterização cultural das populações atingidas”.

Considera-se que a ação do Estado a partir da década de 1970 na porção sudeste do estado do Pará é feita sob o discurso de integração. Assim, era o lema dos tempos do governo militar: “integrar para entregar”. A integração se caracterizou mais como uma entrega da área aos atores vindo do Sul, Sudeste e Nordeste do país que se dispusessem a ocupá-las. A tradução de planejamentos em formas de infraestrutura, como as estradas, desdobra-se em meios e estímulos de ocupação e uso das áreas do entorno delas. Neste entendimento, as margens das estradas foram as primeiras porções areais ocupadas.

Neste período inicia-se o Programa para a Integração Nacional (PIN), que tinha como dotação orçamentária recursos de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), o equivalente atual de R\$ 727.727,83 (setecentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos)¹⁰. Valor erguidos nos exercícios financeiros do Estado de 1971 a 1974, estes eram destinados para o desenvolvimento de infraestrutura (BRASIL, 1970). O PIN tinha a finalidade de financiar o plano de obras de infraestruturas nas regiões de atuações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para promover com agilidade a integração desta à economia nacional.

Em 1971 o governo brasileiro editou o Decreto-Lei n.º 1.243, de 30 de outubro de 1972, a fim de aumentar os recursos do PIN em mais Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), equivalência atual a R\$ 290.909,12 (duzentos e noventa mil, novecentos e nove reais e doze centavos) (BRASIL, 1970). A meta era implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. O desenvolvimento de infraestrutura pensado como planejamento de eixos de desenvolvimento. As estradas de longa distância, são: a BR-230 (Transamazônica) iniciada em setembro de 1970 e a BR-210 (Perimetral Norte), a BR-163 (Cuiabá-Santarém) iniciada em 1971 e a BR-319 (Cuiabá-Porto Velho-Manaus) (BRASIL, 1969).

¹⁰ O valor convertido em Real (R\$) brasileiro seria, na data de 27 de novembro de 2019, equivalente a R\$ 727.727,83 (setecentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos). “O cruzeiro brasileiro (BRC) está obsoleto. Ele foi substituído pelo real brasileiro (BRL) em 1.º de julho de 1994. Um BRL é equivalente a 2750 BRC” (COIN MILL, 2019). Disponível em: <http://pt.coinmill.com>.

Às margens da BR-230 foi efetivada uma política de ocupação geradora de um espaço de disputas sem que o Estado considerasse os modos de vida das pessoas nas áreas por onde a estrada passou. Além das estradas, elaborou-se o Programa Integração de Colonização (PIC) em Itaituba, Altamira e em Marabá (PA). Este atraiu grandes contingentes populacionais e o desenvolvimento comunitário (ROCHA, 2008).

O itinerário da Transamazônica passa por Novo Repartimento (na época ainda município de Tucuruí). A estrada serviu para a migração humana para a área. Assim, a abertura desta estrada no seio da Floresta Amazônica estava associada à locação dos excedentes populacionais do Nordeste brasileiro (ROCHA, 2008).

Otávio Guilherme Velho (1972, p. 42) elucida que as frentes de expansão levavam em consideração que “a influência geográfica só pode ser entendida quando mediatizada pelas forças sociais envolvidas”. Neste sentido, Velho (1972) considera que o papel da política é um elemento que garante as condições sociais necessárias à realização do processo produtivo. Thalês e Pocard-Chapuis (2014), na área de repartimento, denominam a inserção da pecuária de frentes pioneiras em expansão, notando isso nos períodos de 2000-2005 e 2005-2009 com mais de um terço das mudanças ocorrendo nas regiões ante-pioneira e início da frente pioneira. Pocard-Chapuis (2004) chama à área de Ante-pioneira quando ainda o migrante não havia chegado e com pouco desmatamento e na área e frente pioneira com presença do migrante com a incidência de elevado desmatamento.

Trata-se de um processo que ora se dá através da violência das armas. Tem-se como exemplo, o conflito político de 1919 em Marabá (o qual objetivava manter a mão de obra que desejava retornar às regiões de origem devido à decadência da borracha, mas a mão de obra permaneceu presa em Marabá para recomeçar nova fase extrativista da castanha). Processo favorecido por meio de decretos-leis e disputas eleitorais. Esta definiu um novo sistema de exploração dos castanhais, não mais pela extração livre. Mas pelo arrendamento por períodos determinados e renováveis de áreas pertencentes ao poder público, o que permitia a barganha partidária.

Para Velho (1972, p. 170), o papel da política estatal era visto não apenas como assegurador das atividades econômicas. Mas em suas funções pós-liberais de orientação e comando do processo, como aparece na criação de órgãos como a SUDAM, no estabelecimento de incentivos fiscais para a implantação de empresas na

região. Neste sentido, a construção da estrada Belém-Brasília e da Transamazônica, incorporou a região ao mercado capitalista nacional e internacional. Por fim, atestou a dominância do político sobre o econômico como modo particular de realização do capitalismo no Brasil.

Velho (1972, p. 168) elaborou uma hipótese que se confirmou tempos depois na região quando:

adjacências, no curso da Rodovia Transamazônica] estaria sendo um laboratório pelo qual se engendrariam as soluções capitalistas [avanço da agropecuária e uso do território] para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola-mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local.

Atualmente a região de Itacaiúnas compreende o município de Marabá. No curso da Rodovia Transamazônica, à época de 1970, serviu de laboratório para a implantação da pecuária. Desde então esta área passa a ser integrada às outras regiões do Brasil, como o Nordeste (BRASIL, 1966).

Na projeção Operação Amazônica, a área considerada de Amazônia Periférica (que atualmente se conhece como mesorregião sul e sudeste do estado do Pará) foi destinada à iniciativa privada. A partir deste destino, a apropriação dela foi sistemática, tendo seu início com a construção da Rodovia BR-230 (Transamazônica). A BR-230 foi uma ação para atender diversos interesses que se realizou por processos espaciais de ocupação da terra sob diversas formas, funções, conteúdos ao longo da estrada. Nestas condições, a atividade da pecuária encontrou na área terreno aberto para a sua implementação.

Neste seguimento, a normatização do PIN de 1970 fundamentou a apropriação “legal” de 10 km em ambos os lados da Rodovia Transamazônica, onde a posse da terra e uso da terra, do solo e subsolo da área se configuram pela relação entre espaço agrário e planejamento regional. E, assim, se fundamenta o sentido de integração da Região Amazônica às outras áreas do Brasil, na ideia de formação das políticas para a Amazônia Paraense.

Campos (2019) observa que no período da ditadura civil-militar brasileira a partir de 1964 foram colocados em prática políticas estatais que atendiam as conjunturas internacionais dos anos 1960, 1970 e 1980. Nesse sentido, produziam-se as reorientações de programas conforme a conveniência e as possibilidades de cada momento.

Considerando o contexto mencionado acima, na década de 1980 o sudeste paraense transformou-se no espaço agrário, relacionado ao planejamento regional do Programa Grande Carajás (PGC). No âmbito do PGC, a pecuária é projetada no Estado e se materializou na prática como cultura de maior dinâmica no entorno do programa.

O PGC (ainda nos anos 1970) beneficiou-se da execução de obras infraestruturais para receber estes empreendimentos. Com isto foi necessária realizar assentamento para os colonos, “mas a estrutura para receber a população que migrou para a região em função dos mesmos grandes projetos é deficitária e em nada comparada às estruturas dos grandes empreendimentos” (CASTRO *et al.*, 2010, p. 15; BRASIL, 1991). Diante disto, com o aumento da população na Região de Integração Lago de Tucuruí, novos municípios são criados: Breu Branco, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna e Novo Repartimento (emancipado através da Lei 5.702/91, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de dezembro de 1991).

Nestes municípios, a dinâmica da pecuária bovina se apresentaria com maior força, pois:

as terras destinadas às fazendas e os latifúndios existentes, por sua vez, são beneficiados através dos Incentivos Fiscais (Lei n.º. 3.174 de 24.10.66), em detrimento dos pequenos agricultores, tendo como impactos a concentração fundiária, conflitos agrários, violência e insegurança alimentar (CASTRO *et al.*, 2010, p. 15).

Nos meandros do campo político, dois planejamentos alicerçaram o destino da mesorregião à pecuária. Na formulação da Operação Amazônica, que se denominou como Amazônia periférica, destinada a ser ocupada pela iniciativa privada. E, no PGC houve a oficialização da mesorregião sudeste para a criação de gado bovino, iniciado em São Felix do Xingu.

A partir de 1974 a 1980, na microrregião de Tucuruí, a pecuária foi um objeto de implementação das ações estatais. O planejamento estatal na área sul e sudeste do estado do Pará feito com a finalidade de apropriação da terra por várias maneiras. O período mencionado é marcado por intensas mudanças na área. Trata-se de um período reconhecido como a segunda fase de planejamento regional na Amazônia.

No período mencionado, o raciocínio dos relatórios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 1969), a exemplo deste intitulado, A Amazônia: seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização, escrito por Maria Clara Pandolfo, e a sua denominação para a

Amazônia de “floresta de rendimento”. Noção que, sob a escrita de manejo florestal, serviu de base para a elaboração da Política Florestal Regionalizada para a Amazônia. Isto serviu para a elaboração do segundo Programa de Integração Nacional (II PND), do qual originou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia).

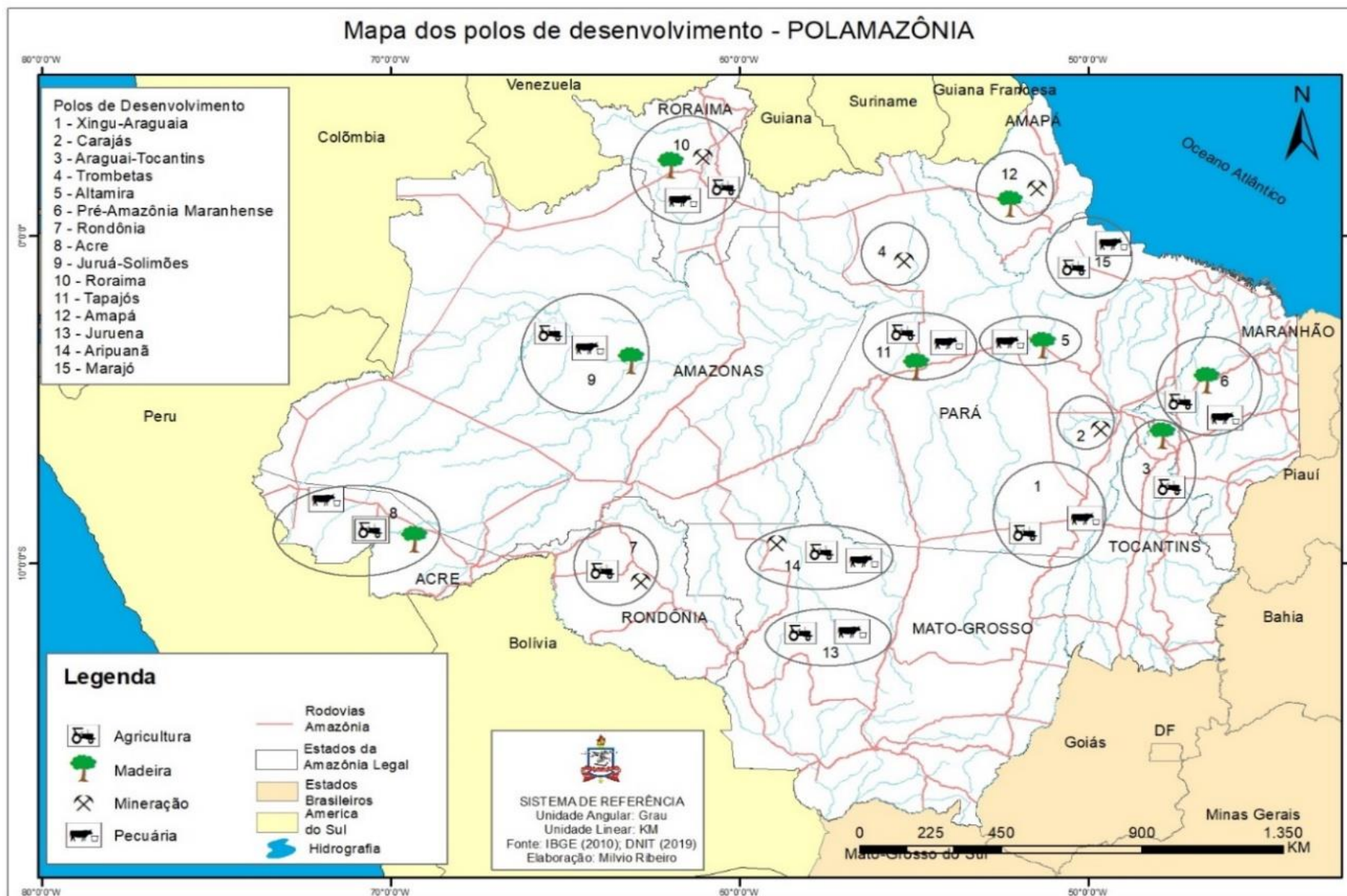
O Polamazônia foi institucionalizado pelo Decreto n.º 74.607, de 25 de setembro de 1974. Reconhecido como polos de crescimento, voltado à extração de recursos minerais, ou áreas de criação de gado, e ainda para a possibilidade de processo industrial. Segundo Silva (2017, p. 106), polarizou a produção econômica no espaço, como ferramenta para solucionar os problemas de crescimento/desenvolvimento de regiões “estagnadas”.

Segundo Brasil-MERCOR (1966, p. 10), a “Amazônia Periférica” (região sudeste do estado do Pará), foi aberta à penetração de capital privado e apropriada sob a visão de um Estado intervencionista. Tratava-se de uma ação que impulsionaria o desenvolvimento desta região. As áreas do Polamazônia foram: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó (BRASIL, 1974).

O Decreto n.º 74.607 ignorou os homens da floresta, mas foi promotor das profundas desigualdades regionais na Amazônia. Em seu conteúdo consta que a “finalidade [era] promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia”.

O Polamazônia refere-se às políticas territoriais elaboradas e implantadas para dar apoio ao Programa de Integração Nacional (PIN). Resultam dele, a construção das rodovias BR-230 (Transamazônica), BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-080 (rodovia radial com projeto original que liga Brasília a Manaus), BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), BR-319 (Porto Velho-Manaus), BR-174 (Manaus-Boa Vista) e BR-210 (Perimetral Norte). Esta projeção e execução espacial, ainda que esteja presente na literatura como a primeira fase de colonização da Amazônia. E, também é uma “Amazônia reinventada, a partir da Operação Amazônia, na segunda metade do século XX”. (NAHUM, 2019, p. 24).

Mapa 4 – Polos de Desenvolvimento - POLAMAZÔNIA



Fonte: IBGE (2010) e DNIT (2019).

A reinvenção da Amazônia Paraense estruturou-se a partir do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), além do Programa de implantação de polos de desenvolvimento, com destaque para o Polamazônia. Referente ao Polamazônia, os principais polos estavam em Carajás (vinculados à exploração do ferro); na Rodovia Transamazônica e em Trombetas (associado à extração da bauxita) no Amapá. Os mais bem-sucedidos são aqueles que visavam “aumentar as exportações de recursos naturais por meio da ampliação das vantagens comparativas. Por isso foram criadas infraestruturas no campo da energia, da comunicação e dos transportes” (MONTEIRO; COELHO, 2008, p. 109).

Os balizamentos indicam a construção de um território capitalista com suas lógicas em porções distintas na Amazônia brasileira. Kohlhepp (2002) e Acker (2014) afirmam que de 1974 a 1980, através do Programa Polamazônia, estimulou-se a formação de fazendas de gado e a extração de recursos naturais. A ocupação das terras com as fazendas da Volkswagen do Brasil com 140 mil hectares, ou da multinacional Liquigás Group com 566 mil hectares, exemplifica o modelo desta fase. Tais apropriações da terra foram incentivadas por meio de reduções de tributos e benefícios fiscais, principalmente no norte de Mato Grosso, sudeste e leste do Pará.

Oliveira (2016, p. 117) registra que o Polamazônia, como parte do II PND:

previa a implantação do Complexo Minerometalúrgico da Amazônia Oriental — compreendendo o esquema integrado Carajás - Itaqui (minério de ferro e siderurgia), o conjunto bauxita - alumina - alumínio (Trombetas - Belém - São Luís) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí).

O decreto nº 74.607/1974 balizou a expropriação dos recursos florestais e minerais da Amazônia Paraense. Primeiro objetivou a utilização do solo sob a narrativa de “Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais. Segundo com o uso Racional dos Solos da Amazônia”. Os desdobramentos disto se deram na transformação e exploração madeireira, influenciadas pelo conceito de “Florestas de Rendimento”. Ação justificada na ideia de atividade planejada, institucionalizada e permanente em áreas de terra firme (atualmente, denominada de reflorestamento) (BRASIL, 1974).

Um exemplo disto é observado da seguinte forma:

Este programa, como se podia ver, tinha como meta abrir de vez a exploração das madeiras da região, tão devastada por grupos nacionais e multinacionais. Fazia parte dessa ação a Cia. Amazonas de Laminados - GEORGIA PACIFIC

- que, com seus 400.000 ha de terras nos municípios de Portel e Melgaço no Pará, fazia parte do Relatório VELLOSO, e que, já naquela época, obtivera cópias do levantamento aerofotogramétrico feito pela USAF, através do embaixador do Brasil em Washington (OLIVEIRA, 2016, p. 118).

A outra forma de apropriação dos recursos da Amazônia Oriental se deu no interesse pelo subsolo, onde empresas multinacionais passaram a monopolizar os recursos da região, como o alumínio pelo setor nacional correspondente. Para isto, o Estado estabeleceu alianças com o capital estrangeiro, primeiro norte-americano, U.S. Steel, e depois japonês, Nippon Amazon Aluminium Co. (NALCO).

Uma “ocupação capitalista da ‘fronteira’ Amazônica, de modo generalizado desde 1964, não é um acontecimento menor na história da ditadura instalada no Brasil desde então” (IANNI, 1979, p. 242).

As expropriações estavam presentes nos projetos agropecuários e de colonização. O processo de exploração da Floresta Amazônica vem de longo tempo tal como a sucessão de processos e de coexistências de modo de vida que têm acompanhado a ocupação das diferentes frentes de penetração na região.

Kohlhepp (2002) assinala que no cume do período do “milagre econômico” brasileiro, a mentalidade que predominou foi o ideário do Eldorado. Uma narrativa que favoreceu a exploração econômica setorial e a quase ilimitada distribuição territorial da periferia da Amazônia.

A operacionalidade da política permitiu a atividade de negócio privado como foco central da estratégia de desenvolvimento. As justificativas oficiais tinham como fundamento a primeira crise do preço do petróleo, com consequências financeiras oriundas das dispendiosas importações de petróleo.

A projeção de polos de desenvolvimento previstos no II PIN (1975-1979) fez-se em pontos focais setoriais separados, os de extração de recursos minerais e de áreas e os de criação de gado com incentivos fiscais dado do Estado. Em meados dos anos 1980, os projetos oficiais de fazendas de criação de gado ocupavam quase 9 milhões de hectares. De um total de 350 mil km² de terra adquiridos pelas fazendas de gado, uma área florestal de 140 mil km² foi destruída (KOHLHEPP, 2002).

A literatura sobre o tema, a exemplo de Kohlhepp (1997), Becker (2001) e Oliveira (2016), chama atenção para o fato de que o Programa Polamazônia produziu enclaves dependentes de outros territórios. O governo considerou a colonização lenta e onerosa, por isto estimulou imigrantes dotados de maior poder econômico, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração na região. A

Amazônia é incorporada o setor privado das elites regionais e nacionais por incentivos fiscais, para manter a aparência democrática de modo a não colocar em perigo créditos internacionais. Polos de crescimento para obter o resultado de “concentração descentralizada”, aprofundaram a dependência dos polos aos centros em nível nacional e internacional.

Kohlhepp (2002), Becker e Egler (1993) apontam que os polos de desenvolvimento se tornaram vantajosos. Os interessados aos polos foram os bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas. O Ato de investir na devastação da floresta tropical serviu para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos.

Assim, a administração militar via-se como única capaz de protagonizar a modernização com os polos de desenvolvimento através de política racional. Neste sentido, o planejamento regional foi tratado de maneira superficial. A superficialidade está no fato de o governo brasileiro intentar reduzir despesa pública e aumentar as exportações e desenvolver tecnologia. Isto seria possível com a elaboração e execução do Programa Grande Carajás (PGC) (1980) e do Projeto Calha Norte (PCN) (1985). Becker (2001, p. 139) aponta que “o planejamento passou a concentrar recursos em poucas e grandes áreas selecionadas e a ampliar a ação militar entendida como necessária à solução dos conflitos”.

Em 1980 a paisagem da Serra dos Carajás formava-se pela densa cobertura vegetal e algumas clareiras na superfície, nas quais estava aflorada a exuberante riqueza de minério de ferro. Em 1967 a área foi objeto de verificação geológica. Nela revelou-se a maior província mineral do mundo, com a grande jazida de ferro, descoberta por geólogos da Companhia Meridional de Mineração, uma subsidiária brasileira da U.S. Steel (ROCHA, 2008).

A produção do espaço na Amazônia ocorreu em boa parte a partir de processos orientados de fora para dentro. O objetivo dos que orientam a produção espacial é expresso na narrativa que fala sobre integração e desenvolvimento regional. Entretanto, o fundamento é a resolução de problemas alheios à realidade regional, como o de abastecer os mercados de outras regiões do país e, principalmente, externos.

Em 1980, na Amazônia, destacou-se o Programa Grande Carajás (PGC). Este, institucionalizado pelo presidente da república João Figueiredo, através do Decreto-Lei 1813, de 24 de novembro de 1980, ditando o seguinte conteúdo:

Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito) graus e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, bem como em toda a sua extensão, os seguintes Municípios cortados pelo referido paralelo.

A dimensão espacial do PGC selecionada para a concessão de incentivos tributários e financeiros foi a seguinte de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Abrangência espacial dos incentivos fiscais do PGC

Incentivos do PGC na Amazônia Oriental		
No estado do Pará	No estado de Goiás	No estado do Maranhão
Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu.	Colina de Goiás, Colméia, Filadélfia, Goiatins e Itaporã de Goiás.	Balsas, Carolina, Riachão, Sambaíba e Tasso Fragoso.

Fonte: Adaptado dos Decretos-lei nº 1.904/1980 e nº 1.904/1981. Elaborado por Ribeiro (2020).

No que se refere à ordem de empreendimentos integrantes do PGC, as prioridades foram conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Decreto-lei 1.904/1980 do PGC: instrumentos de institucionalização

SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	OBJETIVOS DE ATIVIDADES E PROJETOS DO PGC	ATIVIDADES ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
<ol style="list-style-type: none"> 1. O projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís; 2. A instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; 3. As obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; 4. outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à 	<ol style="list-style-type: none"> 6. Pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; 7. Agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; 8. florestamento, reflorestamento, beneficiamento e 9. industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas. 	<ol style="list-style-type: none"> 10. Sem menção alguma no Decreto-lei de quais seriam os investimentos.

implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; 5. o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas.		
--	--	--

Fonte: Adaptado do Decreto-lei n.º 1.904/1980. Elaborado por Ribeiro (2020).

Em “Grande Carajás: planejamento da destruição”, redigido como um relatório encomendado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), publicado como livro em 1989, o título já revelava a independência de pensamento na elaboração de Orlando Valverde, com elevado grau de criticidade nele contido (VALVERDE, 1989).

O livro de Orlando Valverde (1989) revela que “os navios japoneses que vêm buscar minério de ferro dão a volta ao mundo. Eles saem vazios do Japão, carregam carvão na Austrália que entregam no Brasil e regressam com o nosso minério”. As críticas são claras, ao contrário do que se pensava, a instalação de siderúrgicas a carvão vegetal não decorre apenas da filosofia de “enriquecer antes que acabe”. Ela vigorava naquela época e ainda hoje é imperante na Amazônia. Por trás dela estavam os ávidos fabricantes de ferro e de carvão vegetal de Minas Gerais, estes últimos reunidos na Associação Brasileira de Carvão Vegetal (Abracave).

Em 1973, segundo Rocha (2008, p. 75), foram realizados os primeiros contatos do governo brasileiro, por meio da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), com um grupo de cinco empresas do Japão que produziam alumínio, a Nippon Ligth Metls, a Mitsuil Aluminium, a Sumitomo, a Showa Denko e a Mitsubishi, organizadas em consórcio, e a Ligthl Metals Smelters Association (LMSA), com o interesse de gerar energia elétrica na Amazônia em virtude da alta do petróleo a partir de 1973. Neste período, diversos países, especialmente o Japão, desativaram fábricas de alumínio que funcionavam junto a usinas termoelétricas.

Neste sentido, está o fundamento externo da elaboração e execução de grandes projetos na Amazônia. Furtado (1973) chama de desenvolvimento dos países periféricos como um mito, pois, dentre os subdesenvolvidos a maioria é excluída dos benefícios do crescimento do capitalismo. Nesta perspectiva, o PGC é mais um exemplo de política do Estado brasileiro voltada para desenvolver a economia do país. Entretanto, sem as devidas preocupações com as questões de interesses locais e ambientais da Amazônia Oriental. A política estatal é realizada para responder aos

interesses exógenos, o que não permite mudar as características dos países subdesenvolvidos.

Nestas condições com a Amazônia sendo submissa ao capital, as empresas internacionais encontraram as condições naturais menos custosas na produção de energia. Assim, a Amazônia passou a ser área pleiteada pela indústria mundial. A Amazônia paraense, com seu grande potencial hidroelétrico e suas imensas jazidas de bauxita, se configurou como um dos locais mais adequados para uso e apropriação dos seus recursos naturais.

Foi então iniciada a construção da barragem de Tucuruí e a constituição da Alumínio Brasileiro S. A. (ALBRAS) e da Alumina do Norte do Brasil S. A. (ALUNORTE) em Vila do Conde no Pará; e SA Aluminium Company of America/Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A (ALCOA) nas unidades do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) em São Luiz do Maranhão. Empresas que gozaram de completa isenção de impostos e receberam energia com menos custo, 50% abaixo do preço pago, quando comparado pelo consumidor comum.

No PGC, os seus pressupostos e objetivos eram estabelecer uma série de projetos de infraestrutura, mineração e indústria. A base para os objetivos era a jazida de minerais na Serra dos Carajás — especialmente o minério de ferro.

Especificamente nos anos 1980, a situação geográfica da Amazônia Oriental se compôs por grandes investimentos, cenário no qual o “Grande Carajás” é o maior exemplo. Embora tratasse de um plano, seu percurso se deu de forma ardilosa. Segundo Kohlhepp (2002, p. 41), o PGC foi determinado de cima para baixo. Sobre isto, “nem mesmo a autoridade executiva encarregada do desenvolvimento regional na Amazônia, a SUDAM, participou das negociações do maior programa de desenvolvimento regional, ‘Grande Carajás’”.

O PGC se estendeu por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, situada ao leste da Amazônia, nos estados do Pará e do Maranhão. Para o PGC, seu objeto de interesse foi e ainda é a extração de minério de ferro; sua área é limitada, cercada e bem-organizada (na época ainda gerida pela estatal Companhia Vale do Rio Doce). Mas os projetos associados à migração espontânea e descontrolada para a região de planejamento levaram a uma situação um tanto caótica (KOHLHEPP, 2002).

Entre as situações mencionadas está a falta de participação regional e local em todos os setores para integração ao mercado mundial. Diante disto, se intensificou a

chamada síndrome de “periferia da periferia” na região de planejamento do Grande Carajás. Quanto ao uso da terra, a partir do PGC ultrapassam os limites das reservas indígenas e há insegurança com respeito a direitos legais; coexistiram os grupos sociais e seus objetivos socioeconômicos distantes de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica.

Na microrregião de Tucuruí, as primeiras ações territoriais que indicam o uso do território e voltadas para alimentar a economia nacional. Em 1957, identificam-se os primeiros estudos de engenheiros brasileiros feitos para o aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins (SANTOS, 2014). No entanto, foi na década de 1980, no médio rio Tocantins (nas proximidades da sede do município de Tucuruí), que implantaram a Usina hidrelétrica de Tucuruí (UHE) para servir de logística ao PGC.

Do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, destaca-se a influência do Lago da Usina Hidrelétrica na produção do espaço no seu entorno e a jusante. Espaço produzido com o deslocamento compulsório dos povoados que beiravam o leito original do médio rio Tocantins. A enchente do reservatório expulsou as pessoas dos seus lugares para outros destinos, interferindo fortemente no seu modo de vida. Os habitantes das margens do rio experimentaram novas territorialidades no território vivido. Estava-se diante do “continuum” de um processo de dominação e apropriação da terra pelo grande empreendimento hidrelétrico ali.

Assim, considerou-se que os contextos tratados acima (SUDAM, I e II PIN, II PND e POLAMAZÔNIA, Estradas BRS e UHE-Tucuruí) estão relacionados com uso da terra. De modo que tais ações foram as formas que o Estado contribuiu para a apropriação da terra e uso pela pecuária. Duas ações relacionadas a isto: as aberturas das estradas federais e a construção a UHE de Tucuruí.

Em 1984, em virtude da UHE de Tucuruí, ocorreu o deslocamento da população do velho Repartimento que margeava o rio Tocantins para as margens da recém-construída Estrada BR-230 (Transamazônica). Espaço com característica para outra forma de uso do território, especialmente para a extração de madeira, de grilagem da terra e implantação da pecuária bovina.

A pecuária, nas formulações do PGC, tem-se o seguinte:

As atividades pecuárias, particularmente a bovinocultura de corte, são extremamente favorecidas pelas condições ecológicas da região-programa. O programa pecuário propõe inicialmente apenas uma política de criação intensiva através do semiconfinamento. Parte da área disponível será destinada à exploração pecuária propriamente dita e parte reservada à

preservação florestal, consoante legislação em vigor. Por iniciativa dos principais pecuaristas está em vias de conclusão moderno frigorífico nas proximidades de São Félix do Xingu, dimensionado para atender às necessidades do futuro próximo (BRASIL, 1980, p. 28).

No fragmento acima tem-se que no PGC ocorreu a destinação de área da Floresta Amazônica para a bovinocultura. Tendo como experiência iniciada o município de São Félix do Xingu como receptor da atividade. Não é sem razão que é o maior produtor de gado do Brasil. Isto corrobora com a explicação da tese de que a relação entre planejamento regional e espaço agrário é vista na dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento. A pecuária bovina se fez realidade na região pelo lançamento do PGC. Nos demais municípios próximos, a pecuária se deu por meio de circuito comercial.

A liberação de áreas da densa floresta para a criação de gado na região não é nova, nasce com os planos de desenvolvimento. Novo Repartimento é limítrofe do município de São Felix do Xingu, na sua porção sul. Por onde a conexão para que a pecuária também fosse implantada fortemente no município e em toda região de integração do Lago de Tucuruí.

A relação entre planejamento regional e o espaço agrário na Amazônia Oriental promove processos espaciais, tendo como lógica a pecuária bovina como mercadoria da relação social em Novo Repartimento. Nos próximos capítulos da tese a intenção é mostrar a relação entre espaço agrário e planejamento regional que se traduz em criação de gado no município.

2.3 SÍNTESE DO TEMPO INICIAL

No tempo um (T1) da tese mostrou-se o planejamento regional no médio rio Tocantins, entre o período compreendido da década 1960 e 1980. Até o momento de elaboração, mostrou-se como o planejamento no período mencionado se reverberou como um processo que dentre os desdobramentos teve a atividade da pecuária. A pecuária é uma atividade que exige terra e floresta como insumos para sua expansão.

Para mostrar a situação da área de pesquisa no Tempo 1 utilizamos os dados da pecuária registrados nos censos do IBGE do período entre 1960 e 1980. Para pensar a relação entre espaço agrário e planejamento regional em Novo Repartimento levou-se em conta a Constituição do Brasil de 1946, no seu art. 199 que previa desde

então a criação do Plano de Valorização da Amazônia, iniciado com a Lei 1.806 de 1953 que criou a SPEVEA.

No capítulo intitulado de “Planejamento regional e pecuária no médio rio Tocantins entre 1960 e 1980” primou-se por focar na concepção de como o planejamento se reverbera na pecuária. O T1 está relacionado ao objetivo específico da tese. Nele identificou-se as ações transformadoras no espaço agrário, ocorridas na Amazônia Paraense. Em seguida explicou-se a relação da dinâmica espacial da pecuária em Novo Repartimento a partir da década de 1960.

As considerações dão conta de que na década de 1960, com o planejamento estatal da época, é iniciado o processo em escala nacional de apreensão da Amazônia em forma de planos. No caso específico da pesquisa, na Zona Fisiográfica Tocantina, as políticas ocorreram no âmbito do Plano Quinquenal, no contexto histórico e político da SPVEA.

A situação da pecuária no médio rio Tocantins na década de 1960 realçou a infraestrutura de estradas. Esta foi a maneira de persuadir os sujeitos para ocupação da área e apropriação da terra no seu entorno. E, assim, o Estado emplacou o lema do governo militar: “integrar para não entregar”.

Nos anos 1974 e 1980, a área que é sudeste do estado do Pará foi destinada ao capital privado, tendo como principal planejamento de exploração o Polamazônia e o Projeto Grande Carajás (PGC).

A partir do PGC a pecuária na região ganhou forma e se traduziu como uma atividade econômica na região. O município de São Feliz do Xingu foi selecionado para a atividade da pecuária no âmbito do PGC. A relação de Novo Repartimento com São Félix do Xingu se dá em virtude de serem limítrofes na parte sul de Novo Repartimento.

TEMPO 2 DA PESQUISA

CAPÍTULO III - CONVERSÃO DE FLORESTAS EM PASTAGENS EM NOVO REPARTIMENTO

Este capítulo está relacionado ao objetivo da tese que é identificar se houve conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento. Para tanto, mostrar-se-á a face empírica da tese, enquanto espacialização da pecuária no município.

O capítulo é composto por três seções. Elas são nomeadas de: os usos da terra; a ação política e pecuária e florestas, desmatamento, pastagem e gado. Esta composição explicita a conversão de floresta em pasto no município e mostra a relação entre a pecuária e as políticas públicas que favorece o seu crescimento no município de Novo Repartimento.

A partir de 1996 a dimensão areal de Novo Repartimento tem sido usada principalmente pela pecuária bovina. Esta tem ganhado consistências enquanto atividade econômica, pois, seu desenvolvimento relaciona-se aos planejamentos regionais que aportam no lugar. Repartimento era o nome dado ao povoado localizado à margem esquerda do rio Tocantins, lugar inundado pelas águas da represa da UHE de Tucuruí no ano de 1984. A partir daí chamou-se de Velho Repartimento e seus habitantes migrados de modo compulsório para o Novo Repartimento, localizado às margens da rodovia BR-230 (Transamazônica).

Nas décadas de 1970 e 1980, Repartimento ainda era uma localidade pertencente à jurisdição do município de Tucuruí. A partir de 1970 este passou a pertencer à microrregião de Marabá, composta pelos municípios de Jacundá, Marabá, São João do Araguaia, Tucuruí e Itupiranga. Novo Repartimento emancipou-se politicamente em 1991 e passou a destacar-se na criação de gado. IBGE (2017), Fapespa (2018), Perfil da Pecuária no Brasil (2018), PRODES (2020), Banco Central do Brasil (2020) e Mapbiomas (2021) informam que o município se destaca na pecuária no estado do Pará e no Brasil como um grande produtor de gado. Para que haja crescimento da produção de gado é necessária a ampliação das áreas de pastos.

A elaboração analítica do capítulo se dará em observância da conversão de florestas em pastagens, levando-se em conta a transformação da natureza¹¹.

¹¹ A ideia de Natureza costuma ser tão vaga quanto controversa, ao mesmo tempo em que adquire considerável importância ao se admitir que, de uma forma ou de outra, o que se concebe como Natureza está subjacente a tudo que se faz e se pensa sobre meio ambiente. Nesta perspectiva “a Natureza é compreendida e trabalhada como uma entidade externa ao homem, servindo a este como fonte de recursos para o seu bem viver; e em função deste ‘bem viver humano’ ela deve ser protegida

Desenvolve-se o entendimento em torno da relação entre espaço agrário e planejamento territorial. A explicação da dimensão espacial de Novo Repartimento gira em torno da ampliação da pecuária e o uso da terra para a atividade.

3.1 OS USOS DA TERRA

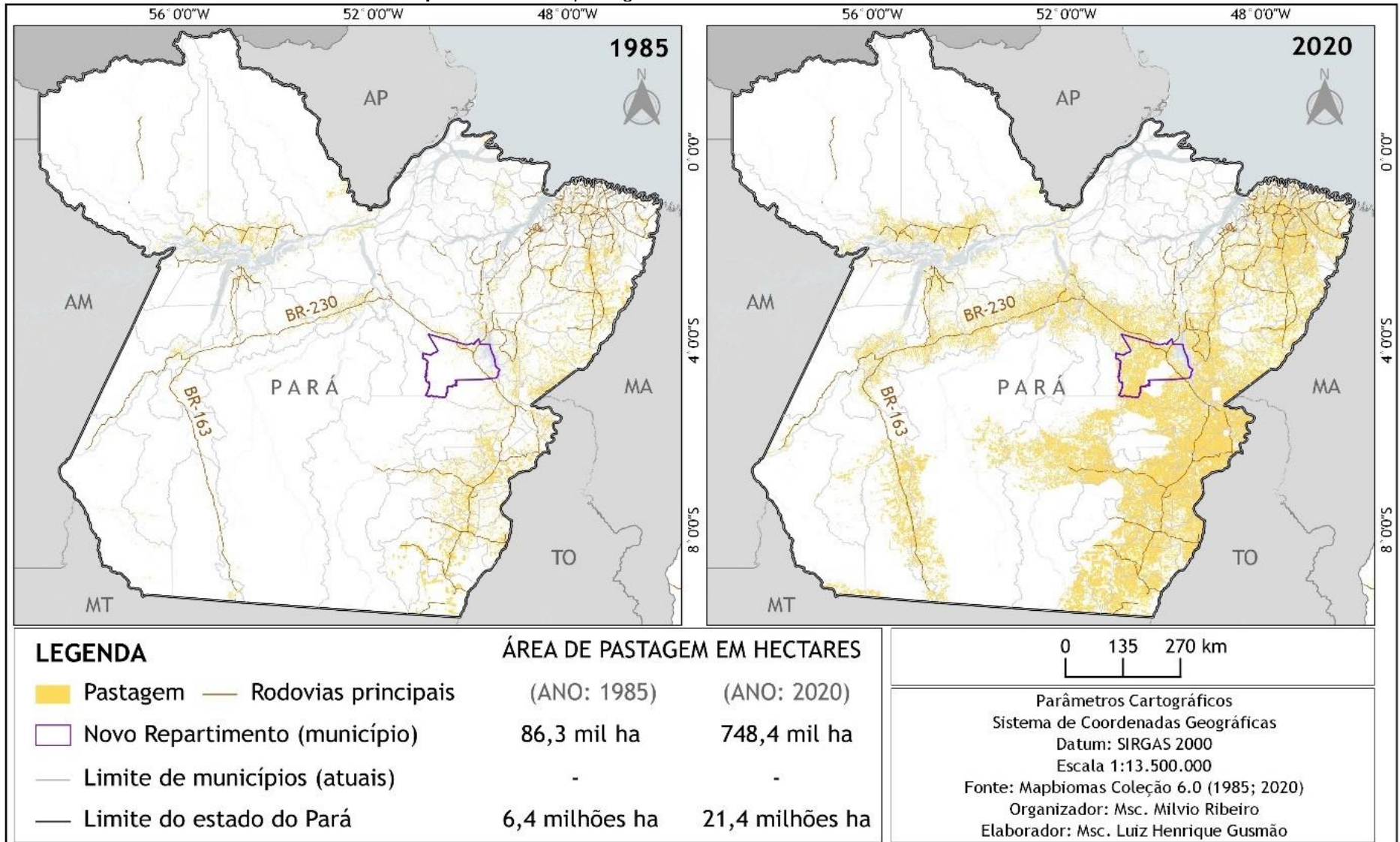
A movimentação da sociedade relacionada à pecuária materializa o uso do território e da terra em Novo Repartimento. A partir dos censos agropecuários do IBGE dos anos 1995, 2006 e 2017 interpreta-se que os usos das áreas de florestas são realizados pelas atividades da pecuária no município. E de um censo agropecuário para o outro, a atividade tem crescido bastante.

Entre os anos 1995 e 2020 houve aumento de uso da terra e floresta e a transformação desta em pastagem na Amazônia paraense cresceu. O mapa a seguir representa o aumento de pastagens no estado do Pará. No município de Novo Repartimento em 1985 havia 86,3 mil hectares de pastos e em 2020 o número de áreas pastos subiu para 748,4 mil hectares de pasto. No mapa a seguir vê-se uma das relações entre política estatal e pecuária. As estradas serviram de vias de acesso às terras e suas margens foram ocupadas por pastagens.

Conforme o Mapbiomas (2020), as pastagens no Pará entre 1985 e 2020 e em Novo Repartimento cresceram. Esta ampliação relaciona-se à implementação de políticas estatais na Amazônia paraense. No mapa a seguir, o crescimento das pastagens segue o curso das Rodovias federais, no caso de Novo Repartimento refere-se a BR-230, construída na década de 1970.

(às vezes de forma intocada) ou planejada quanto à sua utilização 'racional'; sendo as preocupações predominantes, questões relacionadas ao uso, planejamento e gestão" (SPRINGER, 2010, p. 168).

Mapa 5 – Áreas de pastagens no Estado do Pará entre 1985 e 2020



Fonte: Mapbiomas Coleção 6.0 (1985; 2020)¹².

¹² Uso e cobertura do solo Coleção 6.0 (1985; 2020). Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 08 mar. 2022.

Esta e outras rodovias serviram e ainda servem como principal via de acesso e apropriação da terra. Referindo-se às áreas de pastagem em hectares (% em relação à área total do estado), em 1985 foi registrado o uso 6,46 milhões de há, correspondente a 5,19%. Em 1999 aumentou-se o uso por pastos, atingindo 13,18 milhões de há de florestas, equivalente a 10,58% da área do estado do Pará. Em 2009 as pastagens já ocupavam a área de 19,63 milhões de há, igual a 15,75% de todo o estado. E em 2020 elas ocuparam 21,47 milhões de há, correspondendo a 17,24% do estado do Pará.

No mapa constata-se que onde as infraestruturas de estradas chegam, ocorre a densidade de pastagens também. Na porção nordeste do estado do Pará encontra-se a consolidação de pasto nas vastas áreas. Nas mesorregiões sul e sudeste do estado as pastagens são as principais componentes da paisagem. Enquanto nas porções oeste e sudoeste do mapa as pastagens acompanham os itinerários das rodovias.

Em particular o polígono da área de Novo Repartimento representado no mapa, na comparação entre os anos de 1985 e 2020, nele predominam os pastos enquanto uso e ocupação da terra. Em 2020 destaca-se na representação apenas a área da Etnia Parakanãs como floresta densa e preservada.

A tabela a seguir informa sobre o uso da terra para o ano de 1995.

Tabela 12 – Utilização da terra em Novo Repartimento – 1995

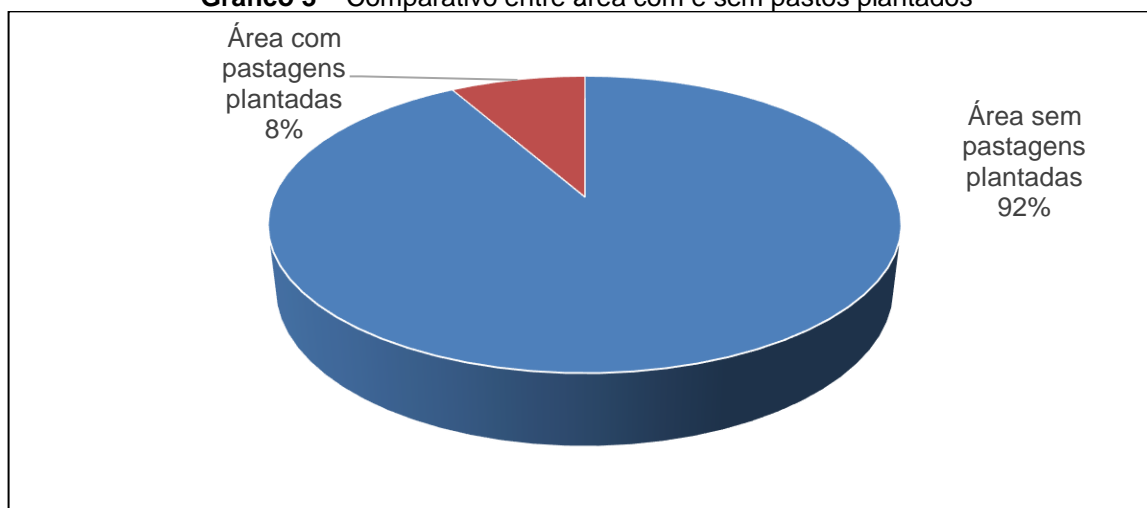
Utilização das terras com lavouras						
Permanentes		Temporárias		Temporárias em descanso		
Inf	Área (há)	Inf	Área (há)	Inf	Área (há)	
NOVO REPARTIMENTO	1.190	3.037	2.488	14.769	1.520	13.179
Utilização das terras com pastagens						
Naturais			plantadas			
Inf	Área (há)	Inf	Área (há)			
Número de Informantes 3.015	251	7.483	2.548	102.368		
Matas e florestas						
Naturais			plantadas			
Inf	Área (há)	Inf	Área (há)			
Área total (há) 414.968 (apenas área recenseada)	2.838	249.902	37	1.186		
Terras produtivas não utilizadas						
Inf			Área (há)			
963			15.686			

Fonte: IBGE (1995).

Os resultados dos censos agropecuários do IBGE de 1995 classificam a utilização da terra em hectares distribuídos em: lavouras (permanentes, temporárias e temporárias em descanso), pastagens (naturais e plantadas), matas e florestas

(naturais e plantadas) e terras produtivas não utilizadas. As áreas de pecuária recenseadas em 1995 foram ao total de 2.799 propriedades, deste 2.548 (propriedades) com formação de pastos plantados correspondente a 102.368ha. Mas, na época, quando comparada a área total do município de 1.539.800 há com a área usada por pastagens de 102.368 há, percebeu-se que o uso era apenas de 8% da área do município, a seguir representado.

Gráfico 3 – Comparativo entre área com e sem pastos plantados

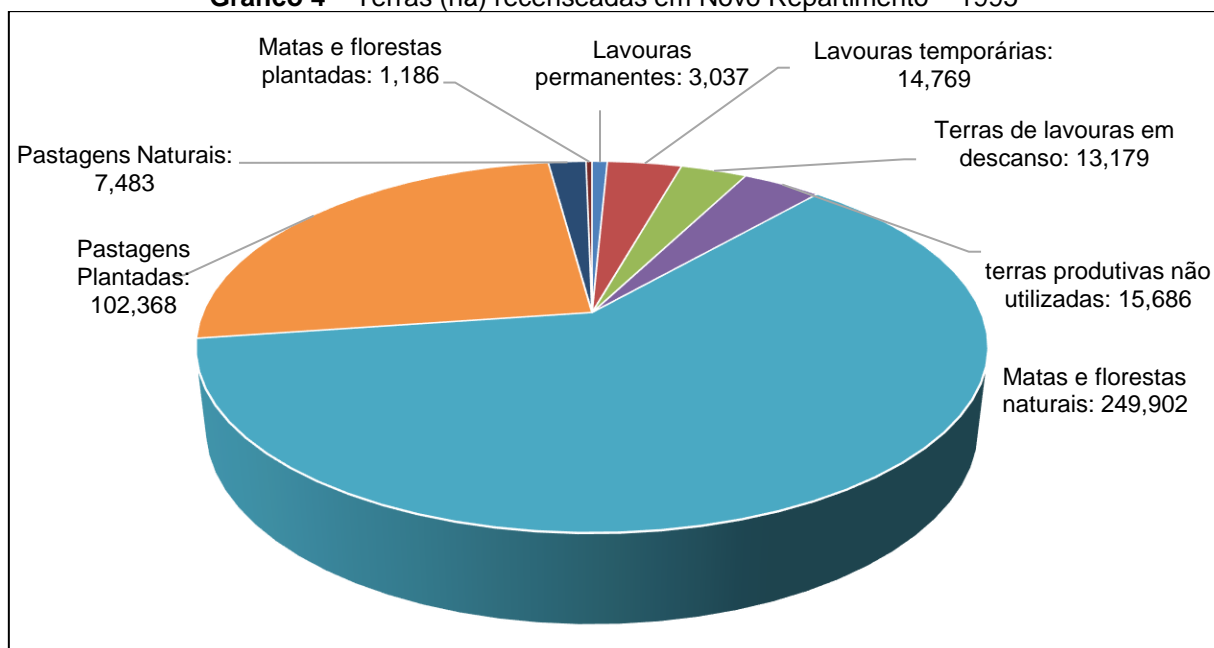


Fonte: IBGE (1995).

O percentual de 8% no gráfico em 1995 correspondia a 102,368ha, igual a 25% de toda a área informada 414.968 há no censo agropecuário. A seguir expõe-se que das áreas recenseadas e utilizadas em alguma atividade, as pastagens ocupavam a maior dimensão areal.

A expansão da pecuária nesta porção da Amazônia, conforme Poccar (2004), nos municípios localizados no eixo da Transamazônica, como Altamira, Alta Floresta, Itaituba, a exemplo de Novo Repartimento, “esses municípios estarão sujeitos a mudanças estruturais, da mesma forma que o Sul do Pará hoje [2004]. Juntamos, portanto, ao debate sobre as consequências amazônicas da aplicação do plano federal de investimentos ‘Avança Brasil’” (POCCAR, 2004, p. 207).

Poccar (2004) afirmou que as mudanças estruturais relacionavam-se às políticas de Estado como o PPA 2000-2003 que foi denominado no governo de Fernando Henrique Cardoso de “Avança Brasil”. Assim, a política pública é o ponto de partida e o balizamento para que uma atividade econômica se expanda na Amazônica. A seguir demonstra-se o uso da terra em Novo Repartimento conforme os dados do IBGE (1995).

Gráfico 4 – Terras (há) recenseadas em Novo Repartimento – 1995

Fonte: IBGE (1995).

Em 1995 em Novo Repartimento foram registrados 150.000 (cento e cinquenta mil) animais, um dos maiores quantitativos de bois na região (IBGE, 1995). O que explica a tendência de uso da terra voltado para a prática da pecuária na microrregião. O ranqueamento da produção de bovinos na microrregião foi assim registrado. Ver tabela a seguir.

Tabela 13 – Ranqueamento de produção de bovino na microrregião de Tucuruí em 1995

Breu Branco	Itupiranga	Jacundá	Nova Ipixuna	Novo Repartimento	Tucuruí
45.00	75.000	34.300	Sem registro	150.000	35.000

Fonte: IBGE (2020).

A pecuária no município se tornou a forma de ocupação e uso sucessivo da terra e isto relaciona-se aos planejamentos territoriais desempenhados na região. Neste período, a pecuária já se destacava no município, associada às políticas de abertura de estradas onde suas margens foram as primeiras áreas de adensamento da atividade. A partir de 1995 seu crescimento relaciona-se à política dos PPAs que se desenrolava no Brasil na característica de “administração gerencial”. Esta situava-se pelo controle de resultados, pela flexibilização e desestatização e de forma regionalizada. Deste instante em diante, os planejamentos intensificavam-se no uso

do território com os eixos de desenvolvimentos do PPA de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Conforme o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira (PRODES/INPA, 2000), da extensão territorial de Novo Repartimento, que é 15.398,723km², até o ano de 2000 foram desflorestadas uma área de 3.105 km², equivalente a 20,1%. Em 2004 o desflorestamento cresceu para 4.986km², equivalente a 32,3% de todo o território. Em 2007 a área de desflorestamento mapeada chegou a 6.006 km², o que corresponde a 38,92% (PRODES, 2007).

Em 2010, 7.002 km² já haviam sido desmatados, totalizando 45,37% da área do município. Em 2013 o crescimento do desmatamento subiu para 7.455 km² e chegou a 48,31% da área de florestas extintas. Em 2016 o desmatamento já atingiu 7.831km², ultrapassando mais da metade de todo o território, chegando em torno de 50,75% de desflorestamento. Em 2019 atingiu-se a marca de 8.267 km² de áreas de florestas desmatadas, atingindo o percentual de 53,58% (dados do PRODES, entre 2007 e 2019).

A seguir na Tabela 14 o monitoramento do nível de desmatamento em Novo Repartimento entre 2000 e 2019.

Tabela 14 – Desmatamento em Novo Repartimento (PRODES)
Novo Repartimento (PA) – Área total 15.398,723km² e/ desmatamento

Ano	Desflorestamento em km² e (%)	Incremento em km² e (%)	Floresta atual/ano em km² e (%)
2000	3105.8 (20.13%)	N/A (0.00%)	11157.0 (72.30%)
2001	3778.0 (24.48%)	672.2 (4.36%)	10484.8 (67.94%)
2002	4005.4 (25.96%)	227.4 (1.47%)	10257.4 (66.47%)
2003	4527.6 (29.34%)	522.2 (3.38%)	9735.2 (63.08%)
2004	4986.2 (32.31%)	458.6 (2.97%)	9276.6 (60.11%)
2005	5199.3 (33.69%)	213.2 (1.38%)	9035.6 (58.55%)
2006	5645.2 (36.58%)	445.9 (2.89%)	8574.1 (55.56%)
2007	6006.5 (38.92%)	361.3 (2.34%)	7484.7 (48.50%)
2008	6488.8 (42.05%)	482.3 (3.13%)	7681.3 (49.78%)
2009	6778.0 (43.92%)	289.2 (1.87%)	7043.2 (45.64%)
2010	7002.0 (45.37%)	224.0 (1.45%)	7256.8 (47.02%)
2011	7185.1 (46.56%)	183.1 (1.19%)	7074.0 (45.84%)
2012	7306.1 (47.34%)	121.0 (0.78%)	6830.6 (44.26%)
2013	7455.7 (48.31%)	149.7 (0.97%)	5998.9 (38.87%)
2014	7533.7 (48.82%)	77.9 (0.50%)	5007.7 (32.45%)
2015	7607.4 (49.30%)	73.8 (0.48%)	4684.9 (30.36%)
2016	7831.9 (50.75%)	224.4 (1.45%)	6251.9 (40.51%)
2017	7954.2 (51.54%)	122.3 (0.79%)	6287.1 (40.74%)
2018	8126.7 (52.66%)	172.6 (1.12%)	6058.5 (39.26%)
2019	8267.9 (53.58%)	141.2 (0.91%)	5995.0 (38.85%)

Fonte: PRODES (2000-2019).

No período de monitoramento entre 2000 e 2019 registrou-se elevados níveis de desflorestamento. Apesar da incorporação dos incrementos de florestas realizados no município, só restam 38,85% de floresta. Em duas décadas desmatou-se 9.432 km², correspondendo a 61,82% da área total do município (PRODES, 2019). Os mapas desta seção mostram que estas áreas desflorestadas em Novo Repartimento foram traduzidas em pastagens (ver Mapas 7 e 8).

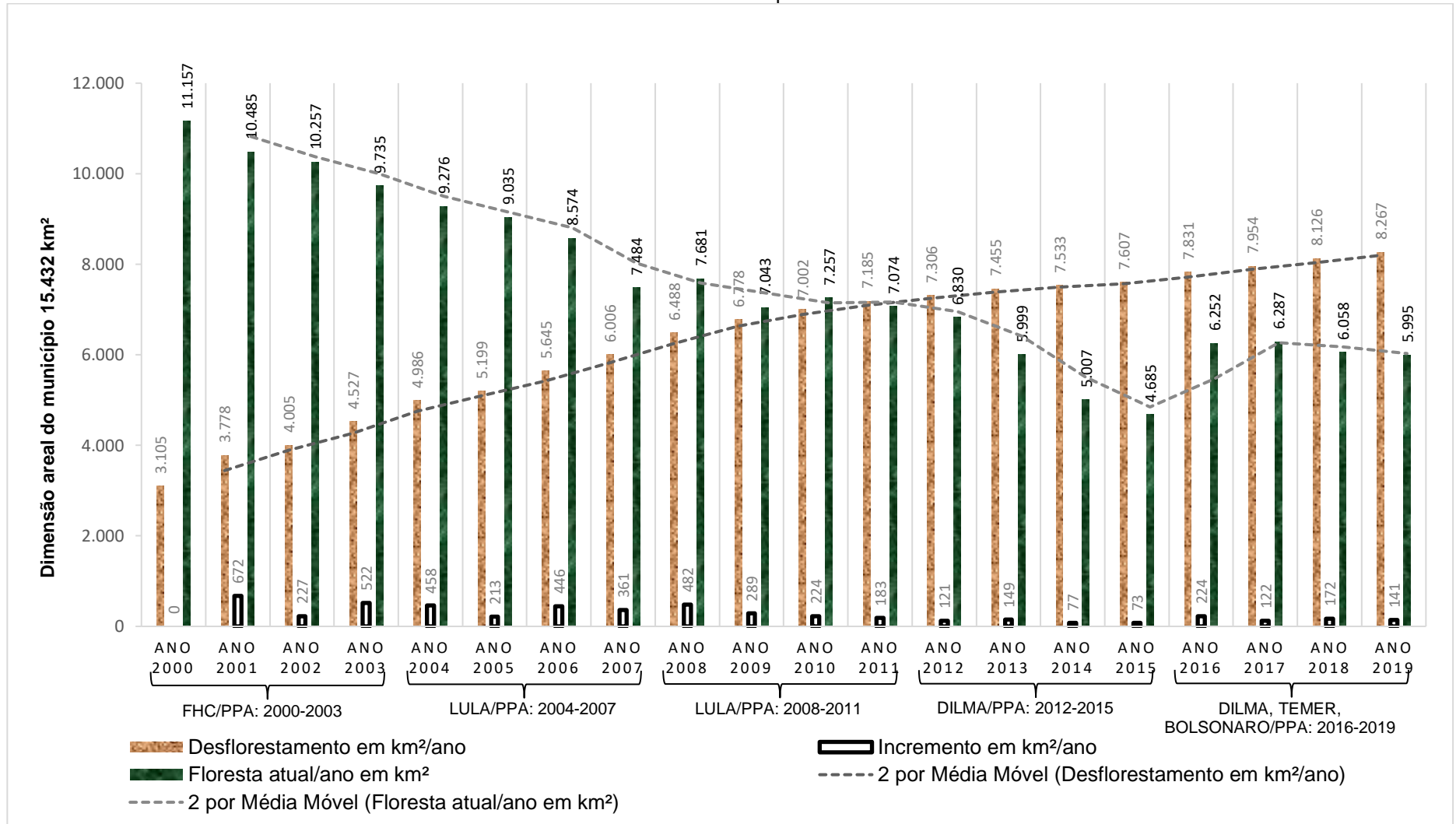
Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), da dimensão areal de 15.395,37km² do município de Novo Repartimento, 8.652,31 km² são ocupados por estabelecimentos agropecuários. Nestes a área formada por pastagens era de 5.743,06 km². Assim, a pecuária se expande sobre áreas de florestas.

O desflorestamento no município acompanha a evolução ou implantação das políticas públicas no Brasil. Situando-se os planos plurianuais dos grupos no poder do mesmo período, os representamos no gráfico a seguir intitulado de “Desflorestamento em Novo Repartimento-PA entre 2000 e 2019”. Apesar de serem grupos no poder que elaboram os planos de governo com concepções distintas, a tendência de uso da terra e das florestas se materializaram numa escala de crescimento semelhante.

Primeiro se observa que até 2000 o acúmulo de desflorestamento na área era de 3.105 km², e a existência de 11.157 km² de área com florestas naturais. A partir do ano 2001 o desmatamento é ascendente, em menos de vinte anos há uma inversão, pois, o total de floresta natural é próximo ao que em 2000 era de desflorestamento.

Considerando-se os Planos Plurianuais mencionados no gráfico acima, há uma diferença entre eles, especialmente entre os PPA 2000-2003 e os demais; no âmbito do PPA 2000-2003 ocorreu privilégio, as forças produtivas com a criação de novas logísticas, em que se instituiu na Amazônia os corredores econômicos, identificando-se na área de estudos estradas e a hidrovia Araguaia-Tocantins. Nos demais PPAs, os privilégios continuaram, mas por outro lado, identificam-se a dimensão de inclusão social. Nestes os pequenos produtores de gado foram incluídos por meio de política de crédito que favoreceu a ampliação da pecuária no município de Novo Repartimento.

Gráfico 5 – Desflorestamento em Novo Repartimento-PA entre 2000 a 2019



Fonte: PRODES (2000-2019). Disponível em: www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php.

Dos 15.398,723 km² de áreas do município, registra-se a representação (no gráfico) do “Desflorestamento em km²/ano”. Neste a linha “média móvel (desflorestamento em km²/ano)” representa a dinâmica de ampliação do desflorestamento e do destino de uso para agropecuária. Em 2011 a linha móvel de desmatamento se cruza com a linha móvel de floresta atual (floresta atual é o nome dado à soma da floresta natural com reflorestamento e recuperação natural). Daí em diante, a linha de tendência de uso da floresta e da terra se ampliam.

A partir de 2015, os dados apresentam uma aparente recuperação. Porém, a realidade empírica não confere com estes dados revelados pelo PRODES. Constatase uma enganosa recuperação, pois, estão somados os incrementos de floresta correspondentes à soma do período em análise. Assim, as florestas são substituídas por pasto para a criação de gado.

Na Portaria 28 de 24 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008)¹³, o município de Novo Repartimento foi incluído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na lista dos 36 municípios da Amazônia Legal, como área prioritária para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na região. As motivações desta inclusão são as altas taxas de desmatamento entre 2003 e 2007. O crescimento observado pelo MMA continuou no mesmo ritmo nos anos posteriores.

Na data de 22 de julho de 2008 foi editado o Decreto Federal 6.514/2008 que definiu o que são infrações administrativas ambientais e estabeleceu o procedimento para sua apuração no âmbito federal. O objetivo do decreto era conter o avanço dos usos de recursos naturais que não levassem em conta a ideia de preservar a natureza. Entretanto, com o marco legal da proteção florestal no Brasil, fundamentada na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012¹⁴, todas as áreas de floresta transformadas em pastos ou usadas em outras atividades receberam o seguinte tratamento semântico na lei: “Art. 3, IV – área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio”. (grifo nosso).

¹³ Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/PT0028-240108.PDF.

¹⁴ Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754 de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67 de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.

Apesar de a Portaria nº 28 do MMA ser de 2008 e denominada de ‘marco legal da proteção florestal no Brasil de 2008’, sua fundamentação só se deu com a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, quatro anos depois. Está-se diante de uma “pérola institucional”, no art. 3, inciso IV, em que se nomeou os desflorestamentos realizados até 2012 como “área rural consolidada” (BRASIL, 2012).

No caso de Novo Repartimento, conforme INPE (2019), mostrado no gráfico 5, que trata do desflorestamento no município, entre 2000 e 2019, verificou-se que o uso da terra se dá em maior extensão para a criação de gado. A atividade utiliza-se de vastas áreas na forma extensiva de criação de animais. Daí se expõe alta produtividade de bovinos, porém, com muito uso de florestas naturais que são transformadas em pastos.

Felema, Raiher e Ferreira (2013, p. 557) destacam que:

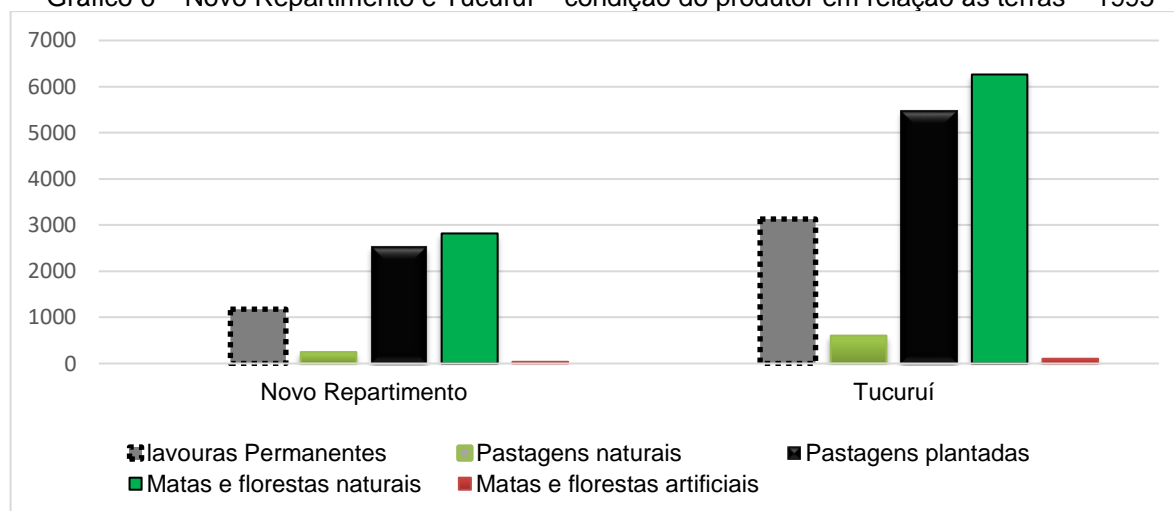
um dos pressupostos básicos que vigorava em relação à agropecuária brasileira era que seu desenvolvimento e o crescimento estavam condicionados à disponibilidade de área para o cultivo e a capacidade de expansão. Essa premissa é válida, mas, no entanto, não é única, pois a incorporação de novas áreas por si só não representa o aumento de produtividade no campo.

No caso de Novo Repartimento há uma contradição que está no pouco uso de tecnologia e maior uso de recursos naturais. Destaca-se como pano de fundo as políticas agrícolas de investimentos fiscais na Amazônia para o crescimento das produtividades.

Conforme o IBGE (1995), a produção da pecuária no município desde a sua emancipação política de Tucuruí já sinalizava que seria a principal atividade econômica e de uso da terra. Deste modo, tomamos por base o ano de 1992, quando Tucuruí e Repartimento ainda constavam como única área territorial. Nela registrou-se 54.237 (cinquenta e quatro mil, duzentas e trinta e sete) cabeças de gado.

No ano seguinte, por ocasião da emancipação em 1993, já se registrou no censo o total de 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades de bovinos no município de Novo Repartimento. Por conseguinte, entre 1992 e 1993 houve aumento de bois no município por migração de bois para a área, ou no registro de gado clandestino, antes não realizado. No ano de 1995 o uso da terra pelos produtores entre Tucuruí e Novo Repartimento é expresso da seguinte forma:

Gráfico 6 – Novo Repartimento e Tucuruí – condição do produtor em relação às terras – 1995



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IBGE (1995).

No Gráfico 6 o uso da terra em Tucuruí é mais representativo enquanto pastagens plantadas, seguido de lavouras permanentes. Novo Repartimento tem a maior área territorial, mas na época apresentava menor uso da terra pelos produtores em relação a Tucuruí. De certa forma, o que se apresenta é a produção da pecuária com maior dinamismo nos dois municípios. A partir dos censos agropecuários do IBGE de 1995 até 2019 têm-se os dados de elevados efetivos de bovinos nos municípios da microrregião do entorno do Lago da UHE de Tucuruí.

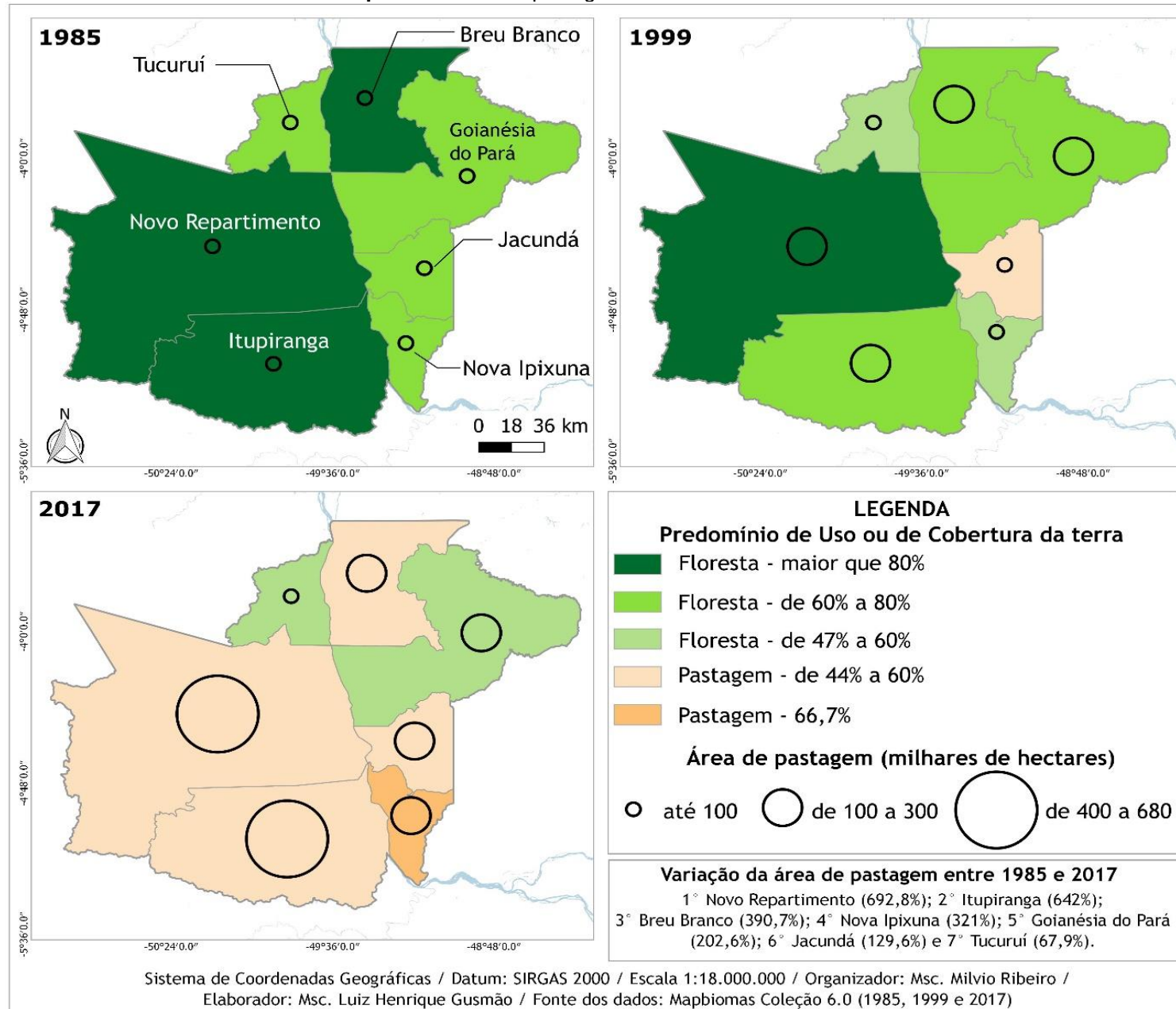
Tabela 15 – Número de bovino registrados entre 1995 e 2019

	Municípios	Efetivo dos rebanhos (Cabeças) Quantidade			
		1995	2005	2015	2019
Microrregião de Tucuruí-PA	Breu Branco	45.00	126.092	153.350	132.844
	Itupiranga	75.000	328.838	562.275	616.100
	Jacundá	34.300	229.775	171.868	176.281
	Nova Ipixuna	...	125.138	90.000	112.766
	Novo Repartimento	150.000	451.503	930.123	884.331
	Tucuruí	35.000	60.752	69.798	68.149
Total de bovinos da Microrregião		298.800	1.322,098	1.977,414	1.990,471

Fonte: IBGE (2020).

Na Tabela 15 os números do crescimento da pecuária bovina em Novo Repartimento revelam que ocorreu evolução da pecuária no município e nisto se deu a metamorfose de florestas em pastos. Para visualizar este percurso mostra-se como se apresentava a floresta em 1985, em 1999 e em 2017 nos municípios no entorno do lago.

Mapa 6 – Floresta e pastagem na RILT de 1985 e 2017



Fonte: Mapbiomas (1985; 1999; 2017).

O Mapa 6 mostra as mudanças do uso e da cobertura da terra na área. Conforme mapa acima, em 1985 Novo Repartimento tinha a área de floresta superior a 80%. Quatorze anos depois, em 1999 ainda prevalecia o mesmo percentual de cobertura da terra. No entanto, em 2017 o desmatamento foi acelerado, pois, em dezoito anos o município que tinha mais 80% de floresta registrou uma variação de pastagem em termos percentuais entre 44% e 60%.

Nos municípios representados no mapa, o desmatamento avançou sobre as florestas, a qual foi substituída por pastagens. Quanto às variações de áreas de pastagens, em Novo Repartimento encontram-se as maiores em torno de 690%. Notamos que quase todos os municípios da região saíram de predomínio da floresta para pasto. Nova Ipixuna encontra-se com 66% do seu território composto por este uso. A vocação desta porção de Amazônia é realizada pelo desmatamento, pelo surgimento das pastagens e finalmente pela pecuária bovina.

Os números dos censos agropecuários do IBGE de 1995 a 2017, e incluindo já (atualmente) os dados de 2019, são provas de que a pecuária avança na forma extensiva de apropriação da terra. E a sustentação disto se dá no âmbito da política que normatiza o uso do território.

Uso e a cobertura da terra em Novo Repartimento são resultantes da relação entre o espaço agrário e o planejamento territorial. Os planejamentos não nasceram no lugar, mas programados em virtude de dois fatores, mercado e consumo, para os quais o Estado dá as suas benesses. Um exemplo disto é colocado pelo Código Florestal Brasileiro em que áreas degradadas se tornaram na lei como consolidadas (BRASIL, 2012).

A conversão de florestas em pastagens é resultante da vocação de uso da região instituída pela política de planejamento. A pecuária é a atividade que se apresenta como um último estágio do processo da relação entre espaço agrário e planejamento. Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento entre 1995 e 2019 é a ponta de um “iceberg” no qual estão inseridas as influências do uso da terra e florestas. Identificam-se nas informações censitárias, no período de 1995 e 2019, o crescimento superficial da pecuária como atividade econômica. Esta, em virtude dos comandos que os presidem a relação entre espaço agrário e planejamento estatal, esconde os meios de uso do território.

Nos dados da Tabela 16 expressam-se os números de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária e número de cabeças de gado e a condição

do produtor em relação à terra. Vê-se que a pecuária é expressiva enquanto produção de gado nos municípios na Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT). Entretanto, para que ocorra o crescimento da atividade, ocorre a sucessão do uso da terra e o espaço agrário passa a ser dinamizado por conflitos etc.

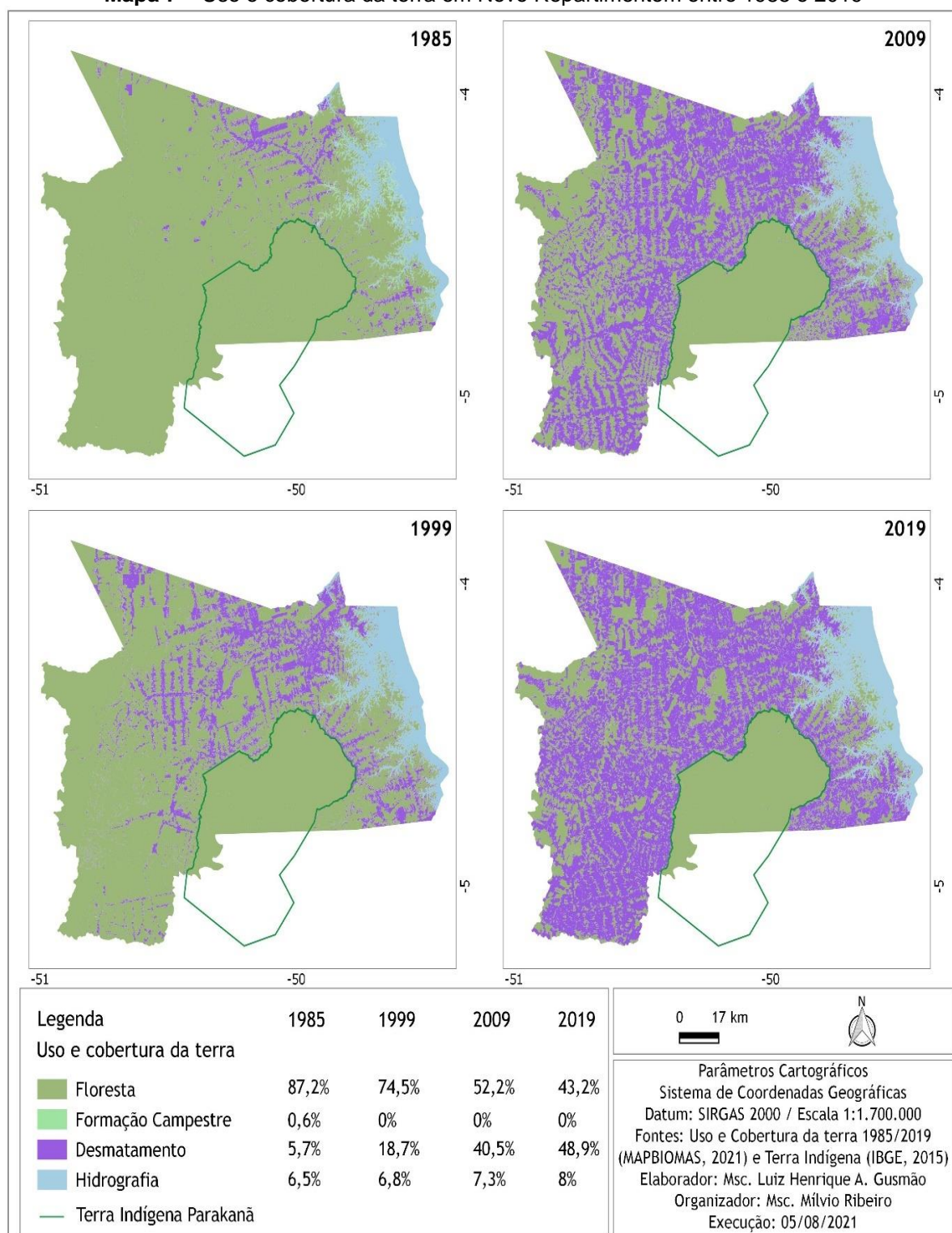
Tabela 16 – Estabelecimentos com pecuária

Cód.	Unidade da Federação e Município	Espécie da pecuária	
		Bovinos	
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de cabeças
15	Pará (PA)	97012	15298613
1501782	Breu Branco	1462	116.499
1503093	Goianésia do Pará	1058	166.942
1503705	Itupiranga	2937	117.200
1503804	Jacundá	593	96.124
1504976	Nova Ipixuna	1112	96.574
1505064	Novo Repartimento	4904	640.507
1508100	Tucuruí	545	54.745

Fonte: IBGE (2017).

Na Tabela 16, quando se comparam os números dos municípios limítrofes a Novo Repartimento e pertencentes à RILT, têm-se na sua área o maior registro de produção da pecuária. Isto ocorre pelo fato de o município ter maior área. Nele as formas de apropriação da terra não apenas produzem a pecuária, mas geram outras formas de uso, e assim é o atual processo da relação do espaço agrário e os planejamentos territoriais.

Os números dos censos podem persuadir de que há desenvolvimento no município. No entanto, apenas indicam o crescimento de uma atividade como representado no mapa a seguir. O uso e cobertura da terra representam como a pecuária avança no município de Novo Repartimento e percebe-se que os números do censo agropecuário têm semelhança com os dados do Mapbioma. A partir destas informações afirma-se que há expansão da pecuária no município e que isto se dá porque os planejamentos favorecem a sua ampliação e disto decorre o desflorestamento no município. As políticas são as de abertura das estradas e incentivos fiscais.

Mapa 7 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimentom entre 1985 e 2019

Fonte: Mapbioma (2021) e IBGE (2015).

Do cenário de uso e cobertura da terra a partir da década de 1990 em diante, têm-se nos planos plurianuais a explicação de que como eixos de desenvolvimento de todo território nacional e as áreas foram apresentadas ao capital como vocações/aptidões específicas ou grandes nichos de investimentos. Fazem parte das

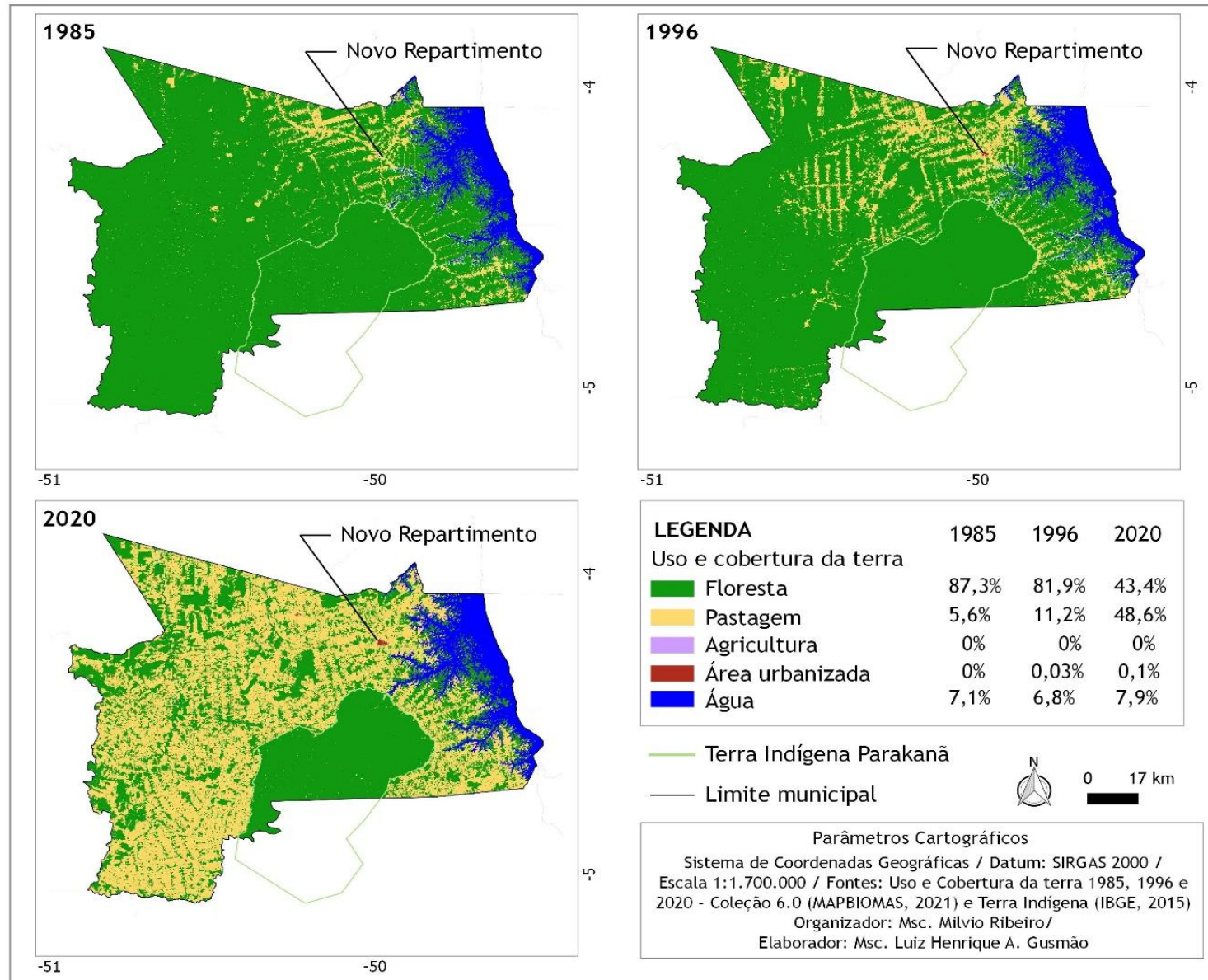
políticas as linhas de créditos e em última instância o código florestal que atendem aos caprichos das bancadas do agronegócio no parlamento brasileiro. Tais políticas são referenciadas ao logo desta tese, isto é, há uma metamorfose que relaciona floresta-planejamento-pecuária. A pecuária cresce ano a ano e vai aparecendo em destaque na imagem o polígono das terras da Etnia Parakanã. Esta é uma das poucas porções que ainda continua preservada.

O período entre 1985 e 1999 marca de forma mais perceptível o início do desmatamento no município. Em 1985 havia 87,2% de florestas e no período de 14 anos (1985 a 1999) ocorreu uma redução, passando a existir 74,5%; por outro lado houve crescimento do desmatamento, atingindo 18,7%. Este percentual de desflorestamento tem relação com a política de abertura da BR-230, para onde os moradores do chamado Repartimento Velho foram migrados.

O ano de 1999 marca o final o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no ano seguinte teve início seu segundo governo. Este situado pela consolidação de infraestruturas em todo território nacional, e na microrregião de Tucuruí a construção das eclusas da UHE de Tucuruí. A partir de 1999 a 2009, a quantidade de floresta existente era de 52,2% e o registro de desmatamento estava em 40,5%, já à época representou um aumento significativo. Neste período estava em curso o segundo mandato do governo do presidente Lula.

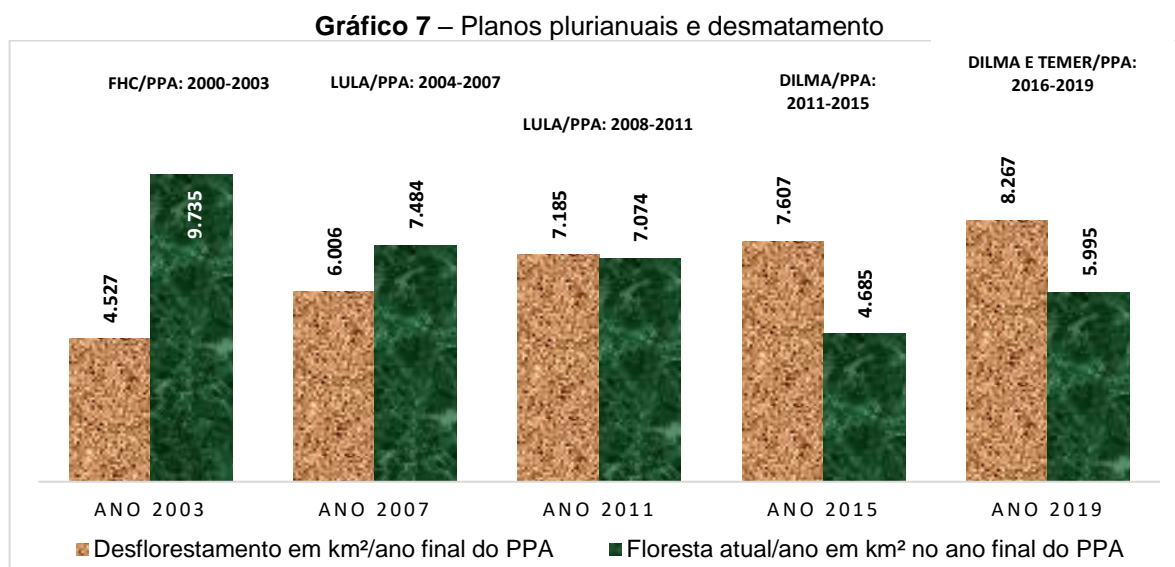
No período de 2009 a 2019, o percentual de floresta de 43,2% já é menor que o de desmatamento. Afirma-se que é bem menor que o percentual mostrado, visto que se inclui nele as florestas das terras indígenas da Etnia Parakanã. O mapa a seguir mostra o uso e cobertura da terra entre 1985 e 2020 na área do município de Novo Repartimento. No período observado ocorreu significativa redução de florestas naturais, ao mesmo tempo que ampliaram-se as áreas de pastagens na área. Em 1985 a apropriação da terra ocorria na direção norte e sudeste, incidindo no corredor da BR-230 (transamazônica). No ano de 1996 a espacialização das pastagens foi feita na borda das terras indígenas. Em 2020 os pastos predominavam em todo o município, restando apenas a dimensão areal da Etnia Parakanã como um testemunho da existência de floresta nativas.

Mapa 8 – Uso de cobertura da terra na área de Repartimento entre 1985 e 2020



Fonte: Mapbiomas (2021).

Entre os censos agropecuários foram colocados em ação os planos de governo do Brasil. Trata-se dos planos plurianuais (PPAs) de 2000-2003, 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019. Na tabela a seguir é mostrada a ampliação do desmatamento no município e a quais PPA's eles estão relacionados.



O gráfico mostra que em 2015 o desmatamento em Novo Repartimento ultrapassou as áreas de florestas. No interior dos planos plurianuais estão inseridas as ações financiamento e este impulsionam a pecuária no município de Novo Repartimento. As políticas relacionadas a estes financiamentos concedidos aos produtores de Novo Repartimento são apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 17 – Políticas de financiamento para a pecuária em 2015

NOVO REPARTIMENTO (PA)	Custeio		Investimento		Total de contratos
	quant.	Valor	quant.	Valor	
Financiamento sem vínculo a programa específico	28	5.852.900,03	96	23.550.496,79	Custeio 244 + investimentos 863 = 1.107
Programa Nacional de Apoio ao médio produtor rural (PRONAMP)	144	13.837.278,45	113	22.473.750,00	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	72	1.190.646,34	654	8.059.119,04	Valor R\$ total dos contratos = 74.964.190,65
Total	244	20.880.824,82	863	54.083.365,83	

Fonte: BACEN (2020). Organizado pelo autor.

As políticas de créditos mais acessadas em Novo Repartimento conforme

dados do Banco Central do Brasil em 2015 foram as que se relacionam a investimentos. Isto significa que naquele ano ocorreu ampliação da pecuária em vez de créditos destinados às despesas do ciclo produtivo. O total de contratos realizados foi de 1.107 (um mil, cento e sete) e a soma dos valores de financiamentos para o município foi de R\$ 74.964.190,65 (setenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa reais e sessenta e cinco centavos).

A Tabela 18 a seguir mostra os números dos financiamentos e os números de estabelecimentos agropecuários que obtiveram crédito por finalidade do financiamento. Dentre os dados analisados, observa-se maior quantitativo de financiamentos destinados aos agricultores familiares. Nota-se que a agricultura familiar se inseria no mundo da obtenção de créditos e não precisamente em termos de valores em reais, mas em número de sujeitos financiados.

Tabela 18 – Estabelecimentos agropecuários e financiamentos no Brasil em 1996

Agricultura familiar	Números e finalidade do financiamento				
	Total	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Total	919,116 100%	395,428 42,02%	492,630 53,02	10,554 1,15%	86,218 9,38%
Não familiar	138,772 15,10%	51,561 5,61%	86,904 9,46	2,270 0,25%	12,413 1,35%
Agricultura familiar	780,344 84,90%	343,867 37,41	405,726 44,14	8,284 0,90%	73,805 8,03%

Fonte: IBGE (1996).

Conforme o IBGE (2006, p. 163), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi o programa que mais financiou a agricultura familiar. “Entre os estabelecimentos que receberam financiamentos tendo como fonte programas governamentais de financiamento, 79,01% receberam recursos do PRONAF, que foi responsável por 32,07% dos recursos de financiamento”.

Em Novo Repartimento o uso da terra para pecuária ocorreu em um processo significativo de substituição da floresta nativa por pastagens (este processo está demonstrado na seção 3.3 deste capítulo). O papel das políticas do Estado brasileiro como o Fundo Constitucional do Norte (FNO) contribui para o avanço da pecuária. Acerca da expansão da pecuária, Hebette e Moreira (1996, p. 397) já chamavam a atenção para o tema.

O fenômeno marcante dos últimos anos é a expansão da pecuária em toda a área de fronteira, que vem se acrescentar às áreas tradicionais da Amazônia como a Ilha de Marajó e a calha do rio Amazonas [...]. Inicialmente

desenvolvida em grande escala nos anos 70 e 80 por empreendimentos empresariais, graças a incentivos fiscais particularmente atraentes, e sinônimo de latifúndio, de degradação ambiental e de foco de violência, a pecuária vai se alastrando nos lotes familiares com o apoio, notadamente, do crédito do Fundo Constitucional Norte – FNO. Torna-se, desta forma, ativadora de um processo de reconcentração da terra, quando um pequeno produtor endividado com o banco ou é incapaz de conseguir os investimentos necessários, é levado a vender o lote.

No sudeste paraense a pecuária se expandiu. A base disto se encontra na política de Estado que a destinou para o investimento privado (BRASIL, 1960; 1980; CASTRO *et al.*, 2010). Além do destino, houve programas de crédito, como o PRONAF que financiou a expansão da pecuária. Esta foi uma pseudoajuda dada aos pequenos produtores. Segundo informação oral do entrevistado n.º 01, “em alguns casos, muitos deles não conseguem pagar o financiamento e por isto vendem seus lotes aos sujeitos que estão de prontidão para adquiri-los”¹⁵. De outra maneira, a expropriação se dá em virtude de usos alheios à paz social do espaço agrário.

A pecuária em Novo Repartimento expressa-se como riqueza. Ela promove o sonho de apropriação da terra, para existência da vida dos homens do campo. O que se pretende um projeto em comum, o de ser fazendeiro. E assim, as outras culturas têm menos importância. A atividade é impulsionada a partir da relação entre planejamento territorial e espaço agrário e explicitada no aumento do desmatamento no município.

Floresta-planejamento-pecuária são resultado da relação entre espaço e planejamento. Esta é a forma institucional de o Estado persuadir a sociedade para que os atores possam usar o território e se apropriarem da terra e seus recursos. No processo de uso e apropriação da terra, as experiências consolidadas cedem lugar às novas experiências que chegam no lugar. E as práticas que resultam da relação entre espaço e planejamento configuram o espaço agrário na sua maioria por fazendas de gado.

Com as áreas desflorestadas formam-se as fazendas de gado. Estas tornam-se em atual momento de uma estrutura política que outrora eram planos políticos que favoreciam o capital. E o município de Novo Repartimento é receptáculo da pecuária, que por sua vez desqualifica as caracterizações culturais dos atores que são encontradas na área.

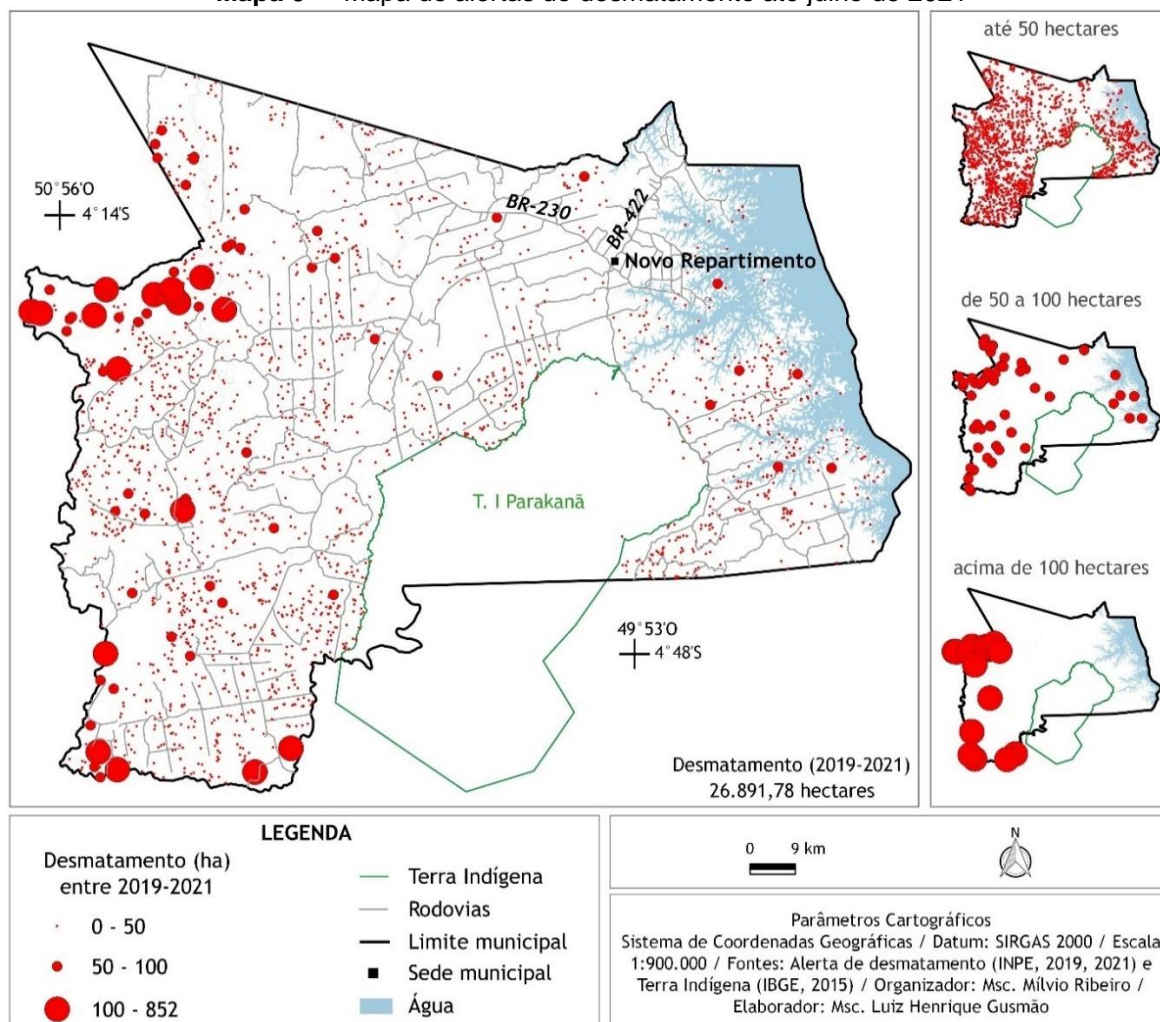
A pecuária no município é realizada em maiores números pelos proprietários

¹⁵ Informação oral transcrita n.º 01.

de terra. Nele, ela se torna promotora de um espaço agrário disruptivo, porque faz suceder o uso da terra. Com as novas relações sociais no âmbito da pecuária metamorfoseiam-se as experiências consolidadas.

Elaboram-se os planejamentos territoriais distantes do lugar, mas se conformam em fazendas de gado. Os planejamentos ao serem destinados para a Amazônia chegam nela como desenvolvimento. São, pois, concordâncias desiguais que determinam as relações formais para constituir a sentença, o uso da terra em forma de desmatamento. Assim, a organização do espaço agrário de Novo Repartimento foi e continua sendo em função de produzir *commodities*. Daí um espaço agrário relacionado ao planejamento estatal e um caráter político em sucessão de floresta-planejamento-desmatamento. Isto pode ser visto nos alertas de desmatamento representados no Mapa 9 a seguir.

Mapa 9 – Mapa de alertas de desmatamento até julho de 2021



Fonte: INPE (2019-2021), Mapbioma (2021).

No Mapa 9 o primeiro detalhe à direita superior apresenta os lotes de até 50ha. No segundo representam-se os alertas de desmatamento de áreas correspondentes entre 50 e 100 (ha). O terceiro representa a maior concentração de desmatamento de áreas correspondentes de 100 a 852 (ha).

As representações de alerta de desmatamento registradas no município são até o final do mês de junho de 2021. Nas direções oeste e sudoeste estão as maiores concentrações de alerta de desmatamento que coincidem com as terras dos Assentamentos do INCRA.

Na direção norte do mapa, na década de 2020, não se encontram grandes alertas atuais de desmatamento. Mas são áreas localizadas nos corredores das BR-230 (Transamazônica) e BR-422 (Transcarnatã) que já foram consolidadas em termos de uso e ocupação com a pecuária e outras formas de uso.

Leste é a porção onde se localiza o Lago da Hidrelétrica de Tucuruí. Nela há ainda uma Unidade de Conservação que abrange 222.072,64 (ha) que representa 39,18% do total de 1.539.871,60 (ha) da área do município. Nesta área tem havido a incidência de desmatamento.

A única área no mapa que ainda consta preservada é a terra da etnia Parakanã, na porção sul. Porém, nela já há indício de alertas de desmatamento. O avanço do desmatamento está associado às políticas de Estado, no âmbito dos planos plurianuais dos governos no poder, que a cada tempo promovem a ampliação da pecuária. Isso é uma forma de pressão causada pela pecuária no espaço agrário. E, ainda outros desdobramentos vão surgindo, como novos estados naturais criados, e impactos sobre a população da área.

O cenário de desmatamento de Novo Repartimento acompanha a mesma perspectiva do município de São Felix do Xingu, ao qual é limítrofe na porção sul de sua área. São Felix do Xingu tem o maior índice de desmatamento na Amazônia e por isto também é o maior produtor de bovinos no Brasil. A pecuária em São Felix do Xingu nasce no bojo do Grande Projeto Carajás como área prioritária para produzir gado. É a partir daí que Novo Repartimento tornou-se um dos grandes produtores de gado do Brasil. Assim, junto com outros municípios são listados como os de elevadas ocorrências de desflorestamento.

Portanto, a pecuária é a metamorfose da relação entre espaço e planejamento estatal. Ela se desenvolve como resultado da política de planejamento, que promove o desflorestamento, depois disto formam-se as fazendas de gado.

A seguir discutem-se algumas ações políticas que favoreceram a pecuária.

3.2 A AÇÃO POLÍTICA E PECUÁRIA

Descreve-se nesta seção as ações políticas do Estado e as transformações que elas causam em Novo Repartimento com a pecuária. As ações que se promovem no espaço agrário se dão como novas experiências em que as outras formas de ocupação da terra cedam lugar para a atividade da pecuária. Assim, as políticas estatais respondem aos interesses do mercado e do consumo. A política de planejamento demanda as ações no território que chegam no lugar e promovem o desflorestamento. Em seguida implanta-se a criação de gado e se torna a dinâmica espacial como situação atual da relação entre espaço e planejamento territorial como um continuum floresta-política-pasto.

As áreas próximas de Novo Repartimento, como Marabá e São Felix do Xingu, foram as que iniciaram a atividade da pecuária sob o balizamento do estado. Conforme Velho (2009), a criação de bovinos em Marabá ocorreu desde a década de 1950 e tinha a seu favor as ações do estado do Pará para promover a pecuária na região. Na época, o Estado atendeu com crédito e transportes ao “desenvolvimento de novas soluções, que implicaram uma criação em plena Amazônia de uma pecuária de características capitalistas modernas [...] no Sul do Pará” (VELHO, 2009, p. 71).

Hébette (2004) reitera que os incentivos dados à pecuária possibilitaram a permanência da combinação de atividades comerciais produtivas em Marabá. Com os incentivos dados para a pecuária em Marabá incorporou-se a região no mercado de terra em escala nacional. Esta iniciada com a exploração da madeira e desenvolvimento da pecuária.

Na época não havia estrada que ligasse Belém-Marabá, onde Belém fazia o papel de centro consumidor e Marabá como área pioneira de produção de carne. Para que esta relação comercial se estabelecesse, o estado era uma peça indispensável, pois, promoveria o transporte da carne bovina de Marabá para abastecer o mercado de Belém. Para tanto, o estado justificava-se afirmando que

o isolamento físico por si tem fraco valor explicativo é que, nessas circunstâncias, instala-se uma linha aérea de transporte de gado abatido de Marabá para Belém. Esta irá funcionar até a abertura do ramal rodoviário da PA-70, embora caindo um pouco a partir de 60 com abertura da Belém-Brasília, a qual abre novas possibilidades menos onerosas de importação de

gado para Belém. Não se interrompe, porém, e com o ramal volta a aumentar a exportação (VELHO, 2009, p. 70).

Ao mesmo tempo que o governo do estado organizou linhas aéreas para o transporte da carne bovina entre Marabá-Belém, providenciou a abertura de estradas para favorecer a pecuária. O estado tem sido o promovedor das condições básicas para que a atividade da pecuária seja promovida na região.

Na década de 1970, na região sob os efeitos do “Plano de Valorização da Amazônia” (BRASIL, 1960) e do “Plano de Integração Nacional” (BRASIL, 1970), os usos da terra foram sistematicamente operacionalizados. Ianni (1979) chamava atenção que a região que compreende sudeste do Pará fazia parte das intenções pretensivas de uma “vocação do Brasil”. E por isto usada para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo.

Matta e Laraia (1972) interpretam que a maneira como Estado se utiliza da região era uma forma de “ocupa o política da terra”. E nomin -la de zonas recuperáveis era a expressão de desconsidera o dos que já habitavam na região do médio rio Tocantins.

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) criou por meio do Decreto n  74.607, de 25 de setembro de 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Nele a região foi vista como “polos de crescimento, áreas de cria o de gado” (SILVA, 2017, p. 106).

Acselrad (1991), Monteiro e Coelho (2008) mostram que as pessoas que habitavam nas áreas do médio rio Tocantins desempenhavam o extrativismo e a lavoura de subsistência. Mas com as a es do Estado, os usos se reverberaram na constru o da UHE de Tucuruí e de importantes estradas, como as BRs 230 e 422.

No corredor da BR-230, as a es do Estado se deram em forma de procedimentos de regulariza o fundiária. Isto ocorreu no âmbito do Programa Integrado de Coloniza o (PIC) Marabá, projeto de coloniza o implantado pelo INCRA entre 1973 e 1974. Assim, as estradas e os projetos de coloniza o estabelecidos neste período favoreceram a inser o da pecuária na área que corresponde o município de Novo Repartimento.

Como informado anteriormente, na década de 1980 deu-se início ao PGC na região, com a es no município de São Félix do Xingu, com o projeto pecuário de cria o de gado (BRASIL, 1980). E nos anos 1990 a pecuária já estava presente em todas as áreas no seu entorno, incluindo Novo Repartimento.

No âmbito do PGC construiu-se também a UHE-Tucuruí no médio rio Tocantins, para qual foi necessário represar o rio e por isto uma área de 2.875 km² foi submersa pela água que formou o reservatório artificial. Este tem um perímetro de 7.700 km e nele há em torno de 1.600 ilhas formadas pelas terras mais elevadas que não foram inundadas. O comprimento do lago é de 170 km no eixo norte-sul. As áreas no entorno do reservatório, que eram de ribeirinhos, indígenas e outros, foram sistematicamente ocupadas e em sua maioria pela atividade da pecuária. Assim, a pecuária na região acompanhou os projetos de desenvolvimento na região. Para a expansão da pecuária ocorreu a transformação de florestas em pastos.

As experiências de ações do PGC ocorreram como a criação de gado em São Félix do Xingu. Em Tucuruí explorou-se o uso do carvão vegetal para a produção do silício metálico (principal matéria-prima na elaboração de silicone), operacionalizado pela empresa Camargo Corrêa Mineração (CCM). Conforme o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2007), a CCM foi vendida para a empresa americana *Globe Specialty Metals Inc.* que assumiu a atividade para a elaboração do silício metálico¹⁶.

Entre as formas de ocupação e uso das florestas da região, as mais aparentes no espaço agrário são as fazendas de gado. Assim como a barragem no rio Tocantins, os Assentamentos do INCRA, as Terras indígenas e as estradas construídas, BR-422 e BR-230, entre outras.

Conforme Fearnside (2015), com a inundação da sua área pelo reservatório da UHE de Tucuruí, em Novo Repartimento três reservas indígenas foram afetadas: Parakanã, Pucuruí e Montanha. Ademais, um dos linhões de transmissão de energia corta terras indígenas de Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava. A UHE construída não atende aos interesses locais, mas serve aos centros urbanos distantes. A UHE poluiu as águas do rio e causou danos às populações a jusante. Isto incidiu na área indígena Trocará (habitada pelos Assuriní do Tocantins). Nas populações ribeirinhas do baixo rio Tocantins ocorreu a perda de recursos pesqueiros que afetam todos os residentes a jusante da barragem.

Kohlhepp (2002), Loureiro e Guimarães (2007), Castro *et al.* (2010) e Silva (2010) afirmam que o processo desempenhado na apropriação sucessiva da terra é

¹⁶ Atualmente a produção do silício metálico (principal matéria-prima na elaboração de silicone) pertence à empresa estadunidense Daw Corning, líder global neste comércio que está localizada no município de Breu Branco. Por isto, Breu Branco apresenta impacto positivo na exportação do estado do Pará (FIEPA, 2016).

marcado por ações como conflito agrário. Os autores pontuam: a violência em forma de pistolagem e morte de pessoas.

Identificou-se no espaço agrário as fazendas de gado, para as quais desmatou-se até o ano de 2019 uma área de 8.267 km², atingindo o percentual de 53,58% de Novo Repartimento (PRODES, 2019). Identificou-se também os assentamentos do INCRA no total de 35 com a área de 575 mil hectares, dentre eles estão dois dos maiores da América Latina, o Tuerê I e II. Além disto, há a Proteção Ambiental (APA) do Lago de Tucuruí que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e apresenta extensão territorial de 503 mil há (IDELFLOR.BIO, 2021), e as Terras indígenas da Etnia Parakanãs com 352¹⁷ mil hectares (ISA, 2022).

Observou-se que em todas estas áreas do município já se desempenha a pecuária, mas com menor uso da terra nas áreas indígenas. A atividade não ocorre ao acaso em Novo Repartimento, ela vem sendo fomentada por políticas de planejamento e sua relação com o espaço agrário. E, neste sentido, concebeu-se que as fazendas de gado são a manifestação do processo político de planejamento de apropriação e uso da terra.

O planejamento estatal promove os sistemas de transporte e de energia na região. A partir disto instala-se a pecuária e ela passa a servir o mercado e o capital. São políticas do Estado apresentadas como sinônimo de desenvolvimento, mas só fazem aumentar o uso da terra e a produção de gado. Desta forma, em Novo Repartimento tem-se a pecuária como fruto da relação entre planejamento estatal e o espaço agrário.

Os planejamentos estatais, como os planos plurianuais dos grupos no poder nas décadas (1990 e 2020), atenderam ao mercado e ao consumo. Paulani (2003) informa que no governo de FHC o Brasil se tornou uma nação *delivery*. Na mesma concepção, o governo de Lula tornou-se moda em Wall Street, sendo excelente negócio para os investidores estrangeiros no âmbito de uma política econômica liberal, em que em Novo Repartimento a pecuária foi capturada como *commodities*. A noção de um Brasil *delivery* se concretiza na ação de atender aquilo que é exigido pelo mercado e consumo.

¹⁷ Com extensão nos municípios de Novo Repartimento e Itupiranga no estado do Pará) (FUNAI, 2018). Do total da área 352 mil (ha) da Etnia Parakanã, 139 mil (ha) estão na área do município de Itupiranga e 213 mil (ha) estão na área do município de Novo Repartimento (ISA, 2022).

O alicerce da atividade da pecuária são as políticas de planejamento de desenvolvimento econômico que respondem aos anseios do capital (BRASIL, 2018). O Estado diretamente não produz pecuária, nem o desflorestamento. Por outro lado, constrói estradas para acessar às áreas de interesse dos pecuaristas, regulamenta o Código Florestal que perdoa os desmatadores de florestas e estas áreas antropizadas são chamadas de consolidadas (BRASIL, 2012).

É a política de estado um dos principais promovedores da pecuária, pois, para atender ao mercado e ao consumo faz com que haja a transformação de floresta em pasto. Da relação entre espaço agrário e planejamento têm-se as áreas de terras apropriadas sob várias formas, por ocupação espontânea, por grilagem, por compra, dentre outras. Os usos da terra seguem com as retiradas das madeiras, de desflorestamento pela queima e outras maneiras. Nas áreas desmatadas plantam-se as sementes de capim, forma-se os pastos e estes cercados por arame, em seguida são colocados o gado. Finalmente, a atividade da pecuária está consolidada e forma-se a paisagem predominante no espaço agrário.

Pinto (1982) e Magalhães (1982) já apontavam que a produção de gado na área de Novo Repartimento alimenta os circuitos comerciais de proteína animal em escala regional e internacional. A criação de gado é uma ação que gera pressão sobre a natureza.

A pecuária em Novo Repartimento é resultado da relação entre espaço agrário e planejamento. O espaço constitui-se pelas permanências dos sujeitos, do desejo de terem com a aquisição da terra as possibilidades de serem criadores de gado. Esta é atividade social que cativa as pessoas em Novo Repartimento. Quando a pecuária se consolida nas terras é estabelecida a dinâmica espacial na lógica e contradição de produção do espaço agrário. A predominância dos sujeitos de se tornarem fazendeiros faz com que eles busquem junto aos bancos os financiamentos para a pecuária.

Entre os anos 2012 e 2020, os produtores de gado recorreram aos bancos e realizaram 6.457 contratos para investimentos nas suas propriedades. O total destes contratos em dinheiro foi R\$ 439.788.432,21 (quatrocentos e trinta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos) (BACEN, 2022). Assim, a síntese desta da relação entre espaço agrário e planejamento estatal é visto na sua aparência que predomina em pastos nas fazendas e pelos interesses do mercado consumidor da proteína animal e pelo capital que lucra com a comercialização.

A pecuária caracteriza-se pela reunião de interesses ainda que divergentes entre o grande e o pequeno produtor rural, entre público e o privado. Pois, ao mesmo tempo que os sujeitos, os grandes e os pequenos produtores, têm no uso da terra a forma de expandir a atividade, é por causa dela que ocorrem os conflitos. E o Estado diante dos problemas do espaço agrário é acionado para planejar e suas ações políticas persuadem a todos de que a pecuária significa o desenvolvimento para a área. Assim, financia-se a atividade com operação de crédito rural agrícola e pecuário, via PRONAF em Novo Repartimento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

O avanço da pecuária e os interesses pela sua produção têm uma relação umbilical entre o estado que planeja e o capital que usa a terra e produz a renda. Outrora a terra era devoluta, tribal, pertencia ao sitiante, mas foi ocupada por grileiros e comprada pelos negociantes, pelos latifundiários e pelos fazendeiros ou empresários (BRASIL, 1972; CASTRO, 2010; IANNI, 1979). Quando o Estado “se esquece” que na terra já havia pessoas que desempenhavam as suas existências, se configura uma “ocupação política da terra” para “recuperar” a área (IANNI, 1979). A ideia de recuperar é um equívoco, porque as áreas pertenciam aos indígenas, colonos, ribeirinhos, entre outros.

Desde a década de 1960 estava em curso a ocupação capitalista da ‘fronteira’ amazônica. Ocupação generalizada desde 1964, o que não era um acontecimento menor na história da ditadura militar instalada no Brasil (IANNI, 1979). Esta maneira de ocupação se fundamentava no plano da política em que permanece a forma de balizamento institucional, como ainda se tem no Brasil. Isso é exemplificado com a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 que chamou as áreas de florestas transformadas em pastos e de outras atividades como “área rural consolidada, com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008” (BRASIL, 2012).

Com as condições de balizamentos institucionais estabelecidos pelo Estado, intensifica-se a criação de gado no município de Novo Repartimento, onde o crédito seria um dos alicerces. Conforme o IBGE (2020), a intensificação da pecuária no espaço agrário do município é aumentada sobretudo a partir de 2001, quando nele se produzia em média 140 mil animais.

No ano de 2003 ampliou-se a produção para 325 mil e no ano de 2004 atingiu a marca de 454 mil cabeças de gado. Novo Repartimento tem a maior produção de bois entre os municípios da Região do entorno do lago. Ele tem o segundo maior rebanho de gado do estado e com relação ao Brasil representa a sétima maior

produção da pecuária (FAPESPA, 2018; IBGE, 2019). Isto pode até parecer algo positivo do ponto de vista econômico, mas reverbera o alto índice de desmatamento.

É no âmbito do Estado que se encontra a sustentação que faz a pecuária avançar sobre florestas. O Estado realiza os planejamentos territoriais, tendo como exemplo os Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENID) (BECKER, 2000). Tais eixos pretendiam solucionar os problemas do território nacional respondendo aos interesses do capital. E, assim, contribuem para a concentração geográfica da atividade da pecuária e criam vantagem particular para os agropecuaristas à medida que grandes e pequenos proprietários de terras se inserem na bovinocultura. Além disto, outros fatores contribuem para a ampliação da atividade, como já mencionadas, como as BR-230 e BR-422, a produção de energia UHE de Tucuruí, a Eclusa da UHE.

Há também a implantação da rodovia PA-151 (no trecho compreendido entre Breu Branco e Baião) que ligará a região do lago de UHE de Tucuruí ao Porto de Barcarena; tem-se a hidrovía Araguaia-Tocantins que inclui a eclusa da UHE de Tucuruí, a dragagem do rio Tocantins e a derrocada do Pedral do Lourenço (constituído por rochas que impossibilitam a navegação) no mesmo rio.

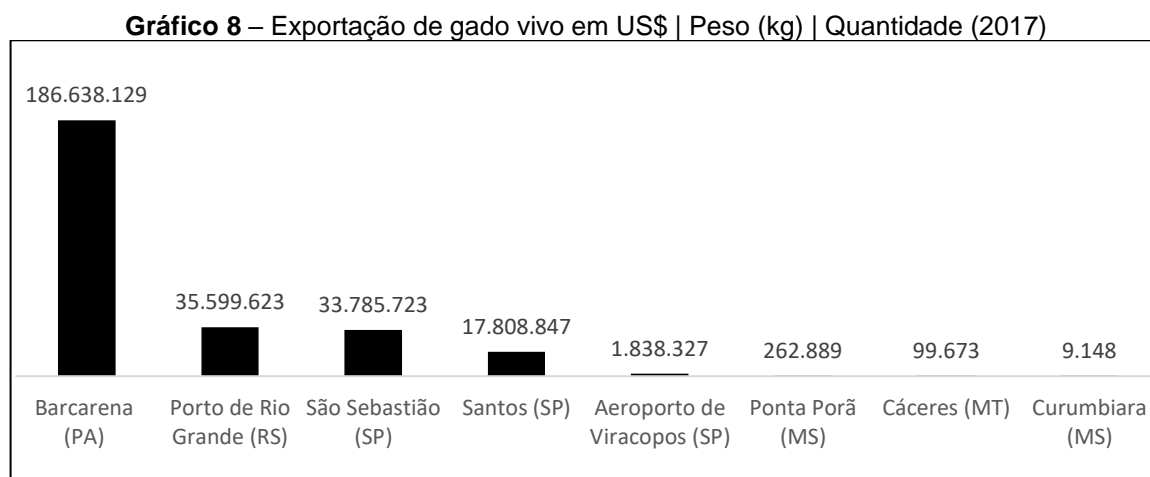
A pecuária no município é a atividade de maior relevância, tanto pela paisagem de fazendas a pastos que ela produz quanto pelo dinamismo econômico e sua posição de terceiro lugar no *ranking* do estado e sétimo colocado do Brasil. Assim, apesar de haver outras atividades, ela caracteriza o município como um grande produtor de gado (IBGE, 2017; BANCO CENTRAL, 2020; OBSERVATÓRIO DA AGROPECUÁRIA DO BRASIL, 2021).

A pecuária sintetiza a relação entre espaço e planejamento e representa o avanço do desflorestamento no município. As fazendas são as manifestações de ações do estado, dos fazendeiros para atender às necessidades de mercado e consumo por proteína animal.

Conforme Brasil (2017)¹⁸, a pecuária faz parte de grandes acordos macroeconômicos, como os de fornecimento de *commodities*. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior do Brasil a exportação de gado bovino é na sua maioria realizada a partir do porto de Barcarena (PA). A exportação do estado do Pará no ano de 2017 passou de 65% do total exportado pelo Brasil. O Brasil exportou 810

¹⁸ Disponível em: www.gov.br/economia/pt-br.

mil cabeças de bovinos vivos, no acumulado de 2018 correspondente a 102,2% em relação a 2017. O faturamento no ano 2018 cresceu 104,4% em relação a 2017 (BRASIL, 2022). No Gráfico 8 mostra-se os portos no Brasil a partir dos quais são exportados o gado vido.



Fonte: Aliceweb (2017).

A pecuária desempenhada em Novo Repartimento, além de atender ao mercado interno, atende às dinâmicas da exportação de bois vivos. Entre os fatores que favorecem a exportação, a proximidade do município de Barcarena é uma delas. O espaço agrário de Novo Repartimento se conecta aos grandes centros urbanos e grandes empresas em escalas regional e global, exclusivamente, por ser fornecedor de proteína animal. Então, “por trás do desmatamento estão as pastagens e os bois, e por trás deles está a demanda por carne bovina. Em 2019 foram abatidos no Brasil 43,3 milhões de bovinos para produzir 10,5 milhões de toneladas de carne — 14,8% da produção global” (ABIEC, 2020, p. 17).

A produção da pecuária é balizada sob influência de política que o Estado elabora e orienta a execução. Para isto, usa-se a terra em forma de desmatamento. As ações sobre os recursos naturais da Amazônia Paraense respondem aos interesses exógenos, são as causas socioeconômicas implícitas dos problemas ambientais.

Em Novo Repartimento, a relação entre espaço agrário e planejamento territorial se explicita nos Assentamentos do INCRA. Neste sucedem o uso da terra e revela um lugar transformado em fazenda. As áreas dos assentados eram de exclusividade para atividades deles e para suas existências. Entretanto, à medida que o fazendeiro foi chegando na área, as florestas foram transformadas em pastos. E os

sujeitos camponeses, ribeirinhos e migrantes (em geral) que habitavam tornaram-se peões das fazendas.

Na relação entre as políticas de estado e a pecuária, o desmatamento vai sendo aumentado no município. Conforme o BACEN (2021), INPE (2020) e IBGE (2020), a relação mencionada anteriormente, no período de 2012-2020, as políticas de créditos acessadas pelos produtores foram as de financiamento de custeio e investimentos. Realizou-se 8.583 contratos, com total do valor em R\$ de 747.632.308,17. Neste período o desmatamento saiu de 7.306 km² em 2012 para 8.423 km² em 2020. Quanto aos números de bovinos produzidos em 2012 era de 791.700 unidades, em 2021 chegou em 1.073.000.

A pecuária está ligada aos interesses da posse da terra e as demandas por proteína animal do mundo. Conforme a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC, 2020), o consumo interno e externo no Brasil, quanto aos destinos da exportação da proteína animal, são os seguintes:

O consumo interno representou 76,3% da produção e as exportações foram responsáveis pelos 23,6% restantes. A maior parte da carne produzida no país é vendida in natura (82,07%), ou seja, não processada. Em 2019, o Brasil exportou carne bovina para 124 países. Os principais importadores de carne não processada foram a China (31,9%), Hong Kong (14,15%), o Egito (9,84%) e o Chile (7,07%). Os principais importadores de carne processada foram os Estados Unidos (38,03%), a União Europeia (34,22%), a Jamaica (2,33%) e o Canadá (2,01%) (ABIEC, 2020, p. 17).

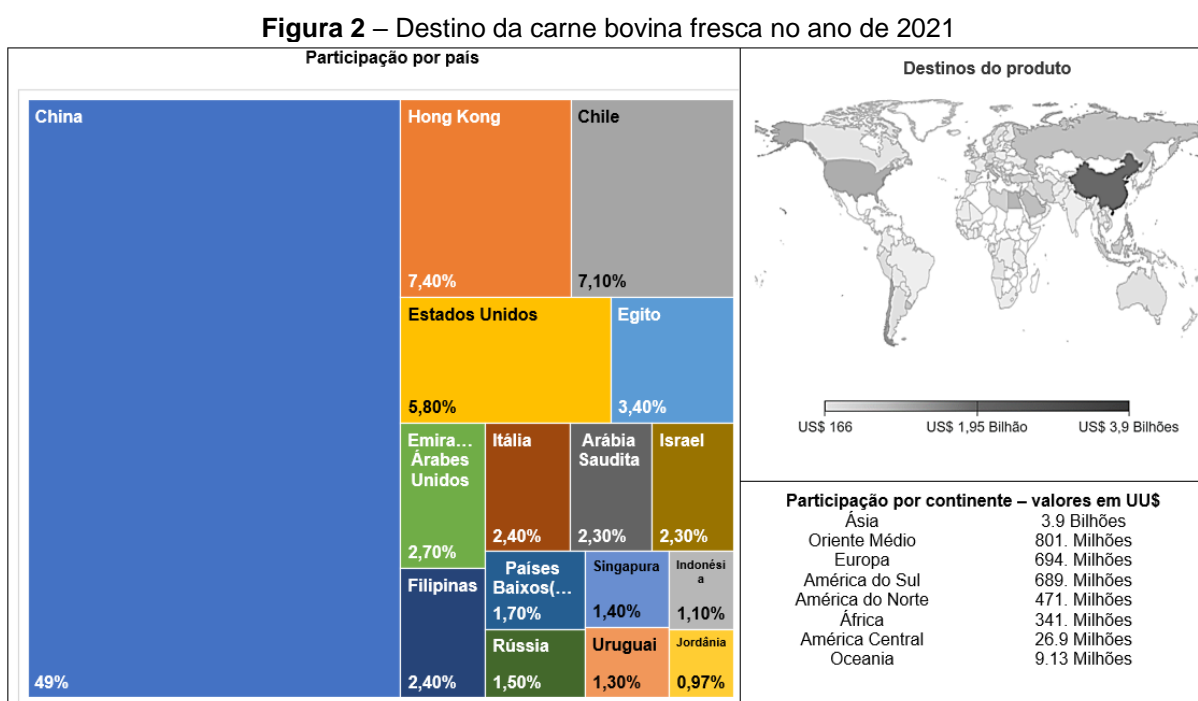
Os percentuais mostrados nas informações da ABIEC (2020) reafirmam a força motriz que faz com que a atividade cresça na Amazônia. Em Novo Repartimento a atividade engloba os Assentamentos do INCRA, conforme o Ministério da Indústria e comércio exterior (BRASIL, 2021)¹⁹. Neste aspecto, o destino da carne e de animais vivos de Novo Repartimento não é encontrado nos dados oficiais do Governo. Tão pouco foi possível rastrear tais dados nos frigoríficos. Conforme um entrevistado, tem-se o seguinte: “há uma informalidade na produção dos pequenos e grandes produtores. Tem uma ponta de fio solta nesse processo. Só há registro nas exportações porque não há outro jeito” (Informação verbal²⁰). Ao retomar a ideia de fio solto, disse haver muito mais gado do que se encontra nos registros oficiais. Assim, a entrevistada reafirmou que o fio solto no processo está relacionado à informalidade

¹⁹ Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 09 fev 2022.

²⁰ Informação oral, transcrição nº 52 (maio de 2022).

na produção de animais, porque eles não são registrados na sua totalidade pelos órgãos de controle. Contudo, os que são registrados ou não, a um dado momento eles são informados como no caso das exportações.

Os destinos da exportação da carne bovina produzida no Brasil são mostrados a seguir.

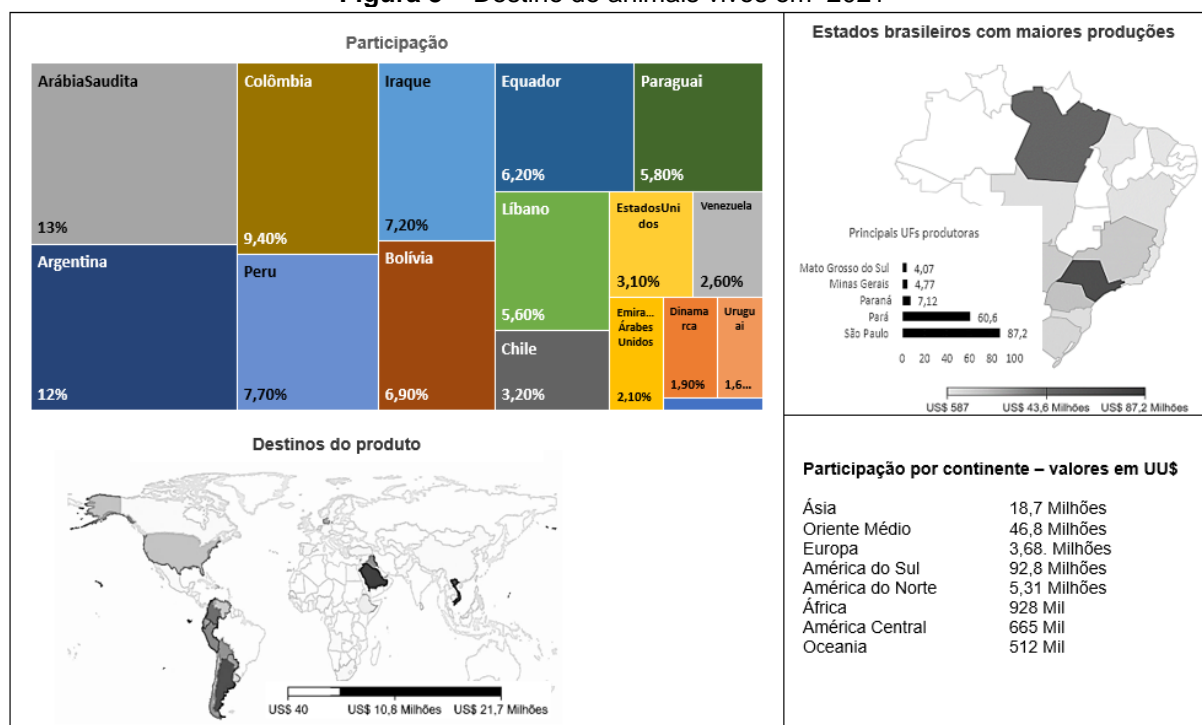


Fonte: Aliceweb (2022). Adaptado pelo autor.

Informam-se os países que mais importam carne bovina do Brasil: a China com 49% é que mais importou; seguindo-se Hong Kong com 7,4; Chile com 7,1%; Estados Unidos com 5,8; Egito com 3,4, e os demais com percentuais menores. A exportação de gado brasileiro tem crescido e a atividade tende a ser ampliada.

Quanto ao destino de animais vivos, o cenário é o seguinte: o estado do Pará é uma das principais unidades da federação que mais exporta gado vivo, sua participação em 2021 foi de 60,5 bilhões de US\$; a América do Sul é o continente que mais importou gado do Brasil, seguido do Oriente Médio, posteriormente a Ásia. Quanto à importação por país: a Arábia Saudita teve a maior participação de 13% de todo gado e a Argentina participou com 12%.

Figura 3 – Destino de animais vivos em 2021



Fonte: Aliceweb (2022). Adaptado pelo autor.

Assim, em Novo Repartimento as ações de uso da terra estão relacionadas às políticas de grandes projetos na Amazônia. Entre eles o Grande Projeto Carajás (PGC), que atende aos interesses de mercado interno e externo. Neste contexto, a produção da pecuária é marcada pelo mecanismo de retirada da madeira e do desflorestamento de vastas áreas. Tais ações foram desempenhadas no interior da floresta e os autores utilizaram-se dos mais de seis²¹ mil quilômetros de estrada vicinais que são as vias de penetração na floresta. As estradas vicinais recortam as fazendas e as porções existentes de florestas. Não há dificuldades na operacionalização do desmatamento em Novo Repartimento, pois, a conversão de florestas em pastos tem sido institucionalizada por meio de políticas de crédito. O crédito rural chegou através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No município, o maior número de financiamentos destinou-se à agricultura familiar, inserindo os agricultores no mesmo tipo de investimento dos grandes fazendeiros. O pequeno produtor acredita ter na pecuária a melhoria de vida.

Um entrevistado descreveu que em 1990, quando chegou na Vila Capim (localizada no Assentamento Tuerê, em Novo Repartimento) as condições eram

²¹ Informações dadas pelo prefeito municipal em entrevista em 16 de agosto de 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/21520/#:~:text=Segundo%20o%20prefeito%20de%20Novo,e%20quatro%20na%20zona%20rural.>

precárias em termos de acesso e condição de trabalhar na terra. No mesmo ano o Exército brasileiro realizou um arrastão (estrada improvisada) no meio da floresta com um trator.

O entrevistado informou que em 2006 o INCRA recolheu a terra de um cidadão²², em torno de 30 lotes que “a ele fora dado pelos índios”, e distribuiu para assentados novos, provenientes do município de Canaã dos Carajás. Estes ficaram nos lotes por pouco tempo e os venderam para uma única pessoa do estado de São Paulo (informação verbal)²³.

O mesmo entrevistado proferiu o seguinte:

Em 2007 fiz financiamento pelo PRONAF, em sete anos eu paguei tudo. Eu vendi a minha terra por R\$ 3.000,00 (três mil reais). Hoje um lote aqui [Vila Capim] vale R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Aqui até para achar alguém para Juquira é difícil. Quem tem terra aqui, tá apurcado (Nº 34, informação verbal).

O entrevistado foi assentado do INCRA, ele obteve financiamento pelo PRONAF, realizou o desflorestamento para implantar pastos e pagou o crédito. Por um lado, sob condições precárias de trabalho no assentamento, mesmo ele tendo amansado a terra (ato de beneficiá-la) ao realizar as primeiras aberturas na floresta. Por outro lado, quando o que parecia ser conquista, a aquisição da terra, o financiamento, o pasto e o gado, ele teve que vendê-la por um valor irrisório.

Entre os fatores que contribuem para sucessão da terra em Novo Repartimento, identificam-se as condições precárias do assentamento e a chegada na área de outros personagens, como os fazendeiros que adquiriram a terra por meio da compra. Assim, tem-se que os pequenos produtores, ao financiarem dinheiro pelo PRONAF para criar gado, são os primeiros a realizarem os desmatamentos na floresta. Na seção 4.3, intitulada de “Floresta, desmatamento, pastagem e gado”, encontra-se nos mapas a representação da expansão da pecuária.

Nas pesquisas de campo levantou-se informações de que a pecuária é, na visão dos pequenos produtores, a melhor atividade executada por eles, porque obtêm-se lucros. Assim, concebem a criação de gado como desenvolvimento de suas existências no espaço agrário. Nesta noção, passaram a pleitear financiamento para criarem gado em suas pequenas terras (ver tabela a seguir).

²² Em entrevista por meio do google Meet, no dia 24/04/2021, o referido cidadão confirmou as informações. Disponível em arquivo pessoal: <https://drive.google.com/file/d/1dmGle9cE5x0dvvjso-O6lydkfeeee-uh/view?usp=sharing>.

²³ Entrevista fornecida por entrevistado nº 34 em 2020.

Por conta de situações relatadas acima, o número de assentados nas áreas dos Assentamentos Tuerê I e II em Novo Repartimento está diminuindo. Atualmente, as terras que eram divididas em pequenos lotes compõem as grandes fazendas. Tais fazendas e os pastos são as unidades de paisagem dos assentamentos. As atuais paisagens de fazendas de gado têm como estimulador o próprio Estado, ao realizar os financiamentos à pecuária, que produz o desmatamento. A seguir as operações de crédito à agricultura e à pecuária.

Tabela 19 – Crédito pecuário, PRONAF em Novo Repartimento

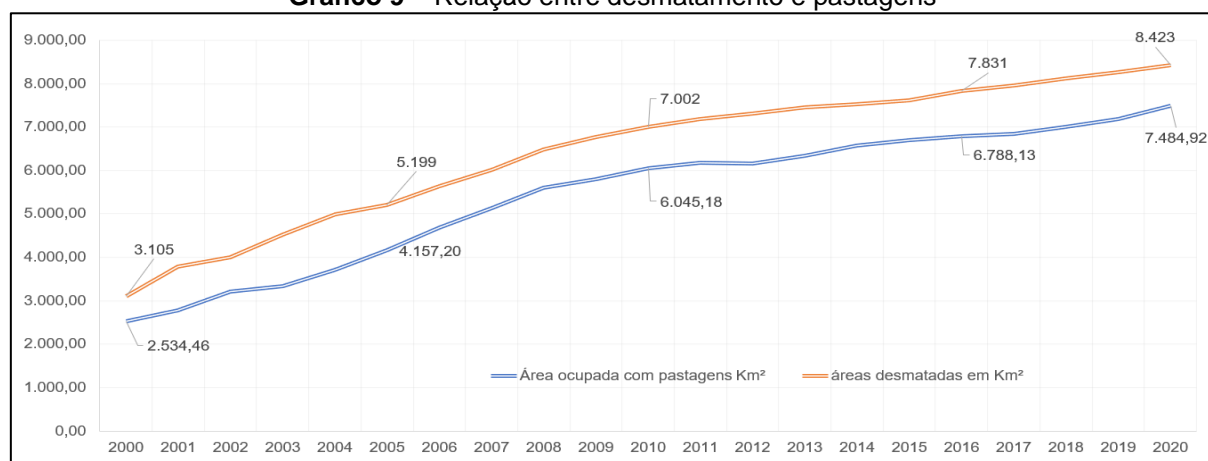
ATIVIDADE	CUSTEIRO		INVESTIMENTO		CONTRATO	VALOR
	CONTRATO	VALOR	CONTRATO	VALOR		
AGRÍCOLA	13	60.641,56	17	87.337,70	30	147.879,26
PECUÁRIA	8	274.364,33	1359	14.983.047,40	1.367	15.256.411,73
TOTAL	21	335.005,89	1376	15.069.285,10	1.397	15.404.290,99

Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Na Tabela 19 são mostrados apenas 30 contratos de custeio e investimento, enquanto a aprovação relacionada para a pecuária foi de 1.367. O percentual de contratos para a atividade agrícola é de apenas 2,14%, e aprovados para a pecuária representaram 97,86% no ano de 2018. Os valores em dinheiro para a atividade agrícola representam irrisórios 0,95%, e para a pecuária 99,05% do total de investimentos.

A sucessão de uso da terra decorre por várias formas, dentre elas os financiamentos destinados à pecuária, em que a terra deixa ser propriedade do assentado, porque os fazendeiros a compram. O resultado disto é que até 2020 em Novo Repartimento 8.423 mil hectares de florestas são transformados em 748.4 mil hectares de pastos como demonstra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Relação entre desmatamento e pastagens



Fonte: IBGE (2020), INPE (2021) e MAPBIOMAS (2022).

Outro fator que influencia no uso da terra é a dinâmica migratória do espaço agrário em Novo Repartimento da seguinte forma: “os colonos já foram embora, **não quiseram trabalhar na terra**, foram simhora. Aí os colonos **mexiam com cacau e com roça, sabe**. E aí **chegaram os fazendeiros, foram chegando**” (Informação verbal, grifo nosso)²⁴.

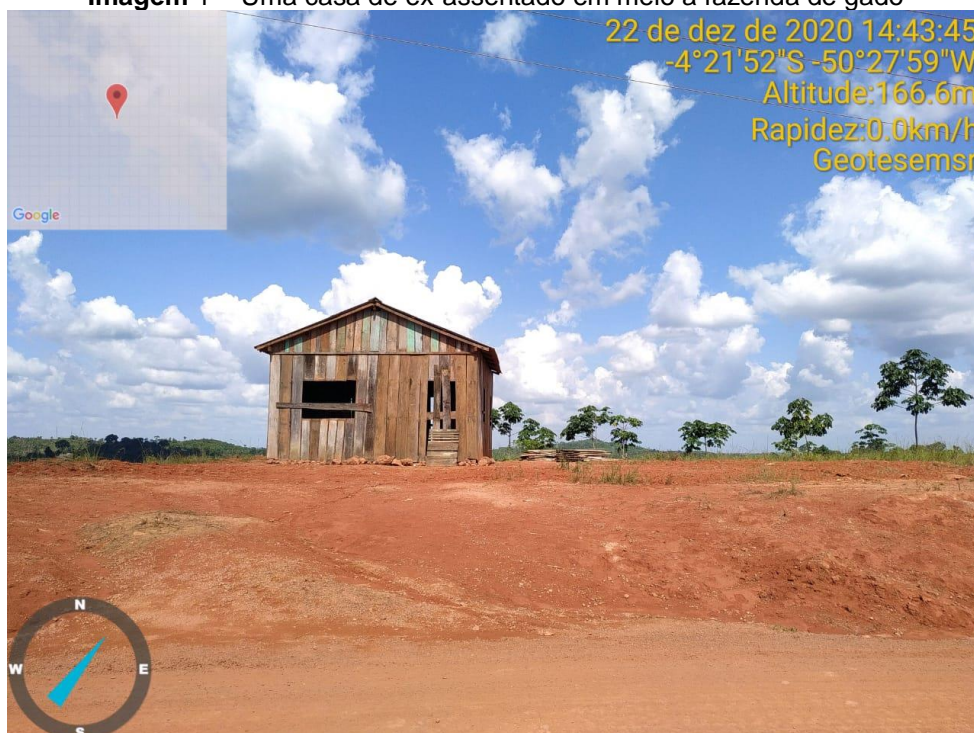
Este fragmento traz pelo menos três pontos importantes sobre o uso da terra. O primeiro é que a terra estava ocupada por colonos e dentro de um processo de sucessão de seus usos, pois, antes deles já foi de indígenas (MATTA; LARAIA, 1978).

Ainda no primeiro ponto, a sucessão de apropriação da terra é a que deixa de ser usada pelos seus primeiros proprietários como os camponeses. Isto não significa que eles “não quiseram trabalhar na terra”, mas as condições em que se encontravam, com as dificuldades de logísticas como transporte, disponibilidade de serviços como os de educação, de saúde, entre outros, os fizeram vender as suas terras. A expressão “foram simhora” não pode ser entendida na noção de que os camponeses não quiseram mais trabalhar na terra. É preciso considerar que as políticas de Estado em aliança com o capital estão por trás da apropriação da terra. Relação que submeteu os camponeses a uma perspectiva “*Laissez-faire*”, para deixá-los como se encontravam no espaço agrário. Eles, com mínimas condições de existência em suas áreas, não suportaram mais a vida da roça. Como já mencionado em outro momento da tese, a mesorregião sudeste do Pará há muito que se destinava ao investimento privado. Assim, o uso da terra que se dava por assentados passou a ocorrer por seus últimos donos, os fazendeiros. Outro ponto extraído da fala acima, “mexia com cacau e com a roça”, representa a forma de existência do sujeito na terra. Seu modo de vida, antes da presença da pecuária na área, se realizava a agricultura perene como o cacau e com o cultivo da chamada lavoura branca, que é representada pela roça de maniva e produção de farinha, pequena plantação de arroz e milho. O terceiro ponto extraído da declaração oral é os “fazendeiros foram chegando”, em que o ato de chegar tem sentido de apropriação da terra. A chegada dos fazendeiros nas áreas de assentamento marca a transição de um modo de uso da terra para a criação de gado. Esta ganha importância e dinamicidade como a atividade econômica de maior relevância. Enquanto o modo camponês de trabalho tradicional vai desaparecendo.

²⁴ Entrevista fornecida por entrevistado nº 01 em 2020. Trabalho de campo realizado em Novo Repartimento no dia 24 de novembro de 2020. O entrevistado é residente no Assentamento Tuerê I (oriundo do estado do Tocantins).

No delineamento das paisagens das fazendas sobressaem algumas casas abandonadas e em ruínas, testemunhas de um tempo em que o camponês ou assentado ocupou a terra na área do assentamento (como na imagem a seguir).

Imagem 1 – Uma casa de ex-assentado em meio a fazenda de gado



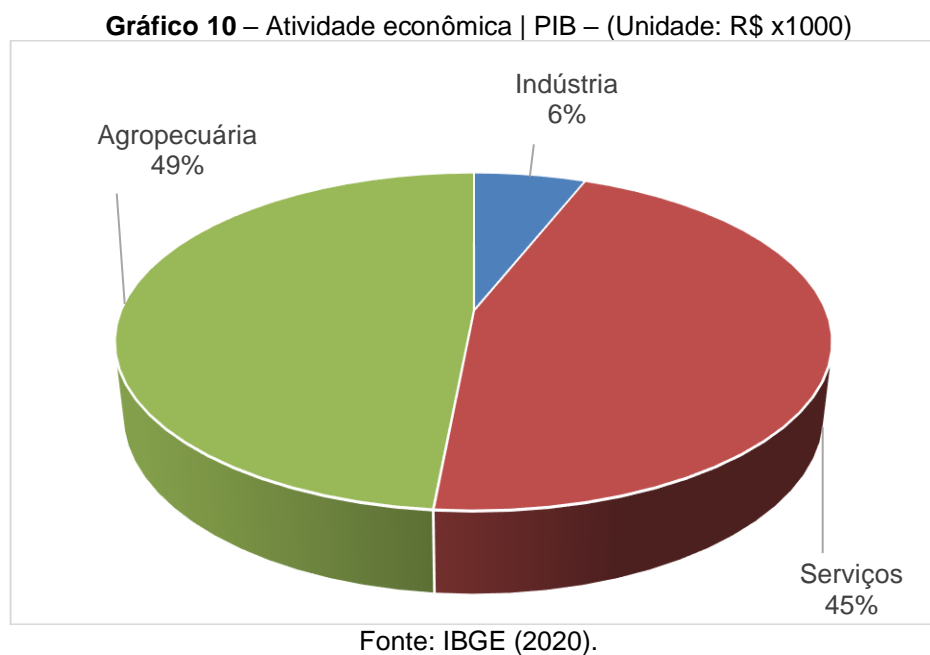
Fonte: arquivo pessoal de trabalho de campo em dezembro de 2020.

Esta imagem corrobora com o que disse o ex-assentado: “os fazendeiros vão chegando”. E por meio da compra tornam-se donos das áreas. Estes usam a terra com a pecuária. Outros sujeitos os que residiam no lugar são usados nos serviços da fazenda, como mencionou um cidadão: “eu vendi a terra, sou peão, a pecuária é a saída, né” (informação verbal)²⁵.

A pecuária é concebida pelos produtores de gado como atividade que desenvolve a região, porque ela oportuniza trabalho e renda. A diferença é que a atividade em vez de produzir desenvolvimento é responsável pelo crescimento econômico de grandes produtores. Segundo o IBGE (2019), o município se encontra no 3º lugar do *ranking* de produção de bovinos no estado do Pará e 7º no Brasil. Quanto ao PIB, na comparação entre os municípios do estado do Pará, está na posição de 68º, na comparação da região geográfica imediata ocupa o 3º lugar.

²⁵ Entrevista fornecida por entrevistado nº 01 em 2020.

As atividades de maior relevância de participação no PIB do município a seguir no Gráfico 10.



A agropecuária, como atividade econômica apresentada o valor de (Unidade: R\$ x1000) de 225.330,13 correspondendo a 49%. Os de serviços com 211.268,82 equivale a 45% e a indústria com 27.990,36 participa do PIB municipal com 6%. Assim, considerando a posição no ranking enquanto município produtor de animais, se torna a principal atividade econômica.

A pecuária promove renda aos pecuaristas. Para o IMAZON (2021)²⁶, a pecuária promove excelente lucratividade na Amazônia. Fatores como o baixo preço da terra e produtividade das pastagens são melhores que em outras regiões. Por outro lado, para os pequenos proprietários de terra, a bovinocultura se faz como um lugar de mudança e se constitui através de relações de contraste, porque outrora a terra era de assentados e de colonos, atualmente é parte integrantes das grandes fazendas.

A posse da terra nos Assentamentos Tuerê I e II realizou-se pelo Estado por meio do INCRA. A apropriação delas realizou-se a partir de financiamento do PRONAF. Nisto estimulou-se a dinâmica territorial, servindo para que os assentados realizassem as primeiras aberturas nos lotes para criarem gado financiado pelo

²⁶ IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Pecuária na Amazônia: Tendências e implicações para a conservação ambiental, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-tendencias-e-implicacoes-para-a-conservacao-ambiental>. Acesso em: 01 jan. 2021.

estado. Em seguida ocorreu a sucessão da posse da terra, onde houve transformações na vida do assentado que deixou de ser proprietário dos lotes e foi sendo expropriado por grandes fazendeiros. E o desdobramento aparente se dá na paisagem, porque se nas áreas dos assentados havia porções de vegetações preservadas, com a anexação delas às grandes fazendas se tornaram pastos.

As políticas de crédito destinadas à pecuária promovem o crescimento econômico do agronegócio. Com os investimentos em infraestrutura expande-se ainda mais a pecuária, tornando-a competitiva na exportação de proteínas animais (ABIEC, 2020; BRASIL, 2021; ALICEWEB, 2022).

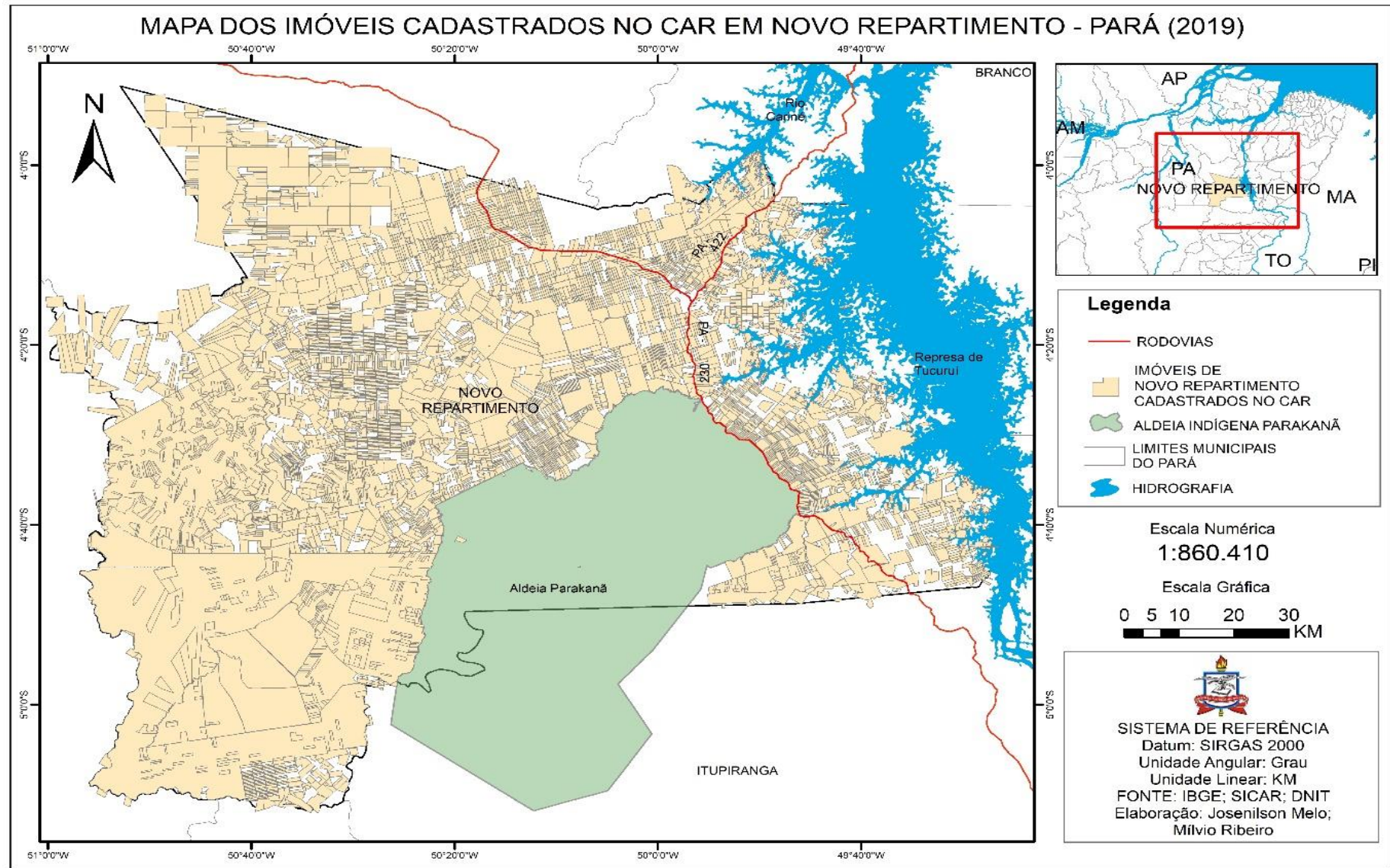
Em Novo Repartimento, as políticas de estado como as de assentamento do INCRA e de Cadastro Ambiental Rural (CAR) são fatores também de avanço do desmatamento. Esta última é uma política pública formulada para contê-lo, entretanto, tem-se que quanto mais CAR existentes, mais apresenta pastagens. Conforme mapa a seguir, a maioria dos assentamentos tornaram-se fazendas, e o CAR legaliza a área para atividade da pecuária.

Batista (2016) afirma que com o aumento da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a partir de 2008 no município, houve redução da cobertura vegetal. Antes de 2008 o desmatamento era de 14.535,46 hectares (2 propriedades) e em 2013 já atingiu 199.345,58 hectares (1.604 propriedades). Aumentou também a procura por programas de crédito que subsidiassem os investimentos na pecuária.

A Lei 12.651 de 2012 significou favorecimento à pecuária. O comportamento expansivo da atividade caracteriza-se na forma extensiva de criação de gado. E, assim, se deu a relação direta com o aumento da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Observa-se a seguir no mapa que os registros de CAR em Novo Repartimento corresponde a toda a dimensão areal do município (IBGE; SICAR; DNIT, 2019; BRASIL, 2012).

No Mapa 10 representam-se os polígonos de pequenas propriedades rurais. Estas são as áreas com Cadastro Ambiental Rural (CAR), e à medida que estes aumentaram também ampliou-se os desflorestamentos e os números de bovino no município (SICAR, 2019).

Mapa 10 – Imóveis rurais no CAR em Novo Repartimento (2019)



Fonte: IBGE (2019), SICAR (2019) e DNIT (2019).

Na porção sudeste do mapa localiza-se a maior parte das áreas de assentamento do INCRA. Neste assentamento os sujeitos assentados que permaneceram passaram a criar gado. Como se tem na fala do entrevistado, “os assentados, a grande maioria está na terra e criam gado. A agricultura é pouca, porque a terra vai ficando véia, alguns plantam milho, mandioca. Já o gado é vendido na terra mesmo” (Informação verbal)²⁷.

Este argumento de que as terras ficam “véia” porque os colonos e assentados as usam exaustivamente não poder ser o motivo de eles as deixarem. Afirma-se que “os fazendeiros vão chegando e compram a terra da gente” (Informação verbal)²⁸.

A situação do agricultor assentado só estar na terra porque cria gado está ligada à política de crédito do PRONAF para Novo Repartimento. Há uma disparidade quando se compara os contratos de financiamento entre agricultura e pecuária. Para a pecuária, os contratos foram 1.367; e para agricultura apenas 30 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Em Novo Repartimento, conforme entrevistado nº 02 (25 anos de idade), a dinâmica do uso da terra dá-se a partir da pecuária. Ele afirmou ser a bovinocultura a atividade que cativa os colonos a se tornarem pecuaristas também. E explicitou que até a comercialização da produção é mais fácil de realizar. Disse ele, “gado é vendido na terra mesmo” (Informação verbal)²⁹. Vender o gado produzido pelos colonos significa que os pecuaristas comercializam a produção dentro da propriedade sem ter que sair dela. As entrevistas expressam que a dinâmica espacial do espaço agrário em Novo Repartimento é composta por outras atividades, mas a que sobressai é a pecuária. A seguir relata que:

meu vô foi assentado, ele veio do Tocantins [estado do Tocantins -TO], chegou aqui em 1978. Já o pai comprou terra dos outros [assentados]. Nós criamos gado na terra que é nossa renda. Cacau é bem pouquinho. A venda do gado é feita lá na fazenda mesmo (informação verbal)³⁰.

O migrante chega no município interessado na posse da terra e a adquire de assentados do INCRA. Segundo o entrevistado, a pecuária é a principal renda e se

²⁷ Entrevista fornecida por entrevistado nº 01, em 2020.

²⁸ Entrevistado oriundo do estado do Tocantins, residente no assentamento Tuerê I em 2020.

²⁹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 02.

³⁰ Idem.

constitui como a principal atividade no assentamento. As demais atividades, como o cultivo do cacau, não têm recebido melhor atenção dos assentados.

Nosso entrevistado nº 03 é natural de Minas Gerais (MG), morava em Jatobal, localidade pertencente a Tucuruí. Com a inundação da localidade pelo lago da UHE de Tucuruí em 1984, ele foi realocado para Novo Repartimento, às margens da estrada BR-230. Disse o mesmo:

Sempre mexi com a roça, meu pai veio **em busca de um pedaço de terra**, eu tinha 11 anos na época. Aqui não tinha nada, para gente comprar alguma coisa **era preciso ir em Marabá, onde tinha. Era oito dias de viagem**, nesse tempo eu já tinha 17 anos, hoje eu estou com 58 anos. Nós **mexia** com arroz, milho, mas com esse **IBAMA**, tem coisa dele que até apoio, mas ele te dá uma multa que é para não pagar. Mas concordo com ele, porque tem gente que **desmata muito**. Já pensou **tem gente que mata o outro**. Hoje em dia a gente anda com **medo**. Um cidadão de bem tá aí, e vem o bandido e tira o sossego da gente. Nós cria gado, agora. É mais fácil, e tá muito bom. (Informações verbais, grifo nosso)³¹.

No fragmento acima, a dinâmica se dá em virtude da apropriação da terra. Quando se lê “em busca de um pedaço de terra” indica, dentre outras questões, a chegada de pessoas para ocupar a terra e produzir sua existência sobre ela. A localização das áreas distantes dos centros urbanos e as vias de acessos foram desafios que marcaram a fronteira amazônica como lugar da chegada. O entrevistado cita Marabá em sua fala porque esta área onde o colono está assentado era integrante ao Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), entre os municípios de Marabá e Altamira.

O entrevistado acima informou o tempo de sua chegada no município, em 1979, cinco anos após a abertura da BR-230 (construída entre os anos 1969 e 1974). Segundo ele, as atividades laborais que desenvolvia no campo eram o plantio e colheita das chamadas lavouras brancas (arroz, milho, mandioca etc.). Ele se refere ao IBAMA como um órgão que dificulta a atividade do trabalho do campo, porém, reconhece que o órgão é necessário porque inibe o desmatamento em grande escala.

No fragmento “tem gente que mata o outro”, ele reafirma a pistolagem como um dos mecanismos utilizados para fazer a sucessão da posse e uso da terra, matando quem já está na área. Loureiro e Guimarães (2007, p. 231) afirmam que “na Amazônia rural, especialmente nas áreas de existência da pistolagem, em razão de

³¹ Entrevista concedida por nº 03 em 2020.

sua natureza *sui generis* de fronteira, a violência tem um nítido caráter instrumental — serve à disputa pela apropriação da natureza”.

Nosso entrevistado nº 03 classificou-se como um antigo migrante, cuja situação atual é permeada de “**medo**”. Este é o impacto causado à vida do colono e que torna ao seu lugar de moradia, um ambiente de austeridade, quando aponta: “um cidadão de bem tá aí, e vem o bandido e tira o sossego da gente”.

Em suas falas finais, o entrevistado expressou: “nós cria gado, agora. É mais fácil, e tá muito bom”, aí ele mostra satisfação na atividade desenvolvida na sua propriedade e revela que ocorreu a transição da agricultura para pecuária.

A entrevistada nº 04 (34 anos) é natural do estado do Maranhão, seus pais chegaram na região em 1984. Disse ela: “viemos pro campo por falta de oportunidade na cidade. Hoje o pai [de 65 anos de idade] **cria gado de leite. Mas com a crise financeira** ele conseguiu estudar e é professor do município. Ele cultiva a terra para ajudar no sustento da família, ele tem **uma chácara**” (Informação verbal)³² (grifo nosso).

Perguntou-se o que significava ter uma chácara? A resposta foi: “é ter um pequeno pedaço [área] de terra onde é possível morar na zona rural. Não tem outra possibilidade de vida e é onde cria o gado para produzir o leite para a sobrevivência”. A pequena área só permite a criação de gado para produzir leite para a alimentação familiar. O leite, na cadeia da pecuária em Novo Repartimento, não é rentável, porque não há um laticínio no município para se vender a produção.

O entrevistado nº 05 (47 anos de idade), que é natural do estado do Maranhão e atualmente é residente no município de Novo Repartimento, identificou-se como peão e proferiu as seguintes palavras: “a pecuária é boa e dá dinheiro. Eu hoje sou vaqueiro, já comprei um lote na vicinal e vou criar gado lá” (informação verbal)³³.

Este posicionamento constitui-se naquilo que Veiga *et al.* (2004, p. 100) chamam de o “mito do fazendeiro [...] uma posição na sociedade e um amplo sucesso econômico, independente dos antecedentes familiares, que corresponde à crença de que o gado pode quebrar o ciclo da pobreza”. Isto se configura a razão do desejo de ser fazendeiro.

³² Entrevista fornecida por nº 04 em 2020. Servidora da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

³³ Entrevista fornecida por nº 05 em 2020.

Entretanto, nem sempre no espaço agrário as visões são as mesmas, veja-se que um falou: “a pecuária veio acabar com a vida do colono. Nada bom. Tudo do gado é muito caro. É só ir ao açougue e ver isso” (Informação verbal)³⁴. Esta fala expressa que o interesse dos colonos não está numa mesma direção.

Predomina o interesse de criar gado nas propriedades. O entrevistado nº 07, informou ser oriundo do estado do Tocantins e residente do assentamento Gelado (segundo maior da América Latina). Ele disse: “tenho um pequeno lote [assentamento] onde crio gado. A terra é pequena, tudo feita em pasto. E já comprei mais dois. Eu crio gado de meia. Os grandes fazendeiros me dão de meia, aí metade é dele, metade é minha” (informação verbal)³⁵.

Questionando-se outros entrevistados sobre a pecuária e procedência, suas respostas foram semelhantes. O entrevistado nº 08: “sou maranhense, trabalho na área da Parakanã (terra indígena) eu crio gado lá. E não é coisa ruim” (informação verbal)³⁶.

Para ilustrar a fisionomia atual será mostrada na próxima seção imagens do projeto TerraClass do INPE. Nelas destaca-se o polígono das terras da etnia Parakanã que contrasta com as demais áreas do município de Novo Repartimento. A pecuária em torno da terra indígena se expressa mais forte ainda, porém, o polígono representa a preservação florestal. Entretanto, apesar de já haver a criação de gado nesta área.

Os habitantes do polígono das etnias Parakanã estão concebendo a ideia de criar gado. O entrevistado nº 09 disse: “sou do Maranhão e crio gado também, mas é na terra do índio” (Informação verbal)³⁷. Assim é construída a dinâmica espacial da área registrada no município.

O entrevistado nº 10 identificou-se sendo natural de Cametá (PA) e há 45 anos já trabalha com pecuária. Ele afirmou estar muito feliz e considerou que ter vindo para a microrregião de Tucuruí em virtude de trabalhar com comércio varejista, mas logo em seguida viu na pecuária a sua principal atividade. O entrevistado informou sua percepção sobre a construção da UHE de Tucuruí e a abertura das estradas BR-422 e BR-230. Disse ele: “muito bom, as duas coisas só contribuíram com o desenvolvimento da região” (informação verbal)³⁸.

³⁴ Entrevista fornecida por nº 06 em 2020.

³⁵ Entrevista fornecida por nº 07 em 2020.

³⁶ Entrevista fornecida por nº 08 em 2020.

³⁷ Entrevista fornecida por nº 09 em 2020.

³⁸ Entrevista fornecida por nº 10 em 2020.

Este fragmento dá a ideia de um discurso que é feito pelos planos e programas. E que faz com que a população do lugar compreenda que a hidrelétrica e as estradas federais como desenvolvimento para o lugar. Entretanto, o desenvolvimento é para fora. Para ilustrar esta ideia tem-se o quadro a seguir, no qual se registra pecuaristas na área de estudo oriundos de outros estados da federação. Na dinâmica espacial no município de Novo Repartimento realiza-se por migrantes. Estes apropriam-se da terra e desempenham a pecuária como principal atividade.

Quadro 3 – Entrevistados em trabalho de Campo

Entrevistados	Estado de origem	Atividade
Entrevistado 01	Tocantins – TO	Pecuarista
Entrevistado 02	Tocantins – TO	Pecuarista
Entrevistado 03	Minas Gerais – MG	Pecuarista
Entrevistado 04	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 05	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 06	Maranhão – MA	Assentado não pecuarista
Entrevistado 07	Tocantins – TO	Pecuarista meeiro
Entrevistado 08	Maranhão – MA	Pecuarista na terra indígena Parakanã
Entrevistado 09	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 10	Pará – PA (Cametá)	Pecuarista
Entrevistado 11	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 12	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 13	Goiás – GO	Pecuarista

Fonte: Trabalho de campo da pesquisa (2020).

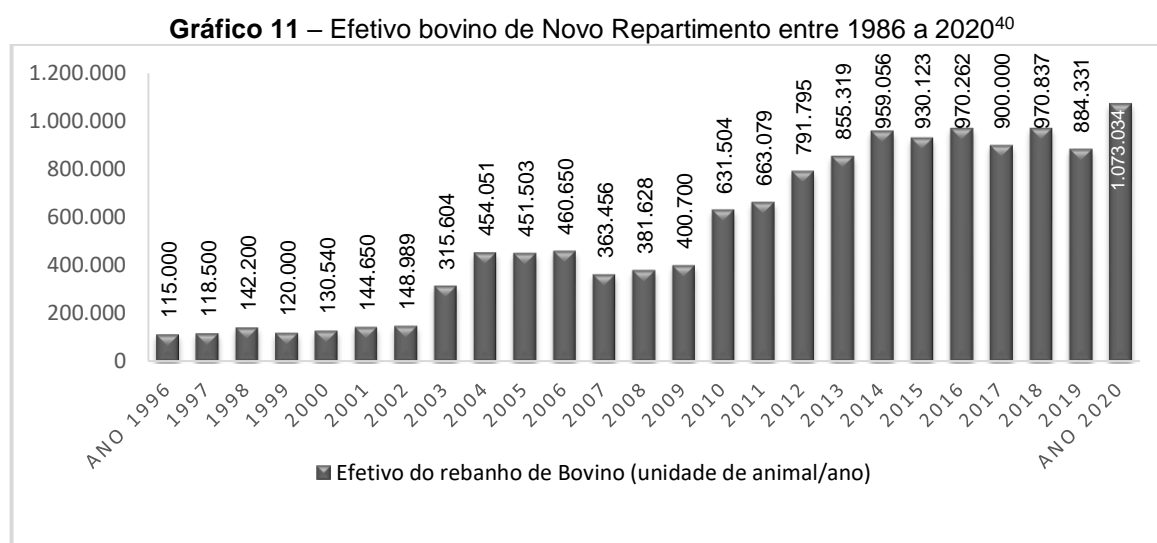
As entrevistas de campo revelaram que os pecuaristas são de outros estados brasileiros. Um dos entrevistados disse que “a estrada Transamazônica foi construída para atender a pecuária”. Considera-se que a BR-230 tem os dois caracteres. Um é que construíram-na em virtude da pecuária, pois, a atividade já se fazia presente na região. O outro referia-se que a estrada era parte da projeção da Amazônia Paraense, no que concerne ao desenvolvimento e integração da Amazônia às demais regiões do país. A BR favorecia mais a pecuária na região e os sujeitos para se apropriarem da terra.

Deste modo, tem-se um espaço agrário correspondente ao espaço construído pelas práticas sociais. Os planejamentos do Estado e suas execuções em forma das estradas e de benesses de incentivos e créditos favoreceram aos fazendeiros. Disto resulta a transformação de grandes áreas de floresta naturais em pasto. A pecuária nas décadas de 1990 a 2020 cresceu na área. Ela é a forma de pressão à natureza e responsável pelas execuções de novas aberturas na floresta.

Diante disto, observa-se no espaço agrário de Novo Repartimento que a dinâmica que se sobressai é a pecuária. Mas seu crescimento resulta em substituição de floresta por pasto. Neste sentido, trabalha-se a seção sobre florestas, pastagens e produção de bovinos em Novo Repartimento a seguir.

3.3 FLORESTA, DESMATAMENTO, PASTAGEM E GADO

Esta seção tem como meta relacionar o quantitativo de floresta nativas, desmatamento, pastagens e bovinos. Nos dados do IBGE (2020)³⁹ encontra-se registrado que entre os anos 1986 e 2020, o crescimento de números de bovinos no município de Novo Repartimento, mostrados no gráfico a seguir.



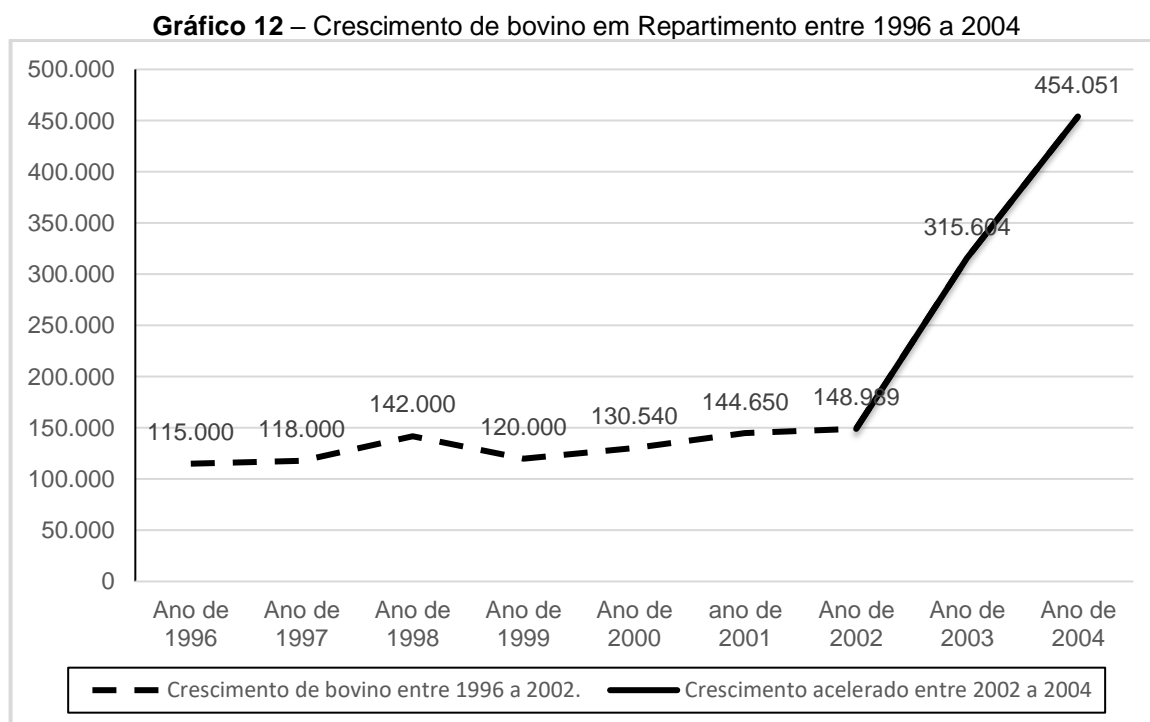
Fonte: IBGE (2020). Adaptado pelo autor (2020).

Novo Repartimento pertencia à jurisdição de Tucuruí até o ano de 1991. Em 1992 ainda foram registrados pelo IBGE 54.237 (cinquenta e quatro mil, duzentas e trinta e sete) unidades de bovinos pertencentes a Tucuruí. Incluía-se a este total os animais da área de Novo Repartimento. No ano de 1993, o município de Novo Repartimento apareceu nos dados do IBGE com os números de 150.000 (cento e cinquenta mil) bovinos, superior ao município de Tucuruí. Entre os primeiros sete anos (de 1996 a 2002), conforme tabela acima, a média de produção permaneceu em torno

³⁹ Disponível em: Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>.

⁴⁰ Informamos que os dados desta tabela serão trabalhados ao longo desta seção, mais bem explicados em gráficos e tabelas menores para melhor compreensão do seu conteúdo.

de 131.000 (cento e trinta e um mil) unidades de animais. A seguir o gráfico da dinâmica de crescimento da pecuária de 1996 até 2004.

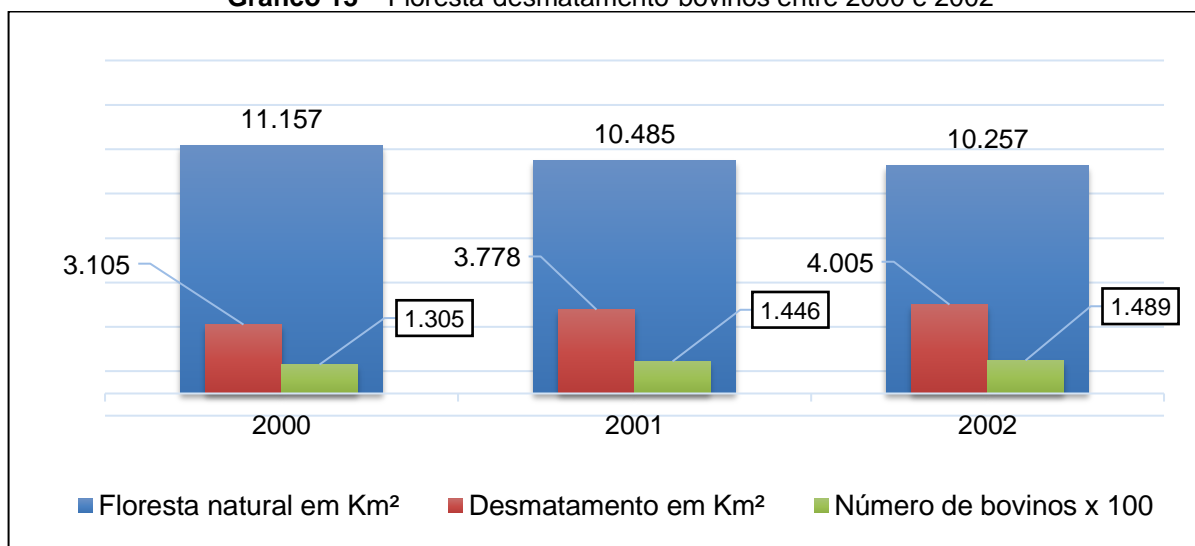


Fonte: IBGE (2020)⁴¹. Adaptado pelo autor (2020).

No período de 1996 a 2002 houve crescimento médio de 131.000 unidades de animais. Entretanto, a partir de 2003 o aumento de cabeças de gado registrado no município foi acelerado para 315, 604 animais e em 2004 para 454.051 unidades. Com o aumento de bovinos no município em 2004, o acumulado de desmatamento subiu para 4.986 km².

Conforme IBGE (2020) e INPE (2020), entre 2000 e 2002, em Novo Repartimento, dos seus 15.432Km² de área, até 2000 ainda havia 11.157Km² de florestas naturais e até o referido ano acumulava-se 3.105 Km² de desmatamento. Em 2001, as áreas de florestas diminuíram para 10.485 Km² e o desmatamento aumentou para 3.778 Km², o que correspondeu à época a 24,48% da área do município. No ano de 2002 houve redução de florestas chegando a 10.257 Km², e o desmatamento atingiu 4.005 Km² da área do município correspondendo a 24,96% de áreas desflorestadas. A seguir, o gráfico mostra o comparativo entre floresta, desmatamento e quantitativo de bovinos em Novo Repartimento (INPE, 2020).

⁴¹ Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>.

Gráfico 13 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2000 e 2002

Fonte: INPE (2020)⁴² e IBGE (2020)⁴³.

No gráfico os quantitativos de bovinos são indicados na legenda multiplicados por 100 vezes, o que indica um enorme quantitativo de animais nas áreas que foram desmatadas e transformadas em pastos. Assim, ao mesmo tempo que ocorreu a diminuição da área de floresta e aumento de desmatamento, a pecuária vem se expandindo no município. A expansão da pecuária é resultado da relação entre planejamento territorial e espaço agrário. No desenvolvimento da pecuária enquanto transformações de floresta em pastos, o Estado é ponto intermediário de apropriação da terra pelo capital e isto tem uma finalidade que é responder aos interesses do mercado e o consumo.

O número de animais por hectare depende da qualidade da forragem (pasto) e do tamanho dos animais. Para cada hectare de pasto, pode-se criar aproximadamente três (3) cabeças de gado com condições favoráveis de crescimento e engorda (OLIVEIRA FILHO, 2015).

Nesta perspectiva, considerando-se os dados IBGE e do INPE (2020), analisa-se que o avanço da pecuária tem como consequência o aumento do desmatamento e a transformação de floresta em pasto. Tomando por base Oliveira filho (2015), em Novo Repartimento predomina o cálculo de três animais por hectare. Com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE (2020), nos anos de 2000-2001 ocorreu um aumento de 14.110 cabeças de gado. Seguindo as informações técnicas de 3 animais por hectares, conforme cálculo a seguir.

⁴² Acesso: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

⁴³ Acesso: <https://sidra.ibge.gov.br>

Hectares de pasto	Quantidade de bois por (há)
1 há -----	3 unidades de bois
X (?) -----	14.11 mil unidades de bois a mais

Com base neste cálculo, teríamos em Novo Repartimento no intervalo entre 2000 e 2001 a ampliação de pastos em (“X”) de mais 4.703 hectares. Porém, quando se observa as informações do INPE (2020) no período, o desmatamento no município foi de 67.300ha. Entre 2001 e 2002, o crescimento do efetivo bovino foi de 4.339 cabeças de gado e o aumento do desmatamento foi de mais 22.700ha (227 km²). No período entre 2000 e 2004, a ampliação de pastos para a pecuária bovina é realizada de forma acelerada. A tabela abaixo indica o crescimento.

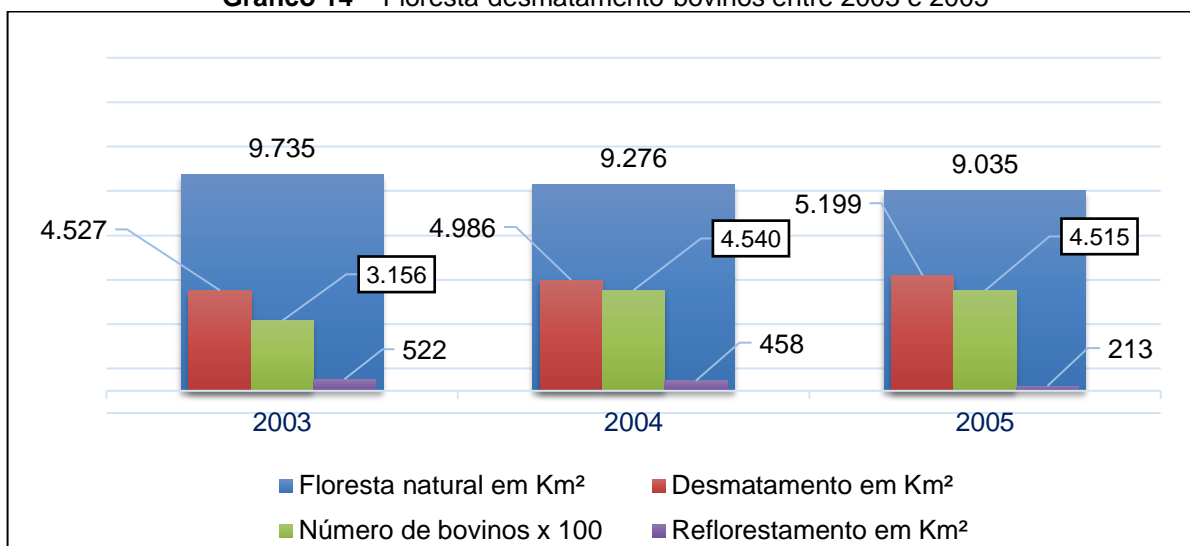
Tabela 20 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2000 a 2004

Unidade da Federação e Município	Ano				
	2000	2001	2002	2003	2004
Pará	10.271.409	11.046.992	12.190.597	13.376.606	17.430.496
Novo Repartimento (PA)	130.540	144.650	148.989	315.604	454.051

Fonte: IBGE (2020). Adaptado pelo autor (2020).

Entre os anos de 2002 e 2003 houve o crescimento de desmatamento de mais 45.900ha sobre áreas de florestas. No mesmo período elevou-se o percentual do rebanho bovino de 148.989 para 315.604 unidades de animais, o que significou o aumento percentual de 126,26% (INPE, 2020). Entre 2003 e 2004 o quantitativo de bois foi acrescido para 454.051 animais.

Conforme o IBGE (2020), nos anos de 2003, 2004 e 2005 houve crescimento da pecuária em Novo Repartimento. Em 2000 havia 130.540 (cento e trinta mil, quinhentos e quarenta) unidades de animais. Entretanto, a partir do ano de 2003 o número de bovinos subiu para 315,604 (trezentos e quinze mil e seiscentos e quatro), correspondente ao aumento de 41,26%. Em 2004 o quantitativo elevou-se para 454.051 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e um) unidades de animais. Em 2005 aumentou para 451.500 (quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos) animais. No gráfico a seguir é mostrado o comparativo de floresta natural, desmatamento e animais no município de Novo Repartimento.

Gráfico 14 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2003 e 2005

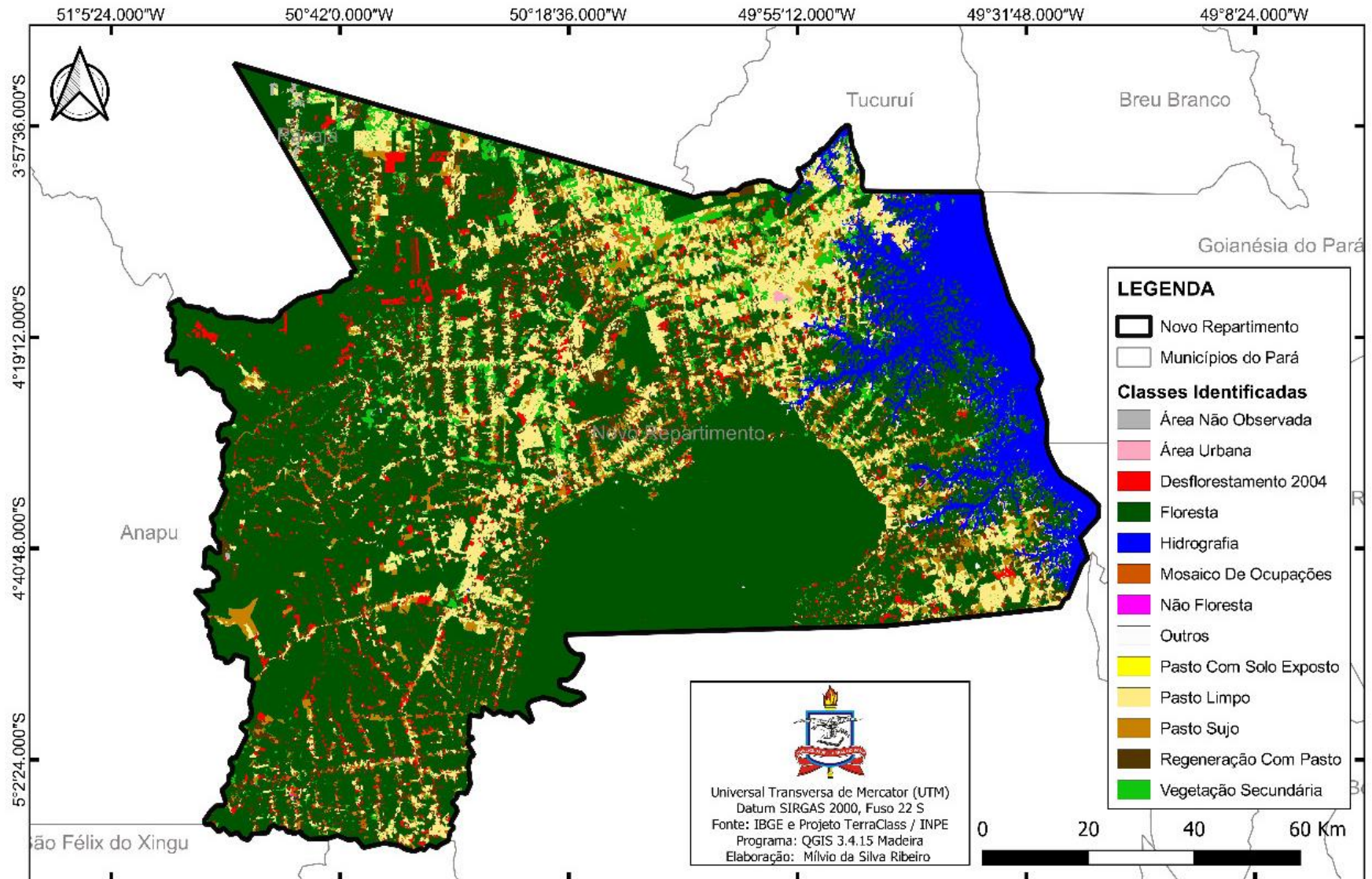
Fonte: INPE (2020)⁴⁴ e IBGE (2020).

A expansão da área de desmatamento em 2003 chegou a 4.527 Km², em 2004 foi para 4.986 Km², e em 2005 elevou-se a 5.199 Km² de florestas desmatadas. As florestas nativas diminuíram em 700 km² na comparação entre 2003 e 2005. Neste período houve um incremento de reflorestamento acumulado em 213 km², ainda assim, a perda de florestas de Novo Repartimento atingiu a marca de 6.397 Km² e o quantitativo de bois registrados em 2005 foi 451.051 (quatrocentos e cinquenta um mil e cinquenta e uma) unidades de animais. Nestas comparações tem-se que o desmatamento está relacionado principalmente à atividade da pecuária (IBGE, 2020; INPE, 2020).

Serão utilizados os próximos mapas elaborados a partir do Projeto TerraClass/INPE, em que levou-se em conta a metodologia adotada do projeto, sendo possível a geração dos mapas a seguir. Assim, no período entre 2004 e 2014, na área de Novo Repartimento tem-se as seguintes médias de representação de uso e ocupação: corpo d'água 7,7%; cultura agrícola, 0%; desflorestamento 1,7%; mineração 0%; pastagem cultivada 29,4%; silvicultura 0%; urbanizada 0,1%; vegetação natural 57,4%; não floresta-não observado-outros 3,8%. A seguir o mapa uso e cobertura da terra no ano de 2004.

⁴⁴ Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes.

Mapa 11 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento, 2004⁴⁵



Fonte: IBGE e Projeto TerraClass/INPE (2021).

⁴⁵ O mapa foi elaborado a partir da metodologia gráfica padrão do INPE.

Em Novo Repartimento, no que se refere à área de 15.399,01 km², até 2004 já haviam sido desmatados 4.986 km². Conforme o mapa, os pastos são os que se destacam. A área de floresta densa na direção sul do mapa corresponde às terras da Etnia indígena Parakanã.

Na tabela a seguir verifica-se que entre os anos 2004 e 2007 ocorreu uma pequena diminuição do rebanho. Conforme o IBGE/SIDRA (2020), em 2006 houve a retomada da produção de gado, mas em 2007 ela foi desacelerada. Esta dinâmica de ampliação em um ano e às vezes uma diminuição em outro tem uma razão, isto se dá em virtude da preparação de novas áreas de pastos.

Na tabela a seguir é apresentado o efetivo de bovinos nos anos seguintes, período de 2004 a 2007.

Tabela 21 – Efetivo bovino de Novo Repartimento-PA entre 2004 a 2007

Unidade da Federação e Município	Ano			
	2004	2005	2006	2007
Pará	17.430.496	18.063.669	17.501.678	15.353.989
Novo Repartimento (PA)	454.051	451.503	460.650	363.456

Fonte: IBGE (2020). Adaptado pelo autor (2020).

No ano de 2004, conforme dados do INPE (2020), o uso e ocupação da terra no município se encontravam em processo de desflorestamento. Quando se observa o aumento significativo da criação de bovinos chega-se ao entendimento de que as áreas de desmatamento são usadas para formação de pastos.

Conforme a EMBRAPA (2014), a “vocação” da pecuária brasileira justifica-se nas características climáticas e da extensão territorial do país. Está-se diante de parâmetros como força econômica de executar a pecuária de forma extensiva que exige menos investimento; condi es climáticas e de extensão areal. Oliveira Filho (2015) mostra que   possível criar três (3) animais por hectare com possibilidades favoráveis de crescimento e engorda.

Outra forma de “voca o” que   demandada para a região, conforme Ianni (1979),   de desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. No âmbito desta voca o o papel do Estado tem tido centralidade. O Estado determina a região sudeste do Pará para o investimento privado. Ele mesmo d  as condi es com as flexibilidades do código florestal (BRASIL, 2012), do financiamento (BNDS, 2021) e infraestruturas de transporte como estradas federais BR-422 e BR-230.

De modo geral, desde a Constituição de 1946, art. 199, já se previa as vocações da região instituída na concepção de “valorização econômica da Amazônia”, como se a área não tivesse valor. A intenção estava no sentido denotativo de determinação de uma função ou ação sobre algo. Anos depois, áreas como Novo Repartimento foram tomadas pela agropecuária, como principal atividade. Nesta assimilação, o planejamento estatal e o espaço agrário formatam a área para produzir *commodities*. Isto advém, sobretudo, da ação do planejamento regional em associação com o capital e o mercado.

Para Saches (1992), o planejamento deve considerar a gestão racional dos elementos naturais, no sentido de harmonizar objetivos sociais e econômicos. Este autor propõe princípios de ecodesenvolvimento pautado com uso adequado de técnicas, em que os usos dos recursos potenciais de cada ecossistema sejam valorizados mediante técnicas adequadas. Mas há um problema vigente que é o desafio de se alcançar sustentabilidade socioeconômica no âmbito do capitalismo.

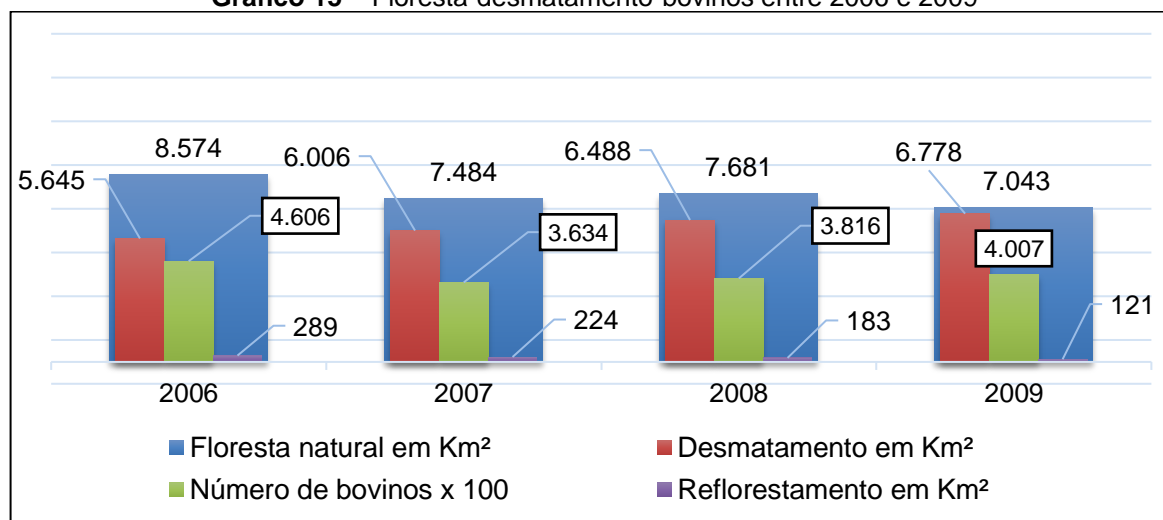
O avanço do modo capitalista de produção no campo, do ponto de vista operacional, é marcado pelo processo de abertura de estradas e pelas políticas públicas que ocupam e desenvolvem o território. Porém, antes da abertura das estradas estão os interesses exógenos do capital e mercado, o capital que coopta os grupos no poder. E no parlamento brasileiro há bancada de representação dos deputados federais e senadores que defendem os interesses dos agropecuaristas. Algo na ideia em torno “do curral ao plenário [...] [como] estratégias dos parlamentares [...] no complexo percurso da acumulação rentista onde se cruzam as práticas políticas atrasadas, a geopolítica ruralista e a contraditória questão agrária que se desenvolve no Brasil” (COSTA, 2012, p. 12).

Diante disto, considera-se que as fazendas de gado crescem sob o balizamento estatal e se realizam no âmbito da relação entre planejamento territorial e espaço agrário, em que os usos da floresta e da terra têm a finalidade de produzir *commodities*.

O fator político que favorece a apropriação da terra, o menor custo na produção de pastagem na Amazônia, é uma característica que contribui para a pecuária brasileira crescer. Assim, a pecuária de corte produzida a pasto, por ser a forma menos onerosa e mais “eficiente” para os produtores atualmente, ocupa grandes extensões de terra de fronteira agrícola. Novo Repartimento se enquadra na característica de pecuária que usa grandes áreas de terra. A seguir explicita-se o

quantitativo de floresta existente, o avanço do desmatamento e o quantitativo de bovino no município de Novo Repartimento entre os anos de 2006 e 2009.

Gráfico 15 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2006 e 2009



Fonte: INPE (2020)⁴⁶ e IBGE (2020).

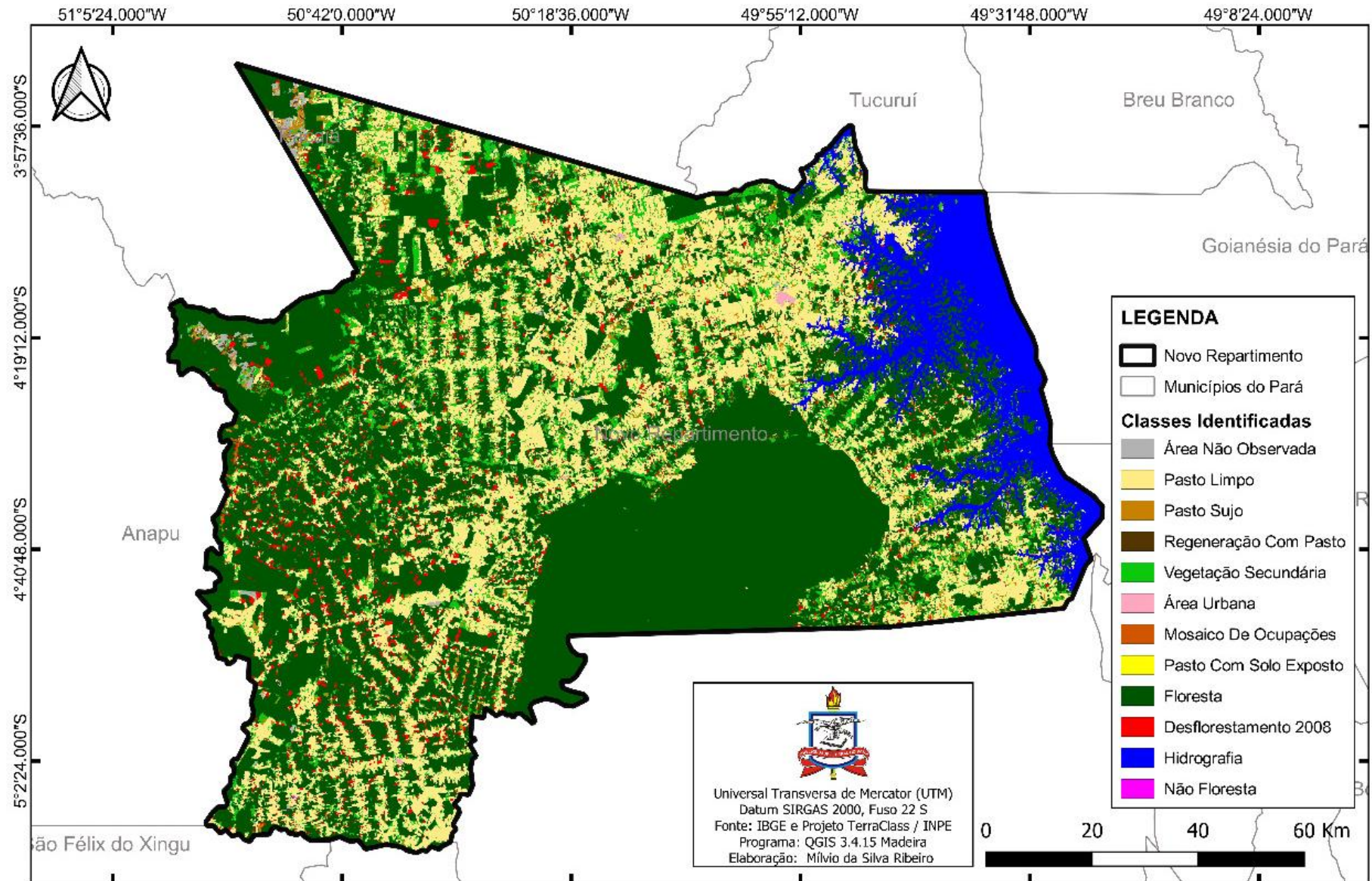
No ano de 2006, a quantidade de florestas que permaneciam representava um pouco mais da metade de toda a área do município, equivalente a 8.574 Km² igual a 55,54%. O desmatamento ocupava 5,645 Km² do município, equivalente a 36,57%. Nos anos de 2007, 2008, 2009 a redução da floresta foi grande. Em 2009 o desmatamento cresceu, em que se registrou 7.043 km² correspondendo a 45,63% da área do município. Contudo, neste período o quantitativo de bovinos não se ampliou. Isso se deu pelo fato de que está em formação de novos pastos.

Em 2007 novamente o crescimento do rebanho foi desacelerado, porém, voltou a crescer em 2008. A representação, uso e ocupação da terra em 2008 (no mapa a seguir) corrobora com o aumento significativo da transformação de florestas em pastagens.

O desmatamento neste período foi expressivo, no mapa acima destacam-se as áreas de pastos. À medida que a cada ano o desmatamento avançou sobre as florestas, aparecia o polígono das terras indígenas Parakanãs como a única porção de floresta preservada.

⁴⁶ Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes.

Mapa 12 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento, 2008⁴⁷



Fonte: IBGE e Projeto TerraClass/INPE (2021).

⁴⁷ O mapa foi elaborado a partir da metodologia gráfica padrão do INPE.

Entre o 2008 e 2011 a ampliação do número de animais saiu de 381.628 para 663.079 unidades. A seguir discriminados na tabela.

Tabela 22 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2008 a 2011

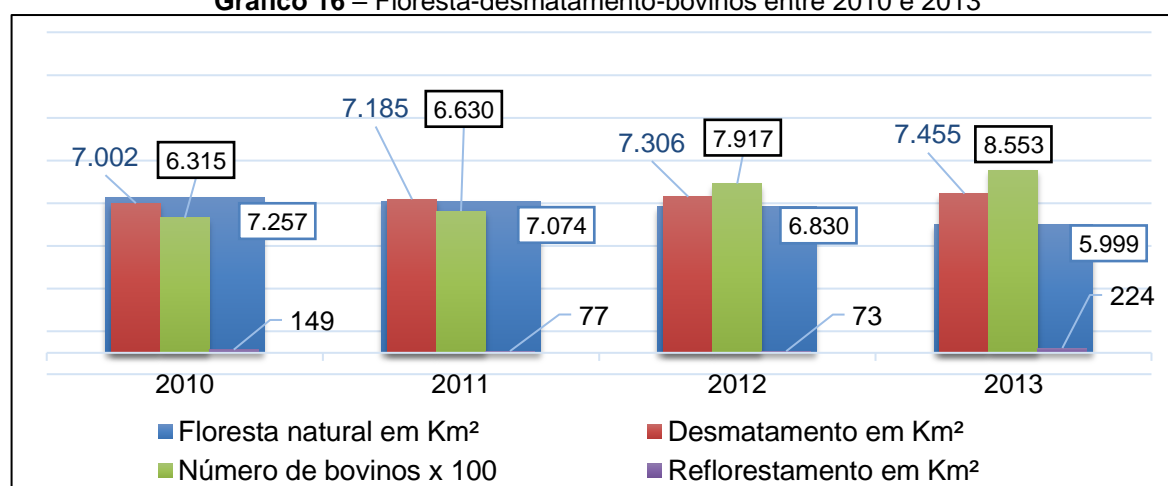
Unidade da Federação e Município	Ano			
	2008	2009	2010	2011
Pará	16.240.697	16.856.561	17.633.339	18.262.547
Novo Repartimento (PA)	381.628	400.700	631.504	663.079

Fonte: IBGE (2021). Adaptado pelo autor (2020).

Em 2008 o governo brasileiro editou o Decreto Federal 6.514/2008, cuja função era a de preservar a natureza. Mas, por outro lado, com o marco legal da proteção florestal, conforme a Lei nº 12.651/2012, art. 3, IV, nominou-se as áreas antropizadas de “área rural consolidada” (BRASIL, 2012). Esta lei na prática promoveu problemas ambientais anteriormente causados pelo desmatamento, por exemplo.

Entre os anos 2010 e 2013, o crescimento de desmatamento acompanhou o aumento de bois e, conseqüentemente, a redução das florestas nativas no município. A seguir o gráfico comparativo entre florestas, desmatamento e números de bovinos. Entretanto, no gráfico a seguir, nos anos seguintes 2010, 2011, 2012, 2013, as áreas de desmatamento ultrapassaram as áreas de florestas e foi retomado o crescimento dos números de bovinos.

Gráfico 16 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2010 e 2013

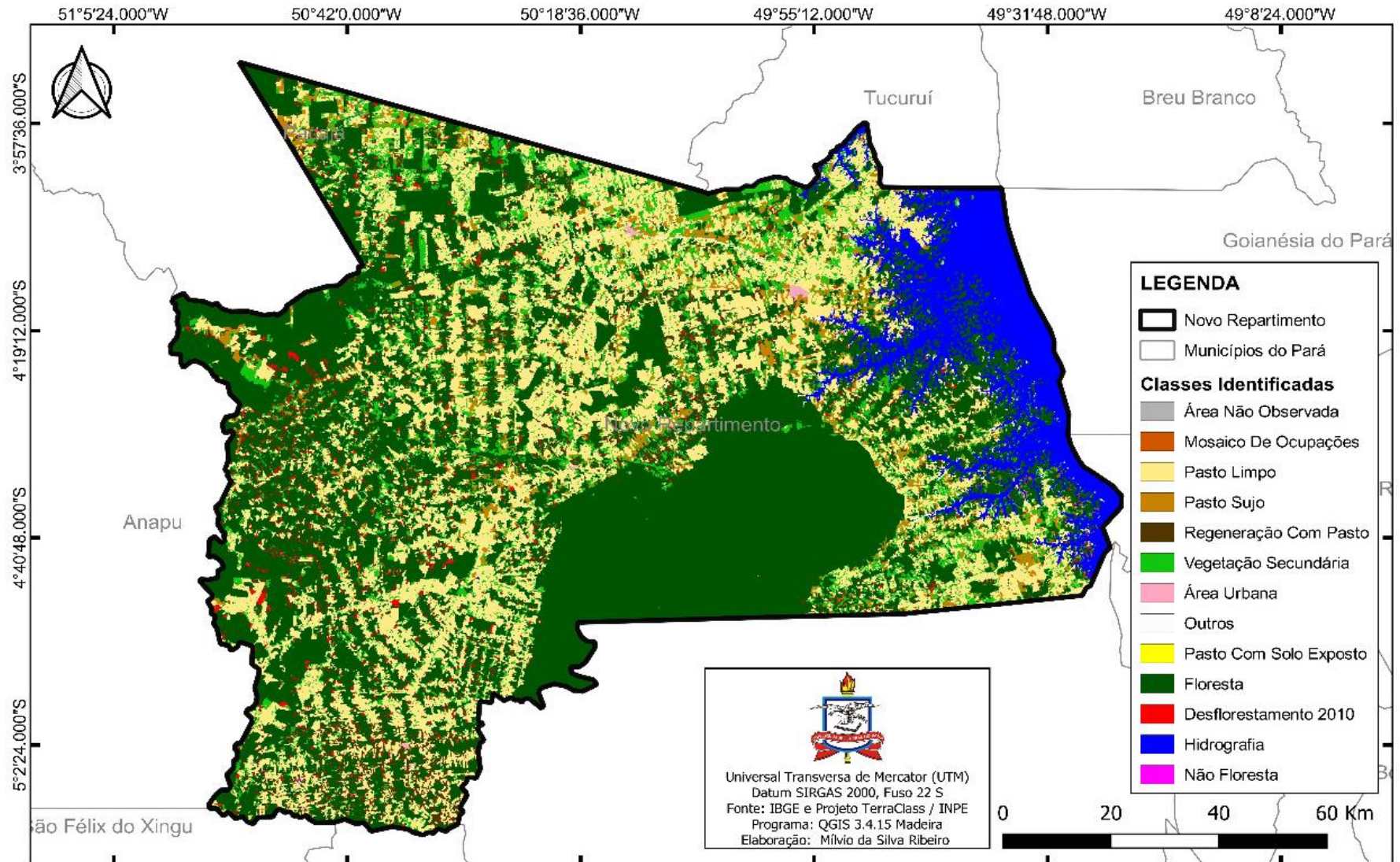


Fonte: INPE (2020)⁴⁸ e IBGE (2020).

No município de Novo Repartimento os efeitos da lei se reverberaram em ampliação da pecuária. O mapa a seguir ilustra os usos da terra destinada à pecuária, porque já havia ganhado dimensões extremamente grandes.

⁴⁸ Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes.

Mapa 13 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento, 2010⁴⁹



Fonte: IBGE e Projeto TerraClass/INPE (2021).

⁴⁹ O mapa foi elaborado a partir da metodologia gráfica padrão do INPE.

Até o ano de 2010, a área de floresta ainda era superior à área desmatada. Porém, a partir de 2011 em diante a área desmatada ultrapassou as áreas de floresta e sucessivamente a produção de animais também cresceu. Segue-se a mesma perspectiva em 2012, observa-se que inclusive a área de reflorestamento diminuiu. No ano seguinte as florestas existentes eram de 5.999 Km², restando apenas 38,79% do total. Por outro lado, em 2013 os números de animais já somavam 855.300 (oitocentos e cinquenta cinco e trezentos) unidades.

Tabela 23 – Efetivo bovino de Novo Repartimento entre 2011 e 2016

Unidade da Federação e Município	Ano					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pará	18.262.547	18.605.051	19.165.028	19.911.217	20.271.618	20.476.783
Novo Repartimento	663.079	791.795	855.319	959.056	930.123	970.262

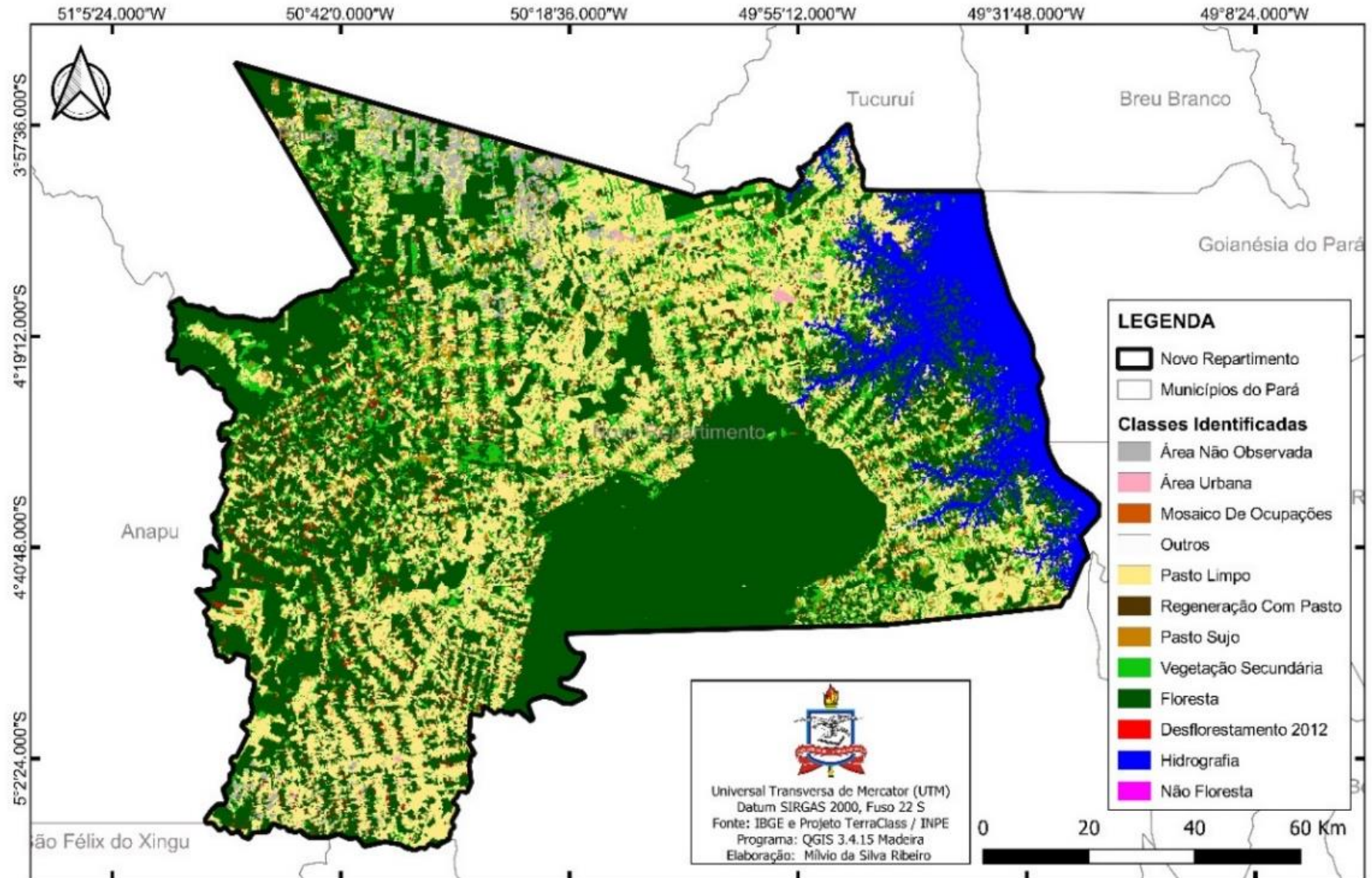
Fonte: IBGE (2019). Adaptado pelo autor (2020).

No período de 2011 a 2016 houve crescimento do número de bovinos em Novo Repartimento. A pecuária que é dinamizada pela relação entre espaço agrário e planejamento, o seu crescimento se favoreceu pela forma extensiva de uso de pastagens, considerada a menos onerosa. Além da criação extensiva tem-se a política de Estado com o código florestal brasileiro que considerou todas as formas de uso anteriores a 2008 como “áreas consolidadas”. Esta postura da Lei tratou as ações antrópicas realizadas até 2008, independente das consequências danosas ao meio natural, como legalizadas. Como já afirmamos em noutro momento da tese, a lei se adequou ao problema ambiental.

Identificou-se que entre 2008 e 2012 era um tempo de regularização ambiental no âmbito no novo Código Florestal brasileiro. Neste período esperava-se a estagnação no crescimento de áreas de pastagens, entretanto, diferente disto observou-se que se ampliou os números de bovinos na área (BRASIL, 2012).

Conforme a tabela acima, entre 2011 e 2016, o uso da terra em hectares foi de 65.313ha. Discrimina-se o uso da terra com pastagem, de ano a ano, da seguinte maneira: de 2011 para 2012 o aumento de pastagens correspondeu em 27.365ha; nos períodos posteriores continuou aumentando, entre 2012 e 2013 foi de 13.504ha; entre 2013 e 2014 foi de 22.054ha; entre 2014 e 2016 foi de 2.458ha. A partir de 2011, o uso da terra e floresta para atividade da pecuária ultrapassou as áreas de florestas no município. A seguir a representação de uso e cobertura do solo em Novo Repartimento de 2012.

Mapa 14 – Uso e cobertura da Terra em Novo Repartimento, 2012⁵⁰



Fonte: IBGE e Projeto TerraClass/INPE (2021).

⁵⁰ O mapa foi elaborado a partir da metodologia gráfica padrão do INPE.

Entre 2008 e 2012 todos os proprietários de terras deveriam se regularizar com os seus cadastros ambientais rurais (CARs). Assim, diante da exigência do marco regulatório do meio ambiente, percebe-se que o avanço da pecuária nesta porção da Amazônia está em sintonia com as projeções de planos estatais, nos quais destinaram a área ao investimento privado (BRASIL, 1980; 2012).

A seguir, no Mapa 14 percebe-se que as áreas de pastos superam as áreas de florestas, configurando que a apropriação da terra se faz pela retirada da floresta e sua substituição por pastos.

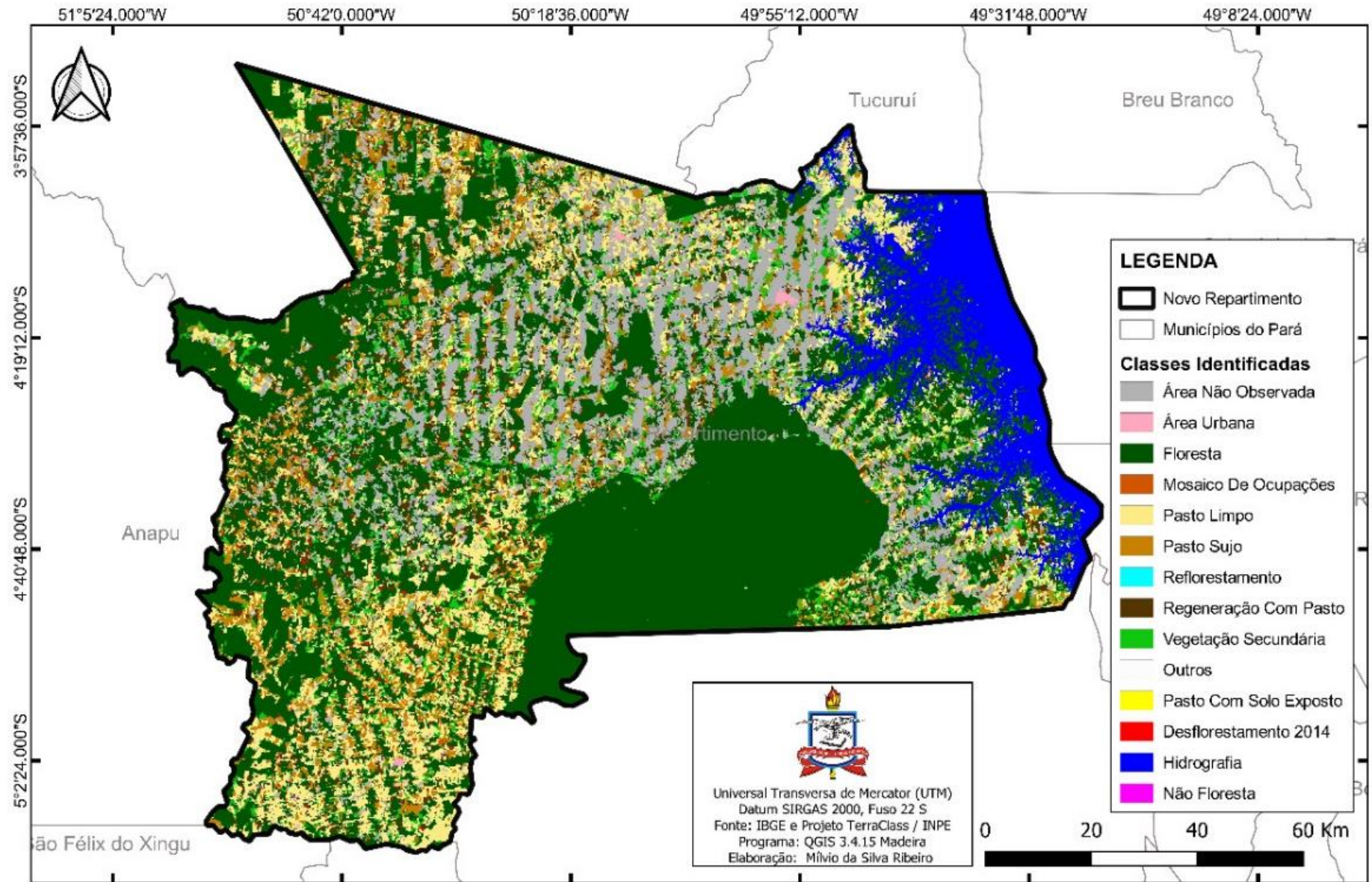
O adensamento de uso e ocupação da terra pela pecuária em Novo Repartimento tem sido ampliado e isto ocorre a partir de 2012, que data a consolidação do marco regulatório do meio ambiente. Em 2014 já se tem o contraste entre pastos e florestas no município (representado no mapa 14) em que as pastagens aparecem em maior dimensão.

Há um contraste entre florestas e pastagens e nos dados do INPE (2014) identificou-se as áreas de desmatamento em Novo Repartimento, que de 15.432 km² desmatou-se 7.533 km², correspondente à época a 48,82%. A pecuária no ano de 2014 produziu 791.745 unidades de bovinos. Assim ampliou-se o desmatamento, aumentou-se o número de bovinos e diminuiu o tamanho de florestas nativas.

Considerando a representação acima (Mapas 11, 12, 13, 14 e 15) conforme dados do Projeto TerraClass (2021), representa-se na tabela a seguir como ocorreu o uso e ocupação da terra no município: em 2004, o desflorestamento foi de 510,54 km², enquanto em 2014 o desflorestamento foi de 70,23 km². Isto não significa que está havendo controle, mas é porque as demais áreas já se encontram consolidadas em forma de pasto.

No mapa a seguir representa-se a redução de florestas naturais e o crescimento de pastos.

Mapa 15 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento, 2014⁵¹



Fonte: IBGE e Projeto TerraClass/INPE (2021).

⁵¹ O mapa foi elaborado a partir da metodologia gráfica padrão do TerraClass/INPE.

Conforme tabela a seguir, as áreas de pastagens cultivadas saíram de 3555,47 km² para 4036,92 km². As áreas de vegetação natural em 2004 eram de 10067,4 km², em 2014 restaram 7667,04 km².

Tabela 24 – Uso e cobertura da terra em Novo Repartimento entre 2004 e 2014

Classe	2004	% 2004	2008	% 2008	2010	% 2010	2012	% 2012	2014	% 2014	Média Km ²
Corpo D'água	1187,88	7,7	1187,88	7,7	1187,88	7,7	1187,9	7,7	1187,88	7,7	1187,9
Cultura Agrícola	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0
Desflorestamento	510,54	3,3	375,19	2,4	222,15	1,4	119,8	0,8	70,23	0,5	259,6
Mineração	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0
Pastagem Cultivada	3555,47	23,1	4523,84	29,4	5171,12	33,6	5319,9	34,5	4036,92	26,2	4521,4
Silvicultura	0	-	0	-	0	-	0	-	0,14	-	0,0
Urbanizada	7,54	0,04	9,77	0,1	11,88	0,1	14,59	0,1	16,92	0,1	12,1
Vegetação Natural	10067,4	65,4	9230,48	59,9	8752,09	56,8	8470,6	55	7667,04	49,8	8837,5
Não Floresta-Não Observado-Outros	70,09	0,5	71,75	0,5	53,89	0,3	286,16	1,9	2419,79	15,7	580,336
Total	15398,92		15398,91		15399		15399		15398,9		15398,93

Fonte: Projeto TerraClass/INPE (2021).

O município de Novo Repartimento tem em sua dimensão areal assentamentos do INCRA, áreas de preservação ambiental, entre elas:

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago de Tucuruí é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e apresenta extensão territorial de 503.490,00 há (descontadas as áreas das RDSs Alcobaça e Pucuruí-Ararão, situadas dentro de seu território), compreendendo os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, **Novo Repartimento**, Nova Ipixuna e Itupiranga. É a **8ª maior Unidade de Conservação Estadual** e, como toda APA, apresenta núcleos populacionais residentes e variadas **dinâmicas econômicas**, dentre as quais se destacam a pesca, a aquicultura e a **pecuária** (IDELFLOR.BIO, 2021, grifo nosso)⁵².

Como se lê, até nas áreas de proteção ambiental, a dinâmica econômica da pecuária está presente. A APA incide em maior porção na área de Novo Repartimento. Assim, se considerada a proporcionalidade da área alagada da represa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o Novo Repartimento tem a maior parte submergida.

Em Novo Repartimento, a representação do uso e ocupação da terra em 2014 se deu pelo desflorestamento para a formação de pastagens. Por um lado, percebe-se que há áreas preservadas com florestas naturais como a terra da Etnia Parakanã situada na direção sul do mapa. Além disto, havia alguns pequenos fragmentos de florestas nas direções oeste e noroeste do mapa. Por outro lado, destacam-se os pastos limpos, pastos sujos, pastos com solo exposto, áreas com regeneração de

⁵² Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-tucuruui/apa-do-lago-de-tucuruui>. Acesso em: mar. 2021.

pastos, vegetação secundária, área não observada (que não são florestas). E ainda áreas classificadas como não florestas, mas que noutra tempo foram. Todas as formas de classificação do uso e ocupação da terra foram as de transformação de floresta em pastos.

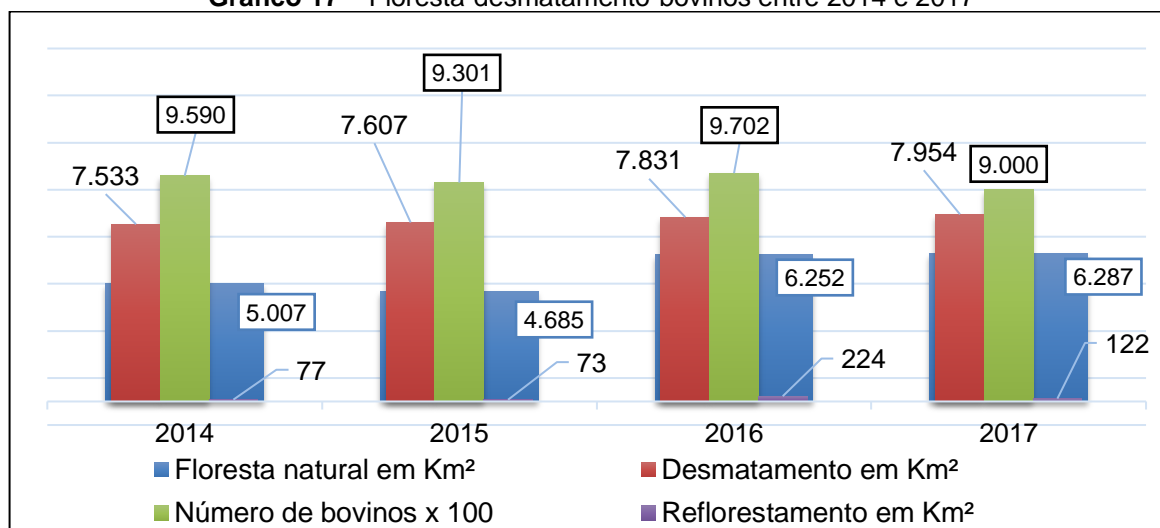
Na Amazônia paraense a maior parte dos usos do território estão relacionados aos planejamentos estatais realizados na região. Política como a do código florestal trouxe um novo nome às áreas antropizadas, chamando-as consolidadas. Do ponto de vista ideológico, no debate sobre tais áreas rurais consolidadas fizeram prevalecer o sentido de quem desmata torna-se dono da terra. Observa-se que as áreas consolidadas consideradas pela Lei nº 12.651/2012 são as áreas de fazenda e as benfeitorias. Assim, os desmatamentos resultam do processo desmatamento-pastagens-gado. Loureiro (2007) considera que o processo de desmatamento na Amazônia tem seu início nas ideologias do progresso, da inserção social, da globalização que:

o Estado foi, na época [anos 1960], o protagonista do processo que engendrou a mudança e, com ela, a violência e o conflito na região. O elemento desencadeador dos conflitos e da violência na região foi o fato de que o Estado, consoante os princípios norteadores da ideologia do progresso e da modernização, colocou à venda numerosos e extensos lotes de terra pública, até então habitados pelos moradores naturais da região e antigos migrantes (LOUREIRO; GUIMARÃES, 2007, p. 222).

O desmatamento na região Amazônica cresceu. No que se refere ao embate ideológico dos processos políticos que resultaram na modificação do antigo Código Florestal, os atores que estabeleceram a disputa pelo uso do espaço agrário são os grupos de ambientalistas e de ruralistas.

No âmbito dos debates entre ruralistas e ambientalistas, os conflitos sociais foram silenciados. Mas os ruralistas transmitiram uma imagem de unificação ao pedirem a aprovação do Código Florestal Brasileiro. Com a aprovação em meio aos embates políticos e ideológicos, houve a aprovação com alterações na lei que promoveu um retrocesso nos processos de conservação e recuperação ambiental. Diante disto, os benefícios foram imediatos aos setores produtivos, em especial à agropecuária e à silvicultura.

Os benefícios do ato político são representados em crescimento das atividades produtivas como a da pecuária. Ilustra-se no gráfico a seguir o crescimento da pecuária no período de 2014 e 2017.

Gráfico 17 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2014 e 2017

Fonte: INPE (2020)⁵³ e IBGE (2020).

Entre os anos de 2014 e 2017, a pecuária esteve em franco crescimento. As áreas de florestas naturais a partir de 2014 diminuíram de maneira drástica. A partir dos anos de 2015, 2016 e 2017 o crescimento das áreas de desmatamento e os números de bovinos foram ampliados. A tabela a seguir mostra que a evolução da produção de gado é recorrente. Mesmo havendo outras formas de uso e ocupação da terra, inequivocamente o seu destino é para a pecuária.

Tabela 25 – Efetivo bovino de Novo Repartimento-PA entre 2017 e 2018

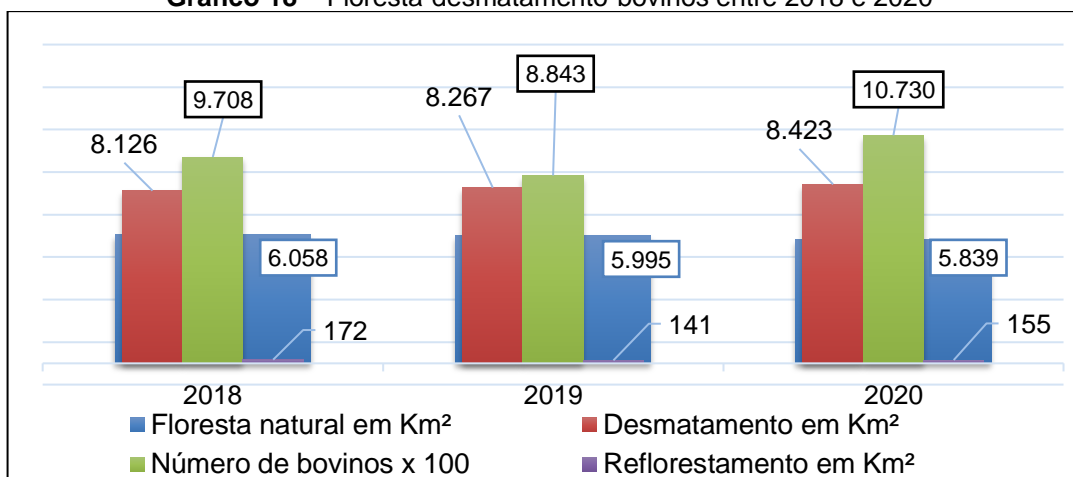
Unidade da Federação e Município	Ano	
	2017	2018
Pará	20.585.367	20.628.651
Novo Repartimento (PA)	900.000	970.837

Fonte: IBGE (2018). Adaptado pelo autor (2020).

Nos anos de 2017 e 2018 houve aumento de bovinos e das áreas de desmatamentos no município. Assim, florestas nativas diminuem a cada ano, aumentam o desmatamento e o número de bois. Entre 2018 e 2020, e nos períodos anteriores demonstrados, percebeu-se que os processos de desmatamento, formação de pastos e criação de gado foram realizados numa mesma tendência de crescimento. Assim, como já afirmado em outros instantes da tese, a pecuária em Novo Repartimento se relaciona à política de Estado.

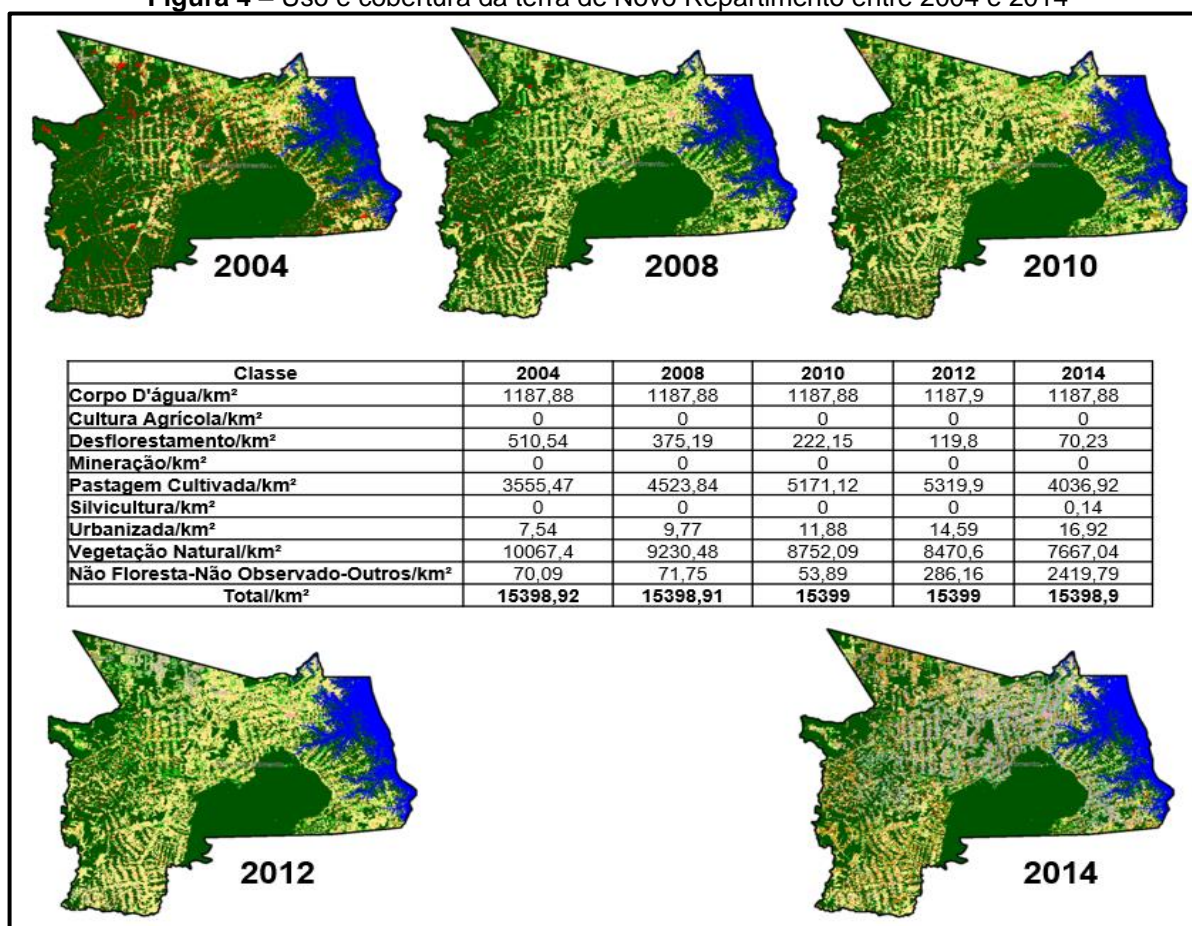
Ilustra-se esta situação no gráfico a seguir.

⁵³ Disponível em: www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes.

Gráfico 18 – Floresta-desmatamento-bovinos entre 2018 e 2020

Fonte: INPE (2020) e IBGE (2020).

No período entre 1996 e 2020, as retiradas de florestas nativas a cada ano são evidenciadas no mapa de uso e ocupação do solo do projeto TerraClass do INPE, disponível entre 2004 e 2014.

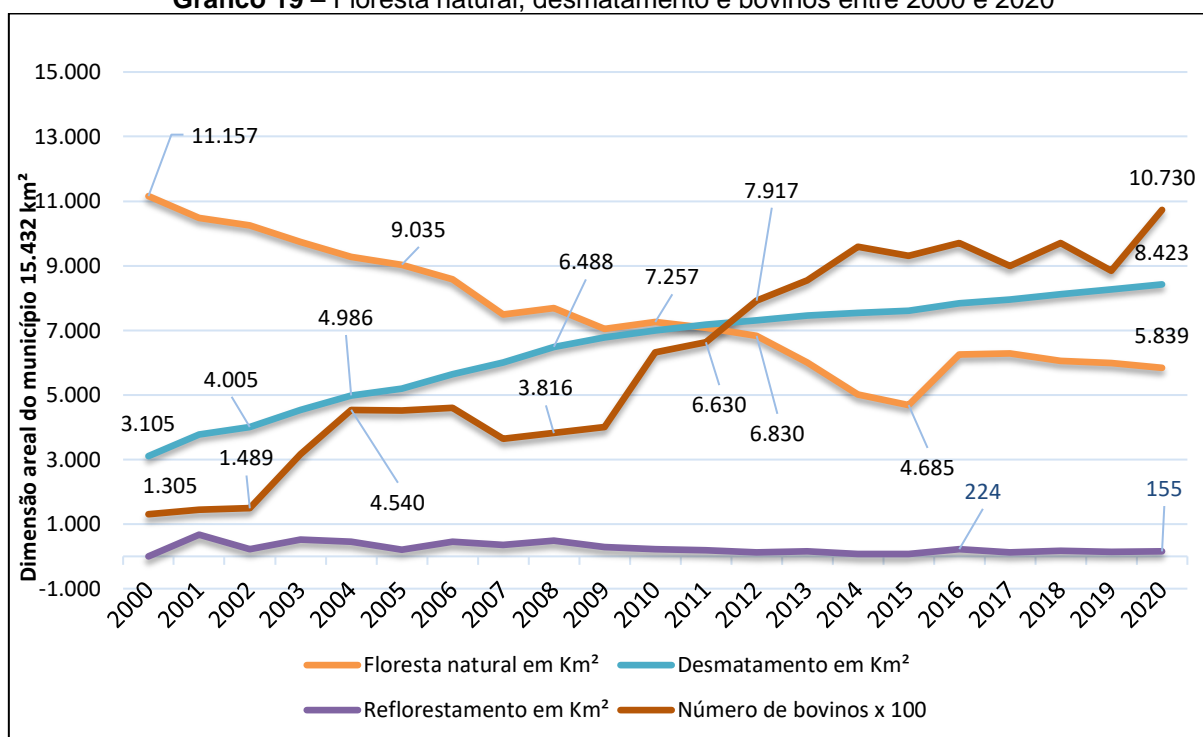
Figura 4 – Uso e cobertura da terra de Novo Repartimento entre 2004 e 2014

Fonte: IBGE (2020) e INPE/Projeto TerraClass, 2021.

A figura que se compõe por cinco cartogramas representa a mudança da paisagem no período entre 2004 e 2014. Identifica-se que de um cartograma para outro há a redução de floresta e o aparecimento de novas áreas de pastagens. Assim, tem-se que o uso e cobertura da terra mostram como a dinâmica da pecuária demanda os usos da terra e transformação de florestas em pastos (INPE, 2021).

E como forma de sintetizar esta seção, no gráfico a seguir mostra-se esta relação entre florestas naturais, desmatamento, pastagens, números de bovinos e os reflorestamentos. Da representação no gráfico, entre 2011 e 2012, é o período em que as setas de florestas, desmatamento e número de bovinos se cruzam.

Gráfico 19 – Floresta natural, desmatamento e bovinos entre 2000 e 2020



Fonte: IBGE (2020) e INPE (2021).

O gráfico é uma síntese de todos os demais dados usados nesta seção. Novo Repartimento tem a sua área de 15.432 Km². Nesta área, até o ano de 2000, o acumulado de desflorestamento era de 3.105 km². No mesmo ano ainda havia 11.157 km² de florestas nativas e o total de 1.305 unidade de bovinos.

As florestas naturais de 2000 a 2020 sofreram sucessivas ações de desmatamento. Em 2000 havia 11.157 km² de florestas naturais, em 2004 reduziu para 9.035km². No ano de 2010, as áreas de florestas reduziram para 7.257km². Em 2012 a área de florestas diminuiu para 6.830km². Em 2015 a redução da área de florestas naturais já era apenas 4.685 km², sendo este o ano de menor registro de

floresta que permaneceu. Em 2020, a área restante de florestas era de 5.839 km², apresentando uma recuperação florestal, mas isto se deu pela adição do acumulado dos reflorestamentos realizados no período de 2000 e 2020.

A linha que representa o desmatamento no gráfico inicia em 2000, com o acumulado de desmatamento de 3.105 km². Este desmatamento foi realizado às margens das BRs 230 (transamazônica) e 422 (Transcarnatã). Esta foi a primeira área de apropriação da terra pelo Estado, por posseiros e assentados. E nisto se iniciou a relação umbilical entre espaço agrário e política de planejamento estatal na área.

Entre 2000 e 2002 o desmatamento ampliou-se em mais de 1.000km², atingindo a marca de 4.005 km² de florestas restantes no município. Até 2004 cresceu aproximadamente na mesma proporção dos dois anos anteriores e atingiu 4.986 km² de áreas desflorestadas. No ano de 2008 o desmatamento continuou crescendo e chegou a 6.488 km². Em 2020 a área desmatada chegou a 8.423km² de desmatamento. Porém, o número de km² de desmatamento de 2020 está subtraído do número de reflorestamento e da área da hidrografia do município.

O quantitativo de bovinos no município de Novo Repartimento relaciona-se ao desmatamento das áreas de florestas, em que tais áreas transformaram-se em pastos. O crescimento do número de bois no período de 2000 e 2020 é assim registrado: em 2000 foram registradas 1.035 unidades de animais, em 2002 o rebanho bovino cresceu para 1.489 unidade de animais.

Em 2004 o crescimento do rebanho registrou o número de 4.540 animais e manteve aproximadamente a média de animais. Em 2008 houve redução de bovinos registrados, mas em 2011 voltou a crescer, atingindo 6.630 unidades de bois. Entre os anos de 2011 e 2012 as linhas de desmatamento, florestas naturais e bovinos se cruzam. Assim, em 2012 o rebanho era de 7.917 animais. Nos anos seguintes o número de rebanhos continuou a ser ampliado e 2020 atingiu a marca de 1.073.000 (um milhão, setenta e três mil) animais.

Relembrou-se que o crescimento de bovinos e a redução de florestas ocorrem associados aos planejamentos estatais. Para isto, situam-se as infraestruturas de transporte, políticas de financiamentos e inclusive a política atinente ao código florestal. Em Novo Repartimento, têm na maior parte de sua área as terras com cadastros ambientais rurais (CAR), assim, onde é apresentado maior número de CAR, a pecuária avança. A este processo chamamos de balizamento legal dado pelo Estado que faz com que a pecuária avance sobre áreas de florestas.

Portanto, a pecuária caracteriza-se como atividade econômica predominante em Novo Repartimento e sua expansão é realizada tanto por pequenos quanto por grandes pecuaristas. E ela vai avançando sobre assentamentos Rurais (onde há presença da agricultura), sobre as áreas de Preservação Permanente (APA) e encontra-se nos limites das áreas da Etnia Parakanã. A pecuária está intrinsecamente relacionada às políticas de planejamentos regionais realizadas no território do Brasil. A pecuária é influenciada por forças motrizes exógenas ao lugar e contrastada no espaço agrário no município. A seguir demonstram-se as relações entre planejamento regional e a pecuária em Novo Repartimento.

CAPÍTULO IV – PLANEJAMENTO ESTATAL E A PECUÁRIA EM NOVO REPARTIMENTO

O presente capítulo relaciona-se ao objetivo da tese que é analisar como o planejamento estatal impulsiona a pecuária em Novo Repartimento. Considera-se que a dinâmica espacial na Amazônia Paraense resulta da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. Esta relação é verificada na dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento.

A relação entre espaço agrário e planejamento estatal desdobrado em pecuária registra mudanças e permanências. As mudanças como novas realidades em que a terra é mais usada para o desempenho da bovinocultura. E as permanências no espaço agrário são devidas aos sujeitos que têm ainda o sonho de aquisição da terra para trabalhar e ser fazendeiro. Em todo caso a permanência está no âmbito de uma mesma forma de ação nos planejamentos que se concretizam na expansão da pecuária. E esta se tornou o lado moderno da relação do sujeito com o meio. Ela instituiu uma nova relação orgânica do espaço agrário, tanto do ponto de vista físico espelhado nas paisagens das fazendas de gado, como nas relações sociais.

O período entre 1996 e 2020 foi marcado pelos planos plurianuais elaborados e colocados em prática em escala nacional. Em 1996 ocorreu o plano plurianual (1996 – 1999) denominado Avança Brasil, constituído de quatro diretrizes básicas para o país:

1. consolidar a estabilidade econômica; 2. Promover o crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda;
3. Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social e melhorar a distribuição de renda; 4. Consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos (CARDOSO, 2008, p. 4).

Dentre as proposições, na diretriz número três (3) estava a ideia de “construir uma nova realidade no campo com as estratégias de valorização do pequeno produtor; desenvolvimento local integrado de infraestrutura e serviços sociais” (CARDOSO, 2008, p. 4).

Em Novo Repartimento a valorização do pequeno produtor se deu pela sua inclusão como criador de gado, precisamente para acessar crédito a fim deste realizar as primeiras aberturas de desmatamento na floresta. Eis um aspecto da relação entre política estatal e espaço agrário que contribui para fazer crescer a pecuária como

atividade econômica. Assim, o Estado contribui para a nova realidade do espaço agrário. Acredita-se que à medida que o pequeno produtor é inserido na atividade por meio do crédito, para o Estado isso tem um caráter político da inclusão social, para o sujeito podem ser reveladas as contradições entre capital e trabalho, amortecimento do papel dos movimentos sociais e ainda podem ocorrer conflitos sociais.

Como afirmado que a pecuária em Novo Repartimento é resultado da relação entre espaço agrário e planejamento estatal, para conhecê-la tomou-se por discernimento a formulação de Milton Santos (2014, p. 25) que afirma que “é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente entendê-las e defini-las”, considerando que o ato de conhecer exige a busca das informações necessárias para elucidar a relação entre espaço agrário e planejamento e ainda como isso favorece ou se desdobra mais fortemente na atividade de pecuária em Novo Repartimento.

A pecuária é a atividade mais desenvolvida no município. É uma relação que não tem sua gênese na pecuária, mas em ações exógenas. Localiza-se no âmbito do capital e nas demandas do mercado. Como já mostrado no capítulo III desta tese, o gado produzido na região alimenta o circuito regional, nacional e internacional.

A seguir mostra-se o planejamento regional e a pecuária em Novo Repartimento, para isto citando alguns planos plurianuais, política de crédito a nível mais genérico em escala nacional e a apropriação da terra nos assentamentos. Neste último item situou-se que a apropriação da terra se dá pelo Estado, mas sucedida pela iniciativa privada. Porém, a terra ainda permanece alimentando os dados institucionais como se pertencesse aos assentados, mas de fato já são de fazendeiros.

4.1 PLANOS PLURIANUAIS

Planos plurianuais são políticas de Estado e assim são concebidos nesta seção. O raciocínio central da tese é que há uma relação entre espaço agrário e planejamento estatal e isto visto na atividade da pecuária em Novo Repartimento. Rememorou-se que Henry Lefebvre (2009) traz a inferência de que há uma relação intrínseca do espaço com o político. Deste ponto de entendimento tem-se o pensamento de que o espaço agrário está relacionando às contradições e às transformações sociais nele decorrido. Outro ponto trazido por Lefebvre (2009) é que a mediação espaço-temporal da relação homem-natureza está na ação concreta, pura

e simples. Mas como uma prática política que se nutre e alimenta da teoria e dos instrumentos da ação que transformam as condições gerais e os homens na perspectiva da transformação social.

Neste sentido, considerou-se como ponto de partida da elaboração a Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 165, inciso I, § 1º, que diz que “a lei que **instituir o Plano plurianual** estabelecerá, de forma **regionalizada**, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de **duração continuada**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Os Planos Plurianuais (PPAs) no Brasil foram iniciados no governo do presidente Fernando Collor de Mello de 1991 a 1995. Seguiu-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), neste com o PPA 1996 a 1999 e denominado “Programa Brasil em Ação (PBA)”.

Conforme Manzoni Neto (2007), observa-se que nos programas de desenvolvimento regionais que ocorreram no âmbito do PBA, suas ações não foram voltadas para a execução de obras de infraestrutura ou financiamento de grandes projetos, tratou-se basicamente de ações de articulação, de planejamento descentralizado, mobilização e capacitação.

Ilustrada nos mapas a seguir a dimensão espacial dos corredores de desenvolvimento que foram planejados no âmbito do Plano plurianual de nome político “Brasil em Ação”, do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, os tais corredores foram planejados para acelerar a circulação no território, sob a ideia de Eixos de Integração e Desenvolvimento como estratégia decisiva ao desenvolvimento regional.

Os corredores são, no caso da área de pesquisa, as estradas pioneiras que serviram de roteiros de migração para a Amazônia, a BR-422, a BR-230, o rio Tocantins e a hidrovia nele em elaboração. A finalidade dos corredores são as de atender às atividades econômicas.

Lembra-se que a noção de corredores já vem desde a década de 1980 no âmbito do Programa Grande Carajás, no Decreto-Lei 1813/1980, do Art. 2, inciso I, alínea b, que previa “a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás” (BRASIL, 1980).

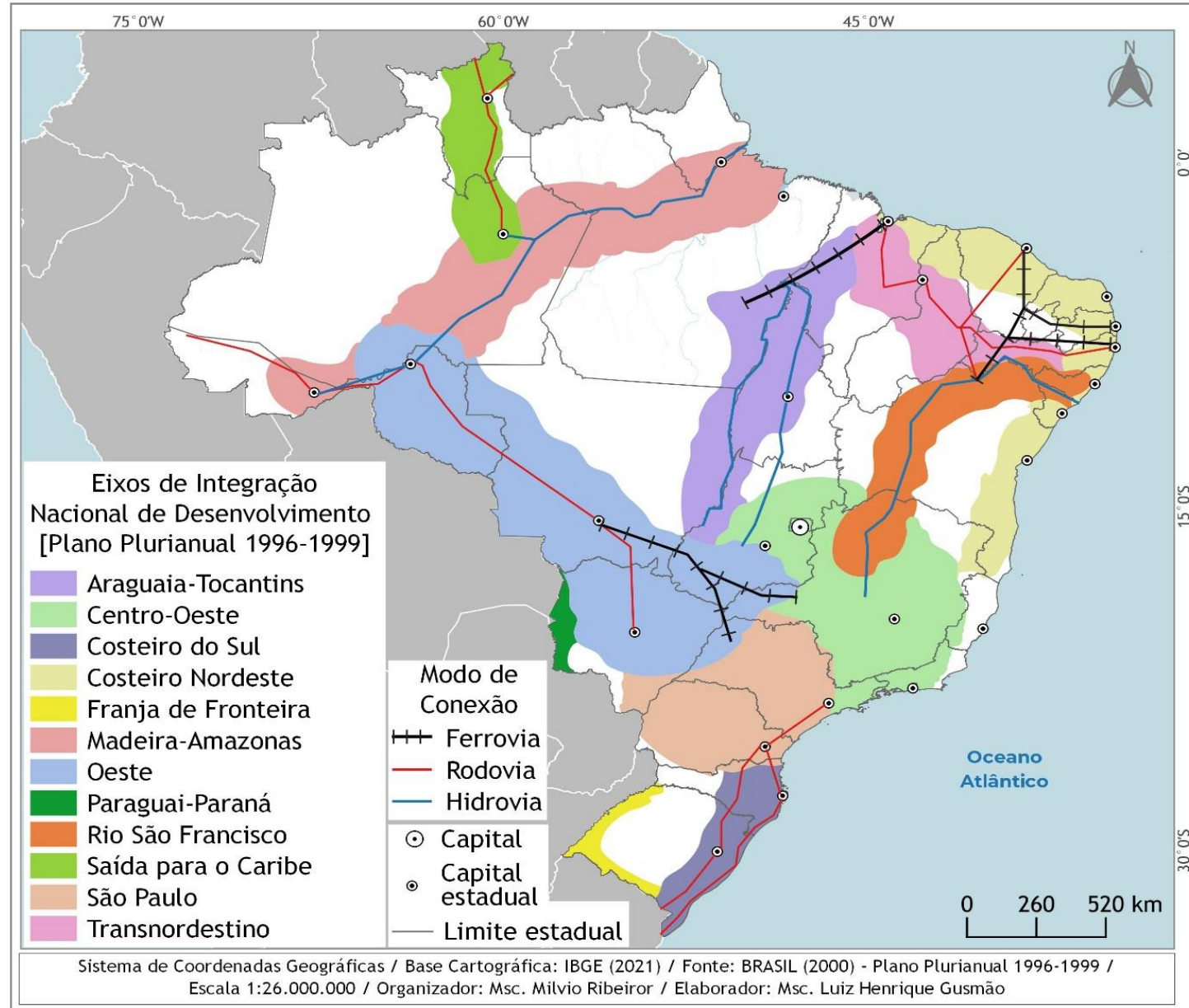
No governo de Fernando Henrique Cardoso a noção de eixos influenciou a apropriação da terra e da renda desta. No caso da relação entre planejamento e espaço agrário na Amazônia Paraense, na porção areal de Novo Repartimento, a otimização do Programa Avança Brasil se deu através da bovinocultura. E nisto a pecuária foi capturada como produtora de commodities.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, através da Lei n.º 9.989, de 21 de julho de 2000, estabeleceu-se o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003, nomeado “Programa Avança Brasil-PAB”. Neste PPA fundamentou-se os “Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)”, que reunia os estudos de demandas no período de 1998 a 1999. O ENID foi encomendado pelo governo de FHC no ano de 1997, pelo Edital PBA/CN-01/97, em caráter de licitação. O governo contratou o Consórcio Brasiliana, constituído pelas firmas Booz-Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda., Bechtel International Inc. e Banco ABN AMRO S.A., para a realização do Estudo, sob a supervisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os estudos foram executados pelo Consórcio Brasiliana, uma filial brasileira de uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a *Booz – Allen & Hamilton Consulting*, pela *Bechtel International Inc.*, que é empresa reconhecida entre as principais do ramo da construção civil do mundo, e por um grande banco internacional, o Banco ABN Amro S. A. (BRASIL, 1998). O Consórcio produziu um estudo intitulado de “Identificação de oportunidades de investimentos públicos e/ou privados”, genericamente conhecido como “Estudo dos Eixos”. O Consórcio Brasiliana valeu-se da Proposta de Conceito de Eixo contida no Edital de licitação (lançado pelo BNDES em 1997) e promoveu a equivalência entre os eixos e a noção de região de planejamento definida por Boudeville na década de 1970.

A seguir o mapa de representação dos corredores do desenvolvimento do PPA de 1996-1999.

Mapa 16 – Os Corredores do Desenvolvimento no PPA 1996 a 1999



Fonte: Brasil (2000) e IBGE (2021).

Conforme Tavares (2016), tanto o Programa Brasil em Ação (PBA) quanto o Programa Avança Brasil (PAB) são frutos de um hibridismo de conceito de planejamentos. Isto advém de posturas teórico-metodológicas de períodos distintos assumidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Prebisch (1949) e Furtado (1954) mostraram que nas décadas de 1950 e 1960 o conceito de planejamento de região no Brasil compreendia o país como subdesenvolvido, por isto se possibilitou a interiorização das decisões dos outros centros ao país. No período de 2000 a 2013, rememorou-se a noção de subdesenvolvimento do país, a região de planejamento no Brasil foi vista como um espaço submetido a uma mesma decisão (BOUDEVILLE, 1973; BREITBACH, 1986; CARDOSO, 2008; TAVARES, 2016).

O planejamento do Programa Avança Brasil (PAB) corresponde aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, que pode ser identificado de PPA 2000 a 2003. A proposição do Avança Brasil, de eixos de desenvolvimento, na produção de infraestruturas para atender aos interesses do capital. Isto está explícito em assegurar a permanência e aprofundamento de divisões do trabalho funcionais ao “circuito superior da economia” (SANTOS, 2004[1979]⁵⁴).

Entretanto, tal projeção revelou as necessidades de investimentos em todo território nacional. Manzoni Neto (2007) conclui que houve um mascaramento dos usos seletivos do território, por meio do discurso da modernização inevitável. Desta forma, a demanda por infraestruturas e investimentos em pontos eleitos do território, por parte de um seleto grupo de grandes empresas, é posta como sinônimo das demandas almejadas por todos os agentes que participam.

As terminologias usadas, “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” e “corredores econômicos”, pelo Ministério do Planejamento no Avança Brasil permitem a observação do sentido de sucessão e coexistência de planos. No que se refere ao conceito planejamento, rememorando Boudeville (1973) com sua crítica de região no plano da década de 1970. Este entendimento para a Amazônia paraense alude à ideia de regionalizar como concepção de apenas elaborar o crescimento econômico para fora. O que traz à lembrança da visão que teve o governo militar de exploração e valorização da periferia amazônica nos anos 1970 por meio do Programa de Integração Nacional (PIN). A seguir a representação de eixos de integração nacionais.

⁵⁴ Data da primeira edição da obra.

Mapa 17 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no PPA 2000-2003



Fonte: IBGE (2010) e Galvão e Brandão (2003 apud Mozani Neto, 2007).

A proposta dos eixos é fundamentada na visão infraestrutural, na logística como base para o escoamento da produção, privilegiando-se os indicadores socioeconômicos sobre os ambientais, funcionando como uma espécie de “diretriz territorial” para as ações programadas (HUERTAS, 2007, p. 145).

O PAB apresentou vinte e oito (28) macro-objetivos, dentre os quais foram projetados o aumento da competitividade do agronegócio, a promoção da modernização da infraestrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicação, energia e transporte (COSTA, 2016).

Quadro 4 – Os 28 macros-objetivos do Programa Avanço Brasil (PAB)

1. Criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentado;	11. Ampliar o acesso aos postos de trabalho e melhorar a qualidade do emprego;	22. Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes;
2. Sanear as finanças públicas;	12. Melhorar a gestão ambiental;	23. Ampliar os serviços de saneamento básico e de saneamento ambiental das cidades;
3. Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional;	13. Ampliar a capacidade de inovação;	24. Melhorar a qualidade do transporte e do trânsito urbanos;
4. Atingir US\$ 100 bilhões de exportação até 2002;	14. Fortalecer a participação do país nas relações econômicas internacionais;	25. Promover a cultura para fortalecer a cidadania;
5. Aumentar a competitividade do agronegócio;	15. Ofertar escola de qualidade para todos;	26. Promover a garantia dos direitos humanos;
6. Desenvolver a indústria do turismo;	16. Assegurar o acesso e a humanização do atendimento na saúde;	27. Garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento;
7. Melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas;	17. Combater a fome;	28. Mobilizar governo e sociedade para a redução da violência.
8. Desenvolver a indústria cultural;	18. Reduzir a mortalidade infantil;	
9. Promover a modernização da infraestrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicações, energia e transportes;	19. Erradicar o trabalho infantil degradante e proteger o trabalhador adolescente;	
10. Promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no mercado interno.	20. Assegurar os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social;	
	21. Promover o desenvolvimento integrado do campo.	

Fonte: Costa (2006). Elaborado pelo autor (2020).

Estes objetivos são abrangentes e seus conteúdos possíveis de serem desdobrados em políticas públicas sociais de atendimento às demandas dos lugares

periféricos. Porém, a partir de meados da década de 1990 no Brasil ocorreu um forte processo neoliberal de “administração gerencial”. Ela caracteriza-se pelo controle por resultados, pela flexibilização, descentralização, publicitação e as noções de eficiência e eficácias.

Apesar de os programas serem orientados pela constituição de 1988, os problemas de gestão territorial permanecem. Isto se deve ao fato que os programas são orquestrados por governos que obedecem às tendências de plano político, econômico, institucional e territorial (obediente aos comandos exógenos). As políticas públicas configuradas pelos Planos plurianuais (PPAs) servem para usufruto alheio, em detrimento dos interesses dos lugares da incidência da ação (SILVA, 2017).

No caso específico da mesorregião sudeste paraense/região de integração do Lago de Tucuruí (RILT) (reverberando no município de Novo Repartimento), a compreensão que se tem é que a relação entre o planejamento regional do governo federal (política) e espaço agrário (dinâmica da pecuária bovina) é influenciada pelos dois programas políticos, “Brasil em Ação”, PPA de 1996-1999, e “Avança Brasil”, PPA de 2000-2003”, os quais horizontalizaram e verticalizaram o uso do território na região.

No período do PPA de 1996-1999 foram construídas as infraestruturas na RILT, identificadas na ampliação da UHE de Tucuruí em segunda etapa, e a construção da eclusa na mesma UHE para permitir a execução da Hidrovia Araguaia Tocantins. Hidrovia que tem destaque na elaboração e execução de políticas dos dois PPAs e nos posteriores. No caso específico desta pesquisa, estava posta a ideia de “construir uma nova realidade no campo com as estratégias de valorização do pequeno produtor; desenvolvimento local integrado de infraestrutura e serviços sociais” (CARDOSO, 2008, p. 139).

Por outro lado, a projeção do PAB estava na direção de um novo mundo rural. Neste sentido, Graziano da Silva (1997, p. 6) alertou para uma “especialização produtiva crescente permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como, por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos”. Eis um espaço agrário que nos lembra a elaboração de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) em “Da lavoura às biotecnologias”, de um lugar onde há processos de substitucionismo de atividades rudimentares por práticas sofisticadas, incluindo múltiplos fatores na produção da pecuária bovina.

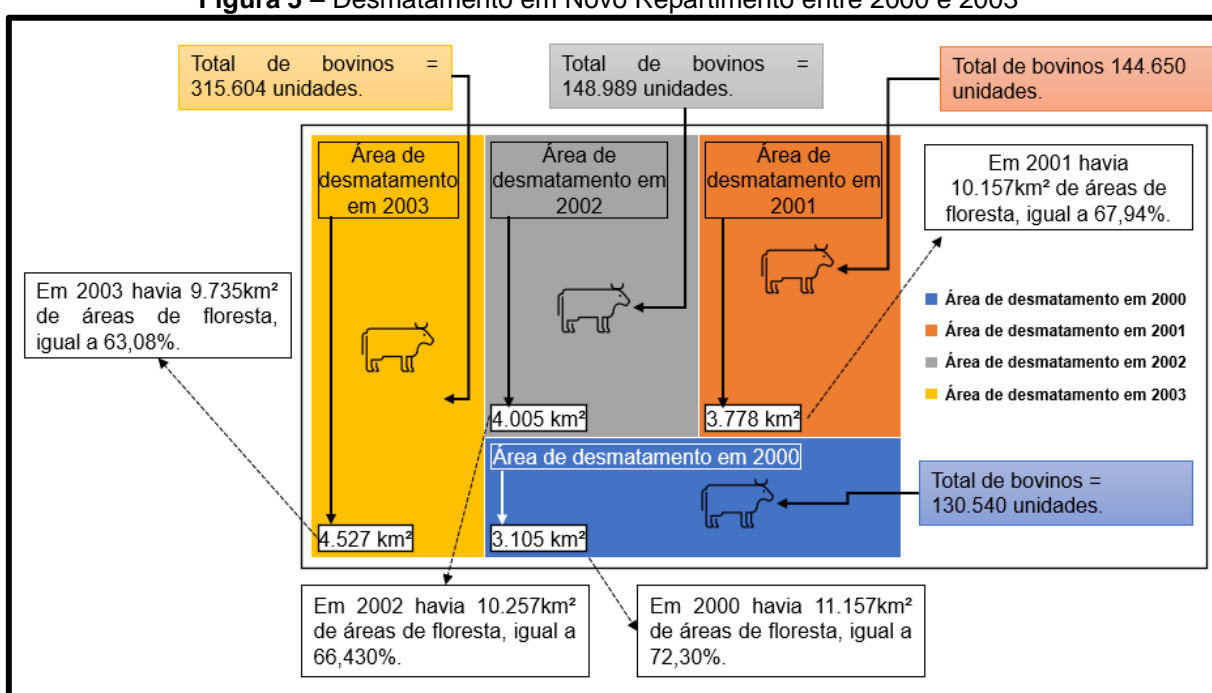
O Avança Brasil representou a retomada do planejamento econômico e territorial no país, pautado em corredores de desenvolvimento para acelerar a

circulação no território. Este planejamento apresentou-se crucial no cenário de curto prazo para a Amazônia, como estratégia decisiva para o desenvolvimento regional, apoiado na ideia de Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENID) (BECKER, 2000).

A logística do programa juntou as regiões Norte e Centro-Oeste, onde a Amazônia era detentora dos principais ENIDs, e nestes em nada correspondem à justificativa de “adensamento econômico regional”. No entanto, a intencionalidade era de fomentar os ENIDs como grandes corredores de exportação. Nesta apreensão, a RILT fez parte das intencionalidades dos Programas Brasil em Ação e Avança Brasil, dentro do eixo norte, com destaque para o eixo Araguaia-Tocantins. Sua formação se dá pelas hidrovias do Araguaia e do Tocantins, ferrovias Carajás e Norte-Sul, complexo portuário de São Luís. Esta infraestrutura foi prevista como fator de integração intermodal entre os sistemas do Centro-Oeste e do Norte. E então permitiria o escoamento da produção agropecuária e agroindustrial dos cerrados e minerometalúrgicos da Amazônia Oriental através do porto de Itaquí (BECKER, 2002).

No período do Plano Plurianual Avança Brasil 2000-2003 teve-se o crescimento do uso da terra pela pecuária na região. Mostra-se na figura a seguir que há crescimento de número de bovinos a cada ano e, por outro lado, há diminuição das áreas de florestas em Novo Repartimento.

Figura 5 – Desmatamento em Novo Repartimento entre 2000 e 2003



Fontes: PRODES (2020) e IBGE (2020). Adaptado pelo autor.

O Estado colocou em ação alguns Planos, Programas e Projetos no período de 1996 a 2000 na Amazônia. Na porção areal de Novo Repartimento, de 15.432Km², o acumulado de desflorestamento até o ano 2000 foi de 3.105 km². No mesmo ano registrava-se o quantitativo de 130.540 unidades de bovinos. Em 2001, os números de bovinos produzidos e a área de desmatamento aumentaram. Por outro lado, diminuiu-se a área de floresta. Entre os anos de 2001 e 2002 o crescimento de bovinos oscilava em torno de 10.000 cabeças a mais de um ano para o outro. Enquanto a ampliação de áreas desmatadas entre 2001 e 2002 foi de 227 km², entre 2002 e 2003 a área desmatada foi de 522 km².

No plano nacional o “Programa Avança Brasil” era posto em prática, e precisamente alguns dos macro-objetivos do PAB (BRASIL, 2001), que são: 5. Aumentar a competitividade do agronegócio; 9. Promover a modernização da infraestrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicações, energia e transportes; 21. Promover o desenvolvimento integrado do campo. Em Novo Repartimento houve o adensamento das atividades da pecuária e em sintonia com a política do Plano plurianual do PAB, que respondia ao objetivo número 5 sobre competitividade do agronegócio.

Observa-se o fato de que no entorno do Lago da UHE produz-se *commodities* de proteína animal para o mercado regional e internacional. No objetivo número 9 reverbera-se na infraestrutura erguida na região com a eclusa e linhões de transmissão de energia e a construção da Eclusa da UHE-Tucuruí que é parte da infraestrutura da Hidrovia Araguaia Tocantins. No objetivo número 21 a promoção da integração do campo é feita por políticas de crédito que fazem ampliar o desmatamento. Que vai desde questões do marco legal de proteção ambiental, passando por assentamentos do INCRA e finalmente se constituindo em fazenda de gado em toda a área de Novo Repartimento.

Como observado no mapa 17, intitulado de “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no PPA 2000-2003”, está representado o macrozoneamento do programa Avança Brasil. O Eixo Araguaia Tocantins foi um zoneamento no qual se encontra o município de Novo Repartimento. Kohlhepp (2002) já alertava que a pecuária, a agricultura de subsistência e as atividades madeireiras não ficariam concentradas numa faixa de 50 quilômetros de ambos os lados das estradas, como é previsto pelos planejadores, mas que os impactos ambientais da política seriam vistos em forma de desmatamento.

A concepção dos ENIDs no programa Avança Brasil estimulou ainda mais a criação de gado bovino no município de Novo Repartimento. Após isto observa-se a ampliação da abertura da Amazônia para um novo patamar de exploração, de ameaças e de conflitos, respectivamente sobre as florestas devolutas do estado e de terras indígenas.

Fearnside e Laurance (2002) observam a projeção do Avança Brasil de 338 projetos distribuídos por todo o país. Relaciona-se a isto a realização da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e outros usos do território na região. Quanto aos efeitos do Programa na Amazônia, há uma sentença de morte da Amazônia. Se persistir o avanço do agronegócio sobre as florestas virgens, 95% da floresta estará destruída até 2020 (LAURANCE et al., 2001).

Por isto que o desenvolvimento da produção agropecuária na região e o assentamento de famílias sem-terra na área resultam da projeção do PAB. Era o anúncio de que viria ocorrer no Brasil “um novo mundo rural”. Um novo rural que revela cada vez mais, como “uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; atividades não-agrícolas [...]; um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 39). Porém, ainda reside o contraste em que “o grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores ‘full time’, ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento” (SILVA, 2017, p. 3).

Alencar e Meneses (2009, p. 137) anotam os planos, os programas e políticas postos em ação no Brasil nas últimas duas décadas: Planos Anuais, **Avança Brasil**, Crédito Fundiário, Plano Safra, Criação do PRONAF, Programa Cédula da Terra, Banco da Terra e **Programa Novo Mundo Rural**, Reforma Agrária pelo Correio e a presença do Banco Mundial nas orientações das políticas públicas, separação do Ministério da Agricultura (produção empresarial) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (agricultores familiares e assentados), Reformulação da política agrária em política de desenvolvimento.

Na RILT, o Programa Avança Brasil desempenhado no início da década 2000 é percebido na implementação de infraestrutura da Eclusa da UHE-Tucuruí em sua segunda etapa. E se iniciou as instalações da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Isto foi um elemento que favoreceu o adensamento de uso da terra no entorno no Lago da UHE.

Neste sentido, a pecuária é inserida na área como a atividade que mais usou áreas de florestas e as transformou em pastos. Mas, pontua-se o fato da pecuária ser a atividade que mais aparece na área do entono do lago e nas proximidades não é ação atual. Estudos da década de 1970, conforme Camargo (1973, p. 6, grifo nosso), em relatório Técnico da EMBRAPA encontra-se o seguinte: “o solo não é profundo. É pobre. Entre os elementos raros, constatou-se a presença de vanádio, cobre, níquel, zinco, cromo e estanho. O solo é, porém, pobre em elementos nutritivos para as plantas. **É área para silvicultura ou pasto**”.

A área de Novo Repartimento, como já mencionado ao longo da tese, havia sido destinada para a apropriação da iniciativa privada, em razão disto prevalece a sua utilização pela pecuária. A expressão “é área para silvicultura ou pasto”, na região prevaleceu o uso para pasto. As políticas estatais têm tido a função de balizar o uso e criar as infraestruturas que favorecem a apropriação da terra pela pecuária. E tudo isto produz uma relação entre espaço agrário e planejamento estatal que tem uma persuasão de desenvolvimento. Mas o que aparece é o crescimento da pecuária na região. Diante disto, considera-se o Programa Avança Brasil como mais um elemento que realçou as dinâmicas territoriais em Novo Repartimento com a expansão da pecuária ocorrida na região. A formação do espaço agrário da RILT como situação geográfica é produto da sucessão e coexistência de eventos no lugar. Têm-se os exemplos da construção da UHE de Tucuruí e os eventos organizacionais, como a produção de energia e distribuição via linhas de transmissão de energia para atender interesse exógeno. Os resultados das políticas públicas (Programa Brasil em Ação e Avança Brasil) criaram expectativas na região para atender aos interesses externos a ela. Ambas forjam novos usos do território e influenciam as dinâmicas territoriais agrárias como agropecuária, assentamento rural, terras indígenas, pesca, dentre outros.

Para entender a situação geográfica e o espaço agrário de Novo Repartimento leva-se em conta o início da construção da UHE de Tucuruí na década de 1980, no médio rio Tocantins, seu reservatório de água que inundou uma área de 2.875 Km². Este submergiu a área que sediava a comunidade do Velho Repartimento. Deste, as pessoas foram realocadas compulsoriamente para as proximidades da BR-230 (Transamazônica), o Novo Repartimento — este tornado município em 1991. Município constituído com uma grande área territorial de 15.398,627 km², onde os usos da terra se concentraram na atividade da pecuária. A despeito dos usos

anteriores, atualmente as ampliações das fazendas avançam em direção aos assentamentos agrários. Assim como em direção das reservas extrativistas, das terras indígenas e da Área de Preservação Ambiental (APA) do lago de Tucuruí.

Neste espaço agrário está presente o avanço de uma economia de escala a partir da agropecuária bovina. As áreas de pastagens são elementos de maior destaque da paisagem do município de Novo Repartimento. As transformações nos processos produtivos alicerçam o modelo tecnológico observado na modernização, principalmente da pecuária de corte. Dados oficiais do setor pecuário revelam que o município está entre os nove (9) primeiros municípios do Brasil com os maiores efetivos de gado bovino e como segundo maior produtor do estado do Pará (IBGE, 2018).

As ações estatais e privadas na RILT a conectam aos movimentos de demandas externas. Identificam-se a produção de energia e a produção de gado. Assim, a configuração territorial tem relação com as forças do capital. Estas forças, além de explorarem a região, fazem surgir os problemas de ordens social e ambiental. Os problemas passam a exigir políticas estatais no sentido de atender demandas de ordem socioeconômica nas áreas já consolidadas, como nas terras indígenas, onde ocorre o avanço da agropecuária e da extração de madeira.

As dinâmicas do espaço agrário em Novo Repartimento estão relacionadas com as políticas estatais realizadas na região. Onde a política pública, ou a sua ausência, demanda o fluxo campo-cidade, que se expressa na cidade de Tucuruí por conta de condições técnicas disponíveis que atendem os municípios vizinhos.

Esta porção da Amazônia se constitui como um lugar de experiências espaciais de políticas públicas aliadas aos processos econômicos. No que concerne ao município de Novo Repartimento, à medida que as políticas públicas se efetivam no lugar, as dinâmicas vão ganhando dimensão. Por isto, afloram-se os conflitos decorridos ou influenciados pelas ações estatais.

Rememorou-se que desde aproximadamente oito décadas (1944), na região construiu-se a Estrada de Ferro Tocantins que operou por vinte e nove anos, no período áureo da Castanha do Pará. Na década de 1970 a estrada foi encerrada e a sua operação. Na década de 1970 ocorreu a construção das Rodovias BR 230 e 422. Em 1974 iniciaram-se os primeiros trabalhos de engenharia referentes a UHE de Tucuruí. Com a construção do reservatório da UHE, a partir de 1984 e 1985, as

populações da Vila de Repartimento, das margens do rio, na área que se tornou o lago artificial da represa da UHE, foram removidas para as margens da BR 230⁵⁵.

Diante disto, considera-se que na área denominada de Região de Integração do Lago de Tucuruí tem havido intensos usos do território. Iniciado há mais de oito décadas, fez da área a mais dinâmica com a construção da UHE de Tucuruí, a qual usou e ainda usa maior área de Novo Repartimento com a represa da UHE. A UHE possibilitou significativo processo de uso da terra para a obra, assim também por pessoas a quem interessavam os usos desta para a agropecuária. De modo que os planejamentos de políticas de desenvolvimento realizados pelo Estado na Amazônia estimularam o aproveitamento dos recursos naturais, como florestas, terra, água e minerais. Em vista disto, o espaço agrário produzido na região beneficia aqueles que se habilitam na aquisição das vastas áreas de terra, a saber os grandes agropecuaristas.

A dimensão areal da RILT de 9.903.365 km² compreende sete (7) municípios paraenses: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Itupiranga (IBGE, 2018). Nesta área existem florestas de preservação permanente e terras de etnias indígenas e áreas de uso sustentável. Algumas áreas em estado de pousio, outras porções já em estado de degradação ambiental porque foram tomadas pela atividade da agropecuária. Trata-se de um espaço agrário — de questões geográficas —, difuso.

A RILT é conhecida em virtude da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. E pelo seu reservatório de água que abrange a maior área alagada do município de Novo Repartimento e favorece a dinâmica da pesca. Eis uma condição de vida de pescadores artesanais localizados na região. O principal uso da terra na RILT é destinado para agropecuária e agricultura. As demais configurações de produção e organização do espaço agrário se dão também na forma de Assentamentos rurais, terras indígenas, Área de Proteção Ambiental (APA do lago de Tucuruí). Alguns usos parecem ser contraditórios no que diz respeito a ser seu destino, porque nestas áreas a agropecuária exerce maior influência na produção do espaço.

O Novo Repartimento com extensão territorial de 15.398,627 km² de área é especificado pelas dinâmicas no seu espaço agrário, caracterizado pelas grandes áreas de fazendas de gado bovino. Cria-se gado em escala industrial. Tinha em 2018

⁵⁵ Orienta-se a verificação destes processos espaciais no mapa 3 da tese intitulado de “Processos espaciais em Tucuruí-PA entre 1960 e 1991”.

a segunda maior produção bovina no estado do Pará com 791,795 cabeças de gado (IBGE, 2018).

No município considera-se a existência de 31 Assentamentos rurais, dentre eles destaca-se o Assentamento Tuerê I com 240 mil hectares (tem) e 2.955 famílias assentadas, o maior da América Latina (INCRA, 2018). Outro dado das dinâmicas territoriais no município são as terras indígenas de ocupação tradicional: etnia Parakanã com área 352 (mil) hectares (tem) – com extensão nos municípios de Novo Repartimento e Itupiranga no estado do Pará (FUNAI, 2018⁵⁶; MAPA, 2021; ISA, 2022).

Além de Área de Proteção Ambiental (APA) e uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que apresentam extensão territorial de 568 mil (tem) (PARA, 2002), as paisagens naturais existentes no município estão nas áreas de preservação permanentes e nas terras indígenas. O contraste entre elas se dá pela atividade de criação de gado bovino como dinâmica de maior expressão no município de Novo Repartimento.

Conforme o IBGE (2017), até o referido ano as áreas de pastagens já eram de 574 tem. Os efeitos dela se expressam no uso do território sob várias percepções, entre elas econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, de um lado registra-se a riqueza oriunda da agropecuária que coloca o município no *ranking* nacional como uns dos maiores produtores de gado do Brasil (Perfil da Pecuária no Brasil, Relatório Anual 2016). Em contrapartida há a produção de pobreza e desigualdade no município, visto que ocupava a 117ª posição no IDHM do estado do Pará (FAPESPA, 2016). Em 2021, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM de Novo Repartimento-PA encontra-se ainda na 117ª posição (PNUD, 2022)⁵⁷.

Em linhas gerais, no espaço agrário de Novo Repartimento, do ponto de vista da área e uso, destaca-se os grandes polígonos de áreas antropizadas, representadas pelas áreas formadas pelas paisagens de fazendas de gado. Assim como fragmentos de florestas em menor extensão e excetuando-se o polígono das áreas indígenas da etnia Parakanã. E observando que o destaque do espaço agrário se dá pelas áreas de fazenda e sua dinâmica, tem-se que o sustentáculo do avanço da pecuária está

⁵⁶ Do total da área 352 mil (ha) da Etnia Parakanã, 139 mil (ha) estão na área do município de Itupiranga e 213 mil (ha) estão na área do município de Novo Repartimento (ISA, 2022).

⁵⁷ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022).

relacionado ao planejamento regional que impulsiona a pecuária em Novo Repartimento. Dentre as ações de planejamento estatal, o crédito é uma ação que faz a pecuária avançar sobre florestas.

4.2 POLÍTICA DE CRÉDITO

A premissa desta seção é que o planejamento impulsiona a pecuária através do crédito. Assim, o crédito se torna um elemento da relação entre planejamento Estatal e o espaço agrário e disto a apropriação de terra para pecuária. O planejamento estatal faz com que a atividade da pecuária se sobressaia sobre as demais na área. No caso de Novo Repartimento, a pecuária é impulsionada a partir do crédito que é desdobramento do planejamento estatal em aliança com o capital.

Os sujeitos do espaço agrário de Novo Repartimento buscam o crédito oferecido pelo estado, pelos bancos privados e pelas cooperativas. Entretanto, diferente do que se pode pensar que o crédito é a maneira de promover o desenvolvimento das pessoas no lugar, em alguns casos é a maneira de fazer crescer a apropriação da terra.

Ianni (1979) diz que a política de Estado de desenvolvimento na agricultura é extensiva e intensiva do capitalismo. Brasil (2020) aponta que as fontes do Banco Central do Brasil (BCB) disponibilizam, no Anuário Estatístico do Crédito Rural, a distribuição espacial do financiamento da agropecuária no Brasil. A extensão do capital na agropecuária tem o estado no *front* da promoção do fomento à pecuária por meio do crédito.

O crédito não é algo que ocorre em si, ele está relacionado ao planejamento territorial, ao espaço agrário, pois, compõe o fundamento da expansão da pecuária em Novo Repartimento. Planejamento, crédito e pecuária são elementos de um mesmo processo, a produção da renda da terra. Os pecuaristas estão em aliança com o capital, tendo por fiador o Estado.

Tem-se como exemplo o PPA 1996-1999, no qual se realizou o “Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)” pelo Consórcio Brasileira, constituído pelas firmas Booz-Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda., Bechtel International Inc. e Banco ABN AMRO S.A. (BRASIL, 1997).

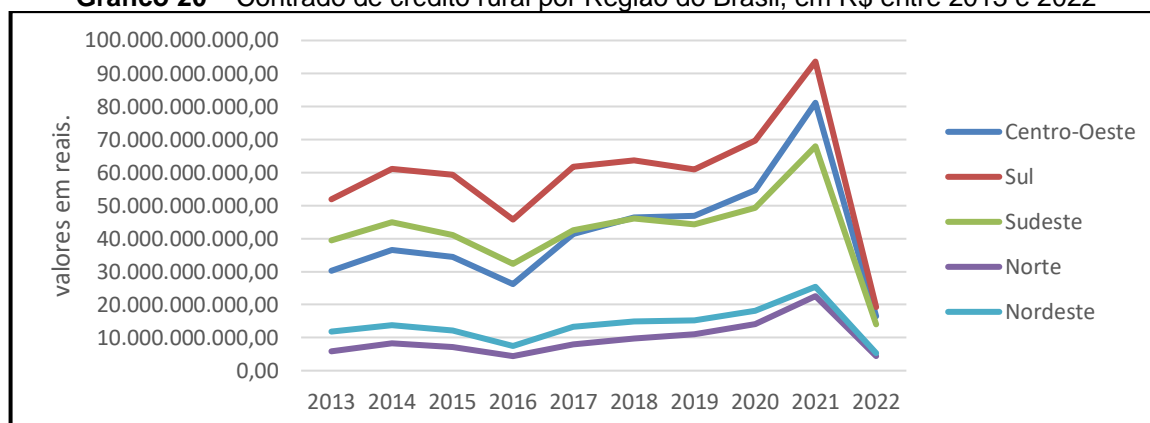
O planejamento estatal é uma operacionalidade técnica persuasiva realizada através de estudos como os do ENID, nos quais se levantam os conhecimentos das

condições naturais, sociais e econômicas de uma região para apresentá-la aos seus possíveis investidores. O Estado caracteriza os possíveis usos das áreas pleiteadas para desenvolvimento territorial, sendo ele o agente que planeja os investimentos ou o legitimador do capital privado nos lugares.

No Brasil, o crédito rural não é novidade porque a Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, já tratou deste tema. Em seu art. 3º já estava delineada a assistência financeira à agricultura e à criação e às indústrias de transformação, quanto às operações de crédito. As especificações da Lei eram: I. Na Agricultura e Criação: 1) adquirir sementes e adubos; 2) **adquirir gado para criação e melhoramento de rebanhos, reprodutores e animais de serviço para os trabalhos rurais**; 3) custeio de entressafra. II. Nas Indústrias de Transformação: 1) adquirir matéria-prima; 2) custeio de entressafra; 3) reformar ou aperfeiçoar maquinaria (BRASIL, 1937, grifo nosso).

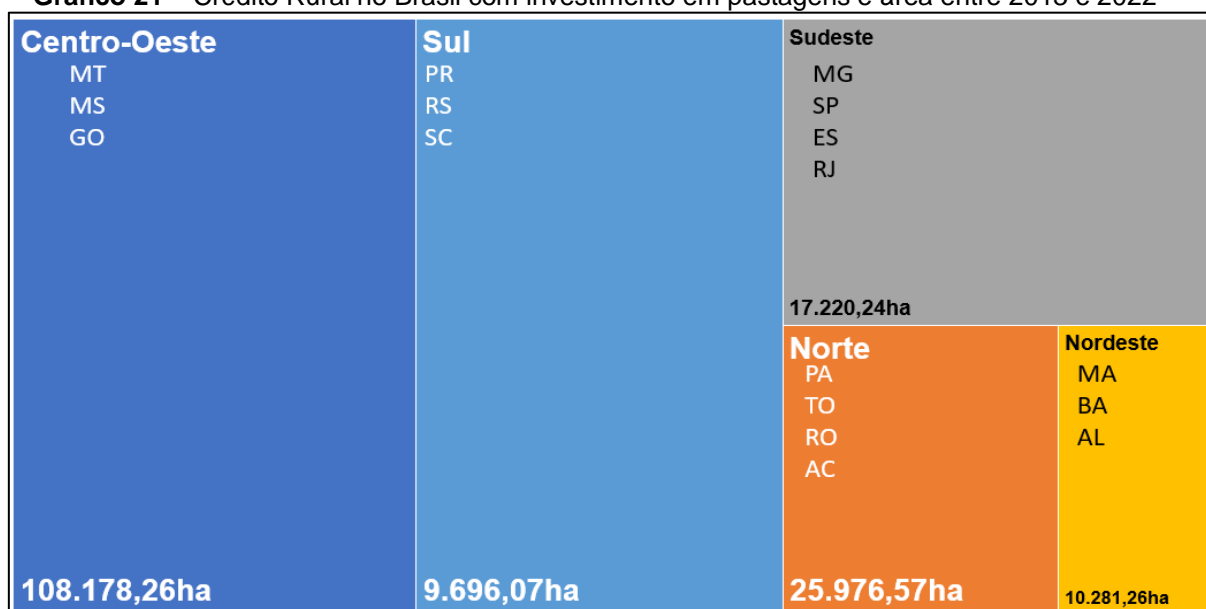
A lei é um elemento estruturante da política pública porque ela motiva as mudanças no espaço agrário, este à medida que produz *commodities* se conecta às escalas do mercado mundial. No caso de Novo Repartimento, a produção de proteína animal com apoio da lei do Estado incide no lugar com suas pressões pelo desmatamento e criação de gado. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1990), desde o início da Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937, o crédito rural sofreu transformações decorrentes das mudanças de orientação da política agrícola, e tem havido alterações no crédito rural, mas fundamentalmente a matriz de financiamento ainda continua a mesma.

Esta matriz de crédito rural se expressa nas fronteiras da relação entre Estado e financiamento. Se tomarmos como exemplo os financiamentos por região geográfica do Brasil, num pequeno fragmento temporal, já se notará que a expansão da pecuária está ligada diretamente com empréstimos voltados à atividade. Diante disto, considerou-se que o planejamento estatal se reverbera em crédito para a pecuária nas regiões brasileiras e isso que ocorre em Novo Repartimento.

Gráfico 20 – Contrado de crédito rural por Região do Brasil, em R\$ entre 2013 e 2022

Fonte: Banco Central do Brasil (2022). Adaptado pelo autor (2022).

Do gráfico acima tem-se que os créditos contratados no Brasil⁵⁸, no período observado, em 2016 houve uma diminuição de contratos em todas as regiões. Em 2021 foi o ano de maior liberação de empréstimo. Em 2022 houve redução na concessão de crédito, porém, os valores se referem apenas ao mês de janeiro. A seguir mostra-se no gráfico como se deu a distribuição de financiamento para investimentos de pastagens por região.

Gráfico 21 – Crédito Rural no Brasil com investimento em pastagens e área entre 2013 e 2022

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)⁵⁹.

⁵⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Crédito Rural Crédito Concedido. Quantidade e Valor dos Contratos de Investimento por Região, UF – pastagem, 2022. Disponível em: Matriz de Dados Crédito Rural (Report) (bcb.gov.br). Acesso em: 02 maio. 2022.

⁵⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Crédito Rural Crédito Concedido. Quantidade e Valor dos Contratos de Investimento por Região, UF – pastagem, 2022. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvclInvestimentoRegiaoUfProduto.rdl>. Acesso em: 02 maio. 2022.

Conforme o Banco Central do Brasil (2022), a região que mais obteve empréstimos para investimentos em pastagem é a Centro-Oeste, seguida da Região Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. No Centro-Oeste os estados que encontram dados de crédito rural no banco central são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Na região Sul, os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Sudeste o crédito para pastagens é registrado em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Na região Nordeste tem-se registrado os estados do Maranhão, Bahia e Alagoas. E na região Norte encontra-se registros de crédito voltados para a pastagem nos estados do Pará, Tocantins, Rondônia e Acre.

No que se refere ao município de Novo Repartimento os dados atualizados são de 2020, conforme Bacen (2022), o número de contratos de financiamento são 3. Estes corresponderam à área de contratos de 127,41 tem. Os valores correspondentes aos referidos contratos foram de R\$ 499.639⁶⁰.

Para Ianni (1979, p. 81), “a política de desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura [...] da Amazônia tem significado uma vasta transferência para o setor privado de recursos financeiros”. Assim o crédito realizado pelo Banco do Brasil desde 1937, em 1975 reaparece na mesma perspectiva, propagandeado no discurso oficial do Estado através do mesmo banco, assim: “é fácil o acesso de crédito rural [dentre as finalidades] do crédito rural é a aquisição de terra” (idem).

Outro fundamento em que o Estado se apoia é que ele planeja o desenvolvimento sob a forma de infraestrutura para facilitar o investimento de capital privado. Esta maneira de planejar dar condições reais para desenvolver as regiões é antes em forma de leis que se desdobram em planos plurianuais. É onde estão as amarras dadas pelo Estado para a consolidação da ampliação da renda da terra pelo capital. Lembra-se que em 1996, no âmbito do Plano plurianual PPA 1996-1999, os estudos daquele PPA incentivaram a apropriação da terra.

⁶⁰ Disponível em: <http://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/plataforma-geoespacial>.

Quadro 5 – Os estudos dos eixos e distribuição espacial dos investimentos

Eixo	Investimentos		% Eixo no PIB 1996
	em US\$ bilhões	em %	
Araguaia – Tocantins	23.839,80	11,5	6,6
Arco Norte	1.272,80	0,6	0,3
Madeira – Amazonas	17.245,70	8,3	3,8
Oeste	7.514,40	3,6	2,2
Rede Sudeste	66.598,30	32,2	52,3
São Francisco	18.751,60	9,1	6,1
Sudoeste	12.787,60	6,2	8,4
Sul	25.530,30	12,3	13,3
Transnordestino	28.075,90	13,6	7
Nacional -	5.370,20	2,6	0
Total Geral	206.986,50	100	100

Fonte: Brasil (2000)⁶¹.

Sobre esta projeção, Manzoni (2000) diz que o estudo se deu porque foi realizado por empresas internacionais, como o Banco ABN Amro S.A. e Consórcio Booz-Allen, as quais teriam o privilégio de ter em suas mãos as virtualidades dos lugares. Tais instituições capturaram as informações e as endereçaram como sugestão aos investimentos privados no território nacional, mas requerendo a parceria público-privado. No Quadro 6, o eixo Araguaia-Tocantins onde se localiza o município de Tucuruí, em que há como construção técnica a Eclusa da Hidrelétrica de Tucuruí. Esta construção tinha a função de permitir a navegabilidade do rio Tocantins, a fim de favorecer as exportações de minério, grãos e de proteína animal produzida na região.

Assim, dos estudos realizados no PPA 1996-1999, no que concerne aos investimentos, a materialidade do planejamento distribui-se em concessão de investimentos por região geográfica oficial do Brasil. A seguir mostra-se nas Tabelas 26, 27, 28, 29, 30 e 31 o quantitativo de financiamentos por região, para tanto selecionou-se os seguintes anos de observação: 2002, 2003, 2004, 2008, 2018 e 2021. Na última tabela são informados os últimos financiamentos atualizados. Em 2002 tem-se os dados da consolidação de investimentos contratados de financiamentos para pecuária brasileira.

⁶¹ Dados extraídos do Plano Plurianual (2000-2003) - Estudo dos Eixos, Relatório Síntese, Tomo I, 2000.

Tabela 26 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2002

Região	Nº de contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	100.429	4.540.070.710	45.206,77
SUL	898.533	9.434.965.584,27	10.500,41
SUDESTE	264.760	6.562.754.828,19	24.787,56
NORTE	60.869	632.557.051	10.392,11
NORDESTE	394.170	1.272.974.598	3.229,51
Total	1.718.761	22.443.322.771,48	13.057,85

Fonte: Banco Central do Brasil (2018)⁶².

Conforme os dados da Tabela 26, o maior número de contratos é efetuado na região Sul (48%), seguido pelo Nordeste (24%), Sudeste (16%) e as regiões Centro-Oeste e Norte, ambos com 6%. Contudo, os valores dos financiamentos não seguem esta ordem. Tem-se: 43% do total dos financiamentos concedidos destinados à região Sul, 26% para a Sudeste, 21% para a Centro-Oeste, 6% para a Nordeste e 4% para a Norte. No ano seguinte os números são:

Tabela 27 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2003

Região	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	131.057	6.531.242.855,95	49.835,13
SUL	1.002.101	13.173.557.495,50	13.145,94
SUDESTE	328.356	8.190.059.519,81	24.942,62
NORTE	126.922	1.287.607.148,93	10.144,87
NORDESTE	511.904	1.920.214.788,61	3.751,12
Total	2.100.340	31.102.681.808,80	14.808,40

Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

A pecuária é (no caso de Novo Repartimento) um ponto de encontro solidário no espaço agrário, pois, grandes e pequenos criadores de gado a realizam como condição de desenvolvimento em suas terras.

Em termos regionais também ocorreram mudanças, houve uma desconcentração com o aumento expressivo da participação da região Centro-Oeste e expandindo-se na direção da Amazônia brasileira. Finalmente, quanto ao perfil do agricultor beneficiário do crédito rural, houve um ligeiro crescimento da agricultura familiar (BELIK; IPEA, 1990).

O crédito é o elemento que produz a solidariedade organizada no espaço agrário, porque ele é uma necessidade dos criadores de gado, independente da

⁶² Na tabela os dados de 2003 têm como possibilidade mostrar os valores e números de contratos naquele ano, na sequência dos dados serão mostradas as atualizações.

capacidade de aquisição de empréstimo. De acordo com o Ianni (1979, p. 83), nisto está um meio em que “a Amazônia é transformada numa ‘fronteira’ de desenvolvimento extensivo do capitalismo[...]. O contexto em que se dá uma nova fase do desenvolvimento da questão agrária na Amazônia”.

Para Ianni (1989), a questão agrária na Amazônia é intensificada a partir da construção da BR-230 e é quando o Estado é levado a controlar, bloquear e suprimir qualquer intento de reforma agrária. Entretanto, o Estado configurou uma colonização oficial de política de terras, ao longo das margens da referida estrada BR 230, onde o poder estatal favoreceu o grande proprietário, e por outro lado dificultou o acesso à terra para o trabalhador rural.

O Estado esteve organizando o território prometendo desenvolvimento, mas para fora do lugar. O planejador preside, sustenta e favorece quem investe, em qual área se dará o investimento e quais as fontes de investimento. No final, o estado atende ao capital. Logo é o principal motivador do uso do território e da disponibilidade de crédito.

O crédito é a forma e a força que influencia o uso da terra através da pecuária. Ele é o elemento estruturante que representa um braço forte do Estado. O valor do crédito é a representação de política de Estado para dar condições de desenvolvimento ao produtor de gado. Quanto mais valores são acessados, maiores são as áreas usadas para a pecuária e a influência na dinâmica do espaço agrário.

Ianni (1979) afirma que na Amazônia, desde que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) passaram a atuar em 1966, a pecuária amazônica ganhou outras conotações, dentre elas a de ser extensiva. Assim, as grandes áreas foram apropriadas, apesar de alguns artifícios de “modernização”, isto é, na fronteira Amazônica, os beneficiados pelos incentivos fiscais e de créditos foram os fazendeiros e empresários. Estes constituíram seus latifúndios por meio da grilagem, com impactos negativos para as pessoas do lugar, a partir das ações de jagunços e de pistoleiros.

Na região Norte, a cifra de crédito indica elevada expansão da pecuária. Tomando base os números de contratos e seus valores entre os anos de 2002 e 2018, houve crescimento de um pouco mais de 600 milhões reais de financiamentos para 9.739.917.440,61 (nove bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e dezessete mil e sessenta e dois centavos). Isto expressa que a região está sendo apropriada a partir da relação entre espaço agrário e planejamento estatal, em que o

crédito tem a função de impulsionar a pecuária (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Com o crescimento de financiamento mostrado acima, eles atenderam os grandes e pequenos produtores. Nestes últimos causou o mito de serem fazendeiros que é o mesmo que desejar ser produtor de gado. Os atores sociais compreendem o crédito rural de diferentes formas. O crédito é um elemento essencial do modo de produção dominante e da formação econômica e social, em que se situam e fazem com que a Amazônia seja um símbolo e fato político de primeira grandeza para a reprodução do capital. Assim, a Amazônia é vista pelos formuladores de políticas como espaço de projeção potencialmente alternativo para o presente e para o futuro.

A expansão da pecuária está intrinsecamente relacionada à política de ordenamento territorial do Estado. Um dos pontos desta relação é o levantamento das demandas do território feitas pelo Estado. Tais estudos revelaram as virtualidades dos lugares, sejam eles a disponibilidade de minérios, de terras para a expansão do agronegócio, entre outros. No caso do Eixo Araguaia-Tocantins, este foi considerado como celeiro de produtos agrícolas para exportação (agropecuária e agroindústria) com prioridade para a logística de alta capacidade.

No primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso houve os estudos dos eixos de desenvolvimento do Brasil. Sobre este, L. Ablas (2004) pontuou que na época (1995 – 1998) o banco ABN Amro S.A. teve nas mãos uma série de projetos em que ele próprio poderia buscar financiamentos no exterior para aquilo que o interessasse. O governo e o Banco ABN Amro contrataram o Consórcio Brasileira⁶³ para realizar o estudo no período de 1998 a 1999.

Manzoni Neto (2000) descreve que o banco ABN Amro S.A. possui um importante fundo de investimento para parcerias público-privadas, o qual foi certamente beneficiado pelos dados estratégicos disponíveis pela instituição. Os investimentos estatais podem ser conferidos junto ao Banco Central do Brasil. No caso dos investimentos que foram pensados no âmbito dos Planos Plurianuais (PPA), segue-se a distribuição dos valores para a pecuária por região.

⁶³ constituído pelas firmas Booz-Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda., Bechtel International Inc. e próprio Banco. O papel do Consórcio Brasileira foi realizar o Estudo sob a supervisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Tabela 28 – Financiamentos concedidos em 2004

Região	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	148.947	8.944.571.655,15	60.052,04
SUL	1.130.755	16.551.221.722,71	14.637,32
SUDESTE	372.108	10.243.067.031,64	27.527,13
NORTE	180.635	1.740.346.160,49	9.634,60
NORDESTE	913.142	2.967.277.324,60	3.249,52
Total	2.745.587	40.446.483.894,59	14.731,45

Fonte: Banco Central do Brasil (2004).

Conforme as informações da tabela 28, no ano de 2004, em termos percentuais, os contratos formalizados por região estão distribuídos da seguinte forma: Centro-Oeste, com o total de 148,947, correspondeu a 5,42%; na região Sul, com o total de 1.130,755 contratos, equivalente a 41,18%; na região Sudeste houve 372.108 contratos, igual a 13,55%; na região Norte ocorreu 180.635 contratos, com cerca de 6,57% do total do Brasil; na região Nordeste com 913.142 contratos, correspondeu a 33.25%.

Os números de quatro anos depois mostram que a situação é semelhante.

Tabela 29 – Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas em 2008

Região	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	126.827	10.056.346.235,16	79.291,84
SUL	1.014.872	26.476.209.485,28	26.088,23
SUDESTE	461.895	22.136.698.186,80	47.925,82
NORTE	120.767	1.972.394.408,47	16.332,23
NORDESTE	710.921	5.530.449.294,34	7.779,27
Total	2.435.282	66.172.097.610,05	27.172,25

Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

Considerando os números de contratos concedidos em todo Brasil, equivalente a 2.435.282, com o número de contratos na região Centro-Oeste de 126.827, e seu percentual de 5,20%; seguido pela região Sul com 1.014.872 contratos, e percentual de 41,76%; Sudeste com 461.895 contratos realizados, e percentual de 18,96%; na região Norte com 120.767 contratos concedidos, e percentual de 4,95%; e na região Nordeste com 710.921 contratos concedidos, e percentual de 29,19%.

Em 2018 segue a perspectiva dos investimentos para a fronteira amazônica, o valor médio por contrato informa que o destino do investimento foi voltado à grande propriedade, ainda que em termos de número de contratos tenhamos a seguinte ordem decrescente: Nordeste, Sul, Sudeste, Centro Oeste e Norte.

Tabela 30 – Quantidade e Valor (R\$) dos Contratos por Região e Brasil, 2018

Região	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	147.911	46.391.517.556,19	313.644,81
NORTE	73.293	9.739.917.440,62	132.890,15
SUDESTE	345.840	46.019.744.706,69	133.066,58
SUL	645.858	63.685.964.726,94	98.606,76
NORDESTE	836.121	15.317.312.169,16	18.319,49
Total	2.049.023	181.154.456.599,60	88.410,16

Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Na Tabela 30, os 2.049.023 contratos foram distribuídos por região no Brasil, o Centro-Oeste obteve 7,21%; o Norte 3,57%; o Sudeste 16,87%; o Sul 31,52%, e Nordeste 40,80%. Os dados expressos na tabela 30 (visualmente) deixam a impressão de que o impacto sobre o uso das áreas da Amazônia é pequeno. Diferente disto, é na Amazônia que se dá maior uso de terra, pois, as incidências das ações de desflorestamentos são constantes nas suas áreas. Enquanto nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste os valores de empréstimos são maiores em termos de cifras de reais, pois, os direcionamentos foram mais para as áreas de tecnologia e aquisição de maquinário e renovações de frotas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018; BNDS, 2021).

Tabela 31 – Quantidade e Valor (R\$) dos Contratos por Região e Brasil, 2021

Região	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
CENTRO-OESTE	158.490	81.171.720.333,47	512.156,73
NORTE	89.304	22.571.579.298,24	252.749,92
SUDESTE	323.985	67.958.579.990,35	209.758,41
SUL	610.871	93.723.959.974,98	153.426,76
NORDESTE	797.662	25.407.049.511,53	31.851,90
Total	1.980.312	290.832.889.108,57	146.862,16

Fonte: Banco Central do Brasil (2021)⁶⁴.

Tanto o crédito como a circulação de valores produzem a renda da terra. Isto se sustenta na relação entre planejamento estatal e espaço agrário. Nesta relação, o Estado estabelece lei e constrói as infraestruturas e por meio disto promete e persuade que está desenvolvendo os lugares, mas desenvolve mais ainda o capital. Este desenvolve os sujeitos dos lugares, que são sucedidos enquanto modo de vida e propriedade da terra. A terra passa a ter outro destino, que não é mais para produção da existência do ex-dono, mas para ser o insumo da atividade econômica da pecuária.

⁶⁴ Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop). Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

Na região Norte do Brasil, conforme dados do Banco Central, o investimento na pecuária tem crescido. É o que se pode observar na situação do espaço agrário de Novo Repartimento. A seguir a tabela que sintetiza a distribuição de crédito para a região Norte, entre 2002 e 2021, período que se tem dados disponíveis pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Tabela 32 – Distribuição de crédito na região Norte de 2002 a 2021

Região Norte / ano	Nº de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Média do valor do contrato
2002	60.869	632.557.051,00	10.392,11
2004	180.635	1.740.346.160,49	9.634,60
2008	120.767	1.972.394.408,47	16.332,23
2013	125.641	5.864.838.932,62	46.679,34
2014	131.651	8.245.776.129,04	62.633,60
2016	97.451	7.227.842.644,58	74.168,99
2017	73.155	7.966.223.587,66	108.895,13
2018	73.293	9.739.917.440,62	132.890,15
2021	89.304	22.571.579.298,24	252.749,92

Fonte: Banco Central do Brasil (2022).

Os valores da Tabela 32, entre 2002 e 2004, o aumento do número dos contratos foi de 300%, e de valores deles foi de 275%. Entre 2008 e 2016, a média de contratos foi de 118 mil, e os valores aumentaram em 366% no período. Entre os anos de 2017 e 2021, a média de contratos realizados foi de 78, com valores em 2017 de 7.996 (bilhões), em 2022 aumentou para 22.572 (bilhões), chegando ao percentual de 283% a mais. Os créditos implicam na ampliação da agropecuária na região, porque no período, 2002 e 2021, os créditos do ano de 2002 correspondem a apenas 2,80% do valor que se registra em 2021.

Gráfico 22 – Valores de contratos de crédito na região Norte de 2002 a 2021



Fonte: Banco Central do Brasil (2022).

Conforme Tabela 32 e o Gráfico 22 acima, entre 2002 e 2021 a média dos valores de contratos cresceram 97,2%. Este crescimento indica as áreas de maior

dinâmica da pecuária no estado do Pará e que o acesso ao crédito é feito por médios e grandes pecuaristas. O reflexo da expansão do crédito é visto na pecuária em Novo Repartimento, pois, o quantitativo de bovinos no ano de 2000 era de 130,540 (cento e trinta mil, quatrocentos e quarenta) unidades, em 2020 registra-se 1.073,000 (um milhão e setenta e três mil) unidades de bovinos, representando um crescimento percentual de 87,84%, no período. No mesmo período, em 2000 o desmatamento acumulado na área do município era de 20,12%, em 2020 atingiu 79,88% (IBGE, 2020; INPE, 2021)⁶⁵.

A finalidade do crédito rural no Brasil compõe-se de três grandes grupos: a) Custeio – quando atende as despesas do ciclo produtivo; b) Investimento – quando é destinado a inversões de bens e serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo produtivo; c) Comercialização – quando atende às despesas de pós-produção.

A partir deste agrupamento disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), levantou-se os dados de crédito rural realizado ao município de Novo Repartimento. Selecionamos seis períodos: entre 2000 e 2003; outro 2004-2007 e 2008-2011, nesses o Bacen não registrou financiamentos para o Município. Nos períodos seguintes: 2012-2015; 2016-2019 e 2020-2022 (deste último ano, os dados correspondem até o mês de abril do mesmo ano). A seguir apresenta-se os dados do período entre janeiro de 2012 até abril de 2022.

Tabela 33 – Contrato de crédito rural para Novo Repartimento entre 2012-2015

Novo Repartimento	Custeio		Investimento		Comercialização		Total de contratos	
	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)
	676	37.079.974,54	4.122	144.466.475,84	0	0,0	4.798	181.546.450,38
Total	676	37.079.974,54	4.122	144.466.475,84	0	0,0	4.798	181.546.450,38

Fonte: Banco Central do Brasil (2022).

Na tabela, os créditos acumulados de custeio, investimento e comercialização no período entre janeiro de 2012 até dezembro de 2015. Os valores em investimentos de crédito rural são superiores aos de custeio. Isto significa que ocorreu a ampliação de pastagens e de bovinos, o desdobramento disto em desmatamento na área do município. No período, segundo o INPE (2021), ocorreu uma redução de florestas de 2.145 km².

⁶⁵ Estes dados já foram mostrados na seção 3.3 desta tese.

No período seguinte, 2016 e 2019, tem-se um aparente equilíbrio entre aquisição de crédito rural para custeio e investimento. A diferença é de mais de oito milhões em investimentos na pecuária no município.

Tabela 34 – Contrato de crédito rural – Novo Repartimento entre 2016-2019

Novo Repartimento	Custeio		Investimento		Comercialização		Total de contratos	
	quant. (há)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)
	311	40.500.828,38	919	48.887.218,11	0	0,0	1.230	89.388.046,49
Total	311	40.500.828,38	919	48.887.218,11	0	0,0	1.230	89.388.046,49

Fonte: Banco Central do Brasil (2022).

No período 2016 e 2019 a redução de floresta foi de 436 km² e nisto o crédito em investimento promove um efeito direto em desmatamento. Outro rebatimento é que ao mesmo tempo em que ocorre o desmatamento aumentam as áreas de pastagem no município, assim o continuum é crédito-desmatamento-pastagem-gado (IBGE, 2020; INPE, 2021).

Entre janeiro de 2020 até abril de 2022, a dinâmica de financiamento de crédito rural foi diferente dos períodos anteriores analisados. No período a seguir o crédito em custeio foi maior que os de investimento, conforme Tabela 35 a seguir.

Tabela 35 – Contrato de crédito rural – Novo Repartimento entre 2020-2022

Novo Repartimento	Custeio		Investimento		Comercialização		Total de contratos	
	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)	quant. (tem)	Valor(R\$)
	579	58.213.382,17	643	51.557.379,78	0	0,0	1.222	109.770.761,95
Total	579	58.213.382,17	643	51.557.379,78	0	0,0	1.222	109.770.761,95

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)⁶⁶.

Considerando os valores de contratos analisados das três últimas tabelas (33, 34 e 35) entre os anos 2012 e 2015, o crédito rural acessado por pecuaristas de Novo Repartimento atingiu 181.546.450,38 R\$, com destaque para os investimentos, e isto promoveu a ampliação da pecuária. De 2016 e 2019, os créditos firmados foram de 89.388.046,49 R\$, neste período ocorreu uma proximidade entre valores de custeio e financiamento. Entre 2020 e 2022 os valores de contratos celebrados entre os bancos e os pecuaristas foi de 109.770.761,95 R\$, neste período os valores de custeio foram superiores aos de investimentos.

⁶⁶ Os financiamentos desta tabela são até o mês de abril 2022.

Os efeitos dos créditos concedidos aos pecuaristas em Novo Repartimento a partir das políticas estatais fomentam a pecuária sob a narrativa de desenvolvimento da região. O município é um dos maiores produtores de gado da Amazônia e do Brasil, ocupando a 9ª posição, conforme a classificação da atividade registrada no IBGE (2018).

O gráfico 2 a seguir contém informações de treze programas de investimentos na agropecuária no Brasil: Modernafrota⁶⁷, BNDS crédito rural⁶⁸, Pronaf investimentos⁶⁹, Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁷⁰, Inovagro⁷¹, Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA)⁷², Moderagro⁷³, Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop)⁷⁴, Pronaf Custeio, Pronamp investimento, Moderinfra, Procapagro, Programa Nacional De Apoio Ao Médio Produtor Rural (Pronamp Custeio), Proreforma (BNDS, 2021)⁷⁵. Eis aí, de forma geral, como tem sido a captação de crédito no Brasil para pecuária.

⁶⁷ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/moderfrota.

⁶⁸ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-credito-rural.

⁶⁹ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf.

⁷⁰ Disponível em: www.gov.br/abc/pt-br.

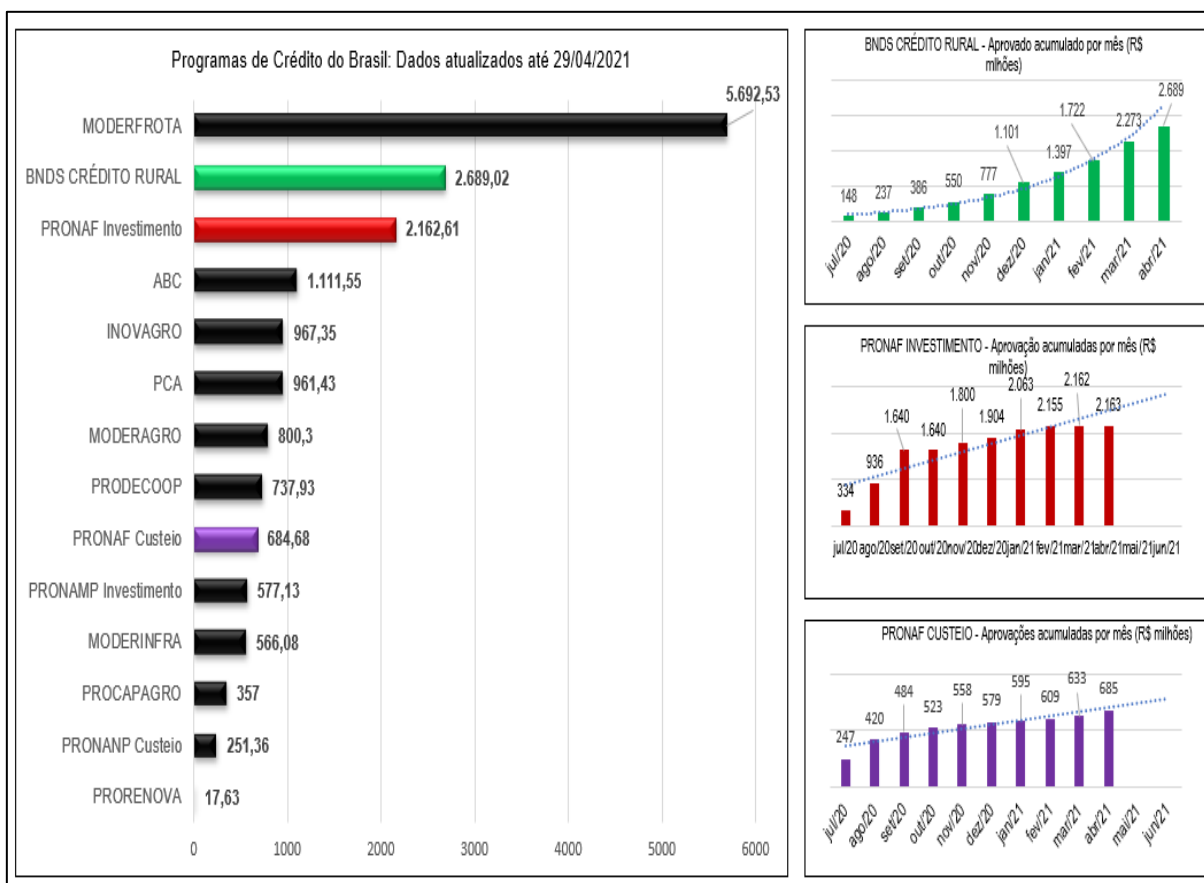
⁷¹ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/inovagro.

⁷² Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pca.

⁷³ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/moderagro.

⁷⁴ Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/prodecoop.

⁷⁵ Banco Nacional do Desenvolvimento. Financiamentos. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Gráfico 23 – Programas de Crédito do Brasil

Fonte: Elaborado com dados do BNDS (2021).

No geral, tais programas são destinados para aquisição de implementos, insumos, investimentos, para custear a produção, para a ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural, para projetos de modernização e expansão da produtividade nos setores agropecuários, para o financiamento de capital de giro visando atender às necessidades imediatas operacionais.

Referente aos investimentos do BNDS de crédito rural, na escala de milhões, até junho de 2020, o Estado investiu 148 milhões. A partir daí, a cada mês de 2020 e 2021, o investimento foi ampliado, de modo que em abril de 2021 chegou ao total de 2.689 milhões.

Da relação dos programas, destacam-se três: BNDS crédito rural, PRONAF Investimento, e PRONAF Custeio. Quanto ao Crédito Rural, identifica-se que entre o mês de junho de 2020 e abril de 2021 ocorreu um aumento de financiamentos de 1.816%. No mesmo período, quanto aos créditos de investimentos, o crescimento foi de 647%. Quanto ao custeio, o aumento foi de 277%. A política de Estado enquanto

crédito tem lugar de destaque e isto indica que não é o agronegócio que sustenta a economia do Brasil, mas o Estado brasileiro com a política de crédito que sustenta o agronegócio.

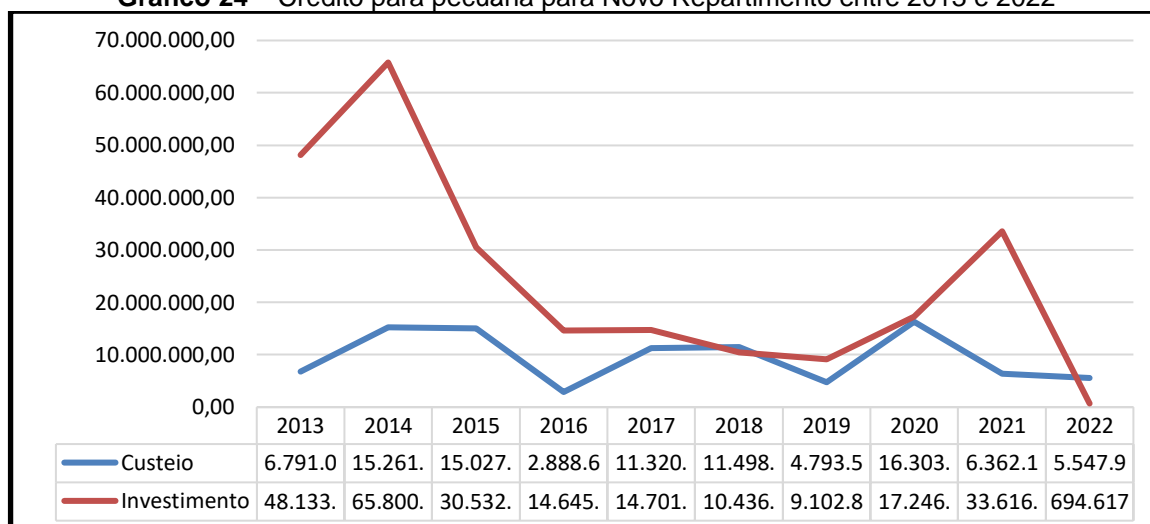
No Pronaf Investimentos, os registros no mesmo período de junho de 2020 e abril de 2021 tem a partir de novembro 2020 o crescimento linear. Entretanto, expressa um crescimento em financiamento pelo Estado elevadíssimo. O Pronaf Custeio seguiu a mesma tendência de crescimento, apesar de os valores serem menores, são fomentos de crédito para as extrações da produção.

Nesta breve observação é possível verificarmos que o crédito é um elemento de fundamental relevância que o Estado usa para fazer crescer a pecuária. É argumento poderoso do capital, que faz com que a pecuária avance sobre florestas e ainda construa a ideia de que ela é boa e traz desenvolvimento para a Amazônia paraense. Todos os fomentos dados pelo Estado para o desenvolvimento da atividade são em forma de crédito rural, de investimento e de custeio.

No *ranking* geral de créditos acessados em forma de investimentos em todo território nacional, o município de Repartimento, conforme Braz de Sousa *et al.* (2021, p. 203), a

Região Norte tem destaque para dois municípios que se encontram fora do Arco do Desmatamento da Amazônia, que são Novo Repartimento e Pacajá (PA), com captação de R\$ 80,3 e R\$ 69,9 milhões, respectivamente. Este valor chama a atenção, já que São Felix do Xingu, tradicional município pecuário, apresenta maior rebanho bovino (2.200.338 cabeças em 2016), porém com menor captação de crédito (R\$ 61,8 milhões).

Conforme os autores citados acima, o crédito pecuário no estado do Pará é de alta captação e se localiza em Novo Repartimento e Pacajá, municípios limítrofes. O crédito nestas proporções é força motriz de ampliação da fronteira agrícola. Conforme o Banco Central do Brasil (2022), os créditos para pecuária para Novo Repartimento foram realizados em forma de investimentos e custeio. O gráfico a seguir mostra a captação de crédito no período entre 2013 e 2022.

Gráfico 24 – Crédito para pecuária para Novo Repartimento entre 2013 e 2022

Fonte: Banco Central do Brasil (2022).

Do gráfico acima, o crédito rural destinado a custeio, que tem como finalidade atender às despesas do ciclo produtivo em Novo Repartimento, é assim discriminado: entre janeiro de 2013 e abril de 2022, na linha de custeios registra-se 6.791.035,02 (seis milhões, setecentos e noventa e um mil e trinta e cinco reais e dois centavos); no ano de 2014 a aquisição de crédito de custeio aumentou para 15.261.014,73, igual em 55,51% com relação ao ano anterior; em 2015 os valores foram de 15.027.924,79 R\$, permaneceu aproximadamente a mesma porcentagem de concessão; porém, no ano de 2016 ocorreu uma redução de aquisição de custeio equivalente a 2.888.619,64, correspondente a 80,73%; em 2017 e 2018 o montante de empréstimos para custeio foi 11.320.416,63; e em 2018 foi de 11.498.244,22, nestes dois anos os empréstimos voltaram a crescer chegando a 74%; em 2019 o valor emprestado foi de 4.793.547,89 R\$, ocorreu uma redução de empréstimos em 58,32% com relação ao ano anterior; no ano de 2020 foi quando correu maior aquisição de créditos de custeio chegando a R\$ 16.303.239,43, correspondente ao crescimento de 70,60% com relação ao ano de 2019 no qual os custeios foram de R\$ 4.793.547,89; no ano de 2021 os valores foram de R\$ 6.362.150,40, tendo ocorrido um decréscimo de 83,70%; no ano de 2022, apenas nos meses de janeiro a abril os valores de custeio já somam R\$ 5.547.992,34.

No que se refere ao crédito rural para investimento, aqueles destinados à aquisição de bens e serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo produtivo, no gráfico acima tem-se o seguinte: em 2013 os investimentos foram de R\$

48.133.065,18, 2014 de R\$ 65.800.541,62, neste ano o município de Novo Repartimento obteve maior valor; no ano de 2015 o crédito foi de R\$ 30.532.869,04; nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 os valores foram respectivamente de R\$ 14.645.830,30, R\$ 14.701.903,34, R\$ 10.436.637,64 e R\$ 9.102.846,83; em 2020 os valores de investimentos atingiram a cifra de R\$ 17.246.404,09 e 2021, aumentou em mais de 100%, chegando a R\$ 33.616.358,69; entre 2020 e 2021 os investimentos chegaram a 102,6%; no ano de 2022 os valores em crédito rural entre os meses de janeiro e abril foram de R\$ 694.617,00.

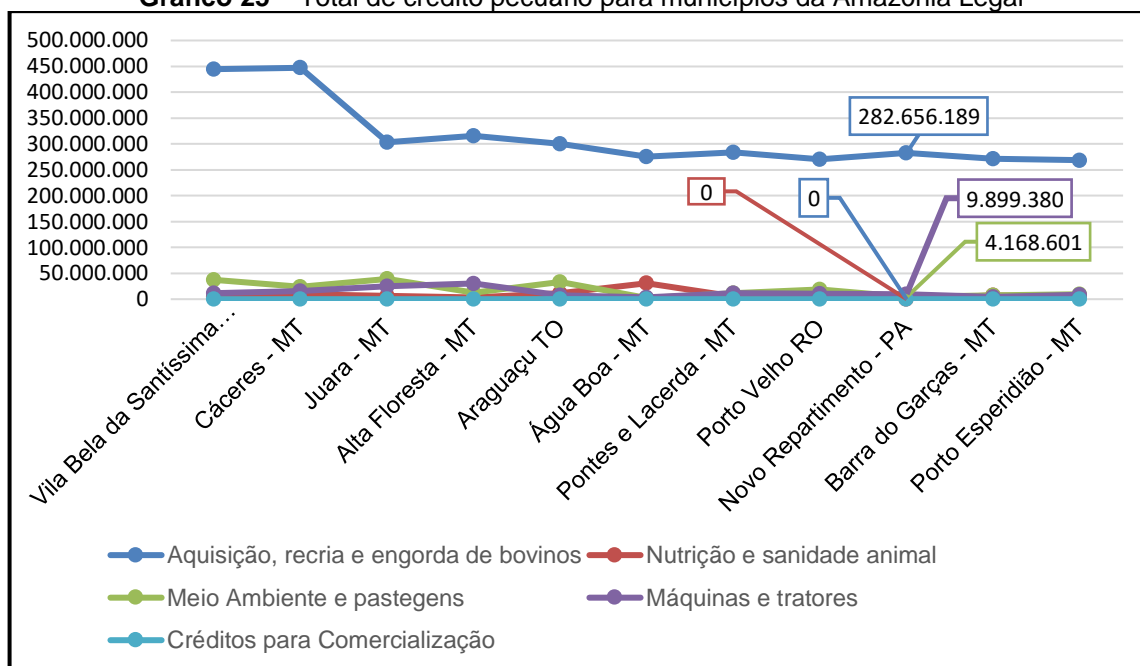
No período observado entre 2013 e 2022, na comparação entre custeio e investimento, os créditos conforme os dados representados no gráfico acima são em maior número de dinheiro real. Isto indica que a partir do crédito se faz a expansão da pecuária em Novo Repartimento. Nas políticas públicas de créditos, o município encontra-se na distribuição espacial entre os 50 municípios de maior captura de crédito para a pecuária no Brasil (SOUSA, 2017; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Quadro 6 – Municípios com maior captação de crédito rural do Brasil

Município e Estado	Aquisição, recria e engorda de bovinos	Nutrição e sanidade animal	Meio Ambiente e pastagens	Máquinas e tratores	Créditos para Comercialização	total de crédito pecuário
São Paulo - SP	0	0	0	5.604.296	2.513.771.057	2.519.375.353
Nova Crixás - GO	856.256.047	23.628.200	74.514.786	12.427.720	43.631.128	1.010.457.881
Alegrete - RS	614.033.415	1.272.687	4.324.975	9.239.765	4.405.550	633.276.392
Ribas do Rio Pardo - MS	532.110.090	5.239.456	25.841.446	11.410.521	249.350	575.613.334
Corumbá – MS	520.669.085	4.306.633	17.838.803	12.533.632	0	556.712.218
Sant'Ana do Livramento - RS	518.974.688	1.926.500	1.443.732	8.458.568	6.039.934	536.870.157
Três Lagoas - MS	477.061.440	10.966.488	28.117.666	8.018.698	1.124.045	525.288.337
Vila Bela da Santíssima Trindade - MT	444.802.841	4.603.351	37.195.065	11.417.437	0	498.018.694
Cáceres - MT	447.206.359	9.017.400	24.208.476	15.432.290	0	496.082.843
Brasilândia -MS	408.314.897	680.488	15.854.217	3.795.013	659.361	429.303.975
Inocência - MS	373.731.116	6.541.865	28.258.116	5.746.959	0	414.278.057
Uberlândia- MG	221.714.628	2.785.000	6.959.597	13.601.379	165.601.602	410.662.206
Prata - MG	375.916.680	9.276.173	19.551.608	5.568.911	0	410.313.372
Rio Verde - GO	351.488.092	5.207.164	5.940.984	41.684.258	0	405.400.765
Campina Verde - MG	368.700.965	9.978.728	10.333.726	5.555.219	24.625	394.593.263
Santa Vitória - MG	340.463.974	16.761.454	32.262.177	4.828.548	0	394.316.153
Patos de Minas - MG	232.992.184	1.496.662	4.577.962	23.455.590	130.399.145	392.921.543
São Miguel do Araguaia - GO	346.716.519	8.515.414	23.838.995	7.474.450	643.920	387.189.298
Mineiro - GO	315.081.133	6.625.479	16.257.460	46.134.158	349.694	384.447.925
Ibiá - MG	81.731.689	5.854.035	720.602	3.008.741	291.075.221	382.390.287
Paranaíba - MS	337.308.643	14.022.513	22.000.088	3.852.963	302.700	377.486.907
Aquidauana - MS	348.384.574	5.877.128	10.837.238	8.469.037	0	375.142.016
Juara - MT	303.289.844	6.847.090	39.099.053	24.549.485	0	373.785.471
Camapuã - MS	314.203.571	24.509.211	16.804.335	8.924.121	0	365.003.414
Alta Floresta - MT	315.879.016	3.275.898	12.903.831	30.345.869	0	362.404.613
Água Clara - MS	319.506.166	5.761.725	28.666.904	7.087.239	999.929	362.021.964
Araguaçu - TO	299.985.058	12.007.272	32.790.423	7.032.403	114.950	352.102.147
Morrinhos - GO	231.383.404	4.664.568	7.288.395	4.709.938	103.372.680	351.418.986
Governador Valadares - MG	133.084.520	0	6.758.580	4.292.454	203.660.063	347.795.617
Caiapônia - GO	317.745.956	4.523.849	15.190.699	6.346.299	0	344.053.293
Jussara - GO	307.213.292	8.112.517	22.115.911	6.301.546	0	343.743.267
Frutal - MG	319.502.763	2.938.468	6.760.750	5.133.798	333.536	334.669.315
Bela Vista de Goiás - GO	153.033.334	856.697	455.369	4.369.994	173.099.712	331.815.105
Rio Verde do Mato Grosso - MS	308.700.952	1.398.145	7.068.190	10.107.877	0	327.664.703
Campo Grande - MS	285.273.850	1.352.167	20.661.045	15.767.408	0	323.521.688
Porangatu - GO	275.415.595	8.450.639	24.473.118	12.886.928	0	322.749.827
Água Boa - MT	275.951.421	30.728.041	2.276.100	3.530.443	0	312.486.005
Pontes e Lacerda - MT	283.967.160	5.054.243	11.987.928	11.262.198	0	312.271.528
Porto Murtinho - MS	278.350.543	1.240.110	16.347.074	7.918.219	0	304.566.318
Jataí - GO	285.662.650	7.175.214	7.046.876	4.402.423	0	304.287.163
Porto Velho - RO	269.908.825	2.088.887	18.768.604	10.997.446	0	301.880.588
Uruguaiana - RS	294.664.903	0	4.498.595	2.405.443	0	301.568.941
Novo Repartimento - PA	282.656.189	0	4.168.601	9.899.380	0	296.724.170
Ituiutaba - MG	207.863.469	14.603.839	8.664.480	6.217.138	59.014.132	296.363.057
Corumbaíba - GO	130.031.056	0	8.540.798	2.818.377	154.078.550	295.468.781
Barra do Garças - MT	271.560.193	7.715.698	7.110.250	4.656.475	0	291.042.616
Porto Esperidião - MT	268.759.225	3.780.520	9.811.771	8.448.807	0	290.800.323
Teutônia - RS	39.655.373	0	0	13.165.859	232.931.149	285.752.381
Corumbiara - GO	272.469.309	0	5.111.570	6.526.429	0	284.107.308
Unai - MG	253.204.129	1.376.700	18.068.957	9.199.116	91.638	281.940.540

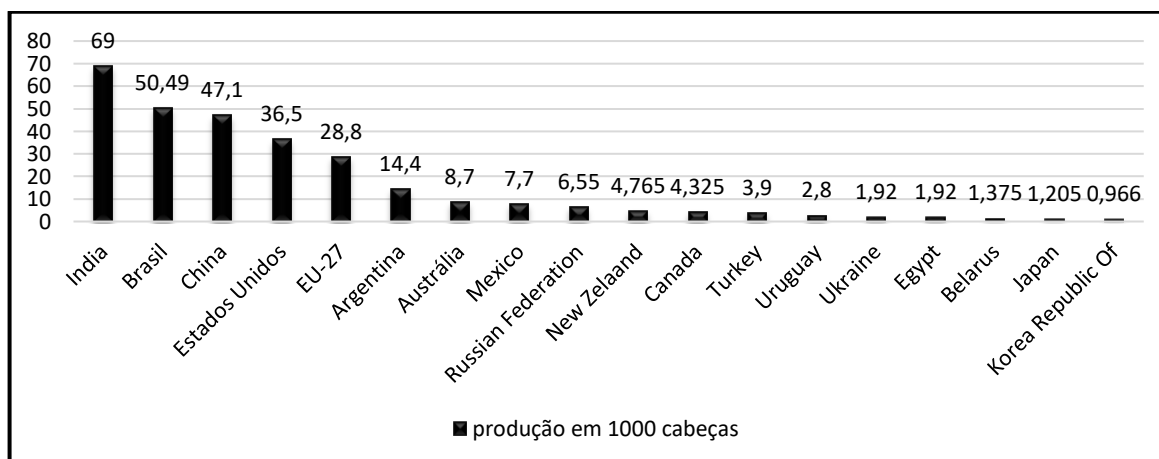
Fonte: SOUSA *et al.* (2016), SOUSA (2017) e Bacen (2022).

Desta distribuição espacial de crédito, no que se refere à Amazônia legal, entre os dozes municípios com maior captura de crédito pecuário, Novo Repartimento é 10º colocado demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 25 – Total de crédito pecuário para municípios da Amazônia Legal

Fonte: Bacen (2022).

Nestes municípios a pecuária é legitimada como desenvolvimento, mas da atividade pelos médio e grandes pecuaristas. E na visão dos pequenos pecuaristas, inclusive assentados, em Novo Repartimento, eles a veem como a melhor atividade por conta da sua lucratividade. Novo Repartimento não é sem motivo o 3º maior produtor de gado Estado do Pará e o 7.º do Brasil, contribuindo para que o Brasil se destaque no mundo como um grande produtor.

Gráfico 26 – Rank de países de maiores produções em 1000 cabeças de gado

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2019). Adaptado pelo autor (2021).

Levando-se em conta os dados anteriores, a pecuária bovina de Novo Repartimento promove a principal dinâmica territorial no espaço agrário. Ela ocorre

dentro do processo de desenvolvimento organizado em contextos políticos e econômicos. A pecuária foi projetada pelo estado na noção de desenvolvimento da região e operacionalizada em Novo Repartimento, apropriando-se de novas áreas com desmatamento que passam de 153.649 tem em 1988 (10,00%) para 356.999 tem em 1999 (23,23%), sendo a maior extensão de áreas desmatadas durante onze anos de análise. Apenas a área central do município de Novo Repartimento não está desmatada, que corresponde à reserva indígena de Etnias Parakanã (MONTROYA; LIMA; ADAMI, 2018).

A concentração geográfica da pecuária em Novo Repartimento cria vantagem particular para os agropecuaristas ali estabelecidos e se explica pelos fatores: disponibilidade, apropriação da terra e financiamento. A pecuária bovina permite o entendimento do território como um modo de condução entre os setores econômicos e o Estado.

O movimento pecuário de bovinos por ano nos estabelecimentos agropecuários, e as condições do produtor em relação às terras, grupos de atividades econômicas e grupos de área de pastagem são expressos nos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mostrados a seguir.

Tabela 36 – Estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades), 2006

Município	Grupos de área de pastagem	Movimento pecuário de bovinos e condição do produtor em relação às terras
Novo Repartimento (PA)	Total	2537
	Não pronafiano	478
Pronafiano	Pronaf A	1197
	Pronaf B	561
	Pronaf C	233
	Pronaf D	54
	Pronaf E	14

Fonte: IBGE (2006).

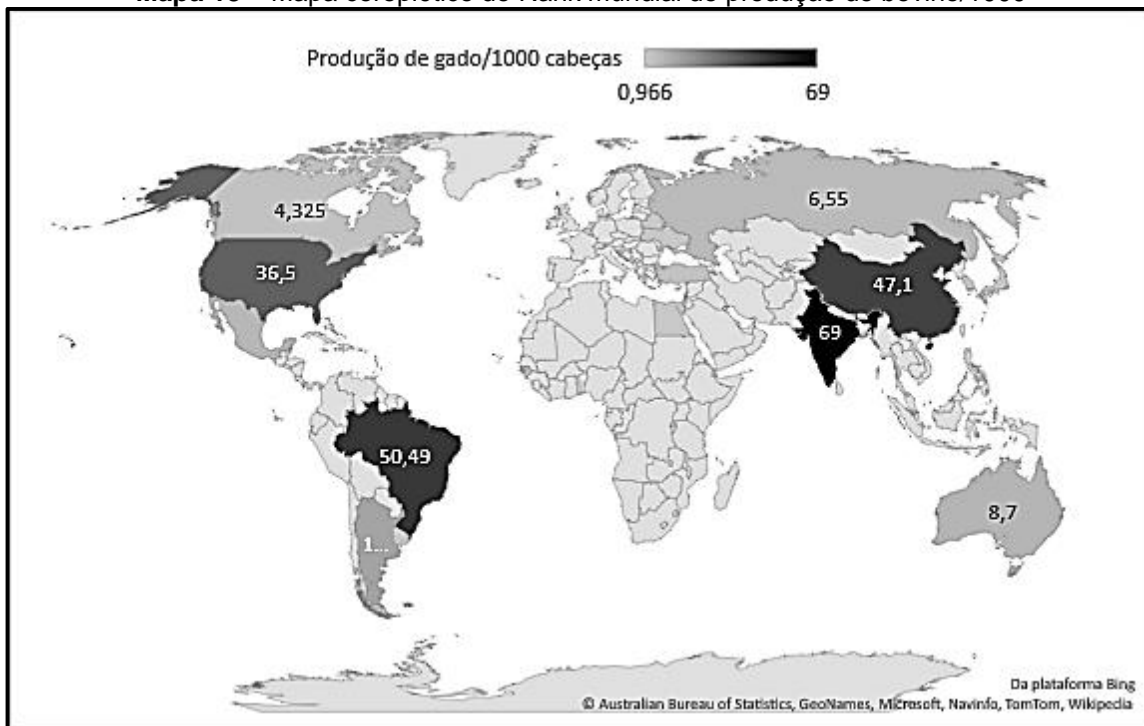
O crédito impulsiona a pecuária e como se observa em todas as classificações de financiamentos tem havido acesso. Pequenos, médios e grandes produtores têm sido favorecidos pelas políticas de créditos do PRONAF. Com isto, a pecuária é expandida e não apenas em números crescentes de bovinos, mas em novas áreas de desmatamentos. Além do crédito, as logísticas de transportes na região serviram como atrativos para os fazendeiros que entraram na disputa pela terra na região. Em Novo Repartimento ocorrem conflitos gerados pela expansão da pecuária. Desde

os anos 2000 há um processo de apropriação de terras pelas grandes fazendas e manutenção da concentração fundiária, além dos problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos para formação de pastagens (PEREIRA; MICHELOTTI; AFONSO, 2017).

A produção de gado em Novo Repartimento faz parte de um cenário de produção do capital. A extensão da pecuária acompanha a tendência de crédito e a comercialização da produção ocorre em escala mundial.

A distribuição espacial da pecuária no Brasil é reveladora do potencial que ela tem como atividade econômica. Porém, no caso de Novo Repartimento, apesar de o município ser destaque na produção de gado e ser umas das principais economias, ainda persistem a pobreza e a desigualdade (IBGE, 2018).

Mapa 18 – Mapa coroplético do Rank mundial de produção de bovino/1000



Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2019). Elaborado pelo autor com Excel 365.

A pecuária no município é a prática econômica que mais usa recursos naturais, e o resultado de um processo de relação entre planejamento estatal e o espaço agrário. O balizamento estatal em termos de leis, projetos e programas, seus desdobramentos em forma de créditos e incentivos fiscais são alguns dos fatores a partir dos quais ocorre a expansão da produção de gado. O crédito é um fator que faz com que o capital se aproprie da renda da terra no município. Sabe-se que o dinheiro não tem endereço e nem pátria, ele gira reproduzindo-se por meio das atividades que

ele encontra terreno fértil. Com o crédito balizado pelo Estado, os pecuaristas encontram nisto a facilidade de sobrepor-se às leis ambientais. O crédito movimenta o espaço agrário e tem na pecuária seus desdobramentos de financiamentos e ainda faz com que todos no lugar a tenham como boa.

Portanto, o planejamento estatal encontra no espaço agrário a solidariedade pretendida através do crédito e este é a expressão da política que tem nas instituições bancárias suas lógicas. Assim, a expansão da pecuária decorre da política de crédito, da existência de novas áreas como as de assentamentos do INCRA, onde também são potencializados os desmatamentos e a formação de novas áreas de pastos.

4.3 APROPRIAÇÃO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO INCRA

Há no município 35 (trinta e cinco) assentamentos. Suas áreas totalizam 575 mil hectares. Eles fazem parte das políticas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As elaborações nesta seção tendem a validar a hipótese de que a apropriação da terra se dá no âmbito das experiências consolidadas e das novas experiências e que estão no alicerce do espaço agrário. E, assim, o Assentamento é a ocupação de planejamento da terra.

O INCRA assentou as pessoas nos lotes para que elas desempenhassem as suas existências, porém muitos lotes que eram de assentamento se tornaram fazendas. A apropriação da terra nestas áreas por fazendeiros faz parte de um processo no espaço agrário que denuncia um lugar que não era para ser fazenda, mas que se tornou fazenda do mesmo jeito. As florestas foram transformadas em pastos, e sujeitos assentados transformados em ex-assentados. E a pecuária no município expressa-se numa paisagem de pasto, cerca, gado, tranqueira, e ilustram a relação entre espaço agrário e planejamento estatal na Amazônia Paraense.

A distribuição espacial e a dinâmica territorial da pecuária bovina estão ligadas pelos interesses da posse da terra. Enquanto dinâmica territorial responde aos interesses de fora do lugar. Neste caso, política de planejamento e espaço agrário em Novo Repartimento sintetiza-se em fazendas de gado.

Observou-se em trabalho de campo que os sujeitos produzem o espaço agrário a partir da pecuária bovina, em correlação com as políticas de Estado. Esta correlação está ligada às políticas de assentamento de reforma agrária e de crédito. Com este

último, os assentados realizaram os desmatamentos nos seus lotes e fizeram as primeiras aberturas na floresta, formaram seus pastos e criam gado.

O espaço agrário se estrutura pelas relações sociais existentes nele, em que a apropriação da terra para a pecuária é a principal forma de uso do território. Chapui-Poccar (2014) afirma que a pecuária faz parte dos circuitos econômicos, a partir dos quais podem ser compreendidos e analisados os problemas gerais sobre o desenvolvimento que diz ser a pecuária como frente pioneira no município de Novo Repartimento.

No município, a consolidação da pecuária e sua expressão econômica é a de “vocação”, visto que o estado já havia determinado a área para o investimento privado, com a alega o de que ela precisava ser ocupada, e assim se integraria às demais regiões do país.

Em trabalho de campo, observou-se que as paisagens no espaço agrário são formadas, predominantemente, por pastagem. Conforme dados do Mapbiomas (2022), a área de pastagem no município de Novo Repartimento   de 748.492 mil km². A imagem a seguir, na localiza o 4° 32' 18" S; -50° 44' 15" W, ilustra a predominância das pastagens.

Imagem 2 – Predomínio de pastagem em Novo Repartimento



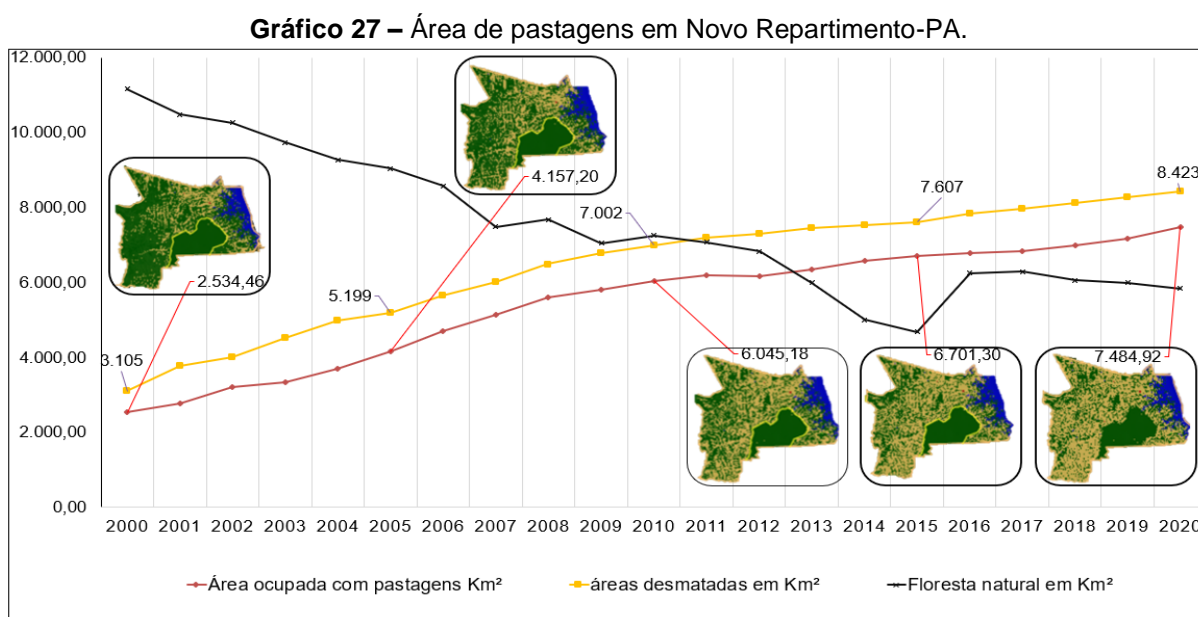
Fonte: Trabalho de Campo (2020).

No período de 2000 a 2020, a quantidade de pastagens no município de Novo Repartimento   representada no gráfico a seguir em km². Neste mostra-se as áreas

ocupadas por pastagens, considerando utilizar os dados de desmatamento, florestas naturais e quantidade de bovinos nos anos observados (2000 a 2020).

Conforme o IBGE (2020), INPE (2021), mapbiomas.org (2022) e ainda as observações feitas em Trabalho de Campo (2020), as áreas de pastagens (em cor laranja, no gráfico a seguir) acompanham a expansão do desmatamento (em cor amarela). Em virtude da pecuária desmata-se florestas e as áreas destas transformam-se em pasto e com isto o número de bovinos se amplia. Predominam as paisagens de pastos no município. Na direção sudoeste da imagem que compõe o gráfico, em 2000, nas áreas de assentamentos predominavam as florestas naturais.

A seguir o Gráfico 27 que mostra o crescimento de áreas de pastagens, o crescimento de rebanho bovino e a diminuição das florestas.



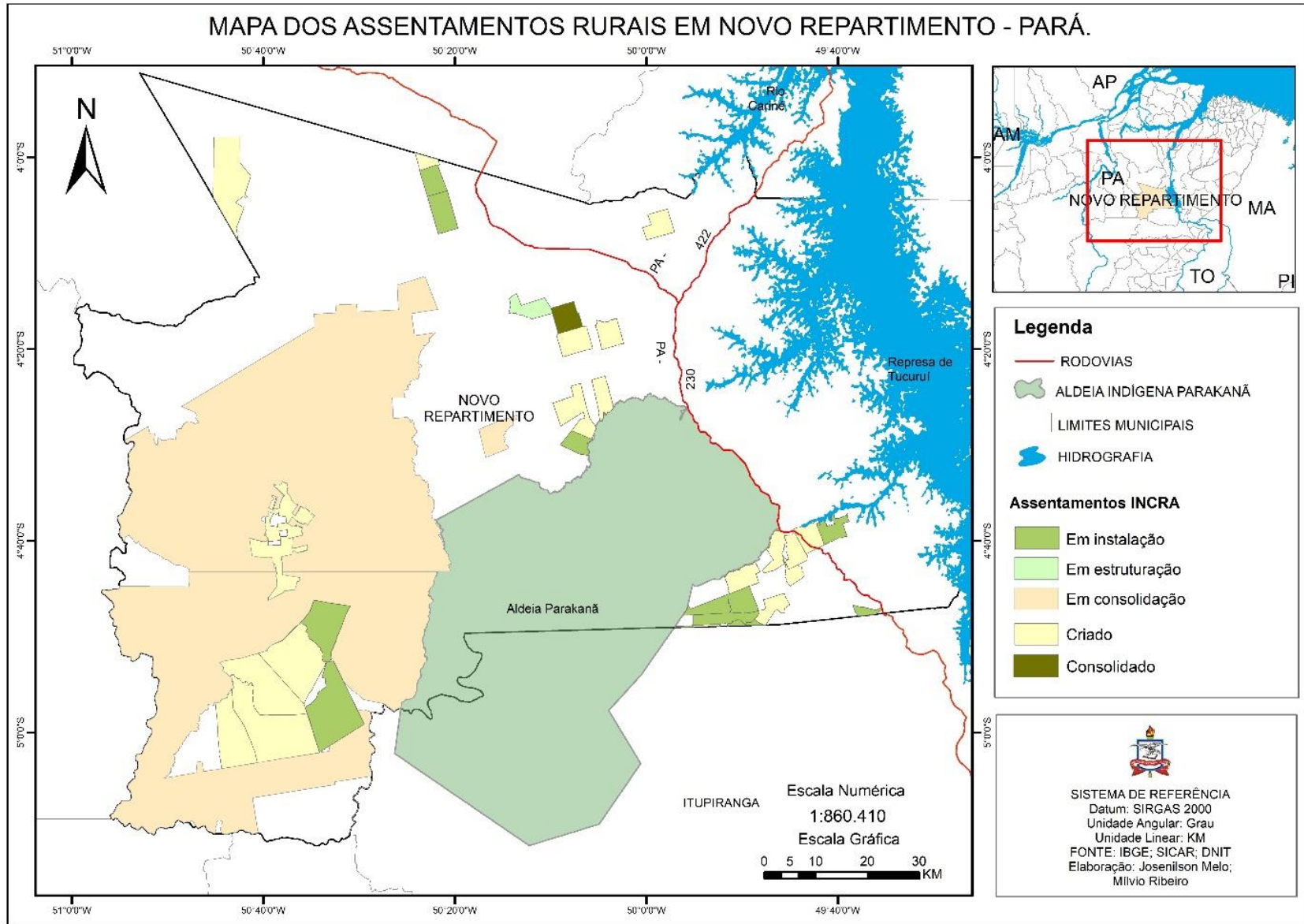
Fonte: Trabalho de Campo (2020); IBGE (2020); INPE (2021); mapbiomas.org (2022).

Em 2005 na mesma direção ainda prevaleciam as vegetações naturais. Entretanto, a partir de 2010-2015 a porção sudoeste do município havia sido transformada em pastos, apresentado uma similaridade com as demais áreas com pastagens anteriormente consolidadas. Destaca-se que, conforme linha de floresta natural, em 2016 e nos anos seguintes foram acrescidos percentuais de florestas artificiais. Por esta razão, aparece uma recuperação de florestas no gráfico. Em 2020 já se encontram consolidadas as áreas de fazenda e seus pastos ocupando a maior parte. No município registra-se elevada produção de bovinos, passando de um milhão de animais, e por outro lado há diminuição das florestas naturais.

Conforme o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2020) e o Instituto Socioambiental-ISA (2022), o município de Novo Repartimento-PA comporta 35 assentamentos com a dimensão de 575 mil hectares em sua área, dentre eles está o maior da América Latina, o Tuerê, com 240 mil hectares de extensão.

Os Assentamentos são: Tuerê, Rio Gelado, Sagitário, Redenção, Jose Martins Pessoa, Cacaúlândia, Jaguariara, Manuelito, Serra Quebrada, Santa Amélia, Cigana, São Gabriel, Pajeú, Santa Izabel, Mineiro Preto, Alto Pacajá, Boca Larga, Jacaré-açu, José Cirilo Gomes, Rio Preto, Santa Maria, Santa Liduina, Iolanda, Alto Amazonas, Cachoeirinha, São Geraldo do Repartimento, Nossa Senhora Da Guia, Vale do Aratau, Cocalândia II, Sunil, Jordão, Carajás, Monte das Oliveiras, Cachimbão, Água da Saúde. No mapa a seguir está representada a distribuição destes assentamentos na área do município.

Mapa 19 – Assentamentos do INCRA em Novo Repartimento



Fonte: IBGE, INCRA e DNIT (2020).

Os polígonos dos assentamentos do INCRA, o polígono da Etnia Parakanã e a área correspondente ao Lago da UHE de Tucuruí representam as maiores áreas. A área da etnia Parakanã não é destinada à atividade da pecuária, nela ainda predominam as vegetações naturais. As áreas de assentamentos, a priori, não se destinavam para a expansão da pecuária. Nelas, as famílias assentadas realizariam suas existências com a agricultura e uma pequena criação de animais, sem grandes aberturas de florestas para pasto. Entretanto, tais áreas se tornaram objeto de apropriação por fazendeiros que chegaram no município.

Em trabalho de campo, realizado em dezembro de 2021, percebeu-se que nas margens das vicinais prevalecem a paisagem de pastos. Nas principais vicinais de acesso dos assentamentos, pouco se encontra divisas entre vizinhos assentados, isto é, os lotes de assentamentos foram anexados às grandes fazendas. Segundo o INCRA (2021), as áreas de assentamento em Novo Repartimento têm a capacidade para 8.817 famílias e deste total foram assentadas 7.839. Os assentamentos constituíam-se originalmente por famílias organizadas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), dos sindicatos e da comissão pastoral da terra.

Quadro 7 – Projeto de Assentamentos em Novo Repartimento

ASSENTAMENTOS EM NOVO REPATIMENTO-PA	ÁREA (hectares/tem)	Capacidade de famílias	Nº famílias assentadas
TUERÊ	240.895,4968	2.988	2.934
RIO GELADO	196.985,0000	2.500	2.477
SAGITÁRIO	1.983,1450	43	37
REDENÇÃO	3.000,0000	70	50
JOSÉ MARTINS PESSOA	2.071,4893	41	38
COCALÂNDIA	4.059,1889	96	92
JAGUATIARA	2.999,8494	60	57
MANUELITO	2.264,5031	75	62
SERRA QUEBRADA	2.116,9658	45	45
SANTA AMÉLIA	2.216,0000	73	39
CIGANA	1.359,8866	27	27
TEM GABRIEL	2.218,1848	44	40
PAJEÚ	2.702,2656	52	19
SANTA IZABEL	2.317,0023	77	76
MINEIRO PRETO	11.351,1288	320	144
ALTO PACAJÁ	8.370,5621	138	136
BOCA LARGA	13.246,4105	375	230
JACARÉ-AÇÚ	11.516,1008	327	208
JOSÉ CIRILO GOMES	10.776,8871	305	177
RIO PRETO	7.756,4033	218	134
SANTA MARIA	2.632,1256	73	48
SANTA LIDUINA	2.039,8116	50	45
IOLANDA	2.727,8910	90	63
ALTO AMAZONAS	2.404,2276	65	62
CACHOEIRINHA	1.370,7026	37	35
SÃO GERALDO DO REPARTIMENTO	1.801,5126	51	36
NOSSA SENHORA DA GUIA	2.105,3892	60	59
VALE DO ARATAU	1.934,6528	38	31
COCALÂNDIA II	1.690,6474	42	35
SERRA AZUL II	3.228,9384	71	64
SUNIL	2.442,6786	44	34
JORDÃO	3.024,0506	48	44
CARAJÁS	5.117,0365	98	91
MONTE DAS OLIVEIRAS	2.547,9110	40	39
CACHIMBÃO	8.544,6250	100	95
ÁGUA DA SAÚDE	1.754,7948	36	36
Total	575.573,47ha	8.817	7.839

Fonte: MAPA (2021).

Entre os assentados registram-se famílias sobreviventes do massacre da Curva do “S” na BR-155, em Eldorado dos Carajás em 1996, em que 21 pessoas foram tombadas pela Polícia Militar (PEREIRA, 2020).

No que concerne aos assentamentos de Novo Repartimento, as famílias sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 foram realocadas pela pastoral da terra para uma área da União, a 100 km de distância da sede do município, localizado no Assentamento Carajás, às margens do Rio Pacajá. Neste local, as famílias permaneceram acampadas até o INCRA do município de Tucuruí demarcar o assentamento e inseri-las na relação de beneficiários (SILVA; RIBEIRO, 2017).

As paisagens do assentamento, como dos outros locais no espaço agrário do município, são marcadas por pastos para a criação de gado, onde as cercas de arame sinalizam limites entre grandes fazendas. As imagens a seguir referem-se às áreas do assentamento Tuerê no município.

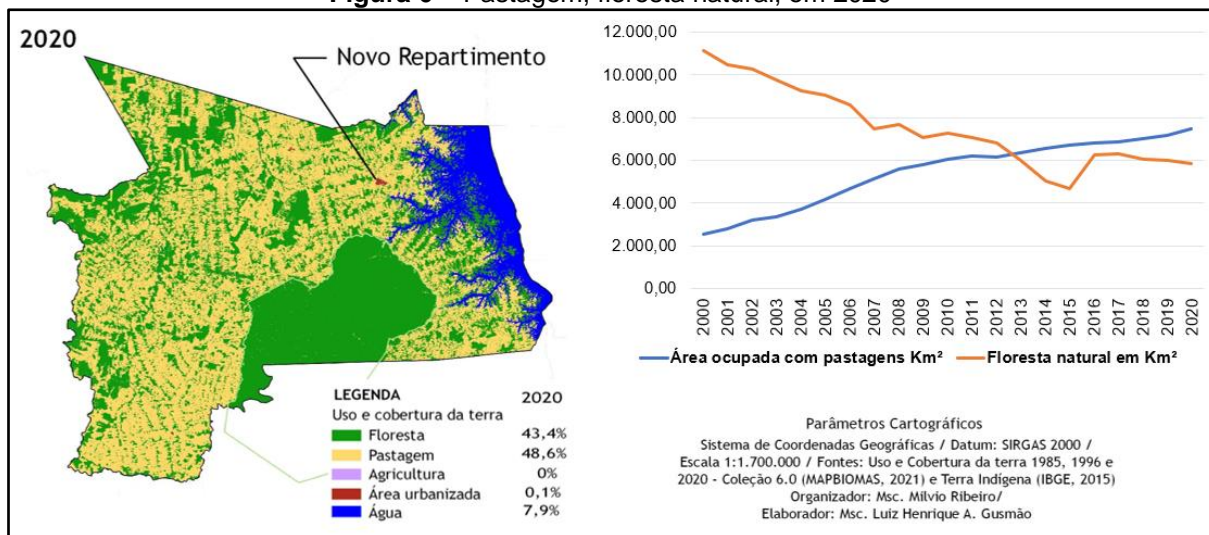
Imagem 3 – Imagens de pastos no assentamento Tuerê



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020).

As pastagens predominam nas áreas de assentamentos. Conforme o Mapbiomas, entre 2000 e 2020, a linha em azul no gráfico, demonstra a diminuição de florestas naturais, por outro lado aumentaram as áreas ocupadas por pastagem.

Figura 6 – Pastagem, floresta natural, em 2020

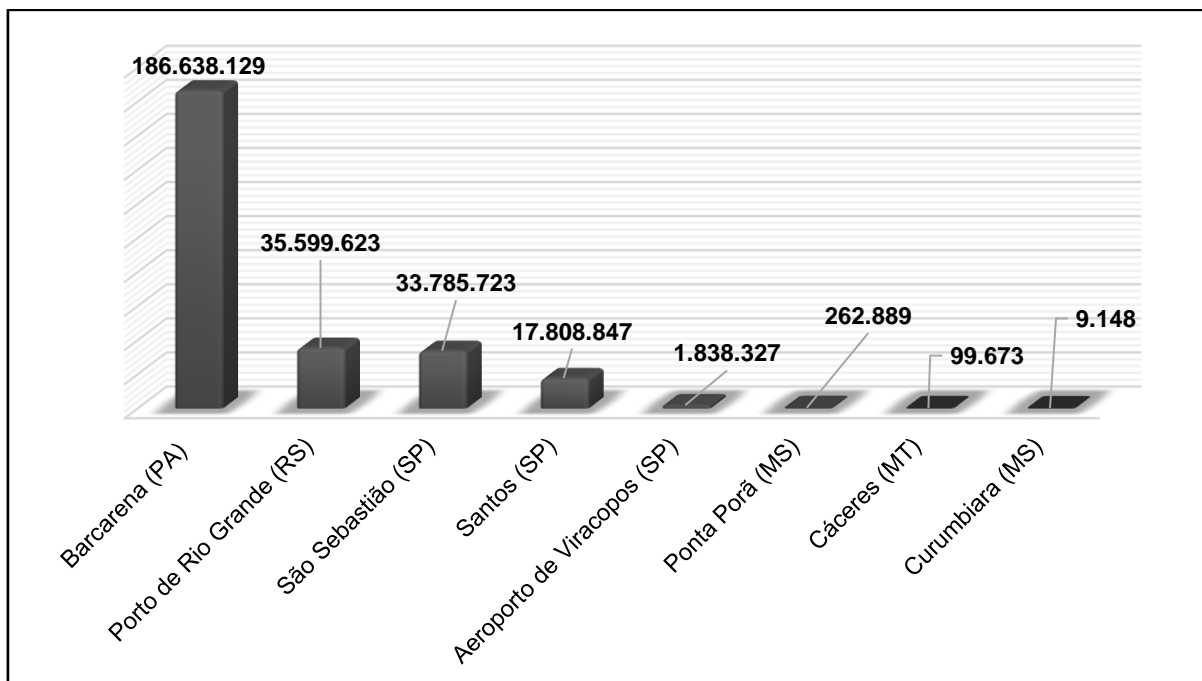


Fontes: Trabalho de campo da pesquisa (2020) e Mapbiomas (2022).

A terra dos lotes dos assentados do INCRA foi apropriada por outros sujeitos que a usam para a pecuária. Esta é uma ocupação sucessiva da terra, diferente do que se caracteriza a política de reforma agrária e assim se constitui a relação entre política estatal e espaço agrário. Silva e Ribeiro (2017, p. 33) afirmam que “durante implantação do Projeto de Assentamento Tuerê ocorreram sucessivas invasões sob o comando de lideranças político-partidárias”. Tais ações favoreceram as retiradas das madeiras nobres, o desflorestamento aliado à plantação de capim para formação de pastos, mas que isto é a ponta de um *iceberg*, de pressão oriunda de grandes comandos, promovida no âmbito da política exógena e do mercado e consumo.

Sustenta-se que os fatores que contribuem para a apropriação da terra são a dimensão areal de 15.432 km² do município, a sua localização às margens das BRs 230 (transamazônica) e 422 (Transcarnatã), que conecta às estradas PAs como 263 (trecho entre o município de Breu Branco e Goianésia do Pará), em seguida se conecta a PA 150 e que se liga à região metropolitana de Belém do Pará. Além disto, parte do município margeia o lago artificial da UHE-Tucuruí e tem fácil acesso à infraestrutura da Eclusa da UHE. Outro fator é a produção de bovinos que juntos são elementos que constituem o interesse de apropriação da terra, mas não é só isto. O mercado e o abastecimento dele são os principais responsáveis. A distância de Novo Repartimento para Belém é de 441 km e para o Porto de Barcarena é de 428 km. O município de Novo Repartimento com relação ao Porto de Barcarena, por ser um dos grandes produtores de gado e estar relativamente perto, o porto movimentava significativo embarque de bois vivos para abastecer o mercado de proteína animal em escala internacional.

Gráfico 28 – Exportação de gado (KG) (2017)



Fonte: Aliceweb (2017).

Do total de 276.042,359 kg de gado exportado do Brasil, 67,61 % foi embarcado a partir do Porto de Barcarena (BRASIL, 2022). Parte da produção de bovinos do município de Novo Repartimento compõe percentual de bois vivos embarcados no porto de Barcarena⁷⁶, porém não se encontram informações no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) de exportação de gado especificamente do município.

Fontes como IBGE (2021) e no Perfil da Pecuária no Brasil-ABIEC (2020) indicam o *ranking* dos 10 maiores produtores de gado do Brasil: São Félix do Xingu (PA); Corumbá (MS); Ribas do Rio Pardo (MS); Cáceres (MT); Marabá (PA); Vila Bela da Santíssima Trindade (MT); Juara (MT); Novo Repartimento (PA); Porto Velho (RO); Cumaru do Norte (PA). O município de Novo Repartimento encontra-se no *ranking* de produção de gado na 8ª posição. Em análise de 20 anos, considerando o período entre 1999 e 2019, o município teve um aumento do rebanho bovino de 120.870 para 950.038 unidade de animais, que correspondeu a percentual (%) em 20 anos de 786,00%.

⁷⁶ Pocar-chauri (2004, p. 30) escreve que “nas frentes amazônicas, a indústria de carne bovina compreende diretamente os mundos dos produtores de gado vivo, transportadores, comerciantes de gado vivo, abatedouros, atacadistas de carne bovina e distribuidores de varejo”.

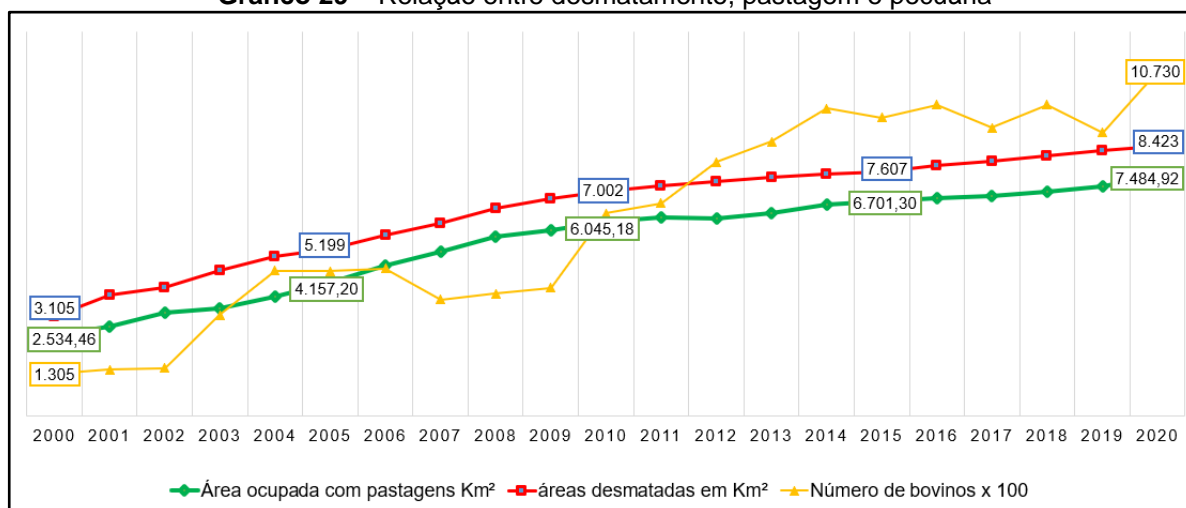
A apropriação da terra em Novo Repartimento se ocorre em forma de desmatamento. Segundo o PRODES, na tabela a seguir apresenta-se o monitoramento do desflorestamento em Novo Repartimento entre 2000 e 2019. No capítulo III, no qual discutimos a transformação de florestas em pastos, na seção 3.1 representamos no mapa 8 “mapa de alertas de desmatamento até julho de 2021”, o avanço do desmatamento se deu de maneira mais acentuada nas áreas de assentamento.

Tabela 37 – Desmatamento em Novo Repartimento (PRODES)

Novo Repartimento (PA) – Área total 15.398,723km² \e/ desmatamento				
Ano	Desflorestamento km² e (%)	em	Incremento em km² e (%)	Floresta atual/ano em km² e (%)
2000	3105.8 (20.13%)		N/A (0.00%)	11157.0 (72.30%)
2001	3778.0 (24.48%)		672.2 (4.36%)	10484.8 (67.94%)
2002	4005.4 (25.96%)		227.4 (1.47%)	10257.4 (66.47%)
2003	4527.6 (29.34%)		522.2 (3.38%)	9735.2 (63.08%)
2004	4986.2 (32.31%)		458.6 (2.97%)	9276.6 (60.11%)
2005	5199.3 (33.69%)		213.2 (1.38%)	9035.6 (58.55%)
2006	5645.2 (36.58%)		445.9 (2.89%)	8574.1 (55.56%)
2007	6006.5 (38.92%)		361.3 (2.34%)	7484.7 (48.50%)
2008	6488.8 (42.05%)		482.3 (3.13%)	7681.3 (49.78%)
2009	6778.0 (43.92%)		289.2 (1.87%)	7043.2 (45.64%)
2010	7002.0 (45.37%)		224.0 (1.45%)	7256.8 (47.02%)
2011	7185.1 (46.56%)		183.1 (1.19%)	7074.0 (45.84%)
2012	7306.1 (47.34%)		121.0 (0.78%)	6830.6 (44.26%)
2013	7455.7 (48.31%)		149.7 (0.97%)	5998.9 (38.87%)
2014	7533.7 (48.82%)		77.9 (0.50%)	5007.7 (32.45%)
2015	7607.4 (49.30%)		73.8 (0.48%)	4684.9 (30.36%)
2016	7831.9 (50.75%)		224.4 (1.45%)	6251.9 (40.51%)
2017	7954.2 (51.54%)		122.3 (0.79%)	6287.1 (40.74%)
2018	8126.7 (52.66%)		172.6 (1.12%)	6058.5 (39.26%)
2019	8267.9 (53.58%)		141.2 (0.91%)	5995.0 (38.85%)

Fonte: PRODES (2000).

Observa-se o registro elevado de desflorestamento até 2019. Apesar da incorporação dos incrementos de florestas realizados no município, só restam 38.85% de floresta. Em duas décadas foram desmatados 9.432 km², correspondendo a 61,82% da área total do município (PRODES, 2019). Os desmatamentos têm relação com aumento de pastagem e expansão da pecuária. O gráfico a seguir ilustra esta relação.

Gráfico 29 – Relação entre desmatamento, pastagem e pecuária

Fonte: IBGE (2020), INPE (2021) e MAPBIOMAS.org (2022).

Segundo o IBGE (2017), da área do município de Novo Repartimento, 8.652,31 km² são estabelecimentos agropecuários, deste total 5.743,06 km² são de pastagens. Diante desta observação, registra-se em áreas de assentamento de reforma agrária do INCRA em Novo Repartimento que elas são formadas, principalmente, por fazendas de gado bovino. Sobre os assentamentos mostrados no mapa 19 intitulado de “Assentamentos do INCRA em Novo Repartimento”, tem-se a distribuição espacial dos assentamentos como uma política voltada para pessoas sem-terra. Entretanto, os lotes dos assentados têm sido ocupados por fazendeiros. Em itinerário de um dos trabalhos de campo, partiu-se da sede do município de Tucuruí, seguindo a BR-422 (Transcarnetá) na direção da sede Novo Repartimento, a 70 km de distância. O tempo de viagem, em estrada de chão, é em torno de uma hora e trinta minutos, onde foi feito o primeiro ponto de localização. A partir daí seguiu-se a BR-230 (Transamazônica) até a Vila Pacajá/Novo Repartimento, a 106 km com relação à sede do município, situado na localização, 4° 8' 48" S; 50°13'11" W.

Neste trajeto, as observações (como se ilustra na figura a seguir) já trouxeram à memória lembranças do que a literatura e os dados oficiais reportam acerca do fato de o município ser reconhecido pela grande produção de gado bovino. A paisagem de ambos os lados da estrada oferece aos olhos a visão dos pastos, dos bois, das cercas de arame, das porteiras, das tranqueiras, estas como sinônimo de apropriação da terra e que expressam o “proibido entrar [...] propriedade privada”⁷⁷, pois, por detrás

⁷⁷ Informação oral, transcrita em informação verbal n.º 14.

delas encontram-se as sedes das fazendas, como expressão de domínio da posse atual da terra.

Observou-se que há ainda casa deixada em algumas fazendas. A casa é testemunho de que nestes lugares há a sucessão de usos da terra. O ex-assentado disse: “eu vendi tudo, até a casa eu deixei” (Entrevistado nº 19)⁷⁸. Na imagem a seguir, entre as demais fotografias é representada uma casa no meio das pastagens, esta identificada na geografia agrária do município como um momento que se passou. A trajetória a seguir ilustra a paisagem que se viu nos assentamentos do INCRA em Novo Repartimento em dezembro de 2020.

Imagem 4 – Paisagens de trabalho de campo nos assentamentos do INCRA



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da Vila Pacajá/Novo Repartimento, a trajetória seguiu a estrada de acesso ao Assentamento Tuerê I e II, com parada no cruzamento da estrada do Rio Gelado no ponto 4° 22'12" S; 50°19'19" W. Adentrando o percurso da estrada, o ponto seguinte foi na vicinal 2 do Tuerê, 4° 21' 48" S; 50°26'45" W.

Viu-se no assentamento Tuerê a proatividade dos fazendeiros na apropriação da terra. A apropriação da terra é ainda favorecida pela compreensão que os sujeitos têm sobre a pecuária. Sobre isto, ao encontrarmos as pessoas e (quando era possível) estabelecer diálogos com elas, obteve-se expressões como: “a pecuária é boa. A

⁷⁸ Informação oral, transcrita do entrevistado nº 19.

gente ganha com ela e não tem outra renda melhor, ainda mais agora [...]” (informação verbal)⁷⁹. Na fala “ainda mais agora” o interlocutor está se referindo aos preços praticados na venda e compra de boi nas fazendas no ano de 2020. O assentamento não é mais caracterizado por lotes de terras e pessoas assentadas neles que desempenham as atividades da agricultura, desta forma encontra-se longe de responder aos objetivos da política que o instituiu.

Na localização da vicinal 3, onde a cultura de cacau ainda está presente, encontrou-se um senhor (Entrevistado nº 15) que relatou ser natural do estado do Pará. Quando questionado acerca da relação entre o pequeno (agricultor/pecuarista/assentado) e o grande fazendeiro, disse: “não tem conflito na minha área de moradia. Aqui tá manso agora, já foi mais complicado, aqui”. As fazendas de gado são a forma que predomina a apropriação da terra no assentamento, se por um lado as fazendas geram o desejo dos que residem no lugar de serem fazendeiros, por outro lado a presença das grandes fazendas sufoca a esperança dos que vieram para o lugar alimentados pelo sonho de ter um lote de terra para trabalhar e produzir a vida. O entrevistado salientou que sua vinda para tal localização ocorreu para a aquisição de terra. Ele comprou 50ha de terra inicialmente e em seguida adquiriu mais 100ha. Nas palavras deste pequeno pecuarista é dito “que não há trabalhadores suficiente para os trabalhos da pecuária, principalmente, os trabalhos da juquira”.

A partir das informações orais colhidas nas entrevistas (a seguir transcritas e expostas) explicita-se o processo de imigração de outros estados em relação ao estado do Pará ou de outros municípios deste para o assentamento em Novo Repartimento.

⁷⁹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 14 em 2020.

Quadro 8 – Imigração do produtores de gado no assentamento do INCRA

Entrevistados	Estado de origem	Atividade
Entrevistado 01	Tocantins – TO	Pecuarista
Entrevistado 02	Tocantins – TO	Pecuarista
Entrevistado 03	Minas Gerais – MG	Pecuarista
Entrevistado 04	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 05	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 06	Maranhão – MA	Assentado, não pecuarista
Entrevistado 07	Tocantins – TO	Pecuarista meeiro
Entrevistado 08	Maranhão – MA	Pecuarista na terra indígena Parakanã
Entrevistado 09	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 10	Pará – PA (Cametá)	Pecuarista
Entrevistado 11	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 12	Maranhão – MA	Pecuarista
Entrevistado 13	Goiás – GO	Pecuarista

Fonte: dados da pesquisa – trabalho de campo, dezembro de 2020.

A motivação dos imigrantes tem sido a aquisição de mais terras para praticar a pecuária, porque de onde vieram não a tinham ou não era suficiente para criar gado. De modo que no assentamento Tuerê foi encontrada terra suficiente ou de fácil aquisição para tal atividade: “aqui, [vicinal 3, do Tuerê I], já fiz uma boa abertura, e meu pasto é novo” (Informação verbal)⁸⁰. Neste fragmento está claro que o desmatamento é recorrente. Entretanto, o entrevistado recorre a uma retórica de justificativa quando diz “aqui não há desmatamento, há pasto”.

As atividades dos pequenos pecuaristas familiares⁸¹ ocorrem em suas próprias áreas, ou eles a realizam de meia (‘meia’ é expressão que se usa para qualificar a forma como desenvolve a pecuária, criando gado de outro pecuarista ou dando gado a este para criar em seus pastos). A expressão “aqui há pasto” (segundo o entrevistado) significa “já é área com bastante tempo que estão preparadas” (Informação verbal)⁸².

Terras preparadas são aquelas que sofreram o processo de transformação de florestas em pastos. Isto traz ao debate o fato que a Lei nº 12.651/ 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, se ajustou aos problemas causados ao ambiente e se estruturou no âmbito do chamado Marco Legal da proteção florestal no Brasil, fundamentada na mesma Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Conforme

⁸⁰ Entrevista fornecida por entrevistado nº 15 em 2020.

⁸¹ Considera-se como pequenos pecuaristas familiares, que são aqueles sujeitos que produzem a vida no assentamento em seus lotes de terra, e não dependem exclusivamente da pecuária para a existência.

⁸² Entrevista fornecida por entrevistado nº 16 em 2020.

entendimento dado pela lei, estas áreas, mesmo tendo passado por fortes transformações antrópicas, são consideradas consolidadas. De outro modo, legitima-se o desmatamento até o ano de 2012.

Em outros termos trata-se de uma espécie de amortecimento de efeitos punitivos do estado contra os fazendeiros que se apropriam da terra, fazem desflorestamento, sentido que é possível identificar a relação umbilical entre planejamento territorial (política pública) e o espaço agrário.

Na Vila Pista da Ciex, Tuerê II na zona rural do município de Novo Repartimento/PA, localizada na posição 4°32'06.00" S, 50°45'47.32" W, fez-se observações do trabalho de campo. Partiu-se de uma pergunta retórica: o que se pretende ver no interior da área do Assentamento Tuerê I e II? Objetivando levantar informações sobre o espaço em estudo, foi possível constatar uma paisagem predominantemente de pastagem, gado, cercas de madeiras nobres e arames apropriados. E, em termos de uso do território, a expansão da pecuária bovina estabelece o limite aos assentados e aos ex-assentados. Nas vicinais é observada a dinâmica de caminhões boiadeiros, caminhonetes e pessoas a serviço da pecuária. A formação de extensas áreas de pastagem no município de Novo Repartimento é algo que à letra da lei denominou "áreas consolidadas" (BRASIL, 2008, Portaria nº 28).

No parágrafo anterior mencionou-se "ex-assentados", porque o que era para ser os seus lotes são fazendas. Os testemunhos disto são algumas casas velhas de madeira, com características de abandono às margens das vicinais, que, originalmente, abrigavam os assentados. Os residentes saíram destas casas em virtude da chegada da pecuária.

Em 2021, o que marcava a apropriação da terra eram as cercas de arame, o curral, o gado, alguns assentados e outros que se tornaram peão de boiadeiro. Nesta perspectiva, quando se encontra um assentado na área rural, este preenche sua vida por conteúdos distintos, diferentes da produção da existência de um agricultor assentado. Este quando permanece, o seu pensamento é ser um pecuarista. Há uma sucessão da apropriação da terra promovida pelo Estado. Isto se deu com a abertura de estradas, desde a década de 1970, com o estabelecimento do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá) para o percurso ao longo da BR-230, entre os municípios de Marabá e Altamira. Tratava-se de projetos de colonização e de projeto de Assentamento do INCRA, neste as pessoas foram assentadas com precariedade de existência para mobilizar indiretamente a apropriação por terceiros. Nesta área de

terra, o fim desejado por meio do planejamento estatal era destinar a área para o investimento privado.

A entrevistada nº 17 (em sua fala) explica a dinâmica espacial do espaço agrário de Novo Repartimento: “fomos atraídos pela terra, aqui compramos quatro terras [quatro lotes de assentados], no valor de quatrocentos reais (R\$ 400,00)”⁸³. O preço auferido em 2004 pela entrevistada é considerado “bom, mesmo porque o ex-dono [assentado] já havia amansado a terra” (informação verbal)⁸⁴.

Amansar a terra significa que retiraram as madeiras na área, desmataram as florestas restantes e plantaram o capim. Assim, sendo uma área consolidada, em forma de pastagem, mas que não levam em conta os problemas ambientais. Esta dinâmica de sucessão da terra indica quem realiza a abertura nem sempre é dono da área. Mas, o serviço de desmatamento e formação de pasto se realiza por terceiros e o dono não aparece na execução do desmatamento.

Na Vila Ciex, Novo Repartimento, área de assentamento, ouviu-se falas como: “o Tuerê é lugar de fazenda laranja” (informação verbal)⁸⁵, que referem-se à ideia de que o assentamento é lugar comum como qualquer outro no que concerne à apropriação da terra para a prática da pecuária. O assentamento do INCRA é onde ocorreu a desapropriação de terras improdutivas ou áreas da União sem uso, para assentar as pessoas para produção da vida, de maneira que as terras deveriam permanecer nas mãos de seus legítimos donos, os assentados. Porém, à medida que as terras voltaram a ser adquiridas por grandes fazendeiros, estes, não podendo documentá-las oficialmente em seus nomes, tiveram como alternativa ter um terceiro que pudesse assumir como suas.

Uma senhora afirmou que aqui era uma pista de pouso de uma madeireira: “a Ciex foi a primeira a entrar para cá” (Informação verbal)⁸⁶. Esta entrevistada disse que vieram para o lugar para criar gado e seu sonho se realizou da seguinte forma: adquiriu a terra pretendida e já tem os resultados esperados: “esses dias [meados de dezembro de 2020] meu marido vendeu uma vaca, quase 5 mil. A gente tem um monte lá” [monte, quer dizer várias vacas] (informações verbais)⁸⁷.

⁸³ Entrevista fornecida por entrevistado nº 17 em 2020.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Entrevista fornecida por entrevistado nº 18 em 2020.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

A entrevistada nº 18 informou suas impressões das fazendas: “aqui as fazendas têm até gerente, esse ano [2020] chegou luz [energia elétrica] até na fronteira [menção aos limites com as terras indígenas]. Aqui o trabalho [dificuldade] é de falar com os fazendeiros, com madeireiro, com grileiro” (informação verbal)⁸⁸.

A entrevistada proferiu uma pergunta retórica: “você sabe o clima [tensão/medo] daqui?”, e prosseguiu: “certa feita, amanheceu uma bala aqui na porta. E disseram para mim de alguma maneira, te cala!” (Informação verbal)⁸⁹.

São os *modus operandi* ainda persistentes, a voz de um território, que a entrevistada classifica de “são ossos duros”. Uma maneira de fazer calar as vozes, sufocá-las no espaço agrário. Disse mais a entrevistada: “eu, claro, me calei. Aqui não se usa mais carro de placa branca, nem uniforme oficial quando vem para o trabalho. Pois, só tem uma estrada, a mesma de entrar e a mesma de sair”.

A entrevistada, ao saber que a pesquisa era vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEU/UFPA, disse o seguinte: “mas com UFPA não tem problema não. Que bom que a UFPA tá entrando aqui. Aqui é um sistema que está mais ligado a Marabá. Aqui tem fazenda laranja, gado vacinado e invisível. Eles têm muito medo do IBAMA”.

Porém, autarquias do Estado têm dificuldades de executar suas atividades: “aqui, as vilas têm uma função estratégica. Aqueles postos de gasolina servem aos donos das fazendas, abastecem aos caminhões que puxam gado daqui de dentro (na maioria das vilas há um posto de gasolina). As estradas que saem dali vão parar no estado do Mato Grosso” (Informação verbal)⁹⁰.

As estradas vicinais ou os arramaís abertos no meio da floresta passam entre as fazendas, ligam uma vila à outra, seu papel é a de via de contato para uso das florestas. A função é: “ligar as corrutelas [vilas abertas à beira das estradas] e elas vão ligando as Terras Indígenas”. As estradas abertas na floresta por madeireiros conectam as corrutelas para servirem de “ponto de apoio por invasores de má-fé, de serviço do submundo” (informações verbais)⁹¹. Entre as afirmações prestadas, tem-se o seguinte: “quando a estrada chegou, com ela já veio tudo junto, madeira, garimpo e boi. E, o índio da região já tem contato com o “ilícito” (informação verbal)⁹².

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 18 em 2020.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

Contrastando a isto, afirmou a entrevistada que “há fazendeiros aqui na vizinhança, ainda tem uma boa relação com indígenas e os moradores próximos”. Mas como tudo aqui é “bem ali... longe”. As distâncias entre as vilas são grandes, e somadas às condições precárias das estradas vicinais, as ações de combate aos ilícitos são dificultadas. Entretanto, há uma lógica no que diz respeito às dificuldades de monitoramento, difíceis acessos, disponibilidade de madeiras e o maior uso da terra para pastos, porque com estas aparentes dificuldades ocorrem os transportes das madeiras sem a presença das fiscalizações. Durante a noite, na Vila Ciex, caminhões madeireiros são parte da dinâmica do espaço agrário, eles são usados para transportar madeiras e gado pelas vicinais.

Coexistem neste espaço o sonho do assentado de ser fazendeiro e a força de apropriação da terra de quem de fato é fazendeiro. Estes, à medida que compram os lotes de assentados, e uma vez transformados em pastos, cercam os últimos assentados com suas grandes fazendas.

Torres (2017) aponta como um fazendeiro compreende a apropriação da terra: “dono é quem desmata”. Esta expressão foi proferida por um grileiro, ao ser questionado quanto à legitimidade da posse da terra onde estava localizado. Torres (2017) chama a atenção ao fato de uma espécie de desmatamento na Amazônia paraense.

Essa modalidade de desmatamento baseia-se, resumidamente, na aquisição de áreas de floresta, seguida da derrubada, formação de pastagem e, enfim, da venda da área. Situação em que o Estado aplica políticas públicas equivocadas e estimula, a partir de uma visão triunfalista e violenta de desenvolvimento, a formação de grupos criminosos, a pretexto de colonizar a Amazônia (TORRES, 2017, p. 77).

Esta é uma maneira recorrente que o Estado brasileiro baliza os processos de desmatamento, como ocorre em Novo Repartimento-PA, no caso dos Assentamentos Tuerê I e II.

Como pode o governo incentivar o desmatamento e depois vir multar a gente? [...] em 2002 o governo financiou 10 vacas e 1 boi. Nós pagou as parcelas, depois o BASA, o BANCO DO BRASIL, disse para nós financiar cinquenta mil [R\$ 50.000,00], aí a gente precisava desmatar, mas vinha o IBAMA e multava (Informação verbal)⁹³.

⁹³ Entrevista fornecida por entrevistado nº 19 em 2020.

O entrevistado demonstra identificar os efeitos do uso do território quando diz: “tudo é levado para fora, a madeira, o gado. Aqui fica só o restolho. A gente só come carne porque tem um açougue aqui e tá demais cara a carne, e não sei por que isso” (Informação verbal)⁹⁴.

O processo de uso do território é demandado da força motriz (mercado e capital). Por conta destas forças, o Estado submete-se a elaborar políticas para atendê-las. E à medida que se oficializam as políticas, elas legitimam a expansão de uma atividade como a pecuária e nisto são geradas as pressões (desmatamentos para formar as fazendas de gado). Neste estágio ocorre a relação entre espaço agrário e planejamento estatal. Mas é uma relação que o beneficiário é o capital. Pensando com Santos (2014[1988], p. 18), vê-se que:

vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial. (SANTOS, 2014[1988], p. 18).

A expansão da pecuária favorece-se da retirada das madeiras e dos desmatamentos. E as políticas estatais justificam a expansão da pecuária na ideia de integração da região amazônica às demais regiões do país. Outro fator é o mercado das *commodities* de proteína animal, que faz com que haja grande produção de gado no município de Novo Repartimento. Porém, quando se lê “tá demais cara a carne, e não sei por que isso” (informação verbal)⁹⁵, observa-se que para o pequeno produtor não está claro a determinação dos valores dos bois produzidos no município.

A expansão da pecuária bovina é um processo que movimenta toda sociedade local e promove a relação desta com o Estado e com o mercado, e ambos servem ao capital. Milton Santos (1989, p. 5) afirma que um objeto “conduz à totalidade social, à estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social”. No que concerne ao processo da pecuária em Novo Repartimento, a totalidade social é o conjunto de mediações do Estado e o espaço e suas demandas em face da produção de gado. E que, promove a vida social, no âmbito da pecuária, é produzir gado ou sonhar em ser fazendeiro. A pecuária atrai as pessoas para o lugar. Estas alimentadas pelo sonho de aquisição de um lote de terra, de ganhar dinheiro, rememoram a ideia de que este

⁹⁴ Entrevista fornecida por entrevistado nº 19 em 2020.

⁹⁵ Idem.

espaço seja um eldorado. Entretanto, pecuária produz a dinâmica espacial na lógica e contradição do espaço agrário.

Como mencionado no decorrer do texto, a dinâmica migratória estabelecida em Novo Repartimento é realizada por pessoas que vêm de outros estados brasileiros para o município. Nas entrevistas obteve-se falas como: “hoje estou aqui no Pará há 17 anos. O que me trouxe foi a terra barata. E minha esperança era subir na vida” (Informação verbal)⁹⁶.

O espaço agrário de Novo Repartimento produz-se a partir do sonho de aquisição da terra e pela possibilidade de sua comercialização. A posse da terra para alguns se deu por meio dos projetos de assentamento no município. Porém, a expressão do espaço agrário é controversa, no sentido de que o assentamento tenha significado de conquista aos sem-terra, mas a paisagem é marcada pela geografia predominante de grandes fazendas, que respondem diretamente às forças motrizes externas ao lugar.

A expansão da pecuária se efetiva em forma de desflorestamento e seu mecanismo de intolerância faz com que assentados sejam peças importantes do quebra-cabeça, como indutores diretos e indiretos de desmatamento, e sofram os impactos do processo. Como se lê:

Eu era assentado em São Felix do Xingu. Lá eu tinha 19 alqueires e aqui comprei 46 alqueires. Vim criar gado aqui. Aqui era difícil, mas vai ficar bom. Hoje tem uma condição melhor, eu trabalho para mim, lá era para outros. Aqui há perigo! Mas a gente trabalha no direito. [meneou a cabeça e fez um sinal de gatilho], tem gente perigosa, mas ninguém mexeu comigo (Informação verbal)⁹⁷.

A dinâmica migratória em virtude da aquisição da terra é marcada pela sucessão da sua posse, pelo sonho de adquirir mais terra ainda, pela pseudotranquilidade. O que traz contrariedade do lugar que se diz bom, mas não é; onde há medo com sinônimo de respeito. E que de igual modo se ouviu falar: “aqui é lugar de gente trabalhador, ninguém mexeu comigo”.

No que concerne ao desmatamento, este já ganhou o nome de área consolidada (BRASIL, 2008). Contudo, sua ampliação continua ocorrendo, sob a justificativa contida na fala de um posseiro: “as coisas da gente vão aumentando, e aí a gente amplia o pasto” (informação verbal).

⁹⁶ Entrevista fornecida por entrevistado nº 20 em 2020.

⁹⁷ Entrevista fornecida por entrevistado nº 21 em 2020.

O produtor nem sempre sabe o destino:

o destino do gado daqui, vai para o Breu [onde tem um matadouro]. Aqui a criação vai ficar rica, vai ficar bom. Aqui tem muitas caminhonetes, e isso é para quem tem dinheiro e aqui tem muito. Eu crio gado de metade e próprio mesmo. Já fiz dois financiamentos. Pelo Basa financeiei para criar e pelo Banco do Brasil para custeio (Informação verbal)⁹⁸.

O destino da produção não importa muito para o pecuarista, uma vez que para ele havendo comercialização próximo do curral, a sua necessidade estará atendida. Apesar disto, há dentre os produtores aqueles que problematizam o espaço agrário, do “porquê” Novo Repartimento desempenhar a especificidade de produzir e vender apenas gado vivo. Informam o seguinte: “aqui tinha um frigorífico, depois de Maracajá⁹⁹, próximo de Repartimento [sede municipal], veio uma empresa de Marabá e o comprou para fechá-lo.

Para desenvolver o entendimento recorreu-se à entrevista de um açougueiro natural do estado de Goiás (GO). Ele disse: “aqui é difícil ter uma vaca pendurada para vender a carne aqui” (Informação verbal)¹⁰⁰. Ele alegou não ter um fornecedor, porque tem que abater o gado, fazer todo o serviço para comercializar a carne.

Pequenos comerciantes como o entrevistado são distribuídos no espaço agrário. São as pequenas lojas, contendo os produtos de maior recorrência de uso, a maioria voltados para pecuária. Em particular, observou-se outro açougue na pista da Ciex, nele o preço da carne de primeira, em 2020, era trinta e quatro reais (R\$ 34,00), comparado com o preço médio em São Paulo (SP) de trinta e sete reais e sete centavos (R\$37,07) (DIEESE, 2020). Disse outro açougueiro: “o preço aqui no assentamento, acho bem barato a carne do gado porquê é difícil ter uma vaca pendurada aqui” (nº 24, informação verbal).

Esta informação nos dá dois entendimentos: um diz respeito de quando a entrevistada desempenhava a atividade, em Goiânia (GO), que bastava solicitar os cortes que precisava e a ela seria entregue. Outro diz respeito à realidade do espaço agrário de Novo Repartimento, em virtude das forças motrizes que o coordenam, tanto na apropriação quanto no uso da terra para a pecuária, impossibilitam a comercialização e menor preço da carne. O gado produzido ali não serve para o abastecimento do mercado local, porque é mais simples vender para outros mercados

⁹⁸ Entrevista fornecida por entrevistado nº 22 em 2020.

⁹⁹ Vila pertencente a Novo Repartimento.

¹⁰⁰ Entrevista fornecida por entrevistado nº 23 em 2020.

do que vender para a localidade. A lógica e contradição andam de mãos juntas e são, ao mesmo tempo, peças de um mesmo quebra-cabeça.

Acima está a reclamação expressa por um pequeno produtor de gado em dizer não haver um frigorífico no município. Todavia, conforme a Econodata (2018), há instalada oficialmente em Novo Repartimento a empresa America Foods Importação e Exportação Ltda¹⁰¹, em que se informa a sua atividade econômica principal, o Frigorífico — abate de bovinos¹⁰².

Ela está registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 11.782.389/0002-71, fundada em 22 de novembro de 2010, a qual está em situação cadastral ativa na Receita Federal do Brasil. Esta empresa é uma filial do tipo Sociedade Empresarial Limitada, com um registro legal, com endereço fictício em Novo Repartimento-PA, mas tem o propósito de usar o território.

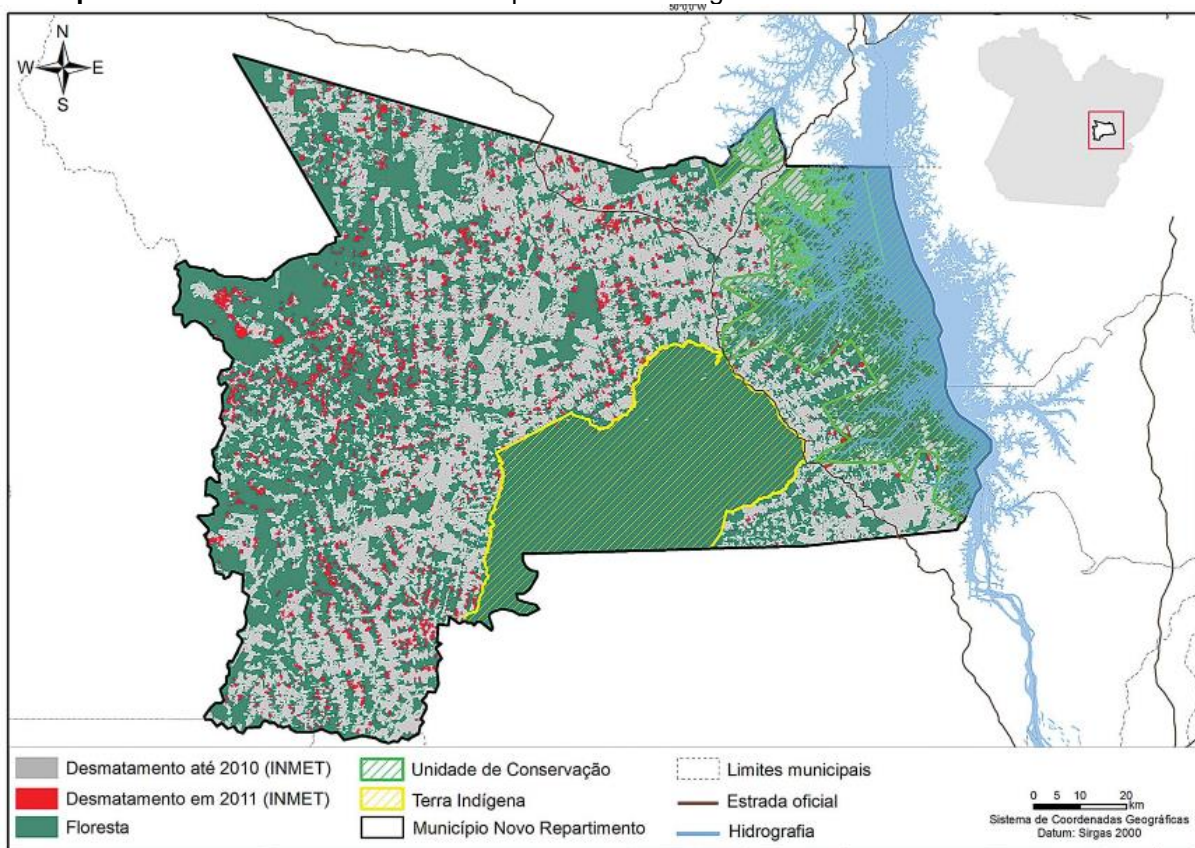
A menção de não existir um frigorífico tem relação com as variáveis empíricas da pesquisa (desmatamento e pastagem). A partir disto, a ideia de identificar a existência de frigoríficos em Novo Repartimento, pois, se criam políticas públicas relacionadas à possibilidade de preservar as florestas na Amazônia. Sobre isto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou em 2011 o Programa de Boi Guardião, com o objetivo de conter o desmatamento causado pela pecuária em propriedades rurais da região. Por meio do Imazon, Barreto et al. (2017, p. 12) apresentam a narrativa que o Estado usa o instrumento normativo da política pública para anunciar como pensa o meio ambiente amazônico, “os frigoríficos que compram gado da Amazônia têm sido pressionados por campanhas ambientais e processos legais a combater o desmatamento praticado pelos fazendeiros”. Daí a “a pressão para zerar o desmatamento, legal ou ilegal, é crescente, pois esta é a atividade mais poluidora do país, se considerarmos a emissão de gases da queima de florestas que contribuem para o aquecimento global” (BARRETO *et al.*, 2017, p. 12).

¹⁰¹ Uso da informação amparada pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que Institui a Política de Dados Abertos e pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta a garantia ao acesso a informações previsto na Constituição Federal.

¹⁰² ECONODATA. Plataforma de prospecção de empresas. Na lista de empresas de frigorífico para Novo Repartimento a America Foods é a primeira colocada. Disponível em: www.econodata.com.br/guia-empresas/maiores-empresas-industria-alimentos-carne-frigorifico/para/novo-repartimento. Acesso em: jan. 2021. America Foods Importação E Exportação Ltda. Frigorífico - abate de bovinos <https://transparencia.cc/dados/cnpj/11782389000271-PA-america-foods-importacao-e-exportacao-ltda>.

O mapa de cobertura do solo de Novo Repartimento é uma forma de representar que o desmatamento está diminuindo. Entretanto, outros dados revelam que neste período a pressão do desmatamento, inclusive, na área estudada cresceu ainda mais.

Mapa 20 – Desmatamento em Novo Repartimento – Programa Boi Guardião entre 2010 e 2011



Fonte: Imazon (2017).

Considera-se que o Programa Boi Guardião promoveu um enfraquecimento da política ambiental, visto que persistiu o aumento do desmatamento, mesmo havendo o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com os órgãos do Estado como Ministério do Meio Ambiente (MMA) e sua autarquia, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além do Ministério Público Federal (MPF) e os frigoríficos.

Os frigoríficos signatários do TAC se comprometeram a comprar carne apenas de fazendas livres de desmatamentos após 2009, e que não praticam trabalho análogo à escravidão, e registradas no Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), fazenda que tem seus registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é a

identidade da fazenda, podendo representar a veracidade ou uma identidade falsa dela.

O programa Boi Guardião foi implantado como um projeto-piloto no Sudeste do Pará, elaborado como um instrumento promissor contra o desmatamento. Porém, foi compreendido como uma reação forte do setor rural contra as políticas de proteção florestal e aos próprios acordos. Acerca disto, Barreto et al. (2017, p. 80) sugerem ter havido “indícios de que essas reações aumentaram a crença na impunidade”. A prova disto está em dispositivos do Estado brasileiro que em 2012, por meio dos poderes executivo e legislativo, revisaram o Código Florestal e perdoaram parte do desmatamento ilegal antes de 2008 (BRASIL, 2012).

Em Novo Repartimento até mês de junho de 2022 não há frigorífico em funcionamento, o que indica a ausência de política pública na qual pudesse haver geração de emprego para a região. Apesar de não haver uma otimização da produção de gado, desdobrada em um frigorífico, disse um entrevistado: “atualmente os preços estão bons para comercialização de boi vivo” (informação verbal)¹⁰³. Entretanto, a preocupação do pequeno pecuarista indica como há ausência de política pública. E isto revela que o Estado é incisivo, pelo desenvolvimento da região, mas para fora dela.

Assim, como não há otimização da produção de gado no município, o que se tem é persistente sucessão da posse da terra por grandes e pequenos produtores nelas. Para tal, as ações desenvolvidas são os desmatamentos das áreas e sua transformação em pastos. Nas áreas desmatadas, quando ainda pertencente a assentados, estes foram atraídos pelo médio e grande produtor de gado, os quais compraram os seus lotes de terra e formaram as enormes fazendas. E registra-se na paisagem formada pelas extensas áreas de pasto pertencentes a um único dono e pelas vozes de ex-assentados ao longo deste trabalho.

A política do Estado dos assentamentos do INCRA favorece a expansão da pecuária. Na expressão oral de um assentado ouviu-se: “fomos jogados aqui” (expressão verbal de um ex-assentado)¹⁰⁴. As terras dos assentados foram objeto de ações de fazendeiros que se apropriaram dos lotes. Ações realizadas facilmente, porque no Assentamento, na perspectiva do assentado, ocorreu uma descoberta

¹⁰³ Entrevista fornecida por entrevistado nº 22 em 2020.

¹⁰⁴ Entrevista fornecida por entrevistado nº 23 em 2020.

inesperada, de um lugar sem escola, sem saúde, sem energia elétrica ou estrada sem transportes.

A pecuária bovina no assentamento e a sua dimensão espacial se ampliam. Isto decorre da chegada de novos proprietários nos lotes e da saída do ex-dono para outras áreas. Estes são empurrados para a periferia do espaço agrário, no mínimo voltam a ser sem-terra, mas úteis para as fazendas de gado. São, portanto, os trabalhadores braçais dos patrões “fortes” que lhes pagam “boas” quantias em reais pela diária de trabalho (entre R\$70,00 a R\$100,00) (dezembro de 2021). Entrevistouse um cidadão recém-chegado do estado de Sergipe que afirmou: “eu cheguei há pouco tempo, comprei o lote com pasto e já crio gado” (Informação verbal)¹⁰⁵. Outro entrevistado, ao responder acerca da movimentação da localidade, afirmou que está ainda no lote, procedente de Minas Gerais, registrou que: “aqui tinha que pegar a malária [ser contaminado por malária], não tinha outro jeito. Aqui há um movimento muito grande de chegada de gente e de saída também” (Informação verbal)¹⁰⁶.

Em 2021, o interesse das pessoas que chegam no município está na área já consolidada, terras nas quais já ocorreu um processo de sucessão de apropriação: “conflito, tem muito mesmo. Mas, há alguns anos, agora tá mais manso. E a justiça é feita aqui mesmo, a polícia nem vem atrás” (Informação verbal)¹⁰⁷. A dinâmica migratória, na observação do entrevistado recém-chegado no assentamento Tuerê II: “vim comprar uma terra e criar gado” (Informação verbal)¹⁰⁸. Um outro entrevistado salientou: “a terra fértil convida a gente” (Informação verbal)¹⁰⁹.

Dos entrevistados, encontram-se alguns que ainda estão na área, mas como ex-assentados. Tem-se o exemplo de um entrevistado oriundo do estado do Maranhão, que informou que vendeu seu lote em 2009 por R\$13.000,00. E, após discorrer sobre as dificuldades de sua chegada no lugar, afirmou: “o lugar melhorou muito, não tem crise, aqui é bom” (Informação verbal)¹¹⁰.

Esta expressão está diretamente ligada aos aspectos de acesso, por conta da relativa situação de trafegabilidade nas vicinais, aos lotes, às vilas, ao longo das áreas rurais do município. Soma-se a estas condições as instalações do comércio com

¹⁰⁵ Entrevista fornecida por entrevistado nº 25 em 2020.

¹⁰⁶ Entrevista fornecida por entrevistado nº 26 em 2020.

¹⁰⁷ Entrevista fornecida por entrevistado nº 27 em 2020.

¹⁰⁸ Entrevista fornecida por entrevistado nº 28 em 2020.

¹⁰⁹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 29 em 2020.

¹¹⁰ Entrevista fornecida por entrevistado nº 30 em 2020.

disponibilidade básica de produtos usados pelo campo, casas de venda de produtos agropecuários, posto de gasolina. Porém, apontamentos de tristeza, porque o entrevistado não tem mais as condições de aquisição de um lote. Ele afirmou que cria gado, mas cedendo metade da produção ao pecuarista que tem pasto.

Permanecer na terra, do princípio do assentamento, até 2020, deve-se à grande força de vontade e de crença que um dia as condições materiais de existência poderiam melhorar em algum aspecto. A respeito disto, a entrevistada, na localização “Trevo do Dida”, disse o seguinte: “quem pegou desde o início, só cresceu quem teve força de vontade. Aqui é, hoje, um lugar bom para ganhar dinheiro. E aqui não é mais um assentamento, é igual a todo lugar por aí de outra região” (Informação verbal)¹¹¹.

A expressão “é igual a todo lugar” em nossa interpretação significa que a noção de que o assentamento não seja um lugar apropriado para colocar pessoas, especialmente nas condições de pobres, deve-se ao fato das especificidades pretendidas para o lugar. As características dos assentamentos estão desaparecendo. Diminui-se o número de pessoas assentadas e os lotes de terras que antes eram formados pelas casas e a atividade de agricultura foram substituídos por pastos.

Um entrevistado disse: “aqui não tem ninguém pobre. Não tem gente desocupada, para nós, a rua (a sede do município de Novo Repartimento ou outra cidade) é só para comprar algumas coisas. Mas eu estou saindo daqui, vendi a terra e comprei outra fora daqui” (Informação verbal)¹¹².

O entrevistado localizado na Vila Capim informou ser imigrante do estado do Maranhão, foi assentado, mas vendeu seu lote e sem ele inaugurou um pequeno comércio. Em 2020 investiu em gado, mas em parceria com outros pequenos produtores. Descrevendo a situação do lugar no tempo-espaço de sua chegada, ele disse:

Em 1990, o Exército fez um arrastão rapado com trator. Em 2000 já apareceu uma caminhonete fazendo linha aqui. Em 2006 o INCRA cortou a terra do [x]¹¹³ que era 30 lotes e deu para o povo. O INCRA fez uma covardia com ele. Ele tinha 30 lotes que os índios deram para ele. O INCRA o desapropriou e deu as terras para o pessoal de Canaã, esses nem passaram dois anos na terra e venderam tudo para uma única pessoa, o seu [y]¹¹⁴ de São Paulo que tem grana, e voltaram para Canaã dos Carajás. **O INCRA era para ter dado**

¹¹¹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 31 em 2020.

¹¹² Entrevista fornecida por entrevistado nº 22 em 2020.

¹¹³ [x] uso de pseudônimo para preservar a identidade do entrevistado. Referência dada pelo entrevistado, pois, esse cidadão era detentor de uma grande área adquirida dos índios. Este chegou na área em 1978 e ficou na área até 2002.

¹¹⁴ [y] uso de pseudônimo para preservar a identidade do informante.

a terra para gente da comunidade. Se não era para ser fazenda. Ficou fazenda do mesmo jeito. Dinheiro manda. Deram para o [X] dois lotes lá perto da mata verde (Informação verbal¹¹⁵, grifo nosso).

Prosseguiu expondo a sua trajetória como assentado que 2007 fizera financiamento pelo PRONAF, e com sete anos eu pagou tudo. Disse ele: “Eu vendi a minha terra por R\$3.000,00 (três mil reais), hoje um lote aqui vale R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Aqui até para achar alguém para juquira é difícil. Aqui quem tem terra está aprumado” (Informação verbal)¹¹⁶

Conforme nosso entrevistado, o ato de vender os lotes de terras nos assentamentos têm sido frequente. Lembrou-se o entrevistado que a área dos assentamentos é enorme no município de Novo Repartimento. Afirmou que deles abrigarem os sujeitos que o INCRA colocou nas áreas, nos anos de 2020, 2021 são os fazendeiros que se utilizam da terra.

Como nos disse o entrevistado acima: “se não era para ser fazenda. Ficou fazenda do mesmo jeito. Dinheiro manda”. O Estado documentou as áreas como assentamentos do INCRA, porém, os pastos são os domínios de vegetação e as florestas naturais da Amazônia estão ali, como fragmentos que parecem ser variações de espécies naturais, apenas. Em grande medida as fazendas expressam uma lógica que combina com os acordos do país com o sistema econômico mundial, de ser o produtor de *commodities* para o mercado.

Na vicinal 2 do Tuerê II estabeleceu-se diálogo com o pequeno comerciante, à margem da estrada, sua localização ainda é originária do tempo em que chegou no lugar. Ele descreveu a transformação nos últimos dez anos dizendo que havia floresta densa, onça, caça, era uma riqueza. E meneando a cabeça com indicação de negatividade disse: “**aqui nem venta. Tinha muita castanheira.** Daqui a trinta anos de tempo, **disso aqui,** não vai restar nada, nem vento, nem nada terá” (Informação verbal¹¹⁷, grifo nosso).

Seu terreno de residência e do pequeno comércio é cercado por uma grande fazenda, na qual se avista a mata bastante longe. A mata verde, como disse o entrevistado anterior, é o limite e a fronteira, lugar de vertiginosa expansão, aonde o estado não chega com política de contenção, mas de maneira análoga está presente com sua ausência sistêmica.

¹¹⁵ Entrevista fornecida por entrevistado nº 34 em 2020.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Entrevista fornecida por entrevistado nº 35 em 2020.

Encontrou-se um grupo de pessoas e o diálogo foi sobre se tinham terra, se criavam gado e se assentados. Um disse que ser assentado, que cria gado, mas que já vendeu a terra (Informação verbal)¹¹⁸. Outro proveniente do estado do Maranhão, não assentado, não cria gado, não tem terra, é apenas trabalhador braçal (Informação verbal)¹¹⁹. Outros dois afirmaram serem assentados, um deles disse criar gado, e o outro disse que não. O assentado não tem mais a terra. O não assentado já adquiriu a terra por compra. Ambos consideram que é bom viver no lugar (Informações verbais)¹²⁰.

Para outro grupo de oito pessoas, respectivamente, oriundos dos estados de Minas Gerais (MG), MG, Pará (PA), PA, Sergipe (SE), PA, PA e MG, perguntou-se quais eram as suas expectativas ao virem para o lugar. A resposta unânime foi para adquirir terra para trabalhar. Entretanto, ambos são trabalhadores da fazenda Aparecida, esta representa o cercamento e a pressão sobre a vida de pessoas, assentados ou não assentados. Esta sucessão de apropriação da terra é promotora de novos estados naturais e a responsável pelos impactos que caracterizam as condições materiais de existência dos trabalhadores da fazenda. Apesar disto, os relatos deles foram “positivos” sobre a fazenda porque ela é a única possibilidade de existência deles (Informações verbais)¹²¹.

A Vila novo horizonte é considerada a mais desenvolvida do Tuerê I. Nela há asfalto em algumas ruas, dois postos de gasolina e a existência de uma área de comércio. O comércio é distribuído em lojas varejistas, de eletrodomésticos, de produtos da agropecuária, farmácias etc. Entretanto, o espaço agrário tem seus problemas relacionados à falta de educação de qualidade para os jovens do lugar. Apesar disto, três jovens afirmaram ser um lugar bom de se viver.

Na Vila Novo Brasil (reconhecida também como Têe do Tuerê, localizada a 22 km de distância das terras indígenas Trincheira Bacajá) um cidadão declarou estar na Vila há 18 anos, informou ainda que seu pai é assentado no Tuerê. Para este senhor, a busca pela posse da terra foi o seu principal objetivo: “nossa gente queria terra, criar gado e ganhar dinheiro” (Informação verbal)¹²².

¹¹⁸ Entrevista fornecida por entrevistado nº 37 em 2020.

¹¹⁹ Entrevista fornecida por entrevistado nº 38 em 2020.

¹²⁰ Entrevistas fornecidas por entrevistados nº 39 e 47 em 2020.

¹²¹ Entrevistas fornecidas por entrevistados nº 48 e 49 em 2020.

¹²² Entrevista fornecida por entrevistado nº 50 em 2020.

A terra adquirida através de política de assentamento do INCRA, tempos depois, com a inserção do gado financiado pelo estado, via PRONAF, a criação passou ser também a sua esperança e, finalmente, a expectativa de tornar-se pecuarista e ganhar dinheiro. Conferindo o que se conhece na literatura como “mito do fazendeiro” representa como o desejo do peão, do sem-terra, de ser também fazendeiro.

Uma senhora na vila Novo Horizonte (Tuerê I), assentada em 1995 em um lote, onde desenvolveu as condições de existência até o ano de 2009, neste ano vendeu o seu lote. Em 2020, sob a realidade de elevados preços do gado e da frenética dinâmica da pecuária, a senhora disse: “estou arrependida de ter vendido a terra. Eu, hoje, não tenho condições de comprar outra, não”. E prosseguiu: “em 2009, o alqueire de terra era R\$ 13.000,00. A região aqui não tem crise. Aqui é bom. Aqui é melhor lugar do mundo” (Informação verbal)¹²³.

Portanto, a apropriação da terra e o seu uso pela pecuária são resultados da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. Em 2022 a pecuária é a atividade que utiliza da terra e é ela que realiza a sucessão de uso em Novo Repartimento-PA.

4.4 SÍNTESE DO TEMPO DOIS

Planejamento estatal e espaço agrário é par dialético, juntos em Novo Repartimento sintetizam-se na produção da pecuária. A pecuária não é ação primária como aparenta ser, quando se observa a atividade se propagando através de desmatamento e produzindo a principal dinâmica no espaço agrário. A pecuária tem uma relação umbilical com os planos, políticas e programas instituídos pelo Estado brasileiro e reverbera-se na Amazônia Brasileira como uso do território.

Diz-se na mídia brasileira, e em pronunciamentos oficiais do governo do Brasil, que “o agro é pop, o agro é nosso”. Fala-se deliberadamente que a produção do campo sustenta a economia. Porém, os dados de financiamentos do agronegócio dão conta que este é sustentado pelo Estado. O Estado mantém o agronegócio com financiamento de créditos e incentivos fiscais e baliza as condições de uso do território.

¹²³ Entrevista fornecida por entrevistado nº 51 em 2020.

A relação entre espaço agrário em planejamento territorial é, na prática, uma contradição de desenvolvimento na região. No caso de Novo Repartimento, de um lado, a pecuária revela-se como a riqueza expressada na economia e no mercado de *commodities* de proteína animal. Isto convence a maioria da população de que a pecuária é a principal fonte de renda e de produção da vida do município de Novo Repartimento. Por outro lado, no município nos dados oficiais e de pesquisa identifica-se que há concentração de pobreza nele. No índice de desenvolvimento municipal do IBGE, o município está na 117ª posição no *ranking* do estado do Pará.

Observou-se que estradas federais foram construídas na região, duas delas passam pelo município de Novo Repartimento, a BR-230 e a BR-422. Identificou-se que na região incentivos fiscais e créditos favoreceram a ocupação da terra e seus usos. Nas últimas três décadas, 1990, 2000 e 2020, houve planejamentos territoriais. Nestes o governo criou os corredores de circulação e eixos de desenvolvimento com infraestrutura intermodal e hidrovias na região que favoreceram a sangria da floresta.

Somadas a outras formas de planejamento estatal ou governamental, outras ações favorecem o capital como a chamada inclusão social. Esta ocorreu a partir de políticas de crédito, acessadas por parte de pequenos produtores, ribeirinhos, assentados e camponeses. Destes, muitos receberam financiamento para pecuária, mas no final do processo (do financiamento, da atividade e ao tempo de pagamento) fizeram uma parte do trabalho das primeiras aberturas de pasto. Isto é o que se chama de amansar a terra, depois disto ocorre a apropriação das áreas pelos médios e grandes agropecuaristas.

Na relação entre política estatal e o espaço agrário, a política tem uma postura de favorecimento aos grupos no poder. E esta postura não favorece a construção de justiça social no espaço agrário. No período de 1996 a 2016, os governos pautaram uma maneira de administração gerencial marcada pelo controle de resultados. E, nesta premissa, no caso do espaço agrário, o que é oriundo da política na ideia de incluir o sujeito socialmente, o afastou ainda mais de uma condição de produção da existência que expresse qualidade de vida.

Argumenta-se que o espaço agrário é um palco caracterizado por variáveis resultantes de mudanças, isto é, experiências consolidadas e permanências com novas experiências que se apresentam e desenvolvem no espaço agrário. Em 2022 já se vive o que Graziano da Silva (2013) pensava que viria ser o espaço agrário da pluriatividade de um “novo agricultor”, marcado por fenômenos: o “desmonte” das

unidades produtivas, a especialização produtiva, formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, crescimento do emprego qualificado no meio rural, melhoria da infraestrutura social e de lazer, além de uma melhora substancial na qualidade de vida dos que moram nas zonas rurais. Está-se diante de um espaço agrário complexo que espelha a diversidade. E no caso da Amazônia, em áreas de intensas dinâmicas territoriais, são exibidos problemas centrais como conflitos fundiários e pobreza.

A relação entre planejamento territorial e espaço agrário produz uma adaptação da convivência de pequenos e grandes proprietários de gado em Novo Repartimento. Os pequenos proprietários de terra, mesmo que (sendo) expulsos dela, são convocados a ficar na área como sujeitos necessários para o avanço da pecuária bovina. Trata-se de uma adaptação da convivência, é um *modus operandi* instituído como uma parte de um processo que se desdobra em especialização da pecuária no espaço agrário de Novo Repartimento. Registra-se elevado número de produção de bovinos em comparação com outras atividades do espaço agrário.

Novo Repartimento, comparado em relação à Região de Integração do Lago de Tucuruí-RILT, está no primeiro lugar na produção de bovinos. Em relação ao estado do Pará, têm o segundo maior rebanho de bois. O município, em relação ao Brasil, representa a sétima maior produção da pecuária (FAPESPA, 2018; IBGE, 2019). Isto pode até parecer algo positivo do ponto de vista econômico, mas tem seus efeitos danosos em forma de desmatamento no município.

O desmatamento de um lado indica o crescimento da atividade no município, mas que usa a mão de obra do camponês, do ribeirinho, posseiros que, sendo expulsos da terra, continuam na área, constituindo uma das coexistências no ato de apropriação da terra. Assim, tem-se uma condição material de existência, onde a política e o espaço agrário normatizam ou legitimam um comando para metamorfosear florestas em pasto, camponês em trabalhador boiadeiro.

As políticas de estado que chegam no lugar têm terminologias como “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, algo no sentido de dar movimentação/dinâmica que se consolida parecendo ser política de privilégio e mudanças positivas que se avizinham, mas que não se realizam em prol dos que são do lugar. Outras políticas que se seguem nominam-se “corredores econômicos”, que são mais como um suporte para sangria das matérias-primas das regiões brasileiras. São políticas gestadas pelo Ministério do Planejamento do Brasil, com nome de “Brasil

em Ação”, outra de “Avança Brasil”, estas duas com técnicas gerenciais em favor do capital privado. As sequências dos planos no Brasil foram evidenciadas em “Plano de aceleração da economia” e trouxeram a terminologia da inclusão social.

No Brasil há uma sucessão e coexistência de planos, são, pois, planejamentos para usar o território. A Amazônia paraense é concebida para o crescimento econômico para fora. Os planos atuais rememoram a visão que teve o governo militar de exploração e valorização da periferia amazônica nos anos 1970 por meio do Programa de Integração Nacional (PIN). Como nos lembra Huertas (2007, p. 145), “diretriz territorial para as ações programadas”, como as dos eixos nacionais de desenvolvimento, fundamentadas na visão infraestrutural, na logística como base para o escoamento da produção, privilegiando-se os indicadores socioeconômicos sobre os ambientais.

Novo Repartimento faz parte das projeções de uma Amazônia na qual a intensificação de uso da terra para a produção de energia, abertura de estradas, mineração e pecuária está presente. O panorama da expansão agropecuária para a região amazônica tem se pautado em diversos momentos econômicos, refletindo na ausência de estratégias duradouras de desenvolvimento (HOMMA, 2012).

A área de Novo Repartimento entre 1960 e 1970 foi requerida para ser preenchida porque a consideravam como “vazio” demográfico, onde as táticas do governo militar criaram uma série de mecanismos que estimularam a penetração do capital nacional e estrangeiro na Amazônia. Neste sentido, o papel da política é de promover a pecuária na região.

Com a política de desenvolvimento que se reverberou em produção de energia para desenvolver outras regiões, as aberturas de estradas beneficiaram a apropriação da terra pelos de fora da região. E a conformação da pecuária com a ação faz parecer que o desenvolvimento é do lugar, porém, favorecem outros centros.

A pecuária intensifica a conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento. O crescimento da pecuária brasileira nos últimos anos foi acompanhado por um intenso processo de devastação ambiental, principalmente na Amazônia, pela transformação das florestas em pastagens. O que favorece a produção da renda da terra extraída a partir da atividade é a sua alta rentabilidade, sob o pretexto de geração de renda para a economia regional, concorrendo para práticas insustentáveis, de tal modo que os ganhos econômicos, na maioria dos

casos, se tornam menores do que os custos sociais e ambientais gerados (DIÉTIMA DA SILVA, 2021).

Assim, a dinâmica territorial da bovinocultura é sinônimo de política, na produção de desenvolvimento da região. Em que o ato de financiar a pecuária sustentável para preservar a Amazônia expõe a conciliação das “melhores intenções” ambientais dos países desenvolvidos com o necessário desenvolvimento econômico da Amazônia.

A pecuária é uma vilã incorrigível para o ambiente, mas que tende a ser justificável pelo fato de que ela promove êxito econômico em virtude da exuberante oferta de proteína animal de excelente qualidade, para os mercados nacionais e internacionais, deste último são oriundas as grandes demandas por carne bovina (MEDEIROS; DIAS; MALAFIA, 2020).

Assim, mesmo que a pecuária seja uma vilã do ambiente, as informações que se observou nos números em documentos institucionais revelam uma comunicação subliminar da forma de sucessão de uso da terra. E revela a pecuária como “consciência” de que a dinâmica da produção de bois através dos números promove o discurso que a pecuária é boa e que todos a querem como condição de vida. As pavimentações desta acomodação estrutural nascem nas iniciativas centrais da Operação Amazônia com a extinção da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão criado em 1953 pela Lei 1806, para executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

A SPVEA foi incapaz de desempenhar suas funções e cumprir suas finalidades quanto à promoção do desenvolvimento regional. O governo federal concentrou suas políticas de planejamento do desenvolvimento da região amazônica através de uma nova estrutura organizacional, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada com a função de planejar e promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia (BATISTA, 2021).

Por esta razão, o espaço agrário não se dá apenas pelo fato de ele estar ligado ao uso da terra pela pecuária, mas também no ato de metamorfosear as demais atividades, a favorecer a ampliação da pecuária em terras do município de Novo Repartimento a partir de atos institucionais de planejamento estatal.

O espaço agrário é uma categoria política. Verificou-se isto na relação entre planejamento estatal e espaço agrário, identificado nos planos da chamada inclusão social, como termo usado apenas para persuadir os sujeitos, no caso de Novo

Repartimento, para desenvolverem a pecuária. Os desdobramentos constroem-se na narrativa de que a pecuária é “boa para todos” e que se realiza como atividade que só tende a crescer.

Assim, as ações transformadoras dos planejamentos territoriais sintetizam o que era floresta em pasto. E o resumo das várias ações estatais e dos sujeitos no espaço agrário traduzem-se em dinâmica espacial da pecuária em Novo Repartimento. A política de planejamento demanda as ações no território, na conformação de apropriação da terra/floresta, e esta transformada em pastos se metamorfoseia em renda da terra. A execução da pecuária é, conforme Batista (2021), a perspectiva de que quanto “o maior título é o maior machado”, maiores danos. O município conecta-se aos grandes centros urbanos e as empresas, em escalas regional e global, como fornecedor de proteína animal. As influências das políticas estatais fazem com que as formas de usos do território e seus efeitos apareçam sobre os recursos naturais da Amazônia Paraense. O espaço agrário não é a resistência, mas o potencializador da dinâmica da pecuária em Novo Repartimento, pois, as forças exógenas estão entranhadas no lugar e fazem com que os sujeitos, outrora posseiros, assentados, ribeirinhos, alimentem o mito de serem fazendeiros, o que só contribui para o avanço da atividade em Novo Repartimento.

Tem sido nosso desafio mostrar este percurso da relação entre espaço agrário e planejamento territorial e pecuária bovina em Novo Repartimento. A pecuária é a expressão física do processo da relação entre espaço e política, e a principal atividade realizada em Novo Repartimento. Para esta consideração têm-se outros elementos que devem ser lembrados recorrentemente, entre eles a apropriação das áreas destinadas à pecuária. A pecuária é a força e as pastagens são formas de paisagens no município. O sonho e o projeto dos sujeitos do lugar de serem fazendeiros metamorfoseiam-se em uso de mão de obra no espaço agrário, e o resultado se faz em forma de capitalista do campo; e o capital que, sem pátria, nem endereço, usa a terra e extrai dela a sua renda.

Os processos de alteração de paisagens florestais, paisagens de pastos decorrem de políticas governamentais. O lugar de gênese da pecuária na região, ou para a ela, se encontra no planejamento estatal, com a narrativa de que há uma característica que favorece a ampliação da pecuária de corte na região que é a sua produção de pasto, menos onerosa e mais eficiente, mas ocupa grandes extensões de terra.

O desmatamento e sua substituição por pastagens são produtos das ações humanas em virtude da pecuária bovina. Elas rememoram as dinâmicas socioeconômicas de conflitos e revoltas populares relacionadas com a distribuição de terra. A relação entre o espaço agrário e os planejamentos é orquestrada no âmbito macroeconômico. Em virtude das amarras macroeconômicas, os planejamentos são como construções do sistema nervoso que comunicam a forma e o conteúdo, que se desdobram na pecuária a expressão de modernidade e de mercadoria como relação social e símbolo da discussão ideológica do capitalismo agrário, que representa na relação entre espaço e política. As estradas federais servem ao avanço sistemático da pecuária; as BRs 230 e 422, mesmo com suas precariedades, permitem adensamento da atividade da pecuária no município de Novo Repartimento e adjacências. A estrada permite a ocorrência da lógica disruptiva da integração da região nas outras porções do território nacional. Ao favorecerem o usufruto da terra pelos estranhos que chegam, elas executam uma fratura, porque desenvolvem os sujeitos do lugar. Assim, limitam ou até mudam os modos de vida dos moradores do local.

Portanto, é possível pensar que as forças do mercado e do capital sejam também responsáveis pela expansão da pecuária na Amazônia, o que constitui em pecuária bovina que está ligada aos interesses da posse da terra. Mais precisamente, da relação da política de planejamento e espaço agrário em Novo Repartimento, têm-se nas fazendas de gado a sua forma visível e, sobretudo, é uma relação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa defende a tese de que a dinâmica agrária da Amazônia Paraense resulta da relação entre espaço agrário e planejamento estatal. Verificou-se esta relação na dinâmica da pecuária bovina em Novo Repartimento. Neste contexto, a expansão da pecuária bovina na Amazônia paraense pode ser analisada considerando-se a relação entre planejamento estatal e espaço agrário.

Por isto, planejamento estatal, espaço agrário, dinâmicas territoriais foram alguns dos termos que buscamos focar nesta tese. Terra, desmatamento, crédito, pasto, gado e Novo Repartimento são outros termos que foram desenvolvidos na pesquisa.

A metodologia foi organizada em dois tempos de pesquisa. O primeiro nomeado de tempo um (T1), considerado uma retrospectiva da relação entre espaço e política na Amazônia paraense, compreendido no período de 1960 e 1980; e o segundo de tempo dois (T2) como uma perspectiva da relação mencionada, no período entre 1990 e 2020, neste enfocou-se a pecuária no município de Novo Repartimento. As palavras centrais da metodologia foram: área (desmatamento nas propriedades), pastagem (unidade de paisagem) e crédito.

Os capítulos foram elaborados considerando o objetivo geral da pesquisa: analisar a relação entre o planejamento regional e o espaço agrário, no município de Novo Repartimento, considerando a dinâmica da criação de gado bovino a pasto. De forma geral, cada capítulo foi elaborado consoante os objetivos específicos da pesquisa. Na elaboração do primeiro capítulo, *O Planejamento e o Espaço Agrário*, apresentam-se ideias que permitiram a compreensão da relação entre espaço agrário e planejamento estatal no âmbito da pecuária. Neste capítulo deu-se início à sustentação da tese sob duas formas. Na primeira seção escreveu-se sobre as situações contextuais da tese. Nela mostrando os planos estatais elaborados e destinados à Amazônia, as leis que os fundamentaram e os anseios neles contidos.

Em primeiro lugar pontua-se que o espaço agrário constitui-se de experiências consolidadas e de nova experiências que se apresentam no lugar. E quanto a transformação de floresta em pasto, conclui-se que aquele que a desmatou é reconhecido como o dono da terra e esta ação é assegurada pelas políticas de estado.

Enquanto situações contextuais, pontua-se que criar gado no município é a relação social de maior destaque e isto se dá no âmbito da relação entre espaço

agrário e planejamento estatal. As políticas desde a década de 1960 fundamentam a pecuária, como o Plano de Valorização da Amazônia; o Plano de Integração Nacional e os Planos plurianuais (PPAs). Rememorou-se que a matriz constitucional para o uso da Amazônia foi o art. 199 da Constituição Federal de 1946, mesmo tendo citado uma vez o nome Amazônia, foi suficiente para todos os desdobramentos políticos de planejamentos destinados à região. Em 1966, o sul e sudeste paraense foram chamados de “Amazônia periférica” o que entusiasmou a sua ocupação.

De forma mais direta à área de estudo e ao objeto de pesquisa, o Programa Grande Carajás (PGC) trouxe noções das políticas desenvolvimentista dos anos 1970. E marcou a intervenção em todas as esferas da vida econômica, política e social da região. Sendo uma síntese da “democracia” da ditadura militar instalada na região.

Na região instalou-se o Programa Integrado de Colonização (PIC) – Marabá, projeto de colonização implantado pelo Incra em 1973-1974, ao longo da BR-230 (rodovia Transamazônica). Conclui-se que a relação do estado com o espaço agrário situou o capital como aquele em nome de quem o estado fala e age e em favor de quem atua.

Na década de 1980 a bovinocultura foi oficialmente iniciada na mesorregião sudeste paraense. No município de São Félix do Xingu, no âmbito do PGC, deu-se início à pecuária e se alastrou para os demais municípios, incluindo Novo Repartimento-PA. Nas últimas três décadas os Planos Plurianuais se apresentam como marcos do planejamento regional no Brasil que impulsionam a pecuária.

Na segunda seção do capítulo trabalhou-se a conceituação sobre os termos: espaço agrário, planejamento territorial e dinâmica territorial da pecuária. Refletiu-se a noção de que há um processo de relação entre espaço agrário e planejamento que o define como uma ação contínua, desenvolvida na direção de um resultado. O resultado é que no caso da dimensão areal de Novo Repartimento, a área foi projetada como vocação para criar gado. E, assim, implicando na continuidade da apropriação da terra e na mudança sistemática de florestas em pastagens.

Do ponto de vista conceitual, o espaço agrário consiste em permanências (realidades consolidadas) e mudanças (novas experiências), condicionado por relações sociais e o uso da terra numa área. Espaço agrário se dá no âmbito das relações sociais atravessadas por realidades consolidadas. Assim como por novas experiências, onde os usos, as formas de territorialização e os sujeitos/objetos/instituições envolvem-se em uma atividade econômica.

Na tese esclareceu-se que, no caso de Novo Repartimento, o espaço agrário é produzido pela solidariedade que consiste na produção da pecuária que se liga aos sistemas de relações capitalistas. Sendo assim, conceituou-se planejamento regional como a forma institucional que o Estado encontrou para persuadir a sociedade a considerar o uso, apropriação da terra e seus recursos como algo bom. É uma determinação antecipada, aliançada com o capital para usar o território. A relação entre planejamento estatal e o espaço agrário tem uma função central, a de fazer a adaptação da convivência. Isto se dá, por exemplo, quando os pequenos proprietários vendem as suas terras, mas têm que permanecer nas áreas, como trabalhadores das fazendas.

Considera-se que o espaço agrário seja uma categoria política e distingue-se de meio rural ou campo. Sua singularidade está atrelada à relação social intrínseca à posse da terra, realizada na maioria das vezes por quem detém o capital para extrair dela a renda da terra. Escreveu-se que a outra singularidade está na desigualdade do campo, na relação entre agropecuaristas, familiares e agropecuária patronal, porém combinada no âmbito do agronegócio. Entretanto, as relações do espaço agrário não estão apenas na área, mas no mercado externo. O espaço agrário é construído por práticas, ações sociais concretas e conscientes, as quais se constituem em responsabilidade e solidariedade, expressando-se de forma contraditória.

A partir disto, desdobrou-se na elaboração do tempo um (T1) da pesquisa, de como a pecuária foi desenvolvida na área do médio rio Tocantins. Pontuam-se os planejamentos estatais e de que forma eles favoreceram a pecuária. Mostrou-se como os planejamentos subsidiaram a pecuária. Nesta perspectiva, identifica-se que o Estado sempre favoreceu o capital.

Assim, em segundo lugar, no segundo capítulo, Planejamento regional e pecuária no médio Rio Tocantins entre 1960 e 1980, desenvolveu-se o primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar as ações transformadoras no espaço agrário, ocorridas na Amazônia Paraense, para explicar a relação da dinâmica espacial da pecuária em Novo Repartimento, a partir da década de 1960.

Considerou-se, a partir do segundo capítulo, o Tempo 1 (T1) da tese. Nele desenvolveu-se o entendimento de como as ações da política regional chegaram no médio Rio Tocantins, no período de 1960 e 1980. Mostrou-se como o planejamento mencionado refletiu na atividade da pecuária, a qual exige terra e floresta como insumos para sua expansão. Destacou-se a situação da área de pesquisa no T1,

utilizou-se os dados da pecuária registrados nos censos do IBGE do período de 1996 e 2017. Rememorou-se a Constituição do Brasil de 1946, em seu Art. 199, sobre a criação do Plano de Valorização da Amazônia. Tal valorização foi iniciada com a Lei 1.806 de 1953 que criou a SPVEA. A partir deste contexto elucidou-se a tese de que há relação entre espaço agrário e planejamento estatal no âmbito da pecuária em Novo Repartimento.

As concepções de planejamentos realizados no sudeste paraense foram as de vocacionar o uso do território em que terras e florestas servem para fixação da pecuária na área pesquisada. Logo, a relação do planejamento estatal e espaço agrário na mesorregião sudeste do estado do Pará foi responsável pelo início da pecuária bovina no médio Rio Tocantins, entre o período de 1960 e 1980.

Nesta premissa identificou-se os objetos geográficos oriundos das políticas de Estado edificadas na região. Situou-se a construção das Rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163). Estas obras estão relacionadas ao Programa para a Integração Nacional (PIN) na primeira metade dos anos 1970, e ao Programa Polamazônia de 1974 a 1980. No que se refere ao Polamazônia, os principais polos estavam em Carajás (vinculados à exploração do ferro) na Rodovia Transamazônica.

A síntese é que, em virtude do Programa Grande Carajás, foi construída a Hidrelétrica de Tucuruí no médio rio Tocantins. Desta são oriundos os usos dos recursos naturais dos municípios, especialmente onde se encontra o lago da UHE de Tucuruí. O lago submergiu o Velho Repartimento e as pessoas da citada vila saíram das margens do Rio para as margens da BR-230. Neste processo, a lógica da vida foi modificada, pois, o povo e a área passaram a ter outros usos, entre eles a apropriação da terra para a pecuária.

O Estado no âmbito da Operação Amazônica considerou a área do sudeste paraense de Amazônia Periférica e a destinou à iniciativa privada. Com o Grande Projeto Carajás oficializou-se a mesorregião sudeste para a criação de gado bovino, iniciado em São Felix do Xingu, bem como o programa Polamazônia como forma de políticas de apoio ao Programa de Integração Nacional (PIN). Resultam dele a construção das rodovias BR-230 (Transamazônica), tendo como consequência os desmatamentos destas áreas e a inserção da pecuária como atividade de maior relevância.

Em terceiro lugar, no Tempo dois (T2) da tese elaborou-se os capítulos III e IV. O terceiro capítulo, intitulado de “Conversão de florestas em pastagens em Novo

Repartimento-PA”, desenvolveu-se conforme a metodologia da pesquisa no qual se explicitou as variáveis, a área (desmatamento nas propriedades rurais), e unidade de paisagem (pastagens). Neste capítulo atingimos o segundo objetivo da tese que foi identificar se houve conversão de florestas em pastagens em Novo Repartimento. Demonstrou-se a escala temporal da pesquisa entre 1996 e 2021, a partir dos dados dos censos do IBGE do período em relação à criação de gado. A partir daí, analisou-se o estágio de desmatamento e a substituição de florestas por pastagens.

A conversão de florestas em pastagem está relacionada às políticas do PGC, em primeira instância na construção da UHE de Tucuruí que seria o suporte logístico do PGC. Com esta configuração que se instalava na área ocorreram impactos na vida das pessoas, porque à medida que a represa da UHE é realizada nas originárias margens do rio, o povo do Velho Repartimento e seus habitantes foram migrados de modo compulsório para o Novo Repartimento, localizado às margens da rodovia BR-230 (Transamazônica). Nesta migração, os usos da terra em Novo Repartimento em 1985, havia 86,3 mil hectares de pastos e em 2020 o número de áreas de pastos subiu para 748,4 mil hectares.

As pastagens seguiram o curso da BR-230, construída na década de 1970. Entre 1985 e 2020 predominaram os pastos enquanto uso e ocupação da terra. Em 2020 destaca-se na representação apenas a área da Etnia Parakanãs como floresta densa e preservada.

A partir de 1995 seu crescimento relaciona-se à política dos PPAs que se desenrolava no Brasil na característica de “administração gerencial”. Esta situava-se pelo controle de resultados, pela flexibilização e desestatização e de forma regionalizada. No caso do espaço rural, o seu fim foi a produção de *commodities* de proteína animal. As considerações a que se chega é que da extensão territorial de Novo Repartimento, de 15.398,723km², até o ano de 2000 foram desflorestadas uma área de 3.105 km², equivalente a 20,1%. Porém, em 2021 este percentual cresceu para 63%. Isto se deve ao fato de que as políticas de estado tendem a favorecer a ampliação do desmatamento.

Apresenta-se na tese o marco legal da proteção florestal no Brasil de 2008, pois, mesmo o município tendo sido incluído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na lista dos 36 municípios da Amazônia Legal, para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na região, o desmatamento foi a principal ação no município. O marco legal foi regulamentado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio

de 2012, presenteou os desmatadores chamando para as antropizações da área rural consolidada (BRASIL, 2012).

Neste sentido, em Novo Repartimento em 1985 havia mais de 80% de sua área de floresta e até 1999 ainda prevalecia o mesmo percentual de cobertura da terra. No entanto, em 2017 o desmatamento atingiu 80% e aproximadamente 60% de pastagens. Isto se deve ao fato que a relação entre espaço agrário e planejamento estatal se sintetizam em floresta-planejamento-desmatamento, registrando no município o aumento de bovino.

Em 1996 havia 150.000 (mil animais); em 2005 atingiu 451.503 (mil); em 2015 chegou a 930.123 (mil); em 2021 ultrapassou um milhão de bovino, com um total de 1.073.000. Conforme entrevistas de campo, há muito mais gado em Novo Repartimento do que os números que se apresentam nos registros.

Na tese rememorou-se que as ações políticas estiveram no front dos favorecimentos da pecuária. Dentre as ações que favoreceram a pecuária na área, identificou-se que a criação de bovinos em Marabá se iniciou na década de 1950 e à medida que a produção ocorreu, não havendo mercado próximo para a comercialização, o governo do estado promoveu o crédito para a produção e transportes aéreos (Belém-Marabá) até a década de 1970. Nesta perspectiva, é iniciada a pecuária no sudeste paraense, com características capitalistas modernas.

Após isto, o transporte se deu pela PA-70 e a BR Belém-Brasília, neste tempo já estava em curso o “Plano de Valorização da Amazônia” na década de 1970 e o “Plano de Integração Nacional”. Com estas políticas os usos do território se deram na forma de ocupação política da terra. A região sudeste foi usada no âmbito do PND II, com os chamados Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). E identificou-se que a área que compreende Novo Repartimento foi destinada para a criação de gado, confirmando-se a vocação política da área para a produção de *commodities*. Nisto sucedeu-se o modo de vida baseada no extrativismo e na lavoura de subsistência, para outro modo de uso da terra, com a chegada de migrantes.

No âmbito da construção da UHE de Tucuruí e da pecuária, usou-se mais terras pela pecuária às margens das estradas, como as BRs 230 e 422. Nas suas margens, o Estado realizou a regularização fundiária, com o Programa Integrado de Colonização-Marabá/INCRA entre 1973 e 1974.

Identificou-se na tese que na região o PGC promoveu o projeto pecuário em São Félix do Xingu sob o anúncio de desenvolvimento para a área. Na década de

1990, a pecuária já se fazia presente em todas as áreas no seu entorno, do qual Novo Repartimento é limítrofe na porção sul de seu território. A partir de 1990, as ações Estatais, operacionalizadas nos planos plurianuais, eram sobretudo para atender ao mercado e ao consumo, em que o Brasil tornou-se uma nação de entrega de alimentos para o mercado internacional.

A relação entre espaço agrário e planejamento estatal promoveu o avanço do desflorestamento no município, a sucessão de uso da terra, especialmente para a pecuária. E as consequências da relação no município é que 8.423 mil hectares de florestas foram desmatados até 2020.

Na tradução florestas-desmatamento-pastagem-gado-mercado-consumo, quando Novo Repartimento ainda pertencia a Tucuruí, em 1991 registrou-se 54.237 (mil animais), mas no registro de 1993, no primeiro censo de bovinos no recém-criado município de Novo Repartimento, houve o registro de 150.000 (mil). Deste então, os registros oficiais aumentaram, confirmando a vocação política de criar gado no município.

Na medida em que aumentam os números de bovinos no município, a área de florestas diminui. Da área de 15.432Km², até 2000 ainda havia 11.157Km² de florestas naturais e acumulava-se 3.105 Km² de desmatamento. Em 2020, a área restante de florestas era de 5.839 km². Entretanto, as áreas desflorestadas e as benfeitorias, que se encontram como fazendas, foram nomeadas de áreas consolidadas pela Lei nº 12.651/2012. Compreendeu-se isto como uma reafirmação das ideologias do progresso, da inserção social, da globalização e tudo para favorecer ao mercado e ao consumo.

A ideia de área consolidada pelo marco legal de proteção ambiental do Brasil promoveu a regulamentação das áreas antropizadas, por meio do Cadastro ambiental rural (CAR), assim Novo Repartimento tem a maior área de CAR registrado e a cada ano há ampliação de número de bovino, em 2020 registrou-se 1.073.000 (um milhão, setenta e três mil) animais. Diante disto, conclui-se que as áreas antropizadas foram favorecidas por políticas, como por exemplo as aberturas de estradas, incentivos fiscais e a sua vocação para a pecuária. Mas as leis adequaram-se aos problemas, criando mecanismos de contenção dos desmatamentos. No entanto, ocorre ao contrário, porque onde há mais CAR, há mais desmatamentos, resultando na ampliação da produção de gado. Logo, pensar a pecuária dissociada da política é equívoco.

Em quarto lugar, no quarto capítulo, “Planejamento regional e pecuária em Novo Repartimento”, trabalhou-se as políticas dos Planos Plurianuais do Governo Federal (PPAs) de 1996 a 2020, as políticas de créditos e a apropriação da terra dos assentamentos do INCRA.

Ao longo da tese, as representações cartográficas do município mostram que há uma lógica contraditória nas políticas de Estado e de governos. Observou-se que as políticas promoveram efeitos contrários ao bem-estar dos sujeitos no espaço agrário. Um exemplo é o crédito para os pequenos produtores desenvolverem a pecuária, pois, com o financiamento para fazerem as primeiras aberturas de desmatamento na floresta, estes amansaram a terra. Posteriormente, as terras com aberturas foram apropriadas por fazendeiros que chegaram no espaço agrário do município.

O crédito é um elemento político de inclusão do pequeno produtor na produção de *commodities*. Mas no final das contas, ele serve de força de exclusão, visto que o pequeno produtor é impedido sistematicamente de ficar na terra. Ao se observar dois governos no Brasil, de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, identificou-se diferentes discursos, mas operacionalidades semelhantes em favor do capital.

O governo de Fernando Henrique Cardoso dedicou-se aos investimentos de infraestruturas e favorecimentos do capital privado no âmbito do neoliberalismo. Este governo intensificou os seus planejamentos na ideia de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, porque foram pensados como grandes corredores de exportação. Nesta noção, os eixos influenciaram a apropriação da terra e da renda desta. No caso da relação entre planejamento e espaço agrário na Amazônia Paraense, na porção areal de Novo Repartimento, a otimização do Programa Avança Brasil se deu através da bovinocultura.

Assim, a Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) foi inscrita no planejamento regional dentro do Eixo Araguaia-Tocantins, sua função no sistema intermodal do Norte e conexão ao Centro-Oeste do País de produzir energia elétrica. Mas outro desdobramento ocorreu, o aumento da criação de gado bovino no município de Novo Repartimento e nos demais municípios.

A apropriação da terra na Região de Integração do Lago de Tucuruí é explicada na lógica de sucessão e coexistência de ações no lugar. Destaca-se a construção da UHE de Tucuruí, os eventos organizacionais como a produção de energia e

distribuição via linhas de transmissão de energia para atender interesse exógeno ao lugar.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foram elaborados os Planos plurianuais, o Programa Brasil em Ação e o Avança Brasil, que criaram expectativas na região, porém, atenderam aos interesses externos a ela. Os usos do território se deram em forma de dinâmicas territoriais agrárias como: agropecuária, assentamento rural, terras indígenas, pesca, dentre outros.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para ser diferente da formulação de Fernando Henrique Cardoso, foi adotado um fator diferencial — a inclusão social. Sobre estes dois governos, compreende-se que independente das suas formulações, houve o aprofundamento das desigualdades no espaço agrário. Desta forma, um governo pavimentou o que viria ser no outro, onde o agronegócio seria favorecido no espaço agrário. A premissa para isto foram os planos governamentais e a realidade é que o Brasil se apresenta na macroeconomia como o país *delivery*, isto é, entregando as *commodities* para abastecer o mercado nacional e internacional.

As conclusões são que as pastagens que ocupam a dimensão areal do município representam a forma visível que envolve a sociedade local e a faz acreditar que a pecuária é o desenvolvimento da região. E, de modo objetivo, o avanço da pecuária é resultante dos programas e das fontes de crédito neles criados e destinados à pecuária.

Política, espaço agrário e pecuária são termos que não podem passar despercebidos quando se tratar de planejamento estatal. O crédito impulsiona a pecuária. O crédito tem a função de fazer o capital se apropriar da renda da terra na Amazônia. E sabendo-se que o dinheiro não tem endereço e nem pátria, ele gira reproduzindo-se por meio das atividades nas quais ele encontra terreno fértil.

Com o crédito organizado pelo estado e as instituições privadas, os pecuaristas encontram a facilidade de sobrepor-se às leis ambientais. De modo direto, o crédito movimenta o espaço agrário. Assim, o espaço agrário é o receptáculo da pecuária, como atividade que faz com que todos no lugar da ação a tenham como boa.

O planejamento estatal encontra no espaço agrário a solidariedade pretendida através do crédito e este é a expressão da política que organiza e tem suas lógicas nas instituições bancárias. É como se afirmasse que a pecuária avança na Amazônia porque para o dinheiro não há coração duro, por isto as florestas são transformadas

em pastos. Logo, a quantidade de crédito concedido é indicativa de vastas áreas de florestas transformadas em pastos.

Assim, a relação entre planejamento regional e o espaço agrário no município promove processos espaciais, tendo como lógica a pecuária bovina como mercadoria e relação social. As formas de apropriação da terra não apenas são elementos de produção da pecuária, mas geram outras formas de usos. O balizamento estatal, os programas, os projetos, as leis, se configuram no espaço agrário em forma de créditos e de incentivos fiscais, a partir dos quais é favorecida a expansão da pecuária. Desta forma, a dinâmica espacial da pecuária se dá como um continuum floresta-política-pasto-gado-mercado-consumo. As fazendas e os bois são as expressões físicas da relação entre espaço e política, mas é apenas a ponta de um iceberg, porque existem outros problemas (chamamos de problemas as situações de impactos, tanto os negativos, quanto os positivos) oriundos do contexto de produção de *commodities* na Amazônia.

O espaço agrário de Novo Repartimento contém uma expressão política em que os produtores de gado (grandes e pequenos) têm no crédito a sua primeira forma de produção da pecuária. A outra forma está no capital e no mercado como força motriz, que ao final restringiu o uso da terra para produzir uma atividade específica, a pecuária.

O terceiro objetivo foi analisar como o planejamento regional impulsionou a pecuária em Novo Repartimento. Demonstrou-se de forma empírica os assentamentos do INCRA, situando os Assentamentos Tuerê I e II que são considerados como os maiores da América Latina. Estes assentamentos, consensualmente, deveriam ter (na sua maioria) pessoas assentadas nos lotes de terra. Entretanto, no espaço agrário predominam as grandes fazendas, em vez de famílias assentadas nos lotes de terra.

Esta situação indicou que o planejamento do Estado serviu de pavimentação de um caminho que consolidaria a pecuária de gado como a principal atividade econômica na área. E isto permite a leitura que a terra é apropriada pelo capital privado e não pela política de assentamentos. Na fala de um sitiante, “se não era para ser fazenda, se tornou fazenda do mesmo jeito”, está uma das críticas mais contundentes que se ouviu de um ex-assentado.

O pensamento do cidadão era que a área dos assentamentos tivesse o destino para uma agricultura que permitisse as condições de permanência e existência das

pessoas na terra. Porém, as políticas foram omissas no sentido de dar condição dos sujeitos no espaço agrário, deixando-os vulneráveis às investidas do capital privado, diante do fato de que a pecuária é uma atividade que todos podem praticar independentemente do tamanho da área. Assim, ao final do processo de uso e apropriação da terra, o pequeno agricultor torna-se criador de gado, persuadido pelo mito de ser fazendeiro.

Terra é objeto de posse. Os sujeitos transitam sobre ela realizando suas existências e suas experiências se consolidam ao longo do tempo. Em seguida aparecem as novas experiências que se apresentam no lugar e passam a substituir as velhas práticas por outras. No caso de Novo Repartimento, sucedeu-se o uso da terra com a pecuária. Esta balizada pela política de apropriação de terra, como as de Assentamentos do INCRA. Nesta forma a terra é apropriada por posseiros, assentados, fazendeiro (por meio de compras de forma “mansa e pacífica”). Mas coexistem nela o sitiante, o posseiro, o camponês, com a condição de serem mão de obra nas grandes fazendas.

Estas observações foram possíveis em virtude do percurso metodológico realizado na pesquisa. Ela foi pensada sob dois tempos. O Tempo 1, no qual resgatamos informações sobre planos, políticas e programas, entre 1960 e 1980 aproximadamente; o Tempo 2 da pesquisa, com ênfase na pecuária na Região de Integração do Lago de Tucuruí, neste tempo buscou-se compreender a relação entre espaço agrário e planejamento estatal no município de Novo Repartimento, entre os anos de 1986/1996 e 2020. Um dos focos foi ver ao longo da tese como a política, favoreceu a inserção da pecuária como principal atividade econômica na região. Assim, do ponto de vista empírico, terra (floresta) e pasto foram as categorias empíricas de observação.

A pecuária sempre avançou com apoio das políticas instaladas na região, incluindo aquela se poderia presumir a contenção do desmatamento, no caso do mais recente Código florestal. Entendeu-se que as políticas de Estado se desdobraram em pressões, como os desmatamentos que são mecanismos pelos quais as florestas são transformadas em pastos. Neste aspecto, as respostas já se fazem presentes no formato de leis como o Código Florestal Brasileiro de 2012. Porém, o código florestal veio para legitimar todas as formas de usos anteriores das florestas como áreas consolidadas. E a ideia de área consolidada é resposta política aos problemas ambientais causados pelos que antropizaram os recursos naturais da região. As

pressões realizadas na Amazônia ligam-se aos planejamentos, e estes com o capital, fazendo com que a Amazônia seja uma produtora de *commodities* para o mercado.

A relação entre espaço agrário e política estatal promove a pecuária em Novo Repartimento. A pecuária representa um longo processo de apropriação da terra. Processo no qual o estado é o par dialético do grande capital. Fazendas de gado são pressões com conteúdo mais espinhosos do espaço agrário, mas que nela o pequeno produtor tem a sua poupança, pois, à medida de suas necessidades lança mão no gado que tem e resolve as suas questões econômicas. Entretanto, a pecuária se desenvolve na trama relacional entre estado e espaço, tendo por elementos o sonho pela obtenção da terra, o sonho de ser fazendeiro, o medo e o conflito que geram a norma. A norma do estado que se metamorfoseia em números. Os números de gado não dizem muito, porque escondem a face real do espaço agrário, apenas são a ponta de um *iceberg* de problemas, uma vez que é a fonte principal de renda e produção de riqueza para grandes e pequenos produtores. A expansão da atividade no município desqualifica as características e ações culturais dos atores, que residiam antes da chegada da pecuária na área.

As pressões realizadas no município geraram novos estados naturais. Assim, o que era floresta, hoje é fazenda de gado. Este novo estado de natureza transformada tem como resultado a mudança da paisagem e das vidas das pessoas do lugar.

A pecuária é a forma visível de que os pastos confundem que a natureza é pasto. Gado, cercas, tudo indica convergir ao fato de que a pecuária seja responsável por uma nova natureza, mas traz em si sérios problemas. Por outro lado, a pecuária alimenta o mercado nacional e internacional e, portanto, o mercado e consumo promovem indiretamente as pressões sobre florestas na Amazônia Paraense.

Como resultado da relação entre espaço agrário e planejamento territorial tem-se na pecuária registros de realidades consolidadas (permanências) e nas novas realidades no lugar (mudanças). As novas realidades são vistas no uso da terra para o desempenho da bovinocultura. E as permanências no espaço agrário devem-se aos sujeitos que têm ainda o sonho de aquisição da terra para trabalhar e ser fazendeiro. Tanto as permanências quanto as mudanças têm relação com política.

Na tese referiu-se à noção dos corredores de desenvolvimento, compreendendo que isso não é novo, mas reaparece como se fosse, ela vem desde a década de 1980 no âmbito do Programa Grande Carajás, em que se previa a

ampliação do sistema portuário para dos minérios de exportação de Carajás e outros produtos.

Na década de 1990, como já mencionou-se, os corredores de desenvolvimento foram planejados no âmbito do Plano plurianual para acelerar a circulação no território e sob a ideia de Eixos de Integração e Desenvolvimento regional. E tudo indica que nenhuma área do território ficaria descoberta pelo Estado, mas para promover o capital e não desenvolvimento dos lugares. Na área da pesquisa identificou-se os corredores com as estradas pioneiras que serviram de roteiros de migração para a Amazônia, a BR 422, a BR 230, o rio Tocantins e a hidrovia em elaboração, estes para atender às atividades econômicas.

Sendo assim, o crédito se torna um elemento da relação entre planejamento Estatal e o espaço agrário e disto a apropriação de terra para pecuária. Ele é a maneira de promover o desenvolvimento das pessoas no lugar, em alguns casos é a maneira de fazer crescer a apropriação da terra. E a pecuária como relação social entre espaço e política tem na paisagem a sua forma, pasto-gado-tranqueira-porteira-fazendas. E ainda é (no caso de Novo Repartimento) um ponto de encontro solidário no espaço agrário, pois, grandes e pequenos criadores de gado a realizam como condição de desenvolvimento em suas terras.

Estas ações são nutridas pela política de crédito, que se faz mais solidária à organização do espaço agrário, porque é uma necessidade dos criadores de gado, independente da capacidade de aquisição de empréstimo.

No município de Novo Repartimento, os financiamentos de créditos são acessados para custeio, investimento e comercialização. Os valores em investimentos de crédito rural são superiores aos de custeio. Isto significa que ocorreu a ampliação de pastagens e de bovinos.

No período 2016 e 2019 a redução de floresta foi de 436 km² e nisto o crédito em investimento promove um efeito direto em desmatamento. Os efeitos dos créditos concedidos aos pecuaristas em Novo Repartimento, a partir das políticas estatais, fomentam a pecuária sob a narrativa de desenvolvimento da região.

Em 2020 os valores de investimentos atingiram a cifra de 17.246.404,09 R\$ e 2021 aumentou em mais de 100%, chegando a 33.616.358,69 R\$. Entre 2020 e 2021 os investimentos chegaram a 102,6%.

Novo Repartimento não é sem motivo o 3º maior produtor de gado Estado do Pará e o 7º do Brasil. A pecuária avança sobre os 35 (trinta e cinco) assentamentos

do INCRA no município, cujas áreas totalizam 575 mil hectares. E uma vez que o Estado assenta o homem no espaço agrário e financia a expansão da pecuária, ele promove o desmatamento.

E há uma lógica nisto, as aberturas de pastos nas florestas não são feitas por pecuaristas nos assentamentos, mas por assentado e visto como ato de amansar a terra. Relembrando a fala de um entrevistado: “se não era para ser fazenda, ficou fazenda do mesmo jeito. Dinheiro manda”, ela indica que havia um destino da área para a pecuária. Entende-se como vocação, que não nasce com o ato das primeiras aberturas nas florestas, mas no ato político de destino da área para a iniciativa privada. Então, o fato de assentar um sujeito é só ação de sucessão da terra. Pois, quando os assentados vendem seus lotes para outros sujeitos ocorre outra sucessão. A terra chegou no estágio atual da sucessão, como a nova experiência para o ex-assentado e momento de ocupação para atender ao mercado com as proteínas animais produzidas na área.

As fazendas instaladas no assentamento expressam uma lógica que combina com os acordos do país e com o sistema econômico mundial, de ser o produtor de *commodities* para o mercado.

Considerando o atual estado de natureza, elementos de grande importância são o impacto nas vidas das pessoas e as mudanças na paisagem promovidas pela atividade econômica da pecuária. Ela gerou novas experiências de uso da terra. A partir disto, agravaram-se as consequências negativas na vida das pessoas que dependem da terra e dos recursos naturais para sua existência, mas que não as têm mais para trabalhar.

Assim, é possível observar uma agenda de pesquisa a partir da tese. Nela suscitam-se os questionamentos: quais são os possíveis desdobramentos evidenciados a partir da relação entre espaço agrário e planejamento estatal? Quais políticas públicas em âmbito local podem ser desempenhadas para minimizar os problemas causados pela pecuária em Novo Repartimento? Como pensar na relação entre espaço e planejamento estatal se há no município a concepção de que a pecuária é boa e que ela gera riqueza e produz desenvolvimento da região?

Nossa incursão considera que a natureza é aquela sobre a qual o ser humano se estabelece e usa os recursos de que dispõe e seu trabalho a modifica para um fim essencial, sua existência. O intuito é prosseguir o pensamento sobre espaço agrário,

atentando para as realidades consolidadas e a chegada de proposição de novas realidades nesta porção de Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luiz. **O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional**. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp/Anpur, p. 171-186, 2003.
- ABREU, Bianca Maria da Conceição. A função social do poder judiciário no conflito agrário. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3476>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- ACKER, Antoine. Acker “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.
- ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 4, p. 53 a 68, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8897>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- ALENCAR, Isa Costa. **Produção do espaço agrário na Amazônia: uma interpretação geográfica do desmatamento no projeto de assentamento Bom Jardim, Pacajá - Pará**. Isa Costa Alencar, 2017.
- ALENCAR, Maria Tereza de; MENEZES, Ana Virgínia Costa de. Ação do estado na produção do espaço agrário: transformações territoriais. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 121-147, ago. 2009.
- AMERICA FOODS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. **Frigorífico** - abate de bovinos, [2021]. Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/cnpj/11782389000271-PA-america-foods-importacao-e-exportacao-ltda>. Acesso em: jan. 2021.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda Fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura. *In*: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- AMORIM, Ivan Trizi. **A institucionalização do plano plurianual (PPA): um estudo no governo federal brasileiro nos períodos de 2000-2003 e 2004-2007**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.12.2017.tde-02022017-151913. Acesso em: 08 jan. 2021.

ANDRADE, M. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 12, p. 11-19, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123767>. Acesso em: 30 out. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC. **Beef Report: Perfil da Pecuária no Brasil**, 2020.

AVANÇA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. **Avança Brasil [PPA, 2001-2003]**. Brasília: BRASIL/MPOG, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Anuário Estatístico do Crédito Rural**: crédito rural ao amparo do Pronaf, por unidade da federação, município, atividade, finalidade, desde 1999 a 2012. 2018. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?relrural>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 13 jan. 2020.

BARRETO, Paulo; MARIANNO, Bruno; VALDIONES, Ana Paula; BARRETO, Glaucia. **Os Frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?** Belém, PA: Imazon; Cuiabá: Instituto Centro da Vida, 2017.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. 2016. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BATISTA, Iane Maria da Silva. O 1º Plano quinquenal de Desenvolvimento da Sudam (1967-1971) e o Desflorestamento na Amazônia. **Dossiê Jamais**, v. 4, n. 2, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/index>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (ed.). **Fronteiras1988**. Brasília: Universidade de Brasília/ORSTOM, 1988. p. 60-89.

BECKER, Bertha. K. Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia. **Cadernos do IPPUR**, UFRJ, v. 14, n. 1, jan./jul. 2000.

BECKER, Bertha, K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, n. 12, p. 135-159, set. 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 18 mar. 2019.

BECKER, Bertha. K.; EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1993.

BELIK, Walter. **A descentralização da política agrícola no Brasil**. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 1990. p.175-184. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121516/1/817168893.pdf>.

BINSZTOK, Jacob. Espaço Agrário. *In*: GRIEBELER, Marcos Paulo Drein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. [livro eletrônico]. Marcos Paulo Drein Griebeler, organizador. 2. ed. ver. e ampl. Uruguaiana, RS: Editora Conceito, 2021.

BNDS. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Financiamentos**. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BOUDEVILLE, Jacques. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomas (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei nº 454, de 9 de julho de 1937. Autoriza o Tesouro Nacional a subscrever novas ações do Banco do Brasil, até a importância de 100.000:000\$000, e a emitir “bônus” para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF – Seção 1 – 21/7/1937, Página 15510 (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Rio de Janeiro, RJ, ano 132º n 65ª República. 06 jan. 1953.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1956** [Constituição (1946)]. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1946]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Brasília, DF, a. 145, n 78, República, 27 out. 1966. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 21, de 30 de novembro de 1966. Dá nova redação ao artigo 199 da Constituição. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc21-66.htm. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 51.209, de 18 de agosto de 1961. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 18/8/1961, p. 7523 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil, 1961, p. 453, v. 6 (Publicação Original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51209-18-agosto-1961-390794-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. **A Lei de terras de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

BRASIL. **Operação Amazônica**: Operação Amazônia: Relatório apresentado ao Presidente, pelo ministro do MECOR. Brasília: Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, 1966. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/extinta-sudam/1966-caf3128-cod388-operacao-amazonia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Decreto-lei 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, a. 149, n. 82, A República, 27 jan. 1970. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.243, de 30 de outubro de 1972**. Eleva a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e dá outras providências. Brasília, 30 de outubro de 1972; 151º da Independência e 84º da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1243.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 11017, 25 set. 1974. (Publicação Original)

BRASIL. **Política de desenvolvimento Urbano da Amazônia**, por SUDAM e H. J. Cole + Associados S. A. Rio de Janeiro: SUDAM, 1976.

BRASIL. LC nº 31 de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF, ano 156º n 89ª República. 12 dez. 1977.

BRASIL. **O Programa Grande Carajás**: Um desafio lançado a todos os seguimentos da sociedade brasileira. Presidência da República, Secretaria de Planejamento, 1980. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T2D00030.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Brasília, DF, 159º da Independência e 92º da República, 25 nov. 1980. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Programa Grande Carajás**. Um desafio lançado a todos os seguimentos da sociedade brasileira. Brasília: Secretaria de Planejamento, Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, 1980.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF, ano 172º n 105 República. 25 fev. 1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Consórcio Brasileira. **Programa Brasil em Ação**: eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) PBNCN-01/97. Relatório Final do Marco Inicial. Brasília: Consórcio Brasileira, 1998. 3 v.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.876/99. Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17338. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. Lei no 9.989, de 21 de julho de 2000. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Brasília, 21 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9989.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Presidente (1995, F.H. Cardoso) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 2001. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF: MP, 2003.

BRASIL. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2003.

BRASIL. LEI nº 124 de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Rio de Janeiro, RJ, ano 186º n 119ª República. 04 jan. 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp124.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria 28, de 24 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**: Brasília, DF, 2008. Disponível em: www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/PT0028-240108.PDF. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, de 23 jul. 2008.

BRASIL. Lei 12.651 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 28 maio 2012.

BRASIL. Sistema Integrado de Proteção da Amazônia-SIPAM. **Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos** – SIAD, 2013.

BRASIL. **Plano Plurianual 2016-2019, dados abertos**. Dataset, 2016. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/plano-plurianual-2016-2019-programacao-qualitativa>. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. **Ações e Programa do Plano plurianual**. Brasília: MAPA, 2018. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do Crédito Rural**, 2018. Disponível em: www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia do Governo Federal do Brasil. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) e a Implantação de Usinas Hidrelétricas Estruturantes**. Relatório técnico 02 (Rt02) – Avaliação das

experiências de Planejamento Regional Associados a empreendimentos Hidrelétricos, 2018.

BRASIL. **Plano Plurianual (PPA) 2020-2023**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020. Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Cadastro de empregadores**. Ministério do Trabalho e Previdência, 2021. Disponível em: www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf/view. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRAZ DE SOUSA, Silvio et al. Crédito rural e atividade pecuária bovina (2013 – 2016): Distribuição espacial, finalidades e destinações. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 50, p. 183-205, abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v50i0.67550>. Acesso em: 07 maio. 2022.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1986. Disponível: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40421/000049807.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 2, p. 3-27, abr. 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição** – Porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

BRINGEL, F. O. Região e regionalização: análise crítica das metodologias aplicadas na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD) Do Governo Lula Da Silva No Brasil. **Geoambiente On-Line**, n. 19, p. 01-17, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/revgeoamb.v0i19.26051>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 69-90, jan./jun. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2001000800005>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CAMARGO Felisberto Cardoso de. A bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia. In.: EMBRAPA - IPEAN. **Seminários Técnicos**, 1973. Disponível em: www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/374151/1/FL00188.pdf. Acesso em: maio. 2019.

CAMPOS, P. H. P. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, 2019. DOI: 10.5965/2175180311262019255. Acesso em: 17 set. 2021.

CARDOSO JR., José Celso. **Política e planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao plano plurianual 2016-2019**. Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

CARDOSO, FH. *Avança, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. 172 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 01 jan. 2022.

CARDOSO, FH. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisa Social**, 2008. 131 p.

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. 408 p.

CASTRO, Edna Ramos de et al. Estudo Socioeconômico dos municípios da Região de Tucuruí, Pará. **Revista Papers do NAEA**, Belém, n. 258, p. 1-38, mar. 2010. Disponível em: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paperPesquisa/ano/2010?pesquisa=1. Acesso em: 20 ag. 2019.

CASTRO, Edna; MARIN, Rosa E. Acevedo (Org.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA, ARNI, CELA, 1989. p. 129.

CAVALCANTI, Flavio R. Ferrovias da Amazônia: Estrada de Ferro Tocantins. **Centro-oeste-BR**, 2011. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/estacoes-ferroviarias/1960-norte-EF-Tocantins/Estrada-Ferro-Tocantins.shtml>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1999.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas da nova geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectiva da geografia**. 2. ed. Campus de Rio Claro: Difel, 1985.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias; DARNET, Laura Angélica Ferreira; POCCARD-CHAPUIS, René. Migrando e construindo espaços: pecuária bovina, degradação das pastagens e agrupamentos socioeconômicos na microrregião de São Félix do Xingu – Pará. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 04, n. 07, p. 01 - 19, jan./jun. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no campo: Pau D'arco**, 2017. <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3982-pau-d-arco-2017>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

COSTA, André Galindo da. **A evolução dos PPA's no âmbito do Governo Federal**. Escola de contas, 2016. Disponível em:

<https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/294-a-evolucao-dos-ppa-s-no-ambito-do-governo-federal?hitcount=0>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-08012013-143125. Acesso em: 15 fev. 2021.

CUNHA.S.A. **Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/Rs**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Análise Novembro - Preço da carne sobe em todas as capitais pesquisadas, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201911.html>. Acesso em: 12 dez de 2019.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. **Diagnóstico das pastagens no Brasil**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

DIÉTIMA DA SILVA, Bezerra, Francisco. **Dinâmica das ocupações e a "nova" ruralidade na região Norte do Brasil: desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural**. 2021. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.117>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

ECONODADA. Plataforma de prospecção de empresas. **Na lista de empresas de frigorífico para Novo Repartimento a America Foods é a primeira colocada**, [2021]. Disponível em: www.econodata.com.br/guia-empresas/maiores-empresas-industria-alimentos-carne-frigorifico/para/novo-repartimento. Acesso em: 15 jan. 2021.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Amazônia Oriental. *In*: DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. **Diagnóstico das pastagens no Brasil**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Editora Vozes Limitadas, 1987. p. 23.

EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY, EEA. Environmental indicators: Typology and overview. **EEA Technical report no. 25**. Copenhagen, 1999.

EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY, EEA. An indicator-based approach to assessing the environmental performance of European marine fisheries and aquaculture. **EEA Technical report no. 87**. Copenhagen, 2002.

FEARNSIDE, P. M. Natural riches of Amazonia, deforestation, and its consequences. **Global Land Project News**, v. 12, p. 22-25, 2015.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Livro%20Hidrel%C3%A9tricas%20V.1.pdf#page=37. Acesso em: 09 fev. 2022.

FEARNSIDE, Philip M.; LAURANCE William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciências hoje**, v. 31, n. 182, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA). **Dow Corning marca 28 anos de presença no Pará**. Redes 369º, [2016]. Disponível em: <https://redesfiepa.org.br/novo/dow-corning-marca-28-anos-de-presenca-no-para/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FELEMA, João; RAIHER, Augusta Pelinski; FERREIRA, Carlos Roberto. Agropecuária brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 3, p. 555-573, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000300008>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FRIEDMANN, John R. P. Introdução ao planejamento regional: Com referência especial à Região Amazônica. Fundação Getúlio Vargas. **Caderno de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 51, 1960. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2022.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses: Novo Repartimento**. Diretoria de Estatística/ e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém: FAPESPA, 2016.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, FAPESPA. **O Pará em Números**. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, 2018. Disponível em: www.fapespa.pa.gov.br/produto/relatorios/172?&mes=&ano=2018. Acesso em 20 abr. 2018.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses: Novo Repartimento**. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS ÍNDIOS, FUNAI. **Terras indígenas parakanãs**. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Eds.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Orense, 1954.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

GIUPPONI, C. From the DPSIR reporting framework to a system for a dynamic and integrated decision-making process. *In: Mulino conference on european policy and tools for sustainable water management, 2002, Anais Eletrônico*. Venice, 2002. Disponível em: www.researchgate.net/publication. Acesso em: 28 de mar. 2020.

GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, 2012 [1975].

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Lei nº 6.451, de 8 de abril de 2002. Cria Unidades de Conservação da Natureza na região do Lago de Tucuruí no território sob jurisdição do Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado nº 29.674, de 11/04/2002**. Disponível em: <http://oads.org.br/leis/3184.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Programa de redução da pobreza e gestão dos recursos naturais do Pará (PARÁ RURAL)**. Manual Operacional. Volume II - anexos, agosto de 2009b. 189 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo mundo rural. **Nova economia**, Belo horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, n. 19, p. 37-67, 2002.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. *In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 238-254.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. p.427-460.

HÉBETTE, J.; MOREIRA, E. S. Situação social das áreas rurais amazônicas. **Cad. Est. Soe.**, Recife. v. 12, si. 2, p. 383-406, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1192>.

HÉBETTE, Jean. A ocupação humana recente da microrregião de Marabá. *In: HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, v. IV. Belém: EDUFPA, 2004b, p. 63-72.

HERRERA, José Antonio. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 473-499, abr. 2019. DOI: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p473>. Acesso em: 26 mar. 2021.

HOMMA, A. K. O. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, v. 17, n. 34, p. 107-130, 2012.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia**: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-09102007-140247. Acesso em: 18 ago. 2019.

IANNI, Octávio. **Ditadura E Agricultura**: O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Lei n. 62, art. 36, de 31 de dezembro de 1947. Dispõe sobre a criação do município de Tucuruí, e seu território desmembrado do município de Baião. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**, Rio de Janeiro, v. XIV, 1957. p. 478. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo agrícola de 1960**. Série regional, vol. II, tomo II. 1. Parte. Brasília: IBGE, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960v2_t2_p2_ac_am_p_a.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Agropecuário 1995**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9828&t=downloads>. Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9828&t=sobre>. Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010. Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Agropecuário 2017** - Resultados definitivos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/novo-repartimento/pesquisa/24/76693>. Acesso em 10 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário, 2017**. Série histórica. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=25743&t=series-historicas>. Acesso em: 05 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, IBRAM. **Camargo Corrêa vende negócio de silício**, 2007. Disponível em: <https://ibram.org.br>. Acesso em: 02 jan. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**, 2018. Disponível em: www.incra.gov.br/maraba. Acesso em: 01 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, INPE. **PROJETO PRODES DIGITAL**: Mapeamento do desmatamento da Amazônia com Imagens de Satélite. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ISA. **Terra Indígena Parakanã**, 2022. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3792>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IORIS, Edviges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.**, Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, dez. 2008. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 mar. 2022.

KARL, Marx. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, ago. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>. Acesso em: 03 dez. 2018.

KOHLHEPP, Gerd. Regional Policies in Brazil: The Spatial Impact of State Activity in Amazonia. *In*: NAERSSSEN, T. van et alii (Eds.). **The diversity of development: essays in honour of Jan Kleinpenning**. Assen: Van Gorcum, 1997. p. 231-240.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LARAIA, Roque de Barros; MATTA Roberto da. **Índios e castanheiros: empresas extrativas e os índios no médio Tocantins**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 147 pp.

LAURANCE, W. F.; COCHRANE, M. A.; BERGEN, S.; FEARNSTIDE, P. M.; DELAMÔNICA, P.; BARBER, C.; D'ANGELO, S.; FERNANDES, T. The Future of the Brazilian Amazon. **Science**, n. 291, p. 438-439, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Traducción de Javiék Gonzálzf-Pueyo. 3. ed. Barcelona: Península, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. **Morte e ressurreição da SUDAM**: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. 2005. 253 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

LOCATELLI, Selênica Henrique. **Plano Amazônia sustentável**: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia? 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. **Revista da Escola de Direito de São Paulo (Direito Gv) da Fundação Getúlio Vargas**, v. 3 n. 1 jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35207>. Acesso em: 08 dez. 2020.

LÖWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, 18, 1995.

MADEIRA, Welbson do Vale. Plano Amazônia Sustentável (PAS): sustentabilidade para quem? *In*: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém/PA. **Anais... ANPPAS**, 2012, v. 1.

MADEIRA, Welbson do Vale. Plano Amazônia sustentável e desenvolvimento desigual1. **Ambiente. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 19-34, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300003>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí. Uma análise da visão do estado sobre o campesinato. **Boletim do Museo Paranaense. Emilio Goeldi**, v. 8, n. 1, 1992. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/796/1/B%20MPEG%20Ant%208%281%29%201992%20.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

MANZONI NETO, Alcides. **O novo planejamento territorial**: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e uso do território brasileiro. Campinas: [s.l.], 2007.

MAPBIOMAS. **Uso e cobertura do solo Coleção 6.0** (1985; 2020). Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 08.mar.2022.

MARQUES, Gilberto de Souza. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 34, p. 163-198, fev. 2013. Disponível em: www.revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/7. Acesso em: 24 fev. 2020.

MARQUES, Gilberto de Souza. **State and developmente in the Amazônia**: the Amazonian inclusion in the Brazilian capitalist reproduction. 2007. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e apolítica no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. p. 96.

MARTINS, Jose de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, June 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume I, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista.1867. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap04/01.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

MEDEIROS, Sergio Raposo de Medeiros; DIAS, Fernando Rodrigues Teixeira; MALAFIA, Guilherme Cunha. Intensificação da pecuária para uma Amazônia sustentável, 2021. *In*: **Centro de Inteligência da Carne Bovina – CICARNE**, boletim 2, 2021. Disponível em: www.cicarne.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Boletim-CiCarne-41-2021.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

METZGER, Jean Paul. O Código Florestal tem base científica? **Natureza & Conservação**, n. 8, p. 1-5, 2010. Disponível em: <http://quiprona.files.wordpress.com/2010/08/o-codigo-florestal-tem-base-cientifica.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Plurianual (PPA) 2016-2019**. 2017. Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa/plano-plurianual-ppa-2016-2019. Acesso em: 03 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, MAPA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 até 13/09/2021. Disponível em: [file:///C:/Users/M%C3%ADlvio/Dropbox/PC%20\(2\)/Downloads/assentamentosgeral.pdf](file:///C:/Users/M%C3%ADlvio/Dropbox/PC%20(2)/Downloads/assentamentosgeral.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 7, n. 1, dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.38>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MONTOYA, Andrés Danilo Velástegui; LIMA, Aline Maria Meigais de; ADAMI, Marcos. Mapeamento e Análise Temporal da Paisagem no Entorno do Reservatório de Tucuruí-PA. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 41, n. 2, p. 553-567, 2018.

MORAIS, Bianca Araújo de; ARAÚJO, Jéssika Oliveira de; AMANAJÁS, Eriberto Wagner. Analisando a estrutura produtiva do município de Novo Repartimento, Pará, Brasil com ênfase no desdobramento de madeira e criação de bovinos. **Revista acadêmica de economia**, 2014. Disponível em: www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-novo.html. Acesso em: 30 ago. 2019.

MOUGEY, Thomas. Tracing the Origins of Brazil's Great Acceleration: The SPVEA's Primeiro Plano Quinquenal and the Technoscientific Recovery of Amazonia, 1945-1959. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 375-408, ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752018000200005>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MÜLLER, G. O núcleo do padrão agrário moderno. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 50-56, 1988. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n04/v02n04_13.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras.** Rio Claro: [s.l.], 2006.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** [En línea], Barcelona, v. 17, n. 985, 25 jul. 2012a. Disponível em: www.ub.es/geocrit/b3w-985.htm.

NAHUM, João Santos. Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 17-31, 20 abr. 2012b. DOI: 10.4025/biogeogr. v29i2.11001.

NAHUM, João Santos. **Região e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento.** Belém: Açaí. 2013.

NAHUM, João Santos. **Fundamentos filosóficos e epistemológicos da Geografia.** Disciplina ministrada no Curso de Pós-Graduação em Geografia, doutorado, PPGeo/IFCH/UFPA, 2018, Belém-PA, 2018. Não publicado.

NAHUM, João Santos. Elementos de uma teoria social do espaço: convite ao pensamento de Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 46, n. 1-2, p. 1-17, 2019a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/95755>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NAHUM, Joao Santos. Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico. *In*: SILVA, Christian Nunes da; DE PAULA, Cristiano Quaresma; SILVA, Joao Marcio Palheta da. **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional.** Belém: GAPTA/UFPA, 2019b. 524 p.

NASCIMENTO, Viviam Ester de Souza; SAES, Maria Sylvia Macchione; ZYLBERSZTAJN, Decio. Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra

no Brasil: uma análise da experiência paranaense. **Rev. Econ. Social. Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 705-748, Sept. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000300010>. Acesso em: 31 jan. 2020.

OLIVEIRA FILHO, Amado de (Org.). **Produção e Manejo de Bovinos de Corte**. Cuiabá-MT: KCM Editora, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: Landé editorial, 2016, 530 p.

PANDOLFO, Clara Martins. A Amazônia: seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização. *In: SUDAM. Amazônia*. Indústria, Recursos Naturais. SUDAM, 1969.

PARÁ. **Lei n. 5.702, de 13 de dezembro de 1991**. Cria o Município de Novo Repartimento e dá outras providências.

PARÁ. Lei N.º 2.460 de 29 de dezembro de 1.961. Cria novos municípios no território do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará** nº. 19.759, de 30/12/1961. Disponível em: www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/requerimentos/663/AIM_001_1962_0000002.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

PARÁ. **Lei n.º 62, de 31 de dezembro de 1947**. Eleva Tucuruí à categoria de município e desmembra de Baião-PA. ALEPA. Disponível em: www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp. Acesso em: 15 maio. 2019.

PARES, Ariel Cecílio Garces. **Depoimento** [jun./jul. 2016]. Entrevistador: I. Amorim. Brasília, 2016.

PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. *In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e orçamento*, v.1. Brasília: Enap, 2006.

PAULANI, Leda Maria. Entrega do Brasil: A política econômica do governo Lula. **Brasil. J. Polít. Econ.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 563-579, dezembro de 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572004-0639>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000100018>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREIRA, A. J. **O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política**. 2020. 140 f. Tese (Doutorado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Colonização na transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2,

p. 54-77, jul./out. 2015. Disponível em:
<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife, 2013. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis; MICHELOTTI Fernando; AFONSO, José Batista Gonçalves. Sudeste paraense e o paroxismo da violência no campo. **Revista Teoria e Debate**, ed. 163, ago. 2017. Disponível em:
<https://teoriaedebate.org.br/2017/08/09/sudeste-paraense-e-o-paroxismo-da-violencia-no-campo>. Acesso em: 12 abr. 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. *In*: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir J. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 15-38.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1980. 112 p. [Coleção Nossos Dias, 2.]

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982. 112 p. [Coleção Nossos Dias, 2.]

PIRES, Roberto R. C.; AMARAL, Lucas A.; SANTOS, José C. Planejamento governamental e participação social: encontros e desencontros na experiência brasileira recente. *In*: CARDOSO JR., José Celso; COUTINHO, Ronaldo (orgs.). **Planejamento estratégico em contexto democrático: lições da América Latina**. Brasília: Enap, 2014.

POCCARD-CHAPUIS, R. **Les réseaux de la conquête: rôle des filières bovines dans la structuration de l'espace sur les fronts pionniers d'Amazonie orientale brésilienne**. 2004. 435f. Tese (Doutorado em Geografia) - Université de Paris X, Nanterre, 2004.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais (1949). *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, jan. 1996.

RADAM BRASIL. **Vegetação do Brasil**, 1974. Disponível em:
https://metadadosgeo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/md.format.html?xsl=full_view&id=19626. Acesso em: 12 fev. 2022.

RANGEL, Ignácio. Dualidade e Ciclo Longo. **Geosul**, n. 3, p. 44- 62, 1978.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. *In*: SILVA, José Francisco Graziano (Org.). **Recapitulando a questão agrária brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

RIBEIRO, Nelson de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária** – A questão da terra na Constituinte. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1987.

RIBEIRO JUNIOR, Arnaldo dos Santos. Para entender os limites do capital. **Geografia em Questão**, v. 09, n. 1, p. 123-126, 2016.

RIVERO, Sérgio et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000100003>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ROCHA, G. de M. Reordenamento Territorial e Político - Institucional e desenvolvimento local na Amazônia: O caso de Tucuruí (PA). *In*: X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/42.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ROCHA, G. M. **A Construção da Usina Hidrelétrica e a redivisão político territorial na área de Tucuruí**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia a Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Todos convergem para o lago!** Hidrelétrica de Tucuruí. Municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. *In*: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 105-136.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A, de O. As categorias rurais, urbano, campo, cidade: A perspectiva de um *Continuum*. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACHER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: Relações entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 248 p.

SACHS, I. Qual desenvolvimento para o século XXI? *In*: BARRÈRE, M. (coord.). **Terra: patrimônio comum (a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento)**. São Paulo: Nobel, 1992. p.117-130.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica de Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. n. 5. São Paulo: Terra Livre, 1988.

SANTOS, Milton, **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna R. Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1979]2004. 433 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6. ed. 1 reimp. São Paulo: Edusp, [1978]2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, [1996]2009¹²⁴.

SANTOS, Milton. **O território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: besstBolso, 2011¹²⁵. (Livro vira-vira 1)

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, [1985]2014 a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamento Teórico e Metodológicos da Geografia. Em colaboração com Denise Elias. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo agropecuário do Pará de 1970**. Série Regional, VIII recenseamento geral. Volume 111 – Tomo IV, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t4_pa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, [1941]2007.

SILVA, Edina dos Santos; RIBEIRO, Holdecson Silva. **A importância do processo de gestão participativa na Escola São Cristovão**: projetos de assentamento Tuerê - Novo Repartimento/PA. 2017. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Novo Repartimento, 2017.

¹²⁴ 1996 refere-se à primeira edição do livro.

¹²⁵ A obra referenciada é a de SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, José Natalino Macedo. **Manejo florestal**. 2. ed. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, Embrapa-SPI, 1996.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e novas dinâmicas territoriais em Rondônia. *In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Trajetória da Geografia Urbana no Brasil: tradição e perspectiva. Anais...* Florianópolis, 2007. v. 1. 15 p.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: 10.11606/T.8.2011.tde-14092011-131342. Acesso em: 18 mar. 2019.

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-constituição federal de 1988**: instituições, políticas e atores. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-13012015-190859. Acesso em: 17 nov. 2019.

SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-constituição federal de 1988**: instituições, políticas e atores. São Paulo: Annablume, 2017.

SILVA, Simone Affonso da. **A questão regional brasileira no âmbito das políticas públicas federais**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-12122019-185117. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, Telma Bartholomeu. O marco legal da proteção florestal no Brasil e o julgamento no Supremo. **Opinião**, 6 mar. 2018. Disponível em: www.conjur.com.br/2018-mar-06/telma-bartholomeu-marco-legal-protECAo-florestal-brasil. Acesso em: 14 maio. 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas De Diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, jan./dez. 2011.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL, SICAR. **Cadastro Ambiental Rural do Estado do Pará**, 2019. Disponível em: <http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/imovel?efeito=true>. Acesso em: maio. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Espaciologia": Uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social). *In: SANTOS, M. et. al. O espaço em questão*. Terra Livre, Editora Marco Zero Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUSA, S. B. **Dinâmica territorial e padrões espaciais da pecuária brasileira**. 2017. 182 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SPRINGER, Kalina Salaib. A concepção de natureza na geografia (the nature's concept in geography). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 159-170, maio. 2010. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/368. Acesso em: 19 set. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, SUDAM. **Histórico SUDAM**, 2021. Disponível em: www.gov.br/Sudão/pt-br. Acesso em: 20 jan. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, SUDAM. **Dados Históricos**, [2019]. Ouvidoria. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/ouvidoria/58-acesso-a-informacao/87-historico-sudam>. Acesso em: 10 set. 2019.

TAVARES, Jeferson Cristiano. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPA's nacionais, na Iriza e na macrometrópole paulista. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 671-695, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/2236-9996.2016-3703.

THALÊS, Marcelo; POCCARD-CHAPUIS René. Dinâmica espaço-temporal das frentes pioneiras no Estado do Pará. **Confins**, n. 22, 2014, nov. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.9860>. Acesso em: 20 set. 2022.

TORRES, Mauricio; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

TRINDADE, José Raimundo; DE OLIVEIRA, Wesley Pereira. Especialização produtiva primária e meio ambiente em período recente na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.539>. Acesso em: 26 nov. 2019.

TROTSKY, Leon. **Histoire de la révolution russe**. Paris: Seuil, 1962.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. DE. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86p.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. Implantação de Grandes barragens: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 6, 1990.

VALVERDE, O. **Grande Carajás**: planejamento de destruição. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília: Editora Forense UNB/USP, 1989.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para Discussão nº 01. Brasília: NEAD, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, ago. 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200003>.

VEIGA, Nonas Bastos da; et al. **Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme: o caso da agricultura no capitalismo. *In*: AMIN, S. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; MANN DE TOLEDO, Peter; ROCHA, Gilberto de Miranda; OLIVEIRA SANTOS Roberto Araújo Junior. Bertha Becker e a Amazônia. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 19, n. 1103(4), dez. 2014. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/b3w-1103\(4\).htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-1103(4).htm).

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 6, n. 11, p. 71-78, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620627008>. Acesso em: 18 fev. 2021.